

MARIANGELA ALICE PIERUCCINI SOUZA

**A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
E A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR
(1960-2007)**

**Florianópolis
2007**

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

MARIANGELA ALICE PIERUCCINI SOUZA

**A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
E A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR
1960-2007**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa

TESE DE DOUTORADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, novembro de 2007

**A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
E A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR
1960-2007**

MARIANGELA ALICE PIERUCCINI SOUZA

COORDENADOR: CARLOS JOSÉ ESPÍNDOLA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.

Presidente: _____
Prof.^a. Dr.^a. Walquíria Krüger Corrêa (orientadora – UFSC)

Membro: _____
Prof.^a. Dr.^a. Júlia Guivant (membro – UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. César De David (membro – UFSM)

Membro: _____
Prof.^a. Dr.^a. Lucia Helena de Oliveira Gerardi (membro – Unesp)

Membro: _____
Prof.Dr. Luiz Gonçalves Cunha (membro - UEPG)

Florianópolis-SC, 29 de novembro de 2007.

*Ao meu avô Girardo Antonio Scanagatta
(in memoriam), exemplo de luta e coragem
do colono da região Sul do Brasil. Todo o meu
respeito, carinho, admiração e saudade...*

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os auxílios para esta caminhada. A construção desta tese não foi algo solitário, pois tive a felicidade da partilha e da compreensão. O saber é fruto de colaboração. Assim, sinceramente agradeço:

à Profa Dra. Walquíria Krüger Corrêa, muito mais do que orientadora, “mãe de tese querida” conselheira e companheira nessa árdua tarefa. Sua generosidade e serenidade permitiram que fossem suavizadas muitas das angústias da tese, pois não existe verdadeira inteligência sem bondade. O suporte para a elaboração da pesquisa, sem, contudo, determiná-la, foi importante para meu crescimento acadêmico. Os momentos de convívio permitiram não apenas o aprendizado da tese, mas, fundamentalmente, uma reflexão sobre o que de fato é essencial em nossas vidas. Como menciona Antoine de Saint-Exupéry, somente se vê bem com o coração;

ao geógrafo, Prof. Dr. Dalton Áureo Moro (*in memoriam*) orientador de minha dissertação de Mestrado na Universidade Estadual de Maringá e incentivador dessa caminhada. Sua sabedoria e respeito para com a Geografia foram imprescindíveis para minha luta e minhas escolhas;

ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, aos coordenadores Professor Norberto Olmiro Horn e Professor Carlos José Espíndola e à secretária Marli. As respostas prontas, solícitas foram fundamentais em inúmeros momentos dessa caminhada;

aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC, em especial os Professores Luis Fernando Scheibe e Leila Christina Dias, pela condução dos trabalhos desenvolvidos. Agradeço o aprendizado;

aos produtores rurais, importância maior desse trabalho, agradeço a disponibilidade e a atenção dispensadas em todas as entrevistas realizadas. Em especial, agradeço ao Sr. Odilo e Sra. Nilva Griza, ao Sr. Lino Destro, Jair e Nice Nunes e ao Sr. Walter Dalgallo pelo socorro amigo no momento do “atoleiro”;

às lideranças locais, sindicatos, cooperativa, associação de produtores, Câmara Municipal, pela presteza e orientações prestadas. Em especial ao Sr, Shiguero, ex-chefe do Incra/Cascavel, pela atenção e excelentes aulas sobre a questão fundiária no Oeste do Paraná;

aos técnicos da Emater e em especial ao Celso, pelo trecho compartilhado e solicitude nos momentos necessários; à Secretaria Municipal de Agricultura, em especial à Priscila pela constante presteza; à Jovir pela atenção e pronta disponibilidade em discutir os dados e informações da agricultura e pecuária do município de Cascavel. Ao Sr. Usías, chefe regional do IBGE, pela presteza constante;

aos colegas da turma de 2004, em especial aos colegas Jairo e Adriana, Erica, Adilar e Irani, com quem pude compartilhar as alegrias e dores na construção desse trabalho;

aos colegas e acadêmicos do Curso de Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus de Cascavel e à Sonia Lemanski – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação pelos esclarecimentos e apoio; Especialmente ao Professor Ronaldo Bulhões, pela leitura atenta e indispensável. Ao Prof. Leandro Salvador dos Santos, pela revisão do abstract.

Aos queridos Chico – Cartografia UDESC, Lígia – Engenharia Civil Unioeste e Ronan – acadêmico de Geografia - UFSC, companheiros valorosos na busca de imagens que pudessem ilustrar e contribuir para a compreensão do território rural local. Muito obrigada pela generosidade e auxílio;

aos amigos queridos de convívio constante, Francisco e Andréia Sambatti, Denise Rissato, Márcia Bernal, Olga Tschá, Fernanda Gaspar, Patrícia Bosquirolli, Josel Corrêa, Débora Lobo. À D. Evani e à Marina, pelo pronto-socorro caseiro com a casa e os pequenos. Sempre é bom ter gente boa por perto;

finalmente, impossível não pensar nos alicerces desta escolha, a minha família. Aos meus filhos **José Lucas e Mariana**, meus amados, razão maior de minha existência! Seus olhares, questionamentos e alegria foram os melhores bálsamos quando o cansaço batia. Como compartilharam desse trabalho! Não poderia nunca queixar-me de ausências, pois sempre estiveram muito presentes ao longo desta jornada;

ao meu querido companheiro **José Roberto**, presença forte e corajosa, auxílio em muitos momentos importantes da construção do trabalho. Compartilho contigo as crenças e os valores próprios à ruralidade, essenciais;

à minha avó **Angelina**, produtora rural que sempre nos mostrou o valor do trabalho realizado com as próprias mãos. Todo o respeito e carinho;

ao meu irmão **Vitor Antonio**, longe dos olhos e perto do coração;

ao meu pai **Vitor Hugo**, por seu amor profundo e silencioso que sempre faz acalmar meu coração, exemplo de dignidade, superação e fé;

à **Ilda**, o meu anjo da guarda, alma gêmea, mãe amada e querida, pelo convívio, parceria, cumplicidade e auxílio sempre prontos; pelos exemplos de dignidade, amor, compaixão, humildade e, principalmente coragem, determinação e espírito de luta. Você é imprescindível mãe, única!

A **Deus**, enfim, por tantas bençãos!

*...A vida inventa!
A gente principia as coisas, no não saber por que,
e desde aí perde o poder de continuação –
porque a vida é mutirão de todos,
por todos remexida e temperada.
Guimarães Rosa*

RESUMO

Este trabalho aborda a questão da modernização da agricultura em sua expressão territorial. O tema central refere-se à construção de territorialidades rurais no município de Cascavel, estado do Paraná entre 1960 e 2007. Admitindo-se que o movimento transescalar do capital produz implicações territoriais, objetivou-se compreender a configuração das distintas territorialidades agrícolas e não-agrícolas, analisando-as sob a ótica do processo de modernização da agricultura iniciado na região Oeste do estado do Paraná, em meados da década de 1960. O território expressa, portanto, as diferentes respostas locais ao processo de reprodução do capital, amparado por condicionantes tecnológicos mais elaborados. Nesse sentido, a transformação no uso dessa porção do território foi consequência de um conjunto de políticas públicas gestadas a partir de 1960, notadamente com a instrumentalização do crédito rural e por meio de condições técnicas favoráveis. Isso proporcionou a configuração de territorialidades onde as atividades agrícolas praticadas por categorias empresariais consolidadas e capitalizadas se sobrepõem às outras dinâmicas rurais, principalmente àquelas alicerçadas na agricultura familiar. Nestas, se faz presente, além das atividades agrícolas, uma dimensão pluriativa, como complemento da renda familiar. A existência de empresas-rede, como as agroindústrias integradoras, verticalizadas e com conteúdos tecnológicos ajustados às demandas globais também concorre para um paradoxo; ao mesmo tempo em que proporciona alternativas de renda aos pequenos produtores familiares, não oportuniza condições para que esses possam aumentar sua receita no momento da comercialização. Assim, as territorialidades rurais desenvolvidas, também refletem a exclusão. Diante disso, o valor da propriedade familiar, bem como suas possibilidades de reprodução, torna-se dependente dessa lógica. Pode-se afirmar, que a organização territorial rural é consequência de um processo de desenvolvimento capitalista ancorado no produtivismo e que amplia as diferenças entre os produtores rurais naquele território rural. Nesse cenário, as ruralidades que se elaboram com tantas contradições, os mecanismos institucionais podem contribuir em defesa da pequena agricultura familiar para que ela participe dignamente, com seu trabalho e competência, da produção em escala cada vez mais ampliada.

Palavras-chave: modernização da agricultura; agricultura familiar; territorialidades rurais; município de Cascavel – PR;

ABSTRACT

This work approaches the agriculture modernization question in its territorial expression. The central subject concerns to rural territorialities construction in Cascavel district, Parana state, between 1960 and 2007. Admitting that the transscale capital movement produces territorial implications, the aim was to understand the distinct agriculture and none-agriculture configurations, analyse them under the view of agriculture modernization process begun in West region of Parana state, in middle of 1960s. The territory shows, therefore, the different local answers to the capital reproduction process, supported by technical conditions more elaborate. In this meaning, the transformation in the use of this territory portion was consequence of all public policies managed starting from 1960, especially with the rural credit mechanism and by propicius technical conditions. So, it provided the configuration of the territorialities where the agriculture activities practiced by consolidated and capitalized enterprise categories stand out from the other rural dynamics, especially from that one based by family farming. In these ones, is present, besides the agriculture activities, a plural activity dimension, as family income complement. The existence of net-firms, as the vertical integrator agroindustries and with technical contents adjusted to the global demands also had a paradox; at the same time it provides income alternatives to the little familiar producer, doesn't make the conditions possible so that they can increase their incomes in the marketing moment. In this way, the rural territorialities develops, also reflects the exclusion. In face of it, the family property value, as well as its reproduction possibilities turns out dependent of this logic. It's possible to assure, that the rural territorial organization is consequence of a capitalist development process anchored in the productivism that enlarges the differences amongst the rural producers in that rural territory. In this setting, the ruralities that make with so many contradictions, the institutional mechanisms can contribute in the little family farming defense in order for it to share with dignity, with its work and competence, of its production in scale more and more enlarged.

Key-words: agriculture modernization; family farming; rural territorialities; Cascavel district, Parana state.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PRODUTORES RURAIS NA COLHEITA DO ARROZ – RIO DAS ANTAS	44
FIGURA 2 – MAPA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARANÁ – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO PARANÁ.....	53
FIGURA 3 – MAPA - MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ - HIPSOMETRIA.....	54
FIGURA 4 – GRÁFICO - COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO NO ESTADO DO PARANÁ – 1950-2000	57
FIGURA 5 – FLUXOGRAMA - Esquema teórico da formação do novo padrão agrícola	96
FIGURA 6 – COLHEITADEIRA – MUNICÍPIO DE CASCAVEL – DÉCADA DE 1970	116
FIGURA 7- ESTRUTURA PRODUTIVA DAS COOPERATIVAS REGIONAIS – 1970/1980	121
FIGURA 8 – MAPA - DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	181
FIGURA 9 – MAPA – SOLOS NO ESTADO DO PARANÁ E NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL	185
FIGURA 10 – GRÁFICO - ÁREA PLANTADA DE SOJA EM RELAÇÃO À LAVOURA PERMANENTE E PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 1996-2006	186
FIGURA 11 – ÁREAS PRODUTIVAS COM LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – DISTRITO DE SÃO JOÃO [JAN/2006]	187
FIGURA 12 – GRÁFICO - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DAS LAVOURAS ANUAIS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL [HA] 1995-2006	189
FIGURA 13 - GRÁFICO – EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL NO PERÍODO 1996-2006	196
FIGURA 14 – ENCADEAMENTO PRODUTIVO NO SEGMENTO LEITEIRO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR	203
FIGURA 15 – VISTA PANORÂMICA DA 18ª. EDIÇÃO DO SHOW RURAL COOPAVEL – FEVEREIRO DE 2006	264
FIGURA 16 - VISTA PANORÂMICA DOS EXPERIMENTOS REALIZADOS DURANTE A 18ª. EDIÇÃO DO SHOW RURAL COOPAVEL – FEVEREIRO DE 2006	266
FIGURA 17 – PARCELAS DE EXPERIMENTOS REALIZADOS NA 18ª. EDIÇÃO DO SHOW RURAL COOPAVEL – FEVEREIRO DE 2006	267
FIGURA 18 – PARCELA DE EXPERIMENTO DE MILHO REALIZADO POR EMPRESA PRIVADA – SHOW RURAL COOPAVEL, FEVEREIRO DE 2006	268

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – UTILIZAÇÃO DA TERRA NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 1960-1980.....	108
TABELA 2 – ÁREA [MIL HA] E QUANTIDADE PRODUZIDA [T] DA LAVOURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 1960-1980	110
TABELA 3 - ÁREA [MIL HA] E QUANTIDADE PRODUZIDA [T] DA LAVOURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. 1970-1980 ...	111
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE – 1970-1980	113
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E VARIAÇÃO RELATIVA DE TRATORES* NO ESTADO DO PARANÁ, REGIÃO OESTE E CASCAVEL ENTRE 1960-1980.....	115
TABELA 6 – CATEGORIAS DE PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2006	177
TABELA 7. ASPECTOS PRODUTIVOS DA AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2000-2005. VALORES ABSOLUTOS E VARIAÇÃO NOS PERÍODOS.....	204
TABELA 8 – CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO CONJUNTO DA SEAB – REGIONAL CASCAVEL E MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2005	207

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS NO ESTADO DO PARANÁ, NA ZONA FISIAGRÁFICA DO OESTE E MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 1960.....	46
QUADRO 2 - DADOS GERAIS SOBRE POPULAÇÃO E PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL E REGIÃO SUL – VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS PARA O ANO 2000	56
QUADRO 3 - MODELOS PROPOSTOS PARA A ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE PRODUTORES RURAIS	162
QUADRO 4 - EVOLUÇÃO NA UTILIZAÇÃO DA TERRA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL 1995-2006	179
QUADRO 5 – PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES DA PECUÁRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2005/2006	199
QUADRO 6 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL 1995-1996	212

QUADRO 7 - CARACTERÍSTICAS DA TRANSFORMAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO - Nº. DE UNIDADES ARTESANAIS, CAPACIDADE INSTALADA E PRODUÇÃO FÍSICA ANUAL NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - 2006	216
QUADRO 8 - MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NAS CATEGORIAS FAMILIARES [TIPO RENDA] E PATRONAL/ANO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	220
QUADRO 9 - CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO DISPONIBILIZADAS PARA CUSTEIO AO SETOR AGROPECUÁRIO NO ANO DE 2007	248
QUADRO 10 - ATIVIDADES INDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS NO PARQUE INDUSTRIAL DA COOPAVEL – 2007	264
QUADRO 11– HISTÓRICO DAS EDIÇÕES DO SHOW RURAL COOPAVEL – 1989-2007 .	269

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Cascavel

AGF – Aquisições do Governo Federal

BACEN – Banco Central

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico. Programas

CAI – Complexo Agroindustrial

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

CNPC – Conselho Nacional de Pecuária de Corte

COMDER – Conselho de Desenvolvimento Rural

CONDEPE – Comissão de Desenvolvimento Econômico

COOPAVEL – Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda.

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

DERAL – Departamento de Economia Rural

EMATER/PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUMDER – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITR – Imposto Territorial Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MARIPÁ – Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MF – Módulo Fiscal

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo

PIDCOOP – Projeto Integrado de Desenvolvimento Cooperativista

PLADEP – Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSM – Produtor Simples de Mercadoria

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SEAB - Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUS – Sistema Único de Saúde

VBP - Valor Bruto Produzido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
<i>PARTE I - CASCAVEL: UM MUNICÍPIO PARA ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO RURAL DO OESTE DO PARANÁ</i>	33
1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR	34
1.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	34
1.2 A COLONIZAÇÃO EFETIVA: 1940-1960	38
1.3 ASPECTOS GERAIS DO RURAL E DO URBANO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	52
2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES RURAIS: NOÇÕES PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA	59
2.1 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA	59
2.2 AS POSSIBILIDADES DA ESCALA GEOGRÁFICA PARA APREENDER AS RURALIDADES	68
2.3 A RURALIDADE COMO EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO	74
2.4 A PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DAS TERRITORIALIDADES RURAIS	80
2.5 A REDEFINIÇÃO DA COMPLEXA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES RURAIS	83
<i>Parte II - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES RURAIS</i>	91
3 O MODELO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA TECNOLÓGICO E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	93
3.1 ALGUNS TRAÇOS DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO – 1960-1980	94
3.2 A CONFORMAÇÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA: ESPECIALIDADES PRODUTIVAS E FORMAÇÃO DE COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	106
3.2.1 A participação das cooperativas na dinâmica da modernização da agricultura regional	118
3.2.2 O desenvolvimento das atividades agroindustriais	122

4 AGRICULTURA E DINÂMICA CAPITALISTA: A CONTRIBUIÇÃO DAS TESES CLÁSSICAS PARA O DEBATE ATUAL	126
4.1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AGRICULTURA FAMILIAR: AS TESES E A ATUALIDADE DO DEBATE CLÁSSICO	126
4.1.1 A “Questão Agrária” de Kautsky	129
4.1.2 Lênin e o papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo	139
4.1.3 A lógica da diferenciação camponesa segundo Chayanov	146
4.2 A ATUALIDADE DO DEBATE: OS PRODUTORES RURAIS NO AMBIENTE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	157
5 A AGRICULTURA E A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NO RURAL DE CASCAVEL PÓS 1990.....	172
5.1 CASCAVEL: A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NO PERÍODO RECENTE	176
5.2 ATIVIDADES AGRÍCOLAS	184
5.2.1 Caracterização das áreas e produção agrícola no município	184
5.2.1.2 Olericultura e fruticultura	190
5.2.1.3 Atividade florestal	193
5.2.2 Caracterizações das áreas de produção agropecuária	195
5.2.2.1 Bovinocultura de corte e leite.....	195
5.2.2.2 Avicultura e suinocultura	204
5.3 OS PRODUTORES RURAIS, AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E O TRABALHO PLURIATIVO	210
5.3.1. A condição de sustentabilidade do produtor rural e a dinâmica pluriativa.....	212
5.3.2 A questão da incorporação tecnológica e a possibilidade de acumulação de capital na agricultura	226
5.3.3 A questão da comercialização	234

6 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS PÓS 1990	242
6.1 A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CRÉDITO RURAL COMO SUBSÍDIO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	243
6.1.1 Políticas públicas para a agricultura no estado do Paraná	251
6.1.2 As políticas institucionais para a agricultura no município de Cascavel .	255
6.1.2.1 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	258
6.2 AS REDES TECNO-ECONÔMICAS NO CONTEXTO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO	261
6.2.1 O papel da cooperativa agropecuária local no desenvolvimento do território rural.....	261
6.2.1.1 O Show Rural Coopavel: novas orientações tecnológicas no agronegócio	264
6.2.2 O papel dos sindicatos e associações de produtores na construção das territorialidades rurais	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	276
REFERENCIAS	280
ANEXOS	292
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	294
ANEXO 2 – QUADRO.....	298
ANEXO 3 – MAPA	300

INTRODUÇÃO

A intensa expansão do capital urbano-industrial, mediada pela determinação técnico-científica e informacional, difundiu-se no mundo rural a partir do processo de modernização da agricultura. Desde então, redefiniram-se as relações socioeconômicas pré-existentes entre os territórios urbanos e os rurais.

O capitalismo, como sistema produtivo em sua face atual, configura-se em espaço global produzindo um modelo econômico com dimensões multi-escalares. Portanto, na “emergência dos espaços da globalização”, expressão de Santos (1996, p.114), intensificam-se os progressos da técnica e da informação para as novas estruturas produtivas que estimulam a diversificação e novos usos do território, ampliando as possibilidades de reprodução do capital. Contribuem para essa ampliação, diferenciados processos, como financeiro-monetário, produtivo-real e comercial-tecnológico, de acordo com Gonçalves (2002).

Caracterizam-se, dessa forma, fluxos econômicos configurando um mosaico de regiões produtivas especializadas e vinculadas às novas exigências do capital. Entre as regiões, os processos produtivos tornam-se cada vez mais transnacionalizados e ganham em eficiência e competitividade na busca de novos mercados mediante uma contínua reestruturação das atividades econômicas.

Desse modo, os sistemas técnicos contribuem significativamente para organizar os sistemas de produção proporcionando mudanças na sociedade e no espaço geográfico. Em relação ao Brasil, a reestruturação produtiva desencadeia um conjunto de fatores que conduzem a desequilíbrios na renda e nos investimentos. Isso dificulta, conseqüentemente, alternativas de políticas para o desenvolvimento regional e territorial.

As estratégias fundamentadas na lógica microeconômica buscam acelerar a terceirização de diferentes processos produtivos, tanto na indústria, no comércio e nos serviços como na agricultura. A ordem é racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, além da necessidade de parcerias, fusões, transferência

de controle acionário e redução de custos, principalmente da mão-de-obra nos diferentes setores. (GONÇALVES, 2002).

A reestruturação produtiva é elemento importante no contexto técnico-científico e informacional e intensifica a coesão cidade-campo. Considerando-se as forças decorrentes dos processos econômicos e das respostas dos territórios, pode-se compreender tal movimento.

Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. Elas agem no campo, agem na cidade e agem entre cidade e campo. No campo e na cidade elas são, respectivamente, fatores de homogeneização e aglomeração. E entre campo e cidade, elas são fatores de coesão. [...] As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando se retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado longe e fora dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocamos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vemos a coisa do ponto de vista do processo que se está dando. (SANTOS, 1996, p.286-287).

A partir dessa dinâmica se constituem relações diferenciadas entre agricultura, indústria e território. Para Santos (2002), elabora-se um novo funcionamento do território nessas relações, mediante distintas territorialidades. Os processos produtivos proporcionam uma integração funcional e econômica “[...] cujos fluxos percorrem o espaço hierarquicamente. [...] o processo de integração territorial [...] comanda o processo de acumulação e reprodução do capital no tempo e no espaço.” (SANTOS, 1996, p.283). Nesse sentido, uma contribuição para possíveis análises dos processos produtivos específicos nesse ambiente globalizado tais como os processos rurais na dinâmica da modernização da agricultura, diz respeito ao movimento do capital no território, sinalizando o “[...] território e seu uso.” (SANTOS, 1996, p.337).

É inerente ao processo de acumulação de capital a formação de contradições e desigualdades que se expressam no território, e em particular no território rural. Para Delgado, (2001, p.157), o rural brasileiro foi, nesse contexto de reprodução ampliada do capital, subsidiário “[...] ao longo do ciclo de industrialização 1930-1980, [e] interpretado com freqüência como fluxo caudatário desse processo [...]”.

Há que se acrescentar, a esse respeito, que a gênese desse processo no Brasil remonta ao então “pacto de 1930”, no qual, após a crise de 1929, associada à

crise do complexo rural brasileiro, havia nítida orientação para a industrialização (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Como bem explicita esse autor, “[...] as políticas agrícolas adotadas de 1930 a 1965 são bem conhecidas, bem como o deslocamento do centro dinâmico, da economia cafeeira para os segmentos urbano-industriais nesse período.” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.49).

Essa interpretação não pode ser dissociada, ainda, da expansão do capitalismo em sua etapa monopolista em nível internacional, principalmente no período pós- Segunda Guerra Mundial. Na continuidade desse processo, estruturou-se uma relação entre oferta e demanda de pacotes tecnológicos centrados no emprego de fertilizantes, defensivos, sementes selecionadas, rações, maquinarias, combustíveis e lubrificantes, dentre outros.

Desse modo, vinculando-se ao modelo euro-americano de modernização¹ havia, no Brasil, uma clara determinação de que a agricultura, intrinsecamente vinculada ao processo de industrialização, necessitava cumprir funções, como criar mercado para os produtos da indústria, expandir as exportações, liberar mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, não prejudicando, contudo, a produção de alimentos. Por fim, ela deveria contribuir para o financiamento de parte da capitalização da economia, mediante o superávit comercial². (DELGADO, 2001)

Nessa perspectiva, o apoio do Estado pós 1964, difundiu-se o modelo de desenvolvimento agrícola amparado na modernização tecnológica. Assim, em meio a muitas contradições, o capitalismo avançou sobre o espaço rural modificando substancialmente a dinâmica produtiva sem, contudo, promover mudanças substanciais na estrutura agrária do País.

Vale mencionar que a absorção técnica não se fez homogênea no território brasileiro. Algumas áreas, produtos e produtores foram e continuam sendo

¹ “Nesse sentido, pode-se dizer que, por modelo euro-americano de modernização agrícola, entende-se um sistema de produção que tornou viável a difusão em larga escala da prática da monocultura.” (ROMEIRO, 1998, p.69)

² Esse processo pode ser interpretado como uma intensificação nas relações agricultura-indústria, mediante encadeamentos produtivos cada vez mais intensos, em que tanto a montante, considerando a indústria de insumos, equipamentos, biotecnologia, dentre outros, como a jusante, onde atuam diferentes complexos agroalimentares, são cada vez mais intensas as exigências para com o segmento rural.

privilegiados com essas mudanças. Contudo, em outras áreas, houve uma absorção tecnológica parcial efetivada com dificuldades, como é o caso da agricultura familiar.

Portanto, não se pode perder de vista os benefícios, mas, sobretudo, os desequilíbrios decorrentes do modelo agrícola gestado no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro que, desde a década de 1980, começou a sinalizar esgotamento em meio à reestruturação do sistema agroalimentar mundial, intensificando-se os problemas sócio-espaciais no rural e no urbano do País. Assim, a partir da década de 1990 buscou-se implementar um “novo” modelo de desenvolvimento rural no Brasil.

Diferenciados agentes contribuem para a efetivação desse modelo de desenvolvimento no espaço rural, tais como empresas (agroindústrias e cooperativas) nacionais e internacionais que atuam em determinados lugares. Nesse contexto, difundem-se pacotes tecnológicos, surgem novas atividades especializadas, altera-se a divisão social do trabalho produzindo, conseqüentemente, novas divisões territoriais para cada região em particular.

Assim, as contradições e desigualdades inerentes à expansão do capital desencadeiam mudanças econômicas nas relações de trabalho e conseqüente exclusão social, além da subordinação da agricultura à indústria. Acentua-se, ainda a dependência de políticas macroeconômicas conjunturais como aquelas vinculadas à moeda e ao câmbio e, também, à dependência das “regras” de comércio internacional.

Nesse cenário, modifica-se a estrutura socioeconômica no meio rural mediante novas exigências aos produtores rurais³. Além disso, o consumo se amplia mediante a intensificação da relação campo-cidade, traduzindo-se numa relativa “[...] urbanização do campo”. É a complexidade do território face ao hibridismo do urbano-rural, ou, conforme a expressão elaborada por Rua (2002), a presença de “[...] urbanidades no rural”.

³ Neste estudo, a categoria produtor rural diz respeito à noção de diferenciadas estruturas produtivas; estruturas familiares, admitindo-se, conforme Wanderley (2001) a existência produtores modernos, com diferentes possibilidades para sua reprodução tanto em atividades agrícolas como em atividades não-agrícolas. Admite-se ainda outra estrutura produtiva atrelada aos moldes patronais, cuja dinâmica ajusta-se aos movimentos do mercado, objetivando o lucro, principalmente no ambiente produtivista, conforme expressa Graziano da Silva (2003).

As modificações produtivas resultantes desse movimento do capital sobre o território propõem novos papéis ao rural. A reestruturação das atividades tradicionais e a diversificação da produção (agrícola e não agrícola) incorporam novas tecnologias. Com isso, desenvolvem-se processos relacionados à pluriatividade e à multifuncionalidade do meio rural, sugerindo a conformação de novas territorialidades, viabilizadas pelas políticas públicas e associadas pela nova relação que se estabelece entre cidade e campo. Nesse caso, é prioritariamente o urbano aquele que mais se beneficia do processo que surge como parcela da lógica de acumulação. Assim:

A agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. Com a divisão interurbana do trabalho, as tarefas especializadas reduzem os respectivos custos unitários, aumentando a produtividade e a rentabilidade de cada agente individual e fortalecendo o conjunto de cidades. (SANTOS, 1996, p.286).

Desse modo, as atividades rurais modernizadas modificam a dinâmica dos territórios na medida em que se ampliam as esferas técnicas, científicas e informacionais. O rural do município de Cascavel, estado do Paraná não está à margem dessas transformações.

Vale acrescentar, no que tange às modificações de caráter técnico experimentadas pelo campo, que elas foram heterogêneas em relação às regiões brasileiras, e particularmente na região Oeste do Paraná, verificou-se uma intensa vinculação aos padrões produtivos que se delineavam já em meados da década de 1960:

[...] o pacote tecnológico da Revolução Verde foi implementado de modo diferenciado pelo território brasileiro, onde cada região absorveu tal pacote à sua maneira, gerando transformações diferenciadas, em graus de intensidade também diferentes. Isto significa que enquanto algumas áreas foram profundamente afetadas, com sua economia e relações sociais completamente reorganizadas, outras sofreram poucas mudanças, mantendo grande parte de suas características pretéritas. (NEVES, 2003, p.18)

Na região Oeste do Paraná, as atividades agropecuárias absorveram tecnologias dando uma resposta favorável à demanda urbano-industrial. Isso ocorreu pela combinação de um potencial natural e humano que permitiu modificações significativas nas atividades anteriormente desenvolvidas e alicerçadas

predominantemente na exploração familiar e na policultura tradicional [arroz, feijão, milho e mandioca] e, principalmente, na exploração da madeira. Desse modo, o posterior dinamismo agroindustrial da região teve como sustentáculo o potencial natural e humano pré-existente (PIERUCCINI, 1998).

A região Oeste do Paraná integrou-se efetivamente ao ambiente produtivo nacional em meados das décadas de 1950 e 1960. A partir desse momento, esta começou a responder positivamente às demandas urbano-industriais. Modificaram-se, desse modo, as estruturas produtivas vinculadas à agricultura local, proporcionando novas articulações ao mercado.

Portanto, a partir da modernização da agricultura regional estruturou-se a oferta de monoculturas como a soja e o trigo em consonância às novas demandas produtivas do País. Contribuiu, para esse processo, a rápida exaustão do ciclo madeireiro como dinâmica produtiva regional ao longo da década de 1960 e, mais especificamente, a “adequada” orientação fundiária pré-existente, mediante a ocupação e a colonização das áreas de fronteira do estado do Paraná, promovidas anteriormente⁴.

É lícito supor que, na discussão da organização territorial rural do município de Cascavel, ao longo do período 1960-2007, inúmeros processos produtivos constituíram-se em consonância com o evento da modernização da agricultura difundido no território nacional após a Segunda Guerra Mundial. Isso atesta a dimensão multiescalar das políticas públicas. A partir daí, as atividades agropecuárias ampliaram o uso de tecnologias com o amparo do Estado.

Naquele momento, o Estado passou a influenciar na organização do sistema produtivo agropecuário mediante a formulação e implementação de políticas em diferentes esferas. Assim, por meio de planos nacionais, políticas estaduais e, em nível mais restrito, nos municípios, foram viabilizados instrumentos específicos voltados ao crédito subsidiado dirigido a certos produtos e produtores em

⁴ Houve na região Oeste do Paraná uma orientação específica para a ocupação das áreas de terra, pautada nas Companhias Colonizadoras. Dentre essas se destaca a Companhia MARIPÁ [Madeiras Rio Paraná S/A] originária de Porto Alegre (RS), que promoveu a criação de inúmeras cidades na região. Especificamente para o município de Cascavel, o povoamento não esteve diretamente vinculado às companhias colonizadoras. Muitos conflitos entre posseiros e grandes capitais ocorreram e não foram poucos os episódios de grillagem de terras.

determinadas regiões. Ou seja, era necessário criar condições que permitissem a vinculação de diferentes regiões ao modelo econômico vigente.

Nesse sentido, o Estado se tornou o porta-voz do sistema capitalista e por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural [SNCR], instituído em 1965, foram difundidos pacotes tecnológicos nas atividades agropecuárias especializadas. Há que se ressaltar o caráter seletivo do crédito rural, visto que apenas determinados segmentos produtivos e determinadas regiões tinham alcance ao referido mecanismo institucional. Ressalta-se, nesse caso, de um lado, a marginalização e exclusão social de parcela dos agricultores familiares face a esses mecanismos e, de outro, a integração de produtores agrícolas às agroindústrias e cooperativas agropecuárias regionais, fenômeno comum nos estados da região Sul do Brasil. O binômio soja-trigo incorporou as novas tecnologias e possibilitou a inserção da região Oeste paranaense no mercado internacional já em meados da década de 1970.

Desse modo, a região ganhou um significativo dinamismo, pois, com a modernização, foram concedidos incentivos fiscais e financeiros aos agentes locais, às cooperativas e às indústrias processadoras de insumos e principalmente, de matérias-primas, vinculadas ao capital internacional e ativas participantes desse processo.

Na década de 1980, começaram a se esgotar as fontes de financiamento do Estado, gerando inúmeras crises de ordem fiscal e monetária, acentuando, ainda, o processo inflacionário no período. Nessa condição, houve redução na oferta de crédito rural ampliando as crises no setor produtivo, principalmente junto aos produtores familiares que buscavam uma maior aproximação ao mercado de *commodities*.

Na seqüência, novas estratégias foram elaboradas e houve um maior estreitamento nas relações entre o rural e o urbano, ampliando a atuação das cooperativas agropecuárias que passaram a desenvolver inúmeras atividades agroindustriais. Naquele momento, foram gerenciados e viabilizados diferentes segmentos agroindustriais que atuam, no momento presente, como instrumentos de mediação entre o Estado e as distintas escalas geográficas necessárias à

reprodução do capital. Essa dinâmica representou uma resposta produtiva favorável das atividades agrícolas na região Oeste do Paraná e também no município de Cascavel.

Nesse sentido, o rural modifica o seu conteúdo social e tecnológico sob a influência do sistema capitalista. O capital move-se mediante as verticalidades e horizontalidades e se posiciona como elemento-chave das mudanças no conteúdo do território.

Portanto, a partir da dinâmica e do movimento transescalar do capital questiona-se: quais são as implicações territoriais do desenvolvimento capitalista estruturado na modernização da agricultura sobre o rural do município de Cascavel no período contemporâneo?

Há que se questionar, também, sobre as territorialidades que vêm sendo construídas pós 1990 em áreas onde se desenvolve a agricultura; quem são os promotores? que mecanismos são utilizados? e quais as implicações advindas?

Essa problemática sinaliza para respostas diferenciadas em relação à modernização no território rural. Assim, refletindo sobre os questionamentos propostos, são esboçadas três hipóteses sobre as transformações em curso no rural de Cascavel e que, em conjunto, constituem o objeto desta pesquisa:

- i) a territorialidade do sistema de produção capitalista que opera em diferentes escalas vem nas últimas décadas reestruturando as atividades agrícolas e não-agrícolas, imprimindo mudanças no rural de Cascavel tanto na estrutura fundiária, uso da terra, técnicas de produção, quanto nas relações de trabalho;
- ii) as mudanças produtivas locais estão estreitamente vinculadas à expansão do sistema capitalista e ao processo de modernização da agricultura brasileira. Sugere-se, desse modo, um território articulado com o global mediante a estrutura de empresas-rede, agroindústrias e cooperativas que influenciam na tecnificação da agropecuária pautada em distintas verticalidades, conforme explicita Santos (1996). Entende-

se que há nítida orientação produtiva para as culturas de exportação, especialmente a soja;

- iii) considera-se, ainda, nesse sentido, uma integração funcional entre o rural e o urbano, pautada em laços de similitude e complementaridade. A orientação produtiva adotada possibilitou o surgimento de diferentes categorias de produtores rurais quanto ao uso de novas tecnologias. Contudo, encontram-se, nesse território, produtores familiares que incorporaram parcialmente as novas tecnologias e outros são excluídos da modernização.

Cabe acrescentar que territorialidades agrícolas e não-agrícolas se encontram em curso em áreas onde se desenvolve a agricultura familiar e elas representam alternativas de renda para os produtores. Entretanto, estes se tornam “reféns” do capital, pois estão condicionados às exigências das cooperativas e das demais agroindústrias privadas atuantes no município. Portanto, as territorialidades rurais que ali se manifestam vinculam-se sobremaneira às atividades agrícolas. Com o apoio do Estado e sob a influência de diversos agentes, ainda que de forma incipiente, estrutura-se a construção de uma nova organização territorial, sobretudo em áreas onde se desenvolve a produção familiar.

Portanto, neste estudo, procura-se compreender a configuração das distintas territorialidades agrícolas e não-agrícolas no município de Cascavel (PR), analisando o processo de modernização da agricultura iniciado na região pós-meados da década de 1960 até os dias atuais e a construção de novas territorialidades associando-as ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para a consecução desse objetivo procurou-se especificamente:

- a) analisar o processo de modernização tecnológica na agricultura e as implicações territoriais no que diz respeito à estrutura fundiária, ao uso da terra e às relações de trabalho no período 1960-2007;
- b) caracterizar e analisar as territorialidades agrícolas e não-agrícolas construídas em áreas no espaço rural;

c) identificar os agentes e analisar os mecanismos usados e sua influência na construção de novas territorialidades, pós 1990;

Propõe-se assim demonstrar que a modernização tecno-econômica produziu diferentes vínculos entre os produtores rurais de Cascavel e o mercado urbano-industrial. Nesse processo, viabilizado pelo Estado, têm surgido distintas territorialidades agrícolas e não-agrícolas que não se dissociam do desenvolvimento e da lógica de expansão do modo de produção capitalista em sua atual configuração. Há que se acrescentar que, principalmente no segmento voltado à agricultura familiar, configuram-se contínuos processos de exclusão no que tange à dimensão técnica e produtiva necessária, principalmente para as atividades agrícolas.

O fio condutor desta pesquisa estabelece uma reflexão sobre o processo de modernização tecno-econômico da agricultura e seu papel na construção das territorialidades rurais, agrícolas e não-agrícolas no município de Cascavel, associando-as à dinâmica capitalista.

As proposições de estudo sobre o território rural do município de Cascavel são justificadas, primeiramente, por ser ele “uma parcela da aldeia global”. É importante evidenciar que “[...] a Geografia guarda, na expressão dos mestres clássicos, a afirmação de que para ser universal, basta estudar a sua aldeia.” (SEABRA, 2005, p.152). Ainda são poucos os estudos que contemplam essa “parcela” do território paranaense, justamente em função da recente ocupação efetiva da região Oeste.

Outra justificativa para a escolha desse recorte territorial se ampara no fato de o município de Cascavel ser considerado um importante centro econômico regional, tanto na dinâmica agroindustrial quanto na atividade terciária, com acentuados vínculos urbano-rurais. O município recebe a denominação de “Capital do Oeste do Paraná”, tornando-se o lugar central na hierarquia regional.

Nesse contexto, o rural do município de Cascavel torna-se objeto de análise. “Para isso é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)” (SANTOS, 1999, p.19).

Por meio da observação da realidade local, o território é interpretado como categoria geográfica, ou seja, o rural, como território produz diferentes respostas ao processo de reprodução do capital. Constitui-se, desse modo, o necessário amparo teórico-conceitual, auxiliando na compreensão do empírico em sua dinâmica; dali derivam as noções de territorialidade e, de modo particular, das ruralidades locais. Acrescente-se que o “território usado”, conforme orientação sugerida por Santos (1996; 2001), permite o entendimento das transformações ocorridas no rural do município de Cascavel, a partir do processo denominado “modernização da agricultura”.

Ainda no contexto da análise regional, percebe-se quanto é importante refletir sobre o cotidiano rural e sobre as estratégias de reprodução dos produtores tendo em vista o ambiente que exige, cada vez mais, eficiência e qualidade na oferta dos bens e serviços produzidos no rural. Para tanto, é válido o resgate das discussões clássicas sobre a agricultura familiar, sua origem no conceito de camponês e as expressões atuais dessa discussão, considerando, inclusive, àquelas que se dissociam dessa orientação, como por exemplo, as noções de agricultura empresarial.

Portanto, diante da complexidade e das especificidades presentes na análise regional, procurou-se ajustar os procedimentos metodológicos necessários às distintas escalas geográficas que influem sobre a base empírica em questão⁵.

Delineou-se, a partir dessa leitura, uma possibilidade para interpretar a realidade, dando-lhe uma figuração, uma representação mediante levantamento histórico e estatístico para que se pudesse compreender a intensidade da modernização na região Oeste e, de modo especial, em Cascavel. Assim, o fenômeno da ruralidade em suas distintas dimensões e expressões contidas no território pôde ser explicitado em nível local.

⁵ Insiste-se na escala como uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado. “...a prática de selecionar partes do real é tão banalizada que oculta a complexidade conceitual que esta mesma prática apresenta. (CASTRO, 2001, p.129). Acrescenta-se, nesse sentido, que “...na realidade o que é visível no fenômeno e que possibilita a sua mensuração, análise e explicação depende da escala de observação. A escala é, portanto, “...o artifício analítico que dá visibilidade ao real” (CASTRO, idem, p. 131;133)

Procurou-se, também, elaborar uma cronologia que apreendesse as particularidades, singularidades, articulações e continuidades experimentadas pelo rural local, considerando, para tanto, o período compreendido entre 1960-2007. Apreendeu-se, como referência básica, o processo de modernização da agricultura e sua influência na organização do território rural local, mediante uma dinâmica transescalar do capital.

Os procedimentos metodológicos necessários à consecução dos objetivos propostos pautaram-se, primeiramente, na realização de pesquisa bibliográfica para definir o marco teórico conceitual e para caracterizar a área de pesquisa.

Buscou-se, num segundo momento, a construção de um conjunto de informações apresentadas pelos diferentes órgãos vinculados à produção agrícola no estado do Paraná e também em nível local. Foram coletadas e compiladas informações e dados estatísticos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, notadamente informações vinculadas aos Censos Agropecuários a partir de 1960.

As demais informações agropecuárias utilizadas, tais como o panorama agropecuário municipal, mapas temáticos e pesquisas de caráter conjuntural, sobretudo no que tange ao comportamento de preços dos produtos e expansão das áreas produtivas, foram obtidas junto aos vários órgãos estaduais e municipais. A Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e seu Departamento de Economia Rural (SEAB/DERAL) é detentora das informações mais atualizadas e aproximadas em relação às atividades agrícolas do estado do Paraná. Também o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PR disponibilizou as informações relativas ao Perfil Agropecuário Municipal onde foram encontradas diversas informações referentes à produção agrícola e não-agrícola no município de Cascavel. A Emater/PR é notadamente um importante auxílio aos produtores familiares para a questão tecnológica e de sustentabilidade produtiva.

Nesse contexto, também as informações referentes ao Cadastro da Realidade Rural do Município de Cascavel foram tomadas como apoio para a análise do Perfil Agropecuário. Ressaltam-se, nesse sentido, as informações relacionadas à expansão de áreas produtivas, produção e produtividade em diferentes escalas e

tipos de produtos agrícolas e pecuários como safras anuais, produção pecuária, processos de agroindustrialização nas propriedades rurais, dentre outros aspectos vinculados ao meio rural.

Como importante complemento à análise dos dados secundários, foram realizadas trinta entrevistas com produtores familiares em diferenciadas estruturas produtivas, sendo 24 com produtores familiares e as demais entrevistas correspondendo à estruturas rurais empresariais, correspondendo a 0.83% do total estimado no município para o ano de 2006, aproximadamente 3.500 produtores⁶ (EMATER, 2006). As estruturas produtivas, conforme Lamarche (1998) vinculam-se diferenciadamente às práticas técnicas, econômico-financeiras e sócio-culturais. Foram levados em consideração esses critérios para a sistematização das entrevistas.

Utilizou-se, como procedimento, um roteiro de questões [anexo 1] em visitas às propriedades rurais nos distritos administrativos rurais, bem como ao Sindicato Rural Patronal de Cascavel. É válido acrescentar que a obtenção de informações discursivas não documentais revelou-se fundamental para o alcance dos objetivos propostos. As entrevistas foram semi-estruturadas e registradas mediante o roteiro que apresentava questões abertas. Ao longo das entrevistas, centrou-se no aprofundamento de certos temas, como transformação técnica na região Oeste, aspectos relativos ao mercado e comercialização de produtos, o papel da agroindústria, a presença de atividades não-agrícolas nas propriedades rurais, sendo possível aos entrevistados discorrerem livremente sobre vários aspectos da vida na propriedade e na construção do território rural. Nesse sentido, foi significativa a influência do referencial teórico adotado sobre o método da pesquisa.

Além das entrevistas com produtores rurais, foram também realizadas entrevistas com representantes de diferentes órgãos vinculados ao meio rural do município como Sindicato Patronal Rural, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda – COOPAVEL e seu evento tecnológico Show Rural Coopavel, este último nas edições 2006 e 2007. A cooperativa iniciou suas atividades no município em 1971 e configura-se como um importante agente na transformação territorial rural do município. Há que se acrescentar que há interesse

⁶ O critério adotado foi o de acessibilidade aos produtores.

da cooperativa na disseminação de tecnologia junto aos produtores associados. Dessa orientação derivam as edições do Show Rural Coopavel como “vitrine” para a exposição das atividades vinculadas ao agronegócio regional. Outra fonte de informação importante para a elaboração do último capítulo proposto refere-se ao conjunto de leis municipais, publicadas entre 1952 e 2006, que tratam especificamente da questão rural no município. A consulta realizada na Câmara Municipal do município de Cascavel configurou-se como subsídio para a discussão da questão institucional vinculada ao rural no período recente. Nesse contexto, há um destaque para o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa empírica subsidiam a proposta em duas partes relacionadas entre si; inicialmente, estruturam-se os dois primeiros capítulos; a segunda parte, abordando de forma mais específica a discussão empírica, ou seja, a diferenciação produtiva dos agricultores e suas expressões territoriais no rural do município de Cascavel compõem os demais capítulos. Assim, no primeiro capítulo – *O processo de ocupação e a formação territorial do município de Cascavel – PR* - procura-se resgatar a leitura dos diferentes processos de exploração e produção econômica na região Oeste do Paraná e, em especial, no município de Cascavel, mostrando um cenário para o período atual.

No segundo capítulo – *Território e territorialidades rurais: noções para uma análise geográfica* – busca-se discutir o território e as territorialidades rurais como fundamento ao aspecto empírico da tese. O plano proposto para esse capítulo enfoca, a princípio, o conceito de território em diferentes momentos da construção do pensamento geográfico. A noção de escala geográfica também contribui para o entendimento da organização complexa que assume o território quando se trata da ruralidade ali expressa, inclusive no contexto da pluriatividade e das relações estabelecidas entre campo e cidade. Por meio dessa articulação, compreende-se com maior clareza de que modo o meio técnico-científico e informacional atua sobre os territórios rurais modificando seus conteúdos.

A segunda parte se inicia com o terceiro capítulo da tese – *O modelo de modernização agrícola-tecnológico e a configuração do território rural no município*

de Cascavel – PR - buscando apresentar as características da expansão capitalista na agricultura, mediadas pela orientação industrial. Cabe acrescentar que o movimento transescalar do capital no território propiciou também à região Oeste do Paraná e ao município de Cascavel que se tornassem palco de significativas transformações sócio-produtivas em momentos posteriores.

O quarto capítulo – *Agricultura familiar e dinâmica capitalista: a contribuição das teses clássicas para o debate atual* - volta-se à compreensão do papel da agricultura no modo de produção capitalista, enfatizando as teses que orientaram historicamente a discussão sobre o modo de produção capitalista bem como a atualidade do debate. Esse amparo teórico subsidia, num segundo momento, a interpretação das categorias de produtores rurais alicerçadas no modelo de modernização da agricultura viabilizado no Brasil procurando sua diferenciação.

A seqüência do trabalho procura analisar a base empírica da pesquisa, ou seja, a organização do território rural na condição atual. Assim, a diretriz do capítulo cinco – *A agricultura e a construção de territorialidades: organização e funcionamento no rural de Cascavel pós 1990* – aborda-se as distintas configurações sócio-produtivas ali existentes, em áreas onde se faz presente a agricultura patronal e, principalmente, a familiar, esta última desempenhando atividades agrícolas e configurando também a pluriatividade.

O sexto e último capítulo – *Políticas Públicas e as novas estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais pós 1990* – estabelece uma leitura da participação do Estado, as possíveis mudanças institucionais e as novas estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais ancoradas na agricultura familiar. A análise estrutura-se numa orientação multiescalar para compreender o papel dos diferentes agentes envolvidos nesse processo.

Em conjunto, a estrutura teórico-metodológica proposta nos capítulos mencionados contribui para oferecer um quadro geral das transformações territoriais postas no rural de Cascavel diante das complexas exigências do capital entre 1960 até 2007. Cabe ressaltar, entretanto, que a modernização da agricultura no Oeste do Paraná e, de modo especial em Cascavel, é contínua e o território, como palco dessas transformações, torna-se objeto de novas reflexões e questionamentos.

PARTE I

CASCADEL: UM MUNICÍPIO PARA ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO RURAL DO OESTE DO PARANÁ

O conjunto de especificidades presentes no território rural do município de Cascavel vincula-se, em certos aspectos, ao processo de acumulação de capital em escalas econômico-financeiras mais ampliadas. Nesse sentido, é válida a análise dos principais aspectos que permitiram a inserção da região Oeste do Paraná na dinâmica produtiva brasileira e, de modo especial, sua participação no processo de modernização da agricultura.

O plano dos dois capítulos que compõem a primeira parte deste estudo propõe uma caracterização geral do município de Cascavel no contexto da economia paranaense. Abordou-se, para tanto, a formação do território do Oeste do Paraná, observando-se a lógica da ocupação efetiva de área a partir dos anos 1940. Na seqüência, elaborou-se uma leitura para meados da década de 1950 e 1960, tratando as transformações na estrutura produtiva agrícola e sua contribuição para a modernização [mecanização da agricultura e industrialização do campo] nesse corte territorial. A caracterização da área de estudo compõe a terceira e última parte desse capítulo.

No *segundo capítulo* são discutidas as diferentes noções de território e sua posição no conjunto da análise geográfica. É justificável, portanto, a estruturação teórica que fundamenta esse trabalho. Desse modo, entende-se que a escala geográfica contribui para a compreensão das transformações socioeconômicas que decorrem da reestruturação produtiva. É ainda explicitada a noção de “ruralidade” como expressão do território. Outro aspecto abordado nessa primeira parte do estudo é a redefinição da complexa relação campo-cidade e a construção de novas territorialidades rurais. O município de Cascavel, conforme mencionado anteriormente, ocupa uma posição de destaque na hierarquia urbana regional, o que acaba por influenciar a constituição de suas atividades rurais.

1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR

Este capítulo contempla os diferentes processos de exploração e produção econômica na região Oeste do Paraná e, em especial, no município de Cascavel, mostrando também um panorama do seu território rural no período atual. Nesse sentido, dividiu-se a abordagem em duas partes: primeiramente, organizou-se uma periodização tendo como base o processo de ocupação efetiva dessa porção do território, justificada, sobretudo pela presença da madeira em abundância, que foi explorada pelos primeiros imigrantes, oriundos, principalmente, das zonas coloniais do Rio Grande do Sul.

No conjunto das discussões aqui propostas, há a elaboração de um cenário. Isso porque a configuração territorial vinculada ao rural nessa região do Paraná e ainda as atividades rurais existentes no município de Cascavel resultam de movimentos socioeconômicos anteriores.

Na seqüência, são apresentadas algumas das características geoeconômicas relativas ao município de Cascavel que se constituem numa espécie de “pano de fundo” para as territorialidades presentes no rural no período recente. Tais características não se dissociam da dinâmica do estado do Paraná, principalmente quando se considera que a região Oeste é importante produtora de grãos deste estado, além de possuir um expressivo rebanho leiteiro que a coloca em posição de destaque também nessa atividade.

1.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Quando se busca compreender alguns dos aspectos relacionados à formação territorial da região Oeste, certos questionamentos são válidos como: à medida que se iniciou a ocupação das terras no Paraná, mais especificamente na região Oeste e Sudoeste, como ela se orientou? Ainda: de que forma a ocupação iniciada em meados da década de 1940 influenciou na formação territorial atual da região e do município de Cascavel?

Procurando atender a tais questões, neste item são caracterizadas as primeiras orientações geo-econômicas relacionadas ao território do Oeste do Paraná, considerando-se, para tanto, as transformações produtivas na década de 1950 e 1960. Cabe acrescentar que tais transformações não se dissociam de outros eventos históricos em momentos anteriores. Ressalta-se, nesse sentido, a presença indígena Guarani, marcadamente expressiva, conforme relatos históricos, ao longo dos séculos XVII ao XIX e, ainda, a exploração econômica das companhias estrangeiras [anglo-argentinas] que exploraram a erva-mate e a madeira na região Oeste entre fins do século XIX até meados da década de 1930. Outro evento marcante para o crescimento regional foi a intensificação na exploração da madeira regional ao longo dos anos 1950, que derivou em grande parte, da acentuada demanda por madeira no período pós Segunda Guerra Mundial e da expansão econômica brasileira, proporcionando uma efetiva ocupação nesse espaço. (COLODEL, 2003)

Desse modo, tal ocupação buscou, prioritariamente, a continuidade na exploração dos recursos naturais existentes, procurando ampliar a produtividade das áreas ocupadas e viabilizar os aspectos de ordem estrutural, como os equipamentos urbanos e a acessibilidade à região. Menciona-se também, os aspectos de ordem institucional e organizacional, como a criação de instâncias locais apropriadas à coordenação das atividades que se desenvolvem. Além da exploração da madeira, pode-se acrescentar o café como expressão primordial do território paranaense nesse momento.

Para a viabilização desse território como um território usado foi primordial, portanto, a combinação entre potenciais humanos e naturais em três fases distintas. A primeira caracteriza-se pela exploração praticada por capitais estrangeiros, principalmente argentinos e ingleses, em busca das riquezas naturais, a erva-mate e a madeira, até meados da década de 1930.

Um segundo momento caracteriza-se pela ocupação efetiva a partir de 1940 e culmina com a viabilização em escala regional, das condições necessárias à absorção da modernização da agricultura. Na seqüência, verifica-se a incorporação do modelo agrícola em questão, estruturado, principalmente, na produção de *commodities* para a exportação, como foi o caso da soja e da inserção de novas

orientações produtivas mediadas pela constituição dos complexos agroindustriais a partir de 1980.

Na discussão proposta neste item, procura-se compreender, inicialmente, alguns dos traços de ocupação do território brasileiro em fins do século XIX, notadamente na região Sul. Estes dizem respeito, entre outras variáveis, ao processo migratório europeu para o Brasil, sobretudo ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para Prado Jr (1983, p.183), a questão da imigração europeia do século XIX encontra-se estreitamente vinculada às crises provocadas pelo regime da escravidão. “Empregou-se [a imigração europeia] sobretudo para povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração espontânea deixava ao abandono; [...] é o que se deu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.” Nesses estados, o imigrante não se fixou como assalariado, mas iniciou um incipiente, mas significativo processo de mercantilização do excedente.

[...] o imigrante não se fixa como assalariado, mas encontra facilidades para aquisição de pequenas propriedades, e é nestas condições que se estabelece. O sistema de ‘colonização’ acima definido, aqui predomina inteiramente. Constitui-se assim, nesta parte do Brasil, um setor cuja organização econômica e social é bem distinta da do resto do país: grande parcelamento da propriedade fundiária, ausência do latifúndio; em vez de grandes lavouras do tipo do café, do açúcar ou do algodão, que produzem sobretudo para o comércio exterior, pequenas culturas e outras atividades de caráter local e destinadas ao abastecimento interno do país: cereais, vinho, produtos de granja, etc.” (PRADO JR., 1983, p.204)

Na formação da pequena propriedade associada à colonização estrangeira salienta-se que: “A ambição pela posse da terra forma nesses imigrantes um impulso muito poderoso, e constitui ela com certeza um dos mais fortes senão o mais forte estímulo que os leva a abandonarem sua pátria onde tal oportunidade lhes é negada”. (PRADO JR. 1983, p.249). Essa “ambição” mencionada pelo autor foi um dos importantes atributos para que se efetivasse, num momento posterior, a colonização da região Oeste do Paraná, quando começavam a diminuir as condições para a reprodução socioeconômica nas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Diversos trabalhos já contemplaram o estudo da evolução da região Oeste do Paraná considerando o contexto proposto por Prado Jr (1983). Dentre estes, cabe mencionar as interpretações dadas por autores como Westphalen, Machado e Balhana (1968), Padis (1981), Abramovay (1981) Mellos (1988), abordando as inúmeras transformações que configuram essa porção do território paranaense.

Westphalen, Machado e Balhana (1968, p.4) apresentam uma descrição até meados de 1930 da economia paranaense e também da região Oeste do Paraná. Para os autores, especificamente para o Oeste, a conjuntura daquele período favorecia, nessas áreas, uma ocupação extensiva, rarefeita, estruturada por meio da concessão de grandes áreas de terras devolutas, fornecidas pelo Governo do Estado, às companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira. Não havia ligações com a comunidade tradicional paranaense [Campos Gerais e Curitiba], muito menos a efetiva colonização do território concedido.

A exploração, nesse período, proporcionava às empresas argentinas, elevada taxa de lucro, visto que não havia qualquer preocupação na realização de inversões produtivas na região. Além disso, a comercialização da produção era realizada na Argentina, deixando de proporcionar à região Oeste do Paraná qualquer movimentação econômica que pudesse dinamizar a economia local, embora esta estivesse inserida no comércio internacional naquele momento, mesmo que isolada do próprio Estado. “[...] as concessões foram o marco inicial daquela integração da região ao mercado sul-americano (erva-mate e madeira) e mundial (madeira), muito, em função das vantagens de transporte, proporcionadas pela navegabilidade do Rio Paraná.” (MELLOS, 1988, p.60)

Um aspecto importante na relação entre o governo brasileiro e as companhias exploradoras era o compromisso na dotação infra-estrutural da região por parte das companhias estrangeiras, o qual nunca foi honrado. Em função disso, a colonização, urgente naquele momento, também não aconteceu, retardando o processo de crescimento e desenvolvimento regional. Mellos (1988, p.65) afirma que “[...] a infraestrutura que se configurou na região voltava-se apenas ao transporte e armazenagem da erva-mate.”

A estrutura viária era rudimentar, incipiente e atrelada aos interesses das companhias; por meio delas surgiram os pousos (postos de paragens) para descanso dos animais¹. A origem de municípios como Cascavel, Toledo, Santa Helena, está atrelada a esses locais de parada. Assim, antes da década de trinta, os povoados que, aos poucos, formavam-se no interior da região, eram dependentes das companhias de exploração, exercendo funções como depósitos, armazéns, pequenos estabelecimentos comerciais e barbaquás².

Cabe destacar que o esforço de nacionalização dessa porção do território, procurando livrá-la do isolamento imposto até os anos 1930, começa a proporcionar muitas das mudanças que ali se faziam necessárias. De acordo com Abramovay (1981, p.39)³, “[...] foi nesta época que Getúlio Vargas tentou concretizar um dos mais ambiciosos objetivos de seu governo, a Marcha para o Oeste, a colonização das terras distantes e desocupadas, com base sobretudo no sistema de pequenas propriedades.” Como consequência, a presença do capital estrangeiro na região se encerra no início dos anos 1940.

Deve-se atentar, contudo, para a continuidade da atividade exploratória na região, determinando, ainda, as condições de economia primário-exportadora. Embora fosse sentido o declínio do mate, como pauta de exportação, a exploração da madeira, de modo contrário, ascendia em termos de comercialização com o exterior.

1.2 A COLONIZAÇÃO EFETIVA : 1940-1960

Nessa fase, em meados de 1940, identificam-se os primeiros movimentos migratórios que possibilitaram a ocupação efetiva da região, destacando-se,

¹ Tomando-se como referencial o trabalho de Sperança (1992, p.23), pode-se complementar, nesse aspecto, que a existência dos pousos derivou, também, do tropeirismo, que tinha, como função mais específica, preparar o gado para venda no mercado paulista, em Sorocaba. Assim, muitos tropeiros tornaram-se comerciantes, proporcionando com essa atividade o surgimento de pequenos povoados, devido, sobretudo, aos deslocamentos realizados. Em torno destas pousadas estratégicas surgiram, mais tarde, segundo o autor, as grandes cidades paranaenses, mediante a fixação de colonos.

² Construção em forma de arco, composta de troncos de madeira sobre os quais se secavam as folhas da erva, utilizando-se para isso a fumaça e o calor de uma fogueira de lenha verde situada sob o barbaquá; in MELLO (1988, p.67)

³ Embora o trabalho de ABRAMOVAY (1981) seja relativo à região Sudoeste do estado do Paraná, sua referência é importante porque a economia sudoestina pode ser considerada “cabeça de ponte” de explicação para a ocupação da região Oeste.

conforme mencionado anteriormente, a imigração dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, em menor proporção, São Paulo e estados nordestinos.

Nesse conjunto de transformações, as atenções desta pesquisa voltam-se especificamente à ocupação efetiva do território paranaense a partir da década de 1950. No início dessa integração, foi na região Sudoeste que se congregou a maior parte do fluxo de imigrantes vindos do Estado do Rio Grande do Sul. Para Padis (1981, p.151) isso se verifica por meio da consolidação da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia e, posteriormente, Pato Branco. O autor ainda afirma que, até a década de 1940, o município de Pato Branco foi considerado “centro irradiador de dinamismo”, sendo, portanto, causa do aparecimento de diversos núcleos de ocupação.

Note-se, entretanto, que a ocupação das terras do Sudoeste do Estado do Paraná ocorria, ainda, durante a década de 1920, porém não pôde ser considerada expressiva durante esse período, a ponto de proporcionar alterações sócio-produtivas mais concretas, embora tenha ocorrido em grande escala (WESTHPALEN, MACHADO E BALHANA, 1968, p.20).

Somente alguns anos depois de já iniciada a “nacionalização” daquela parte do território brasileiro é que viria a efetivar-se seu povoamento.

Ressalta-se ainda que o entendimento do processo que então se iniciava na região Oeste do Paraná com a vinda dos colonos do Sul não pode ser analisado isoladamente. Conforme descreve Padis (1981, p.215), “[...] a ocupação desta parte do território foi reflexo e decorrência de acontecimentos havidos em outra parte do País e, alheios ao Paraná. Ou seja, a crise grassada na economia sul-riograndense é que determinou o deslocamento da fronteira agrícola do sul do País para aquela região.” Isso dificultou a ampliação da economia de troca naquelas localidades, que era voltada basicamente à policultura e ao minifúndio, calcado sobretudo na organização do trabalho familiar e visando à subsistência.

Mas não apenas os aspectos relacionados às tentativas de reprodução mercantil daqueles camponeses são válidos para a compreensão do subsequente processo migratório ocorrido na região Oeste do Paraná. É importante, também, o entendimento dos motivos que levaram à decisão de migrar desses camponeses,

descendentes de poloneses e principalmente, de italianos e alemães, e o porquê da região Oeste transformar-se em endereço final dessa população naquele período.

Disso vai derivar todo o processo de integração da região Oeste com o próprio Estado do Paraná e a mercantilização da produção nesse mesmo espaço a partir dos anos 1950. Esta atende às características próprias de produção e estrutura agrária que reproduziam os colonos sulistas anteriormente e é justamente por meio delas que se inicia uma nova configuração na utilização do território do Oeste do Paraná.

Nota-se que as profundas modificações ocorridas na colonização de descendência italiana e alemã advêm basicamente da insuficiência de terras, ou seja, de mudanças na própria estrutura fundiária a partir da década de 1940, nas regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

[...] o processo de colonização e ocupação dessas áreas, iniciado no século passado, baseou-se em atividades agro-pastoris que se desenvolviam em propriedades de tamanho familiar, isto é, lotes suficientes para a absorção da disponibilidade de força de trabalho de uma família." (PADIS, 1981, p.167)

Decorre que, com o aumento do número de descendentes, essa estrutura acabou por tornar-se incapaz de continuar a absorver a crescente mão-de-obra. As divisões feitas por ocasião de heranças aumentaram o número de minifúndios e, entre outros motivos, fizeram diminuir o tamanho das propriedades que tinham em média sessenta hectares. Isso resulta, de acordo com Mellos (1988, p.27) em, "[...] perca da condição social dos camponeses do sul do Brasil, resultado da rápida penetração do capital na atividade agrícola."

A ampliação da presença do capital nesse período está ligada ao aumento da área dos latifúndios, retraindo o número de propriedades de tamanho médio. Padis (1981, p.155) descreve também que tanto o agigantamento quanto a minifundização foram responsáveis pela expulsão da população da zona rural. Observa-se aqui a incapacidade de absorção dessa mão-de-obra das áreas rurais pelos centros urbanos locais, o que acabou praticamente obrigando a população mais jovem a migrar, já que o desemprego naquele período era fato constante dada à crise pela qual passava a economia gaúcha. Cabe acrescentar que os centros urbanos locais,

mencionados pelo autor, tinham apenas uma função complementar à agricultura, prestando serviços mais simples, em grande parte relacionada ao comércio e, dessa forma, tinham limitada capacidade de absorção de mão-de-obra.

Na dinâmica desse deslocamento, surgiram as companhias colonizadoras. Inicialmente, os assentamentos foram feitos no próprio Estado do Rio Grande do Sul. Somente quando se esgota aquela fronteira agrícola, é que se verifica a ocupação do território catarinense e, posteriormente, do Sudoeste e Oeste paranaense. “[...] isto gerou no sudoeste do Paraná, rápida transformação, revitalizando, demográfica e economicamente os núcleos populacionais, contribuindo para sua multiplicação.” (PADIS, 1981, p.156)

Na década de 1940 essas companhias iriam proporcionar a colonização efetiva da região Oeste do Paraná. Foi nesse período e, mais especificamente durante os anos de 1950 “[...] que os colonos gaúchos e catarinenses, pertencentes à mesma corrente migratória passaram a ser assentados no Oeste paranaense.” (MELLOS, 1988, p.92).

De acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1968, p.42), no ano de 1957, trinta companhias imobiliárias operavam no Oeste e Sudoeste do Paraná, com interesse em terras e pinheiros, constituindo inclusive uma Associação das Empresas Colonizadoras do Oeste do Paraná.

Destaca-se, nesse contexto, a companhia colonizadora MARIPÁ⁴ que, adquirindo terras de uma companhia exploradora argentina, a *Maderas del Alto Paraná*, acabou realizando uma colonização rápida, reproduzindo as características de produção dos produtores familiares gaúchos, ou seja, pequena propriedade e policultura.

“Através deste novo movimento, surgem cidades novas, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e outras. A região teria mais tarde a cidade de Cascavel como centro polarizador”. (WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA 1968, p.7)

Isso se justifica, pelo fato de que, “[...] na década de cinquenta, o aumento da população não se fez mais notável nas cidades de origem mais antiga. Ao contrário,

⁴ Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A., com sede no atual município de Toledo.

exatamente para as regiões ainda virgens afluíram, com mais intensidade essas populações.” (PADIS,1981, p.160).

Na descrição feita por esse autor, em um primeiro momento, ainda durante a década de 1940, pode-se afirmar que o próprio isolamento que se observava na região, em relação às demais regiões do Estado do Paraná, acabou reforçando os laços com o estado do Rio Grande do Sul, vínculo que ainda hoje está presente. As semelhanças em relação à geografia das regiões Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, em relação ao Sudoeste do Paraná, também reforçaram a continuidade das atividades anteriormente desenvolvidas.

É importante destacar que, embora seja a mais significativa, não foi apenas a migração dos colonos do Rio Grande do Sul que proporcionou integração e desenvolvimento à região Oeste do Paraná, sendo importante mencionar a presença dos caboclos. Essa frente foi inicialmente ligada à expansão das atividades dos descendentes dos tropeiros que, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, resistiram à semi-escravidão, imposta pelos interesses anglo-argentinos e preferiam plantar milho e criar suínos⁵ em áreas próximas ou mesmo distantes das trilhas ervateiras.

Inicialmente, esses caboclos praticavam caça, pesca e coleta, ou seja, aceitavam as fontes dadas pela natureza. Como eram itinerantes, nômades, não conseguiram acompanhar a mercantilização que ali ocorria a partir dos anos 1940 e foram praticamente expulsos para locais menos privilegiados em termos geoeconômicos.

Foi, portanto, a partir da chegada da frente migratória de gaúchos e catarinenses que se desagregou a economia cabocla. Não havia para o caboclo o interesse mercantil e capitalista em relação à propriedade da terra. “[...] a terra para esta população interessava apenas na medida em que era capaz de dar os frutos daquilo que nela plantava”. (ABRAMOVAY, 1981, p.12)

⁵ Destaca-se aqui o papel do “safrista”, criador de porcos, que abria uma clareira na floresta e nela cultivava milho, cercando a plantação. Quando o produto estava maduro, os animais eram soltos no interior da roça. Prontos para a venda eram levados a pé a frigoríficos que se encontravam muito distantes [...]. ABRAMOVAY (1981, p.25).

Com o despontar da mercantilização na região, os caboclos cederam lugar para uma nova organização produtiva. “[...] mais do que uma transição sócio-econômica, houve uma transformação étnica e cultural”. (idem, p.32)

Outra frente que também aportou na região Oeste do Paraná vinha do Norte do Estado tendo o plantio do café como propulsor, embora, por questões climáticas, a cultura do café não tenha ali se expandido. Portanto, essa frente teve que se adaptar às condições impostas pela região para expandir sua agricultura, não sendo o café o elemento propulsor da região. Vale lembrar, entretanto, que foi o café o responsável pela criação da primeira instituição financeira em Cascavel, o Banco Piquiri, em meados da década de 1960. (PIERUCCINI, 1998).

Na primeira fase da colonização, é importante ressaltar que era incipiente a comercialização dos excedentes produzidos. Durante a década de 1950, observa-se que grande número de latifúndios pertencia às companhias colonizadoras, porém os lotes de terra comercializados por essas companhias continuavam a caracterização dos minifúndios das regiões de origem, absorvendo apenas o trabalho familiar, com a produção pouco vinculada ao mercado.

A homogeneidade na colonização também é outro traço marcante na configuração do espaço regional desse momento. As atividades produtivas eram semelhantes em inúmeras propriedades com nível tecnológico relativamente baixo e limitado acesso ao mercado, a exemplo do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, introduz-se a suinocultura e a produção agrícola, como atividades econômicas; obedecia-se assim, à necessidade de manutenção do rebanho suíno e, também, da manutenção da própria família. Destaca-se que inúmeros fatores acabaram contribuindo para a formação dessa policultura-criação entre estes,

[...] a propriedade [e não mais a posse incerta da terra], o trabalho numa terra fertilíssima e cujas dimensões permitiram o funcionamento de um sistema de rotação de terras onde era possível obter uma grande produção de cereais.” Além destes fatores, destaca-se o traço mercantilista dos agricultores, “tecnicamente preparados para a mecanização agrícola com base no trabalho animal e um mercado urbano em expansão. (idem, p.76)

Assim, a mercantilização dos excedentes que se iniciava aliada à tendência de especialização da produção, fortaleceu mais tarde as primeiras agroindústrias

que se instalaram na região, a saber, os frigoríficos. As características de colonização mais marcantes nesse processo estão relacionadas

[...] à própria dotação infra-estrutural que, aos poucos, consolidava-se e, também, a aspectos específicos do transporte, que, aliados ao próprio assentamento proporcionaram o desenvolvimento de uma agricultura organizada, com base no trabalho familiar crescentemente integrada ao mercado". (MELLOS,1988, p.27).

Diante dessa influência, a comercialização dos excedentes fez a região despontar como fornecedora de "produtos *in natura*", e ampliou o consumo de bens manufaturados. Como consequência disso, aumentou-se o comércio nos núcleos urbanos que se iniciavam. Conseqüentemente, maiores áreas de terras eram ocupadas, objetivando a produção voltada para o mercado, como o arroz, o feijão e o trigo. A Figura 1 mostra área com plantio de arroz no município de Cascavel.



FIGURA 1 – PRODUTORES RURAIS NA COLHEITA DO ARROZ – RIO DAS ANTAS S/D

FORTE: MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

Para Padis (1981), no último quinquênio⁶, o valor da produção das lavouras da região Oeste [incluindo-se aqui o município de Cascavel] atingiu, em média, cerca de 16% do total do Estado. Entre as estimativas de lavoura desenvolvida há que se ressaltar especialmente a produção do milho, que, sozinha, era responsável por quase 30% do valor total dos produtos das culturas da região. Atenta-se para o fato de que o milho era considerado produto intermediário, estando atrelado à produção de suínos. Quanto aos cultivos destinados ao consumo e à comercialização local, Padis (1981, p.180), afirma serem significativos, na região, por ordem decrescente de importância: o feijão (15% do valor da produção da lavoura regional), a mandioca (12%), o trigo (11%), o arroz (8%), a soja, a batata-inglesa, e a batata-doce (que juntas perfazem 14%). O autor ainda destaca a importância, à nível estadual do canteio, do fumo, do milho e da soja.

Vale acrescentar que, de acordo com o Censo Agrícola realizado em 1960, dos 261.039 estabelecimentos recenseados no estado do Paraná, 171.849 estavam nas mãos de proprietários; somavam-se ainda 55.404 estabelecimentos arrendados e 33.786 estabelecimentos ocupados. Do total, 72.628 tinham no café sua atividade predominante. Outra atividade de destaque nesse período é o cultivo do milho. Nos 9.162.383 ha - hectares de área cultivada em terras próprias [70.137 estabelecimentos com 3.107.112 ha] cultivava-se o milho de forma predominante. No momento em que a policultura se constituía essencialmente como a atividade agrícola predominante, iniciava-se também uma significativa mudança na forma de exploração da atividade econômica diante da possibilidade de modernização produtiva. Eram arados de tração animal e as máquinas sendo utilizados concomitantemente. Chama ainda a atenção uma limitada monetarização dos processos de troca, que eram em sua maior parte feitos em produto.

Considerando apenas as propriedades individuais no estado do Paraná, 19.086 estabelecimentos realizavam pagamentos em dinheiro e 33.045 o faziam em produto.

Ainda nesse momento, na vasta região Oeste do Paraná, a maior parcela das propriedades era individual: 96.767 estabelecimentos individuais dentre os 127.191

⁶ 1965 é o ano à que se refere o autor em seu estudo, visto que o conclui em 1970.

estabelecimentos pertencentes à zona fisiográfica do Oeste⁷. Vale acrescentar que mesmo na região Oeste, distintas configurações devem ser consideradas, pois, como se tratava de área abrangente, os processos migratórios eram também diferenciados, sinalizando para condições agropecuárias distintas, com outros recortes fundiários não necessariamente compatíveis com o que se desenvolveu produtivamente em Cascavel. Por isso, cada local constrói suas especificidades e procura, quando possível, estabelecer laços interescares mais dinâmicos, de acordo com as exigências do capital. O Quadro 1 expõe particularmente a condição legal dos estabelecimentos em Cascavel associando-a em diferentes escalas.

QUADRO 1. ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS NO ESTADO DO PARANÁ, NA ZONA FISIAGRÁFICA DO OESTE E MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 1960.

PR OESTE CASCAVEL	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS		PRÓPRIAS E ARRENDADAS		ARRENDADA S E OCUPADAS	
	EST.*	ÁREA *	EST.	ÁREA	EST.	ÁREA	EST	ÁREA	EST	ÁREA
PARANÁ	171849	9162383	55404	775215	33786	1062026	5188	232380	928	18 979
ZONA DO OESTE	69078	3028707	27075	356184	29430	35971	663	45391	280	6 692
CASCAVEL	2665	132397	22	1669	1893	85861	9	855	-	-

FONTE: IBGE - CENSO AGRÍCOLA DE 1960

* EST. – ESTABELECIMENTO

* ÁREA – CORRESPONDÊNCIA EM HECTARES - EXCLUÍDA INFORMAÇÃO REFERENTE ÀS ÁREAS PRÓPRIAS E OCUPADAS

Na observação desse quadro, um aspecto interessante diz respeito ao expressivo número de estabelecimentos ocupados na zona do Oeste e também no município de Cascavel. Embora houvesse 2.665 estabelecimentos próprios, no total de 4.621 estabelecimentos recenseados, eram intensos os conflitos fundiários no município, visto que 1.893 estabelecimentos ainda eram ocupados.

Assim, o fato de se iniciar a atividade agrícola não diminuiu os episódios relacionados aos conflitos fundiários na região Oeste. Como bem lembram Westphalen, Machado e Balhana (1968, p.34): “[...] em todo o Paraná desdobrava-se a luta entre a posse e o domínio.” Num trecho específico relacionado à questão da intrusão, os autores afirmam que:

⁷ A zona fisiográfica em questão partia de um estudo proposto pela Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado – PLADEP em 1961. O Paraná foi dividido em três grandes regiões, sendo que a região Oeste compreendia as terras que descem da Serra da Esperança até o Rio Paraná. Dentro dessa região, segundo características culturais comuns, foram estabelecidas zonas congregando Terceiro Planalto, sete municípios, Zona de Pitanga, seis municípios, Faixa Sul da Fronteira, com vinte e seis municípios e Faixa da Fronteira, somando dezessete municípios. (PIERUCCINI, 1998). (Anexo 2)

Os **papa-terras** devoram também as terras do Oeste. Muitas vezes, bandoleiros paraguaios, em lugar da Polícia, são utilizados na operação de despejo dos posseiros, a pretexto de que estes são intrusos. As terras dos índios não escapam ao esbulho. Até mesmo em Guarapuava, bandoleiros tentam apossar-se dessas terras, havendo mortos e feridos na luta. (idem, p.35)

De acordo com o depoimento do produtor rural L.D.⁸, os constantes episódios de “grilagem” verificados nesse período ocorriam por conta da exploração da madeira, das reservas de pinho e não diretamente em função da terra. Desse modo, as terras devolutas eram ocupadas e, na seqüência, era retirada a madeira existente. Num segundo momento, as mesmas áreas eram legalizadas com possibilidades de exploração na atividade agrícola. Outro depoimento tomado corrobora essa afirmação: “Naquele momento o lucro era realizado prioritariamente pela exploração da madeira, pois a policultura possibilitava limitada acumulação” (Sr. S.H)⁹. Também o Sr. U.P¹⁰ expôs um interessante relato:

[...] aquele pequeno proprietário que tinha uma terra, uma posse, dizia-se assim naquela época: ‘minha posse lá, vale tanto’ e os fazendeiros, para poder formar uma fazenda melhor, chegavam para esses moradores que tinham uma determinada área de terra como posse e ofereciam tanto. Daí eles legalizavam, tinham maior conhecimento e mais facilidade para a legalização dessas terras. Mas normalmente não era considerado o valor da terra, era considerado o valor do que ele [o posseiro] tinha em cima. Era uma casinha, ou era um paiol, era uma benfeitoria.

Era, portanto, o interesse na exploração da madeira em escalas mais ampliadas, que dava o tom à atividade produtiva regional, quer em função dos interesses argentinos e ingleses num primeiro momento ou, num segundo momento, diante da demanda interna proporcionada, por exemplo, pela construção de Brasília. Havia, em ambos os casos, uma relativa competitividade na extração, apesar das limitadas condições infra-estruturais.

Para Mellos (1988), num primeiro momento, o interesse dos novos grupos exploradores, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, não estava vinculado apenas à madeira, mas também à possibilidade de abertura de novas áreas para as frentes migratórias que crescentemente abandonavam aquele estado. “Conjugaram-se assim os dois interesses e formaram-se as madeiras colonizadoras.”

⁸ Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2007.

⁹ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2007.

¹⁰ Entrevista realizada em 28 de novembro de 2006.

(MELLOS, 1988, p.93) O autor ainda especifica diferentes objetivos relacionados à presença das madeireiras nesse momento da história regional.

[...] deve-se ressaltar que a conjugação destas duas atividades [madeira e abertura de áreas de terra] predominou nas áreas anteriormente pertencentes às empresas estrangeiras, ou seja, onde a colonização foi realizada pela iniciativa privada. Porém [...] nem todos os empreendimentos conjugaram as duas atividades, pois ocorreram casos de grandes áreas adquiridas onde se desenvolveu a atividade madeireira e que não foram objeto de assentamento de colonos. Ocorreu ainda o caso de madeireiras que implantaram suas atividades nas áreas colonizadas pelo Estado do Paraná, e houve casos em que, após a madeira ser retirada, os proprietários transferiam às colonizadoras o direito de assentarem colonos em suas terras, mediante o pagamento de comissões àquelas companhias. Além disto, ocorreu também a associação de colonizadoras na promoção da ocupação de determinadas áreas. (MELLOS, 1988, p.93)

Para o município de Cascavel, não houve diretamente a intenção de assentar colonos, mas principalmente de retirar a madeira. É importante o papel da Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá – que adquiriu em 1946, a Fazenda Britânia. Segundo Mellos (1988), uma alteração no controle do grupo permitiu que em 1949 fosse criado outro importante grupo de exploração: a empresa Pinho e Terra Ltda¹¹.

As principais áreas de atuação desta empresa no Extremo-Oeste situavam-se entre os arredores de Cascavel e as proximidades de Foz do Iguaçu, cujos imóveis foram obtidos por um de seus sócios, que conseguiu levantar as hipotecas de áreas anteriormente pertencentes às empresas Companhia Florestal Paraná (de Miguel Matte) e da Nunes y Gibaja. (MELLOS, 1988, p.95)

O referido autor ainda observa que em especial a gleba Bezouro, então pertencente à empresa argentina Domingos Barthe foi adquirida em 1946 pela Madeireira Lupion. “Fazia parte deste grupo Moisés Lupion, governador do Paraná no período 1946-50. Este governador era sócio da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA...” (idem, p.97). A referida empresa foi responsável por desencadear inúmeros conflitos fundiários espalhando terror entre os agricultores na região Sudoeste do estado do Paraná. O constante enfrentamento entre a CITLA e

¹¹ A colonização realizada pela empresa Pinho e Terra Ltda. contou ainda com parcerias com outras companhias como a Colonizadora Gaúcha, Colonizadora Bento Gonçalves, Colonizadora Matelândia. A área do imóvel Lopeí, que pertenceu a Nunes y Gibaja e que se estendia entre os municípios Cascavel e Toledo, foi repassada para a Agro-Industrial São Roque (MELLOS, 1988, p.96)

agricultores, desencadeou, em 1957, a revolta de produtores rurais que expulsou a empresa da região. (MELLOS, 1988).

Embora a presença do Grupo Lupion tenha sido intensa na região Sudoeste, em se tratando do Extremo-Oeste, os interesses diretos do referido grupo tiveram pouca duração.

[...] em 1948 [o grupo Lupion] vendeu aquele imóvel com as duas serrarias instaladas em 1946, uma no então povoado de Cascavel e outra nas proximidades deste, às margens da rodovia que ligava Cascavel a Foz do Iguaçu. A partir desta transação surgiu a industrial Madeireira do Paraná que ficou com o patrimônio da Madeireira Lupion (MELLOS, 1988, p.97)

É importante destacar ainda a participação oficial no processo de colonização da região Oeste. A Fundação Paranaense de Colonização e Imigração se fazia presente por meio do Departamento Administrativo do Oeste. Segundo Mellos (1988), houve inicialmente a possibilidade de atuação no sentido de legalizar as posses, principalmente daquelas áreas que não haviam sido entregues para as concessões às empresas estrangeiras, ou ainda em áreas onde houve a anulação delas. De acordo com este autor, após 1956, em função do segundo mandato de Moisés Lupion, a atuação da Fundação amparava os interesses de grileiros e alguns madeireiros que, contando com a conivência da autoridade policial, espalhavam terror entre os pequenos posseiros. (MELLOS, 1988, p.98)

Há que se ressaltar que, mesmo que o capital envolvido na exploração da madeira fosse nacionalizado a partir de meados da década de 1950, pelo fato de que os grupos empresariais do sul do Brasil absorviam significativas áreas de exploração madeireira, a dinâmica do setor era ainda “capitaneada” pelos interesses estrangeiros, principalmente argentinos, o maior consumidor da madeira da região Oeste naquele período.

A ênfase aqui dada a madeira paranaense deve-se ao fato de que na década Cinquenta as maiores reservas florestais economicamente viáveis à exploração encontravam-se neste Estado, que se tornou o maior produtor brasileiro até a década de Sessenta, quando o surto madeireiro aliado ao avanço da produção agropecuária levou praticamente ao esgotamento das reservas. (MELLOS, 1988, p.101)

Outro fato que pode ser mencionado nesse momento, em que a dinâmica produtiva era essencialmente vinculada à madeira, diz respeito às novas possibilidades de transformação desta, antes exportada sob a forma de toras¹². Como assinala Mellos (1988, p.101):

[...] pela primeira vez, parte do valor excedente realizado a partir das atividades de extração e transformação foi apropriado por elementos fixados na região, ou seja, por grupos empresariais cujas sedes e, por consequência, o poder de decisão estavam inseridos no extremo-oeste. Internalizam-se assim as classes sociais características da exploração capitalista. A burguesia representando os interesses do capital, através da organização da produção madeireira, passou a fazer parte daquele espaço físico um espaço de valorização do capital, ou seja, não apenas um espaço de extração do excedente, como foi anteriormente, mas também um espaço de realização do capital, portanto também de circulação.

Essa “internalização” da acumulação de capital foi amparada, portanto, na intermediação da venda da madeira beneficiada na região Oeste. À medida que, em escala nacional, os primeiros sinais de esgotamento do modelo de substituição de importações eram vislumbrados, Mellos (1988) aponta para uma relativa contração da atividade madeireira nas demais regiões que ofertavam o produto para o mercado interno. Isso proporcionou um fluxo de madeira exportada para a Argentina pelo Porto de Foz do Iguaçu ainda maior, já que os empresários do Oeste começaram a comprar madeira de outras regiões do estado do Paraná. O relato do Sr. G.L. contribui para ilustrar essa dinâmica:

Realmente, a terra não era objeto de cobiça naquele momento. Tem uma passagem que o falecido B. comprou um pinhal e ainda comentou conosco... que éramos contadores dele: ‘Infelizmente tive que comprar essa porcaria de terra aí... O que eu queria eram os pinheiros!’. Não se tinha interesse na terra. [...] e assim uma enorme quantidade de outras serrarias não tinham interesse na terra. Tínhamos aqui uma grande quantidade de serrarias, mais ou menos 200...[pausa] cento e poucas, na época em que nós chegamos aqui. Então o que realmente interessava eram os pinheiros. Era produzir madeira para a exportação. Porque naquela época, eu achava um absurdo, porque para você exportar para a Argentina, as cotas eram pela quantidade de madeira que você tinha no porto [Rio Paraná]. Então a quantidade de madeira que tinha no porto de Foz do Iguaçu, era uma extravagância! Os madeireiros cortavam a madeira aqui e deixavam as pontas de pinheiro no mato apodrecendo.

Era uma extravagância tremenda. Haja visto que nas serrarias a quantidade de retalhos que era queimada, botavam fogo. E surgiu uma idéia, na época, na ACIC [Associação Comercial e Industrial de Cascavel], de se colocar aqui uma fábrica de papel. Hoje eu dou graças a Deus até que isso não tenha ocorrido, porque se isso tivesse ocorrido nós estaríamos envolvidos com

¹² “Proibição em 1947 das exportações da madeira brasileira em toros.” (MELLOS, 1988, p.101)

reflorestamento e não com produção de soja... Mas, de repente isso passou e Cascavel teve um sucesso tremendo no plantio de soja, e você pode observar, que a maioria dos madeireiros, são poucos os que restaram aqui, com plantio de soja, por que? Porque só queriam a madeira.¹³

Durante a década de 1960, começaram a se esgotar muitas das áreas de exploração madeireira diante da intensidade de tal processo. Contudo, as condições para a reprodução do capital, em nível local já haviam sido estabelecidas.

Na segunda metade da década de Sessenta, quando se intensificaram as relações de produção capitalistas na agricultura da região com o desenvolvimento das culturas de trigo e soja, aquele capital acumulado na atividade madeireira e de colonização já havia penetrado em outros segmentos da atividade econômica da região, como no comércio em geral, em outros gêneros da indústria de transformação e mesmo na agricultura. (MELLOS, 1988, p.103)

É no final desse período que se verifica o início do fenômeno da mecanização da agricultura e a intensificação das relações desta com a indústria. A região Oeste não permaneceu alheia a essas transformações principalmente em função das condições naturais favoráveis à agricultura de exportação, como a soja, que iniciava seu plantio no município de Cascavel em meados de 1965.

À medida que se processava a expansão da agricultura no estado do Paraná, na região Oeste, elaborava-se uma nova forma de integração às demais dinâmicas produtivas na economia nacional por meio da produção agrícola. Desse modo, deu-se um grande impulso ao processo de crescimento econômico em Cascavel, ainda que dependente, nessa etapa, das atividades primárias.

Como conclusão a esse item, pode-se relacionar que aspectos geoeconômicos e históricos, combinados, concorreram para delinear um conjunto de características peculiares ao território do Oeste do Paraná. Nesse aspecto, foram extremamente importantes os elementos próprios da natureza que proporcionaram excelentes condições de exploração econômica e o elemento humano, principalmente o imigrante descendente de europeus que soube, dada à sua origem mercantil, usufruir do potencial natural ali existente (PIERUCCINI, 1998).

Pode-se afirmar que um novo ciclo iniciou-se na região a partir dos anos 1960, atrelado principalmente às exigências do capital industrial, que tinha na

¹³ Depoimento colhido em 29/11/2006.

agricultura seu principal mercado consumidor. Na esteira da modernização transformou-se o território rural do Oeste do Paraná¹⁴. Na seqüência, são apresentados os principais aspectos relacionados ao rural do município de Cascavel no período recente, procurando desse modo, caracterizar a área de estudo em questão.

1.3 ASPECTOS GERAIS DO RURAL E DO URBANO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

O município de Cascavel está localizado na Microrregião Geográfica de Cascavel e integra a Mesorregião Geográfica do Oeste do Paraná - Figura 2, apresentando uma área de 2.091,400 Km² (SEMA, 2005 citada por PERFIL MUNICIPAL, 2005). Observa-se que o relevo de Cascavel é ao norte, ondulado, constituído por colinas amplas e baixas declividades e, ao sul, média e alta declividade e onde o relevo apresenta-se acidentado. As altitudes encontradas na região Oeste variam entre 900 metros no município de Guaraniaçu, vizinho a Cascavel e 180 metros no município de Foz do Iguaçu – Figura 3. Grosso modo, a região Oeste é confinada pelos rios Piquiri, Iguaçu e Paraná.

¹⁴ A análise do processo de modernização da agricultura e suas implicações no território rural do município de Cascavel serão apresentadas no capítulo 3.

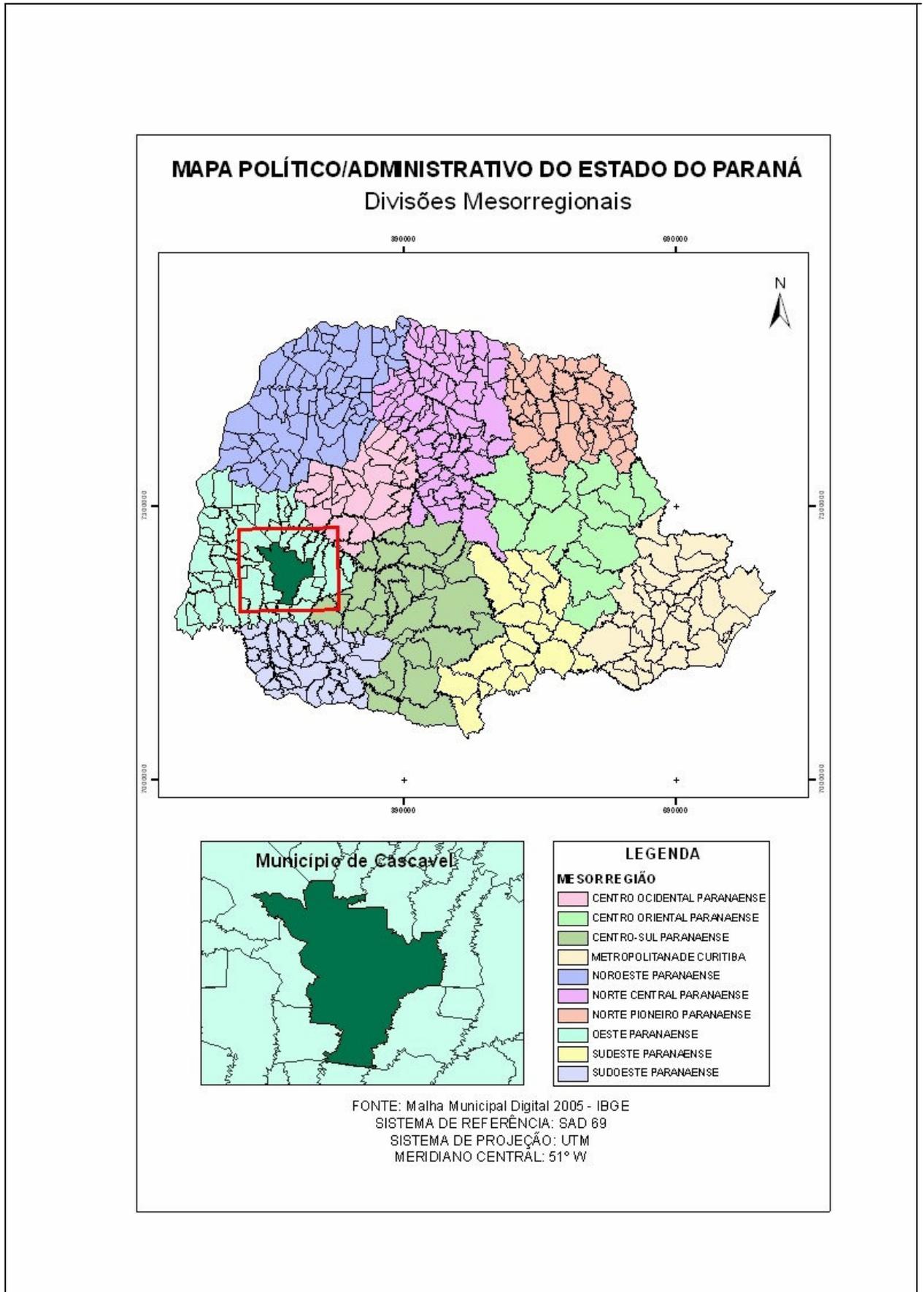


FIGURA 2 – MAPA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARANÁ – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO PARANÁ.

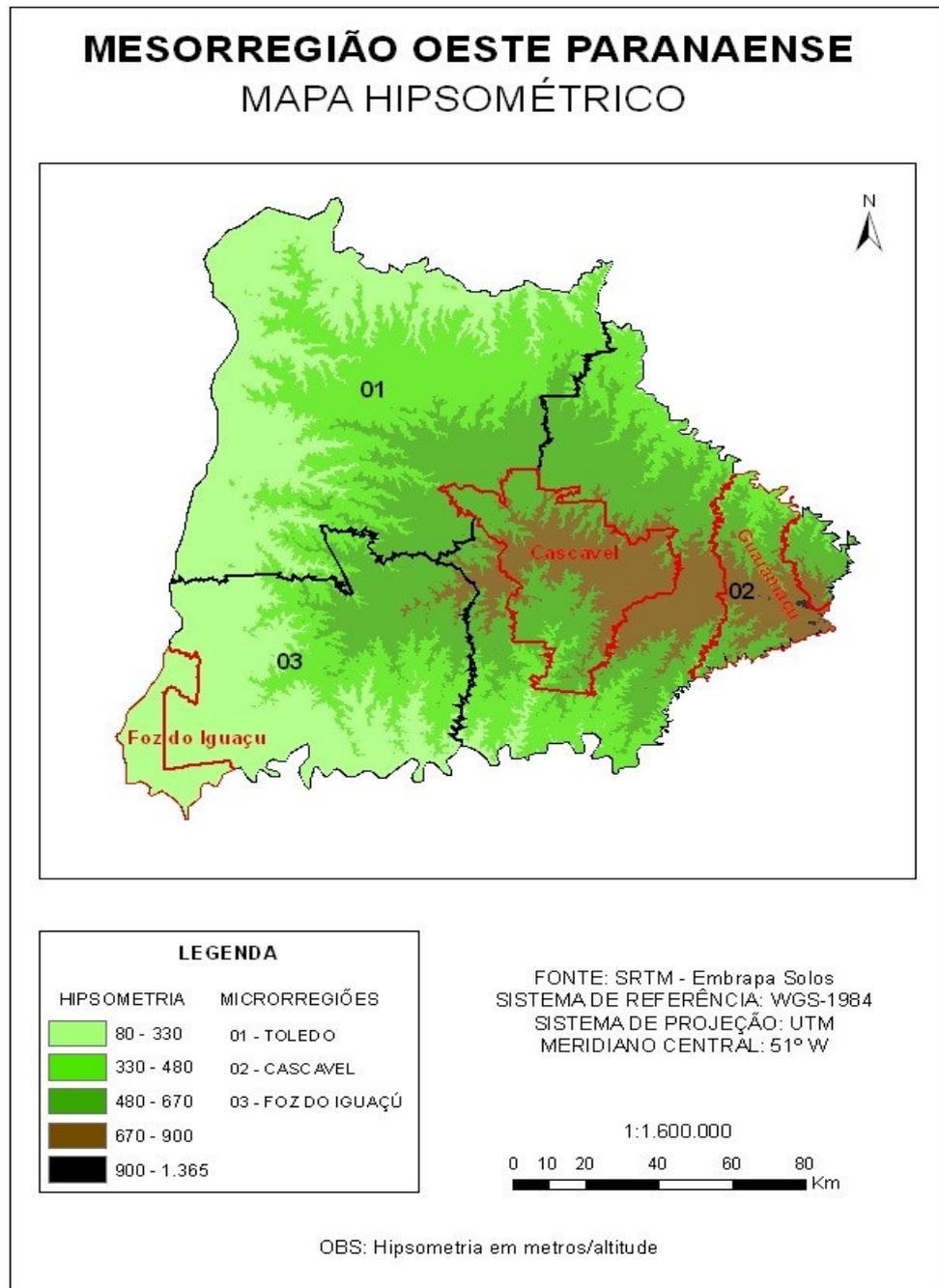


FIGURA 3 – MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ – MAPA DE HIPSOMETRIA

De acordo com Nimer (1977, p.2-3):

Genericamente na microrregião de Toledo e nas áreas baixas lindeiras ao rio Paraná, próximas a Foz do Iguaçu, predomina o clima tropical, sub-quente, superúmido com sub-seca, enquanto na microrregião de Cascavel e demais áreas da micro de Foz do Iguaçu, predomina o clima temperado brando, superúmido, sem estação seca.

O clima no município é temperado mesotérmico e úmido, com temperatura média anual em torno de 21°C. A região está sujeita a geadas, embora não muito freqüentes. A umidade relativa do ar gira em torno de 75% e os ventos sopram na direção nordeste/sudoeste e leste/oeste com velocidade média entre 33km/h e 46 km/h (PERFIL MUNICIPAL, 2005).

Esse conjunto de características climáticas, somadas ao afloramento do latossolo roxo com camadas profundas de boa fertilidade e bem drenado, conferem à região condições favoráveis à agricultura (FUNDETEC-PLANO DIRETOR, 1995). Tal configuração contribuiu para que a distribuição das atividades agrícolas e pecuárias tivesse também uma certa distinção: ao norte e nordeste, áreas ocupadas com lavouras temporárias, notadamente a soja e o milho; ao sul, a pecuária ocupa as maiores extensões de terras.

Outra característica importante refere-se à demografia. Cascavel possuía, de acordo com a estimativa oficial do IBGE (2005), 278.185; habitantes, destes, aproximadamente 18.500 se encontravam em áreas rurais¹⁵. Houve um incremento populacional de aproximadamente 1.804 habitantes a partir de 2001 na área rural do município em função do re-assentamento de comunidades rurais com terras atingidas pelo reservatório da Usina de Salto Caxias¹⁶.

O grau de urbanização, segundo o Censo Demográfico – IBGE (2000), é de 93,20. Nesse sentido, destaca-se que em 1950 “[...] a população recenseada perfazia um total de 4.411 habitantes com aproximadamente 90% da população residente na zona rural. Já em 1956, estimava-se uma população de 2.000 habitantes apenas na área urbana.” (PIERUCCINI, TSCHÁ e IWAKE, 2003, p.119).

¹⁵ Contagem parcial para o ano de 2004. Dados fornecidos pelo Escritório Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 24 de agosto de 2005.

¹⁶ A usina alagou parte do território dos municípios de Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná e Capitão Leônidas Marques.

Vale salientar que a população desse município ampliou-se significativamente nas últimas décadas, registrando maior crescimento entre 1960 para 1970, quando teve um incremento de 127,09%. No período de 1970 e 1980, registrou-se aumento de 81,78%. (PERFIL MUNICIPAL, 2005). O expressivo aumento populacional contribuiu para que o município obtivesse “relevância média superior”, conforme caracterização proposta para os espaços econômicos relevantes¹⁷. (PARANÁ, 2006)

Na discussão proposta para o município, vale lembrar que as transformações territoriais rurais em Cascavel não podem ser dissociadas da dinâmica produtiva estadual. É nessa condição que se apresenta o estado do Paraná em sua configuração no período recente.

A base econômica do estado do Paraná proporcionou condições favoráveis à geração de renda no conjunto dos estados brasileiros, sendo responsável por 5,99% do PIB [Produto Interno Bruto] brasileiro no ano de 2000. (PARANÁ, 2006, p.11) Porém, comparativamente aos demais estados da região Sul, sua posição é relativamente mais limitada, principalmente no que tange ao PIB *per capita*. Enquanto o estado de Santa Catarina, em 1995 apresentava R\$ 4.739,00 e no ano de 2000 configurava um aumento expressivo para R\$ 7.902,00, o estado do Paraná, mesmo com maior crescimento do PIB, diante de maior contingente populacional, obtinha crescimento menos favorável em sua renda *per capita*. O Quadro 2 apresenta esse comparativo entre os estados do sul do Brasil.

QUADRO 2 - DADOS GERAIS SOBRE POPULAÇÃO E PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL E REGIÃO SUL – VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS PARA O ANO 2000

BRASIL E REGIÃO SUL	R\$ MILHAO	PARTICIPAÇÃO %	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %	PIB PER CAPITA
BRASIL	1.101.255	100	170.143.121	100	6.473
SUL	193.534	17,57	25.161.621	14,79	7.692
PARANÁ	65.969	5,99	9.585.383	5,63	6.882
SANTA CATARINA	42.428	3,85	5.369.177	3,16	7.902
RIO GRANDE DO SUL	85.138	7,73	10.207.061	6,00	8.341

FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS, CONTAS REGIONAIS DO BRASIL 1985-2000, MICRODADOS.

¹⁷ No estado do Paraná, mediante um critério de somatórios, a capital Curitiba possui altíssima relevância [maior ou igual a 24]; Londrina, Maringá e Ponta Grossa [maior ou igual a 18 e menor do que 24]; Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu na região Oeste do estado [maior ou igual a 12 e menor do que 18]; aproximadamente 80% do território paranaense não possui relevância [menor que 1].

O que agrava sobremaneira tal situação de pressão sobre a renda *per capita* do estado do Paraná é sua tendência de crescimento polarizado em poucas regiões, concentrando produção e gerando “vazios produtivos”. A atividade agrícola modernizada em várias regiões do estado do Paraná provocou evasão populacional do meio rural e também de pequenos municípios ao longo das décadas de 1970 e 1990, diminuindo os processos produtivos agrícolas intensivos em mão-de-obra. Por conseqüência, acentuou-se a pressão por trabalho nos municípios de médio porte, contribuindo para o decréscimo da renda nesses locais. Diante do evento da modernização da agricultura, o estado do Paraná acabou por inverter de forma bastante acentuada sua matriz demográfica. A Figura 4 ilustra essa tendência.

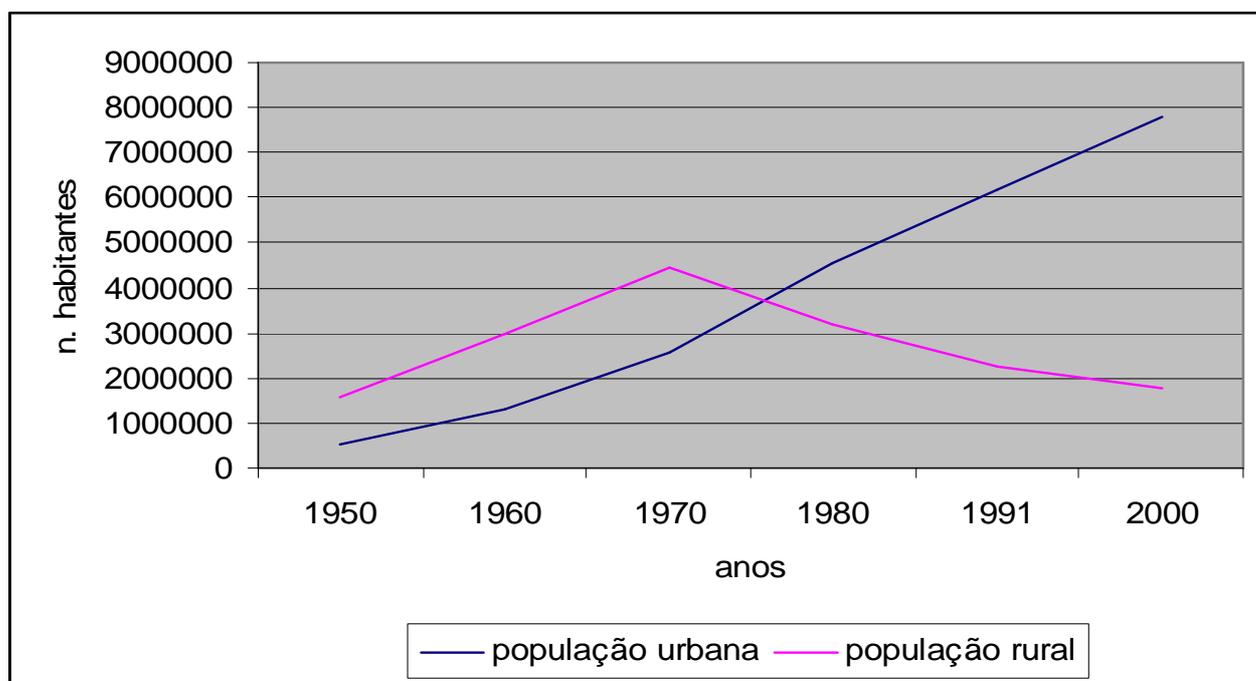


FIGURA 4 - GRÁFICO - COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO NO ESTADO DO PARANÁ – 1950-2000
 FONTE: IBGE – SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000.

Apesar das perdas históricas relacionadas à ocupação da mão-de-obra na agricultura, este setor apresenta a distribuição mais homogênea no território paranaense. Afirma-se que “[...] na maioria dos municípios, a participação dos ocupados na agropecuária representa mais de 30% do total da força de trabalho.” (IPARDES, 2006). Entretanto, no caso específico do município de Cascavel, essa participação é inferior a 10%. Desse modo, as ocupações vinculadas às atividades urbanas são mais expressivas.

A título de ilustração, em Cascavel, o setor agropecuário constituía 21% do valor adicionado¹⁸ no ano 2002. Em 2003, no setor industrial, inclusa aqui a atividade agroindustrial, dos 399 municípios do estado do Paraná, apenas 43 participam com 89,4% do valor adicionado fiscal em todo o estado. Tal realidade também se faz presente quando se observa o setor de comércio e serviços; nesse último setor, apenas 24 municípios possuem participação superior a 0,25% e representaram 92,8% do valor adicionado fiscal no setor¹⁹. (PARANÁ, 2006)

Considerando a região Oeste, principalmente nos eixos Cascavel-Toledo e Cascavel-Foz do Iguaçu, nela se concentra 8% da população e 9% da produção gerada no estado do Paraná. Vale acrescentar que tal concentração populacional e produtiva ocorre apenas em dois eixos no restante do estado do Paraná: Londrina-Maringá, respondendo, respectivamente, com 16% da população e 9% da produção e Curitiba-Ponta Grossa, com 32% da população e 58% da produção²⁰.

Ainda segundo o Ipardes (2006), em Cascavel, o PIB *per capita* alcançou R\$ 8.141,00. No mesmo período, o PIB *per capita* do estado do Paraná atingiu R\$ 9.891,00 e no Brasil, respectivamente R\$ 9.498,00. Portanto, a renda auferida pela população do município ficou abaixo da média do estado e do País.

Considerando especificamente a atividade agropecuária, esta respondeu, em 2003 por 18,78% do PIB a preços básicos no município. Esse resultado decorre da utilização competitiva do território, conforme sugerem Santos e Silveira (2002, p.295). Para os autores: “O uso competitivo do espaço acaba por se mostrar um uso hierárquico, à medida que algumas empresas dispõem de maiores possibilidades para utilização dos mesmos recursos territoriais”. No caso específico do rural de Cascavel, a reestruturação tecno-econômica permitiu a incorporação de áreas e de processos produtivos que se justificam pela busca constante de produtividade, mesmo em diferenciadas categorias de produção agropecuária. Essa reestruturação produz ainda orientações específicas quanto ao uso do território.

¹⁸ Valor adicionado: receita gerada pelo setor produtivo, indicando sua participação na arrecadação de impostos no estado.

¹⁹ Exclui-se nesse cômputo a participação das companhias de água e saneamento SANEPAR e energia elétrica, COPEL.

²⁰ População: porcentagem da população estadual residente no aglomerado de municípios conforme o Censo de 2000. Produção: porcentagem do valor adicionado fiscal estadual correspondente ao aglomerado de municípios em 2003. (PARANÁ, 2006, p.55)

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES RURAIS: NOÇÕES PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

O território expressa as ações humanas e permite, em sua leitura, que se compreenda a vida em sociedade. Por meio dele é possível reconhecer as diferenças ou similitudes que se esboçam no espaço, à medida que o modo de produção capitalista avança em diferentes direções e altera constantemente a função produtiva ali presente. Dessa maneira, tal categoria se constitui na referência teórica elencada para amparar esse estudo, dentre tantas outras referências importantes no pensamento geográfico como espaço, paisagem e região. Como menciona Sabourin (2002, p.24), considerando essa interrelação conceitual, “especificar e criar um espaço é, realmente, quase criar um território.”

Assim, este capítulo contribui para a sistematização do rural em sua interpretação geográfica, considerando, para tanto, que a reestruturação tecno-econômica modifica a vida no território, proporcionando novas territorialidades em distintas escalas. O plano proposto para esse capítulo enfoca, a princípio, o entendimento do território em diferentes momentos da análise geográfica.

Na seqüência, outro aspecto abordado diz respeito à escala e ao dimensionamento dos fenômenos geográficos, dentre estes, a organização complexa que assume o território quando se trata da ruralidade ali expressa. Assim, a ruralidade presente no território é o terceiro ponto a ser abordado no presente capítulo. Nesse conjunto de atividades que são concretizadas no território, sejam agrícolas ou não-agrícolas podem ser compreendidas as ruralidades em Cascavel.

Por fim, este capítulo busca caracterizar as relações campo-cidade. Por meio dessa articulação, compreende-se com maior clareza de que modo o meio técnico-científico e informacional age sobre os territórios rurais, modificando seus conteúdos.

2.1 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

Numa orientação teórico-metodológica particular, Corrêa (2002, p.251), observa que “território não é sinônimo de espaço, ainda que para alguns ambas as palavras apresentem o mesmo significado.” Conceito derivado do latim, *terra* e

torium, etimologicamente significa “[...] terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação” (CORRÊA, 2002, p.251).

Como conteúdo epistemológico, o território vincula-se, de acordo com Souza (2001) à Ciência Política e também à Geografia. As orientações propostas traziam, num primeiro momento, o Estado como elemento fundamental para a discussão do território. Assim: “O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social”. (CORRÊA, 2002, p.84). Isso permite, segundo o autor, a geração de identidade, pois um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território. Isso configurou uma certa indistinção, ou seja, rigidez entre o uso dos termos espaço e território.

Coube a Ratzel, inicialmente, estabelecer uma leitura do território fundamentada no referencial político do Estado. Nesse sentido, não se poderia pensar na indissociabilidade entre solo e Estado, muito embora seja mencionado o termo solo “[...] como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado.” (SOUZA, 2001, p.86).

Nesse contexto, a espacialidade vincula-se a outros dois conceitos essenciais, a saber o espaço vital e o território.

Em outras palavras, cada coletividade teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para sua população, recursos estes que seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes. A formulação ratzeliana indica que a propriedade de determinado espaço – portanto, território – supõe a sua defesa e, por que não, a conquista de novos territórios; assim a propriedade e a luta são colocadas como elementos comuns da história. (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.3)

Uma interessante contraposição ao pensamento ratzeliano e ao determinismo subsequente surge na Geografia Francesa com Vidal de La Blache e a visão possibilista. No conjunto de reflexões propostas naquele momento, é o conceito de região que se coloca como prioritário em fins do século XIX e início do século XX. Segundo Schneider e Tartaruga (2005), dificilmente caberia ao conceito de território constituir-se como instrumento apolítico e de neutralidade científica desejável. Soma-se a esse fato a ascensão do nazismo no período entre guerras e a retomada

das teorias ratzelianas durante a Segunda Guerra Mundial como primado da Geopolítica naquele momento. Nesse contexto, o conceito de região obteve primazia na análise geográfica, o que culminou num certo abandono do conceito de território até meados da década de 1970.

Ao longo da década de 1970, coube ao geógrafo norte-americano, Jean Gottmann, uma retomada do conceito de território com um novo enfoque, que priorizava problemas atuais como globalização, terrorismo e integração europeia. Ele sugere, nesse sentido, uma elevada fluidez que se estrutura nos avanços tecnológicos, proporcionando complementaridades entre os Estados (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005).

Vale acrescentar também que para Raffestin, citado por Souza (2001, p.96)¹ “[...] o espaço é anterior ao território”. Assim, o território é uma reordenação do espaço cuja ordem busca, dentro dos sistemas informacionais, um arranjo pertencente a uma cultura. Nesse sentido, esse território refere-se a um trabalho humano que se exerce sobre uma porção do espaço, mas também a uma combinação complexa de forças e ações mecânicas, psíquicas, químicas, orgânicas. (RAFFESTIN, 2006). Desse modo:

[...] sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém (SOUZA, 2001, p.96).

Schneider e Tartaruga (2005) apreendem na leitura de Raffestin a “[...] existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais. Assim, coloca-se em proeminência uma geografia do poder ou dos poderes, e uma melhor significação da geografia política”.

Na perspectiva de Raffestin, o território entende-se como a manifestação social do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização- reterritorialização (T-D-R), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras

¹ RAFFESTIN, Claude (1993). **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ática.

palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.6).

Vale acrescentar a esse enfoque analítico uma concepção de território como mediação entre o mundo e o local, apoiando-se em Santos (1996): “[...] em sua funcionalização, o ‘Mundo’ necessita da mediação entre os lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos.” (idem, p.338).

É possível, ainda, avançar na interpretação do território ao considerá-lo como um campo de forças. “[...] uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2001)

Outra importante contribuição ao conceito de território foi elaborada por Sacks, que compreende o território como territorialidade humana e em suas motivações. “Para Sacks a territorialidade é uma tentativa, ou estratégia, de um indivíduo ou de um grupo para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas por meio da delimitação e do controle de áreas específicas – os territórios.” (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.6) Nessa condição, são possíveis os fluxos, os territórios móveis no espaço e também territórios fixos, ainda em sua grande maioria.

Nessa nova estrutura de organização do sistema capitalista, o sistema de objetos e o sistema de ações produzem uma nova ordem mundial. “Nessa nova ordem pós-moderna, [...] o conceito de soberania nacional estaria em declínio e haveria uma desterritorialização no sentido de que a localização perdeu sua importância.” Em outras palavras: “a lógica dos fluxos superou a lógica dos stocks” (VESENTINI, 2004, p.78).

Portanto, o território traduz-se em formas e o território usado “[...] é sinônimo de espaço geográfico.” (SANTOS, 2002, p.20) Portanto, sinônimo de espaço habitado, de existência e de produção material:

O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas a produção de projetos, isto é com vistas à política, com “P” maiúsculo, deve-se torná-lo um território usado. (SANTOS, 1999, p.18)

Santos (2002, p.18), afirma que para a discussão do território como categoria geográfica faz-se necessário pensá-lo como ato de produzir e viver. Desse modo, ele se elabora em função do processo de produção, das formas de regulação, e ainda em função do mercado-mundo². Busca-se, desse modo, a interpretação do território em mudança, em processo. “Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos” (SANTOS, 1999, p. 19). Essa reflexão possibilita, novamente, o entendimento do território como campo de forças.

Para Perroux (1970), existe uma dialética que se diferencia daquela proposta pela análise marxista e que se apresenta ativamente no mundo moderno. “[...] se define pelo conflito entre os espaços de crescimento gerados por pólos de crescimento e os espaços territoriais politicamente organizados” (idem, p.109). A construção analítica em questão propõe uma influência bastante significativa de empresas com graus de encadeamento produtivo bastante intenso a ponto de modificar a dinâmica dos territórios mediante a concentração das atividades econômicas, principalmente industriais, e pela contraposição entre a lógica do mercado e a presença do Estado nesse contexto.

Desse modo, “Perroux chamava a atenção que as empresas motrizes, controlando instalações e explorações em áreas as mais diversas do globo, eram muitas vezes mais importantes que as nações e os próprios Estados.” (ANDRADE, 2002, p.214).

“O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada

² Cabe acrescentar nesse sentido que o mercado não é categoria de análise. O mercado é uma grande palavra que, para ser transformada em categoria de análise, tem que ser muito esmiuçada. Cada ramo do mercado, para não usar outra palavra, tem um comportamento diferente, produz uma topologia própria, isto é, uma distribuição no território, mas também o uso do território e demandas relacionadas a esse uso. Devem ser considerados conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades, dentro do território. Como sabemos a velocidade não é um dado da técnica, é um dado da política. Assim, podemos incluir a noção de velocidade como uma das características de análise do território. (SANTOS, 1999, p.20).

área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder” (idem, p.213).

Quando se procura refletir sobre território, sua gênese, várias possibilidades podem ser apresentadas. Nesse sentido, as características geológicas, os recursos naturais, as dimensões econômico-produtivas, a identidade dos grupos sociais são consideradas para uma orientação introdutória. Entretanto, quando se procura compreender a dinâmica territorial, observa-se o território como “...um instrumento de exercício de poder” (SOUZA, 2001, p.79)

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex. uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma experiência periódica, cíclica. (idem, p.81)

Sugere-se, desse modo, transformação e vivência. Por meio da configuração territorial são vislumbradas as interações entre as escalas superiores, inerentes aos processos de globalização e as escalas do cotidiano, horizontalizadas. As vivências são reconhecidas nessas escalas mais restritas, como por exemplo nas especificidades da relação entre cidade e campo.

O espaço, transformado em território pelas práticas espaciais de seus habitantes não é apenas de domínio de quem o administra, ordena e controla utilizando representações do espaço, mas também, da interação dinâmica e fluida entre o local e o global, o individual e o coletivo, o privado e o público e entre a resistência e a dominação. (RUA, 2003, p.61).

Na interpretação do território como resultado da forma-conteúdo, explicitada por Santos (1999) ele é dado como um mosaico, ou seja, a produção histórica e geográfica de eventos solidários, de um acontecer solidário.

Em sua dimensão teórica, pode-se ainda acrescentar *que [...] los territorios no se definen por limites físicos, seno por la manera cómo se produce, en su interior, la interaccion social*”. (ABRAMOVAY, 2006, p.2).

Analisando a lógica da construção do território, Oliveira (1999) destaca a estrutura como síntese de uma realidade contraditória. Isso explicita uma orientação

vinculada à lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção que se elabora por meio de regulações supraestruturais. “O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.” (idem, p.74)

Do conjunto de reflexões sobre o território como categoria geográfica, pode-se apreender a noção de territorialidade e territorialidades. Para Souza (2001) existem inúmeras possibilidades para suas interpretações.

A territorialidade no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que se faz de qualquer território, um território, isto é [...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica, etc.: para exemplificar, territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua. [...] um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (idem, p.99)

Corroborando com a afirmação de Souza (2001), Thomaz Júnior (2004, p.109) propõe que se pense sobre territorialidade “[...] enquanto materialidade fenomênica, sob a necessidade imperiosa de buscar o entendimento da espacialidade do processo de construção da sociedade, ou seja, a complexa rede de relações sociais que anima os atores sociais e dá lastro ao espaço geográfico.”

Também Andrade (2002, p.214) analisa a territorialidade de forma diferenciada. Assim, pode-se interpretá-la como “[...] o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território”.

Já na explicitação proposta por Becker (2001, p.272), “[...] novas territorialidades [...] entendidas como estratégias que visam influir em ações a partir do controle dos territórios [...] surgem acima e abaixo da escala do Estado.” Mudam, dessa maneira, as escalas de intervenção e novas variáveis contribuem para esse processo. Para a referida autora isso decorre especificamente da revolução científico-tecnológica [aqui são destacadas a microeletrônica e a comunicação], bem como da questão ambiental que impõe novos padrões de relação com a natureza e com seus recursos. Desse modo, o estoque de conhecimento sinaliza as alterações

no ambiente produtivo e sugere novas possibilidades de organização social e política, bem como novas territorialidades advindas da nova espacialização dos processos produtivos. A autora identifica assim os estreitos vínculos entre o fenômeno da globalização e o território.

A inovação tecnológica representada pelas redes transnacionais de circulação e comunicação, permite a um só tempo a globalização com a diferenciação espacial, induzidos tanto pela lógica da acumulação como pela lógica cultural, e resultando na valorização seletiva dos territórios. (BECKER, 2001, p.287)

A valorização seletiva dos territórios, mencionada pela autora, pode ser exemplificada por meio de alternativas e possibilidades locais. Assim, podem ser destacados os processos de assentamentos rurais e reassentamentos rurais, estes decorrentes, na região Oeste do Paraná, da formação dos reservatórios necessários às usinas hidroelétricas, a difusão de novas técnicas nas atividades agropecuárias e os processos de agroindustrialização nas propriedades rurais e vínculos profissionais com o ambiente urbano. Esses são elementos que sugerem novas territorialidades, mediante novas formas de apropriação do território na busca de estratégias de reprodução social.

Portanto, para Thomas Júnior (2004, p.105), a Geografia contribui para a compreensão dessas estratégias que “[...] dão formas e contornos e fundamentam-se sobre conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez substantiva-se em ordenamento territorial.”

A noção de território, na condição anteriormente explicitada, favorece o avanço nos estudos das regiões rurais em dimensões básicas (ABRAMOVAY, 2006). Para tanto, é necessário, primeiramente, que se abandone o horizonte estritamente setorial, ou seja, a agricultura como a única atividade aos agricultores. Nessa perspectiva, segundo o referido autor, interpreta-se a ruralidade como categorial territorial.

Uma segunda dimensão refere-se aos equívocos que freqüentemente se cometem quando são mencionadas as noções de crescimento econômico e processo de desenvolvimento. Agregam-se, por meio da abordagem territorial,

aspectos históricos, forças sociais, estruturas institucionais, perpassando as análises estritamente setoriais.

Como terceiro aspecto básico, apresentado pelo referido autor há o estudo empírico dos atores e de suas organizações. Tal dimensão é importante quando se procura compreender uma realidade localizada e específica. Contudo, ainda se verifica uma certa ausência de fundamentos teóricos consistentes para a noção de território e desenvolvimento territorial. (ABRAMOVAY, 2006)

Vale ainda acrescentar, a esse respeito, que a partir dos anos 2000, foram reinvidicadas novas interpretações para o território, vinculadas à atuação e gestão do planejamento estatal.

Uma nova compreensão do território deriva das reflexões acerca do desenvolvimento sustentável³. Para tanto, a configuração social do território é importante, bem como sua associação aos comportamentos humanos, aos econômicos e à evolução da natureza. (VEIGA, 2001). Isso possibilitou uma nova interpretação dos processos de planejamento, diante das demandas regionais. Novas ordenações territoriais surgem com o intuito de contribuir mais efetivamente com o processo de desenvolvimento econômico.

Essa nova orientação preconizada pelo Estado considerando o território, justifica-se por um conjunto de fatores no qual este se configura numa estratégia de competitividade, eficiência microeconômica, bem como instrumento de modernização das políticas públicas.

Desse modo, o território poderia auxiliar na compreensão dos processos de desequilíbrio regional e, principalmente na minimização das assimetrias entre os lugares. Entretanto, “[...] as *actividades* que apelam para este mundo rural tendem a torná-lo mais uma cena complementar à vida urbana”. (LOURENÇO, 2001). Vale acrescentar que, para a referida autora, existe uma dimensão simbólica à concepção do rural, que é fruto de um sistema de representações sociais, sendo a base da definição de ruralidade.

³ Nessa orientação, a utilização dos recursos produtivos no momento presente, não deve comprometer a condição de vida das gerações futuras. Ela procura, nesse sentido compatibilizar a temática do crescimento econômico com o meio ambiente. Sobre esse assunto, existe um vasto referencial bibliográfico que pode ser consultado.

No que tange à estruturação conceitual necessária à compreensão do rural no município de Cascavel, esta se pauta no entendimento de que as alterações no ambiente produtivo inerentes ao processo de reestruturação tecno-econômico possibilitam novas territorialidades, como identifica Becker (2001), sobre os estreitos vínculos entre o fenômeno da globalização e o território. Portanto, a compreensão do conceito de território amplia a possibilidade de interpretação das ruralidades presentes em Cascavel como parcela integrada à dinâmica produtiva preconizada pelo mercado.

2.2 AS POSSIBILIDADES DA ESCALA GEOGRÁFICA PARA APREENDER AS RURALIDADES

Pode-se dizer que há na Geografia o esforço por “[...] apreender o real em sua totalidade” (Brunet citado por SANTOS, 1996, p.114)⁴. Nessa busca, “[...] é indispensável que [o geógrafo] o faça a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global”. (SANTOS, 1996, p.118). Ainda para esse autor “[...] isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável” (idem, p.119).

É mediante a inserção da escala que se compreende mais facilmente o movimento do universal para o particular, mencionado por Santos (1996). “Como o real só pode ser apreendido por representação e fragmentação, a escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida, de observação e elaboração do mundo.” (CASTRO, 2001, p.133)

A escala perpassa a representação gráfica do território, transformando-se num importante instrumento para apreender o empírico “[...] ganhando novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e concepção do real”. (CASTRO, 2001, p.118). Apoiando-se nessa ótica pode-se dizer que a escala possibilita a observação e o dimensionamento de fenômenos geográficos e esta será utilizada para apreensão das transformações em curso no rural de Cascavel.

⁴ R. Brunet (1962, P.13). *Les croquis de la géographie régionale et économique*. Paris, SEDES, 1962.

Em sua estrutura analítica, a escala pode ser compreendida como “[...] uma estratégia de aproximação do real” (CASTRO, 2001, p.118;127). Assim, a autora complementa que “a abordagem geográfica do real enfrenta o problema básico do tamanho que varia do espaço local ao planetário.” Corroborando essa afirmação, Lacoste, citado por Castro, (2001, p.121)⁵ afirma que: “[...] a realidade aparece diferente de acordo com as escalas dos mapas, de acordo com os níveis de análise.” Todavia, não há fragmentação do real, mas sim sua apreensão e a possibilidade da leitura geográfica ali necessária.

Desse modo, a escala é “definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos” que se modificam conforme o ângulo observado. Há que se acrescentar que não se pode considerar um recorte empírico do espaço que esteja dissociado de fenômenos mais amplos. Nesse sentido, Isnard *et. al.*, citados por Castro (2001, p.129) afirmam ser necessário “[...] traduzir atitudes em uma escala, explicitando ao mesmo tempo sua contrapartida em uma outra escala.”⁶

Na necessária correlação entre o espaço globalizado e o lugar, considerando o real e a sua representação, traduzem-se “grandezas visíveis”. Assim:

[...] a escala é uma noção que supõe projetividade, ou seja, um conjunto de configurações, uma sendo projeção da outra, mas que conservam suas relações harmônicas. [...] diferentes escalas são diversos quadros visuais do mesmo em si”. (MERLEAU-PONTY, citado por CASTRO, 2001, p.132)⁷

Vale acrescentar nessa discussão o pensamento de Dias (2003, p.85) que faz referência à escala do processo. Os processos não operam somente em escala local ou global, mas apresentam ‘dimensões escalares’, quase sempre transescalares. Nesse sentido, para Rua (2002) devem ser enfatizadas as dimensões transescalares e multiescalares diante da complexa organização assumida pelo território atualmente.

Não se pode pensar o urbano e o rural, o global e o local, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas sócio-espaciais que obrigam a permanentes reconfigurações das

⁵ LACOSTE, Ives. *La géographie, Ça sert d'abord faire la guerre*. Paris, 3e/d., La Découverte, 1985, *led*, 1976.

⁶ ISNARD, H., RACINE, J-B., REYMOND, H. *Problématique de la géographie*. Paris, PUF, 1981.

⁷ MERLEAU-PONTY. *Lê visible et l'invisible*. Notes de travail. Paris, Galimard, 1964.

escalas de ação. [...] O local e o global aparecem integrados pelas escalas de ação. (RUA, 2003, p.57)

Posta a questão da escala como possibilidade de mediação entre o espaço globalizado e o local em suas múltiplas caracterizações, são apresentados, na seqüência, aspectos vinculados a essa dinâmica. Nesse sentido, a interpretação da globalização se faz como processo econômico que indica a expansão do capitalismo por meio de técnicas e novas estruturas, novos padrões de consumo, criando-se, assim, novas formas, novas possibilidades de acumulação num período técnico-científico e informacional. Disso decorre a importância de compreender o processo de globalização [autores anglo-saxônicos] e/ou mundialização [literatura francesa]⁸ como uma das escalas que interferem em recortes territoriais delimitados.

Castro (2005) contribui significativamente para a compreensão das dimensões da globalização. A escala global fundamenta-se em dois elementos da modernidade: a economia capitalista e o sistema de Estados-nações. Para a autora: “Não é mais possível analisar o mundo, sob quaisquer dimensões, sem referência ao fenômeno da globalização. [...] o problema, me parece, se refere também às escalas que devem ser distintas para cada um desses aspectos [...] [políticos, sociais e culturais].” (CASTRO, 2005, p.215). Nesse sentido, “[...] não é pois possível pensar o mundo isolado das muitas e diferentes partes do seu todo, que configuram sua real complexidade.”. (ibidem).

Na análise de Furtado (1998) presume-se um processo de anterioridade na formação econômica do mundo moderno que pode ser visto sob três ângulos:

[...] 1] a intensificação do esforço acumulativo mediante a elevação da poupança de certas coletividades; 2] a ampliação do horizonte de possibilidades técnicas e; 3] o aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo. Não se trata de três processos distintos, e sim de três faces em interação de um só processo histórico. É fácil perceber que, sem as inovações técnicas, não iria muito longe o aumento da poupança e que a ampliação do poder de compra da população era elemento essencial para a reprodução dinâmica do sistema. (FURTADO, 1998, p.26).

⁸ Existem distintas interpretações dos termos globalização e mundialização. Desse modo, é válida a orientação dada por Chesnais (1996, p.24): “[...] é possível ao termo globalização empregá-lo no sentido em que for conveniente, dando-lhe o conteúdo ideológico que quiser”.

Nessa interpretação, o meio técnico-científico e informacional permite que novos produtos sejam concebidos, bem como novas demandas criadas em diferentes áreas. Configura-se o que o autor denomina como “imperativo tecnológico”, um evento de intensidade correlato ao processo de industrialização experimentado pela sociedade moderna nos sécs. XVIII e XIX. As novas ordenações sócio-produtivas amparadas em estratégias diferenciadas de reprodução do capital, as novas possibilidades para obtenção de lucro são cada vez mais complexas. Assim, observando a multiplicidade de interpretações para a dinâmica capitalista, percebe-se que a globalização expressa as forças do mercado, libertas de regulamentações e imposições.

Esse novo momento do capitalismo traduz diferentes caracterizações estruturadas em fluxos, trocas de tecnologia, cultura, informações, por considerações vinculadas à modernidade e sua configuração ideológica. Nessa interpretação, ressalta-se a acentuada expansão global de relações de produção vinculadas ao mercado.

Para Chesnais (1996, p.32), “[...] a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados e só a elas.” Assim, cabe acrescentar que as complexidades desse processo não permitem configurá-lo como um estágio final do sistema capitalista, mas sim considerar na evolução do capitalismo novas possibilidades mediante a crescente internacionalização da acumulação.

Traduz-se, portanto, uma nova distribuição histórico-geográfica, política e cultural das estratégias da divisão social do trabalho em nível global, produzindo novas espacializações produtivas. Neste processo, ocorre, inicialmente uma elevada mobilidade de capital em diferentes regiões, além da ampliação dos fluxos financeiros. Nesse aspecto se inclui a “financeirização do capital”, ou seja, a globalização financeira.

Além da já mencionada “financeirização” verifica-se, ainda como característica desse processo, a concorrência entre os espaços em diferentes escalas, sejam locais, nacionais ou blocos inter-regionais. Isso remete a uma

segunda imposição estratégica pautada na intensificação dos fluxos em suas especificidades, atendendo conjuntamente aos imperativos do mercado. As estratégias das empresas nesse ambiente visam ampliar a eficiência e a competitividade, modificando profundamente as dinâmicas produtivas locais. Assim, os grupos industriais tendem a se reorganizar na forma de empresas-rede. Centraliza-se o capital, descentralizam-se as operações, diante das possibilidades proporcionadas pelo meio técnico-científico e informacional.

Uma outra característica desse processo vincula-se à crescente transnacionalização das economias. Há, desse modo, a emergência das redes como estratégia de legitimação no ambiente macroeconômico. Configura-se, por exemplo, um “espaço de rivalidade industrial” (CHESNAIS, 1996, p.36), diminuindo sensivelmente o controle das trocas. Na visão desse autor, a hierarquia das regiões, bem como a rede mundial dos pontos que lhe está mais estreitamente associada, aparece claramente nesse mapa. É a lógica das fusões e aquisições que geram relações de interdependência entre os lugares.

Há que se apresentar, ainda, nesse contexto, a complexificação do papel do Estado, ou seja, são produzidas numerosas funções e novos marcos regulatórios num ambiente institucional cada vez mais dependente de instâncias decisórias mais ampliadas. Como exemplo, pode-se mencionar as dificuldades no estabelecimento das regras comerciais quando ocorrem as rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC), principalmente aquelas voltadas aos produtos agrícolas. Becker (2001) conduz essa discussão amparada na geopolítica e nos novos usos do território, decorrentes das estratégias adotadas em escalas globais. Nesse sentido, a autora afirma que “[...] o comércio mundial se regionaliza e a globalização força cada nação a direcionar suas energias para a competição internacional por mercados e lucros.” (idem, p.302). Buscam-se, dessa forma, novos conteúdos científicos, técnicos e informacionais.

Nesses novos conteúdos, estão implícitos os sistemas de ação e de objetos explicitados por Santos (1996) como um conjunto indissociável, solidário e contraditório e, portanto, complexo. Criam-se vinculações pertinentes à técnica e à unidade de funções e forças na produção dos bens e serviços, caracterizando-se

ações dotadas de propósito que alteram as características dos objetos. Nesse processo é inerente a transformação da natureza mediante a ação humana.

Disso deriva “[...] um novo modelo técnico, econômico e social da produção agropecuária que aqui chamaremos de agricultura científica [...] muito mais produtivo e competitivo, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital.” (ELIAS, 2003, p. 315-316).

Assim, no movimento do capital, do global ao local sob a forma de escalas, constituem-se ruralidades que expressam a reestruturação da base técnica e uma metamorfose na divisão social e territorial do trabalho agropecuário. Desse modo:

A rentabilidade do capital, exigida pela economia globalizada, induziu a existência de formas mais eficazes de produção, transformando radicalmente as forças produtivas da agropecuária, visto que seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não condiziam com a racionalidade vigente no período tecnológico. (ELIAS, 2003, p. 317).

Acentua-se, desse modo, o caráter de subordinação da natureza ao sistema técnico científico e informacional, sendo irreversível a aproximação entre os processos produtivos agropecuários e o funcionamento dos complexos industriais estruturados na maximização dos lucros. Essas novas proporcionalidades entre a natureza social e a natureza natural colaboram para que novas lógicas sejam estabelecidas no uso do território.

No rural de Cascavel, a articulação em diferenciadas escalas contribui para que as agroindústrias e cooperativas ampliem a subordinação dos produtores rurais às exigências do mercado. As constantes alterações da base técnica na qual opera a agricultura regional são impostas em movimentos transescalares do capital. O evento Show Rural Coopavel, inicialmente proposto como dia de campo para a apresentação de novos produtos e processos tecnológicos pela cooperativa local, é exemplo desse processo. Tornou-se o segundo maior evento na América Latina em termos de diversificação de experimentos agropecuários. (COOPAVEL, 2006). Para que atinjam eficiência em suas atividades, os produtores rurais dependem dessas determinações tecno-econômicas geradas em escalas mais ampliadas.

2.3 A RURALIDADE COMO EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO

Na discussão que ora se apresenta, ressalta-se que da noção de território derivam novas possibilidades de interpretação, dentre essas, destacam-se as territorialidades e o rural como parte substancial das mesmas. Desse modo a ruralidade é interpretada como expressão do território.

Conforme a discussão anterior, admite-se que o espaço é primordialmente a categoria geográfica que ampara uma amplitude de noções, dentre elas o território. Entende-se ainda que nessa discussão é mais facilmente reconhecida a noção de ruralidade também em suas particularidades, dentre estas, a dimensão produtivista.

O modelo produtivista na agricultura, também denominado modelo euro-americano de modernização agrícola, associa a padronização dos processos técnicos e dos produtos à padronização de ordem organizacional e econômica. Delineado no período pós Segunda Guerra Mundial, houve na agricultura uma intensificação da “[...] utilização de novo material genético melhorado e ainda mais padronizado; motorização e mecanização para o cultivo de produtos de maturação homogênea”. (DUFUMIER e COUTO, 1998, p.86).

A intensa homogeneização dos processos produtivos tornou o território regular e de certa forma, “obediente” às determinações urbano-industriais. Dufumier e Couto (1998) assinalam a esse respeito que existe uma estreita coordenação entre os setores à montante [química fina, fertilizantes, mecanização] e os setores à jusante [unidades agroindustriais privadas ou cooperativas].

A região Oeste do Paraná exemplifica essa condição, pois as propriedades rurais, em sua expressiva maioria⁹, vinculam-se às exigências produtivistas, sejam estas atreladas aos contratos de integração junto às agroindústrias privadas ou na condição imposta pelas cooperativas locais. São essas orientações que alteram a dinâmica do território, vinculando-a as exigências do capital.

Comentando sobre essas questões, Dufumier e Couto (1998) observam que os sistemas agrários especializados e que configuram a Revolução Verde

⁹ Os dados publicados anualmente pela SEAB [Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento] no Paraná sugerem um aumento da produtividade nas áreas próprias ao cultivo de lavouras temporárias como soja e milho.

encontravam-se, ao longo da década de 1990, diante de uma crise estrutural e que atualmente exige transformações radicais do modelo anteriormente esboçado. Cabe notar, também, que a alteração nesse padrão de produção ocorre porque, em algumas regiões diminuem as possibilidades de rentabilidade do capital por essa via. São perceptíveis os impactos de ordem socioeconômica e ambiental. Desse modo, surgem novos significados no rural decorrentes da crescente complexidade do processo produtivo. Considera-se, portanto, que as características e funções do meio rural alteram-se profundamente. Surgem novos processos, novas especializações e estas, conseqüentemente, traduzem-se em novas espacialidades e territorialidades distintas no plano regional no Brasil. Especificamente em Cascavel, as relações produtivas vinculam-se sobremaneira às determinações produtivistas dos segmentos agroindustriais. Contudo, algumas iniciativas de agroindustrialização artesanais com processamento nas propriedades familiares sinalizam a busca pela diversificação de produtos, com melhorias na renda familiar. Tais iniciativas estão associadas à produção para o mercado. Wanderley (1999), observando as formas modernas de agricultura familiar, descreve que fatores como a urbanização, a centralidade do mercado e a globalização da economia produzem adaptações daquela a um novo contexto de reprodução, “[...] transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna.” (idem, p.35).

Desse modo, são criadas novas possibilidades para as atividades agrícolas e não-agrícolas, implicando, muitas vezes, em sobre-trabalho para os produtores familiares nesta fase de neo-produtivismo capitalista.

Cabe ainda acrescentar que, no que tange às estratégias de reprodução da agricultura familiar no território o acesso à atividade mercantil e à produção para subsistência são complementares. Conforme menciona Wanderley (1999, p.43): “[...] até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural desses agricultores a busca de produto ou produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado”. De certa forma, a produção de monoculturas como a soja, produzida nas unidades familiares, responde a essa orientação.

Como resultado, verificam-se novos condicionantes tecnológicos, que modificam a dinâmica dos territórios, o que não necessariamente implica em considerar a possibilidade de desaparecimento da dinâmica rural. Pelo contrário, o

rural e o agrário, em particular, estão “muito presentes” e vêm respondendo às demandas da sociedade e os espaços produtivos regionais se reorganizam configurando uma intensa vinculação territorial aos padrões produtivistas. Como bem observa Martin (2000, p.88): *“como respuesta a la situación global, son destacables los procesos de retorno al territorio y a las identidades, el renacimiento de los espacios rurales, el renacer y la valorización de las culturas tradicionales para la supervivencia de nuestro mundo.”*

Abramovay, (2003, p.51) corrobora a afirmação de que a importância da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Nesse sentido, o autor observa: “As funções convencionais de fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra para o crescimento econômico são cada vez menos importantes diante dos próprios atributos territoriais que definem, conceitualmente, a ruralidade”. (idem, p.13). Cabe ainda a seguinte observação:

Em resumo, os diversos modelos produtivos para a agricultura advêm da diversidade cultural, social, econômica e ambiental cada vez mais localmente organizada, no mundo dito globalizado; por isso atenderão em grande parte, aos diferentes requerimentos e necessidades particulares de cada formação social e de cada região.[...] Desse ponto de vista, estima-se que as crises e os novos desafios poderão suscitar diferentes reações ou saídas, as quais se manifestarão através de mudanças particulares nos respectivos sistemas de produção, no conceito de subsistemas agrários. (DUFUMIER e COUTO, 1998, p.105).

O rural é dinâmico; encontra-se, desse modo, em permanente transformação, atrelado às exigências produtivistas bem como neoprodutivistas, o que configura, conforme explicitado anteriormente, um novo uso do território.

Portanto, atribuir uma noção específica à ruralidade não se constitui em tarefa simples. A multiplicidade de características que envolvem o rural-urbano em seus processos reais configura distintas formas de reciprocidade e complementaridade entre ambos.

Segundo Saraceno (1996), as ciências sociais utilizam e desenvolvem a categoria rural-urbano, buscando explicar o deslocamento de recursos que acompanha o processo de modernização. Desse modo, “[...] observam-se as diferenças espaciais que se mostram significativas, tenta-se reconhecer-lhes as

regularidades ou similitudes, as tendências de se reproduzirem ou perderem significado.” (SARACENO, 1996, p.2).

No processo analítico surgem várias possibilidades que podem estar pautadas no território como categoria, o que não as livra de uma série de equívocos, principalmente quando se busca “[...] muito mais descrever as transformações ocorridas com a urbanização do que aquelas que tinham lugar nas zonas rurais abandonadas.” (SARACENO, 1996, p.3). Procurando distanciar-se desses equívocos, é a partir da noção de territorialidade que se pretende compreender a ruralidade. Desse modo, admite-se que:

A ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Ainda que não contíguos, os territórios rurais compartilham, de fato, algumas características comuns que no entanto não foram definidas de maneira clara nem no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, nem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano. Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido. (SARACENO, 1996, p.2)

A partir da interpretação da ruralidade como expressão da territorialidade, pode-se compreender, de forma implícita a lógica do território, ou seja, sua racionalidade. “A racionalidade, nesse fim de século chega ao território; ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia, da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional” (SANTOS, 1999, p.17).

Para Dias (2005, p.8), há uma resultante da interrelação entre mecanismos endógenos e exógenos nessa dinâmica. Assim, na visão da autora, a territorialidade configura-se “[...] como resultado de mecanismos endógenos - relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe das várias escalas de organização espacial.” As noções de rede encontram-se, desse modo, estreitamente vinculadas a essa lógica.

A construção dessa interrelação se configura no território que expressa, em sua transformação, parte dos processos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção. Portanto, a ruralidade traduz essas correlações mediante as constantes modificações territoriais, ou melhor dizendo, nos

conflitos gerados entre o global e o local, ou seja, entre as verticalidades e as horizontalidades.

O rural, como territorialidade nas suas diferentes faces e em sua horizontalidade, expressa a luta pela inserção num espaço das redes - das verticalidades.

A materialização desse conflito ocorre por meio de sua configuração técnica, pelos princípios de gestão adotados nas propriedades, pela racionalidade imposta pelo mercado via ajustamentos na função de produção que expressam a “fluidez e a competitividade”, admitindo-se as noções apresentadas por Santos (2002).

Nesse sentido, o território caracteriza-se como expressão “das geografias da desigualdade produzidas pelo sistema-mundo, as quais permitem [vê-lo] como dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação” (SANTOS; SOUZA e SILVEIRA, 2002, p.11). Ou seja, há uma interdependência universal dos lugares como uma nova lógica do território que se estrutura nos sistemas técnicos.

O funcionamento decorrente dessa lógica traduz-se pelas escalas, ou melhor, nas palavras de Santos (1996), pelas horizontalidades e verticalidades. As primeiras expressam “os domínios da contigüidade daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 2002, p.16). Seria essa a expressão dos espaços banais que nas palavras do referido autor sintetiza um “acontecer solidário” em três dimensões interligadas: homologamente, complementarmente e hierarquicamente. Assim, “o cotidiano é compartilhado mediante regras que são formuladas e reformuladas localmente” (SANTOS, 2002, p.16).

Isso possibilitaria reconstituir um território a partir de mosaicos – porque o território é sempre dado como mosaico. A interpretação cidade-campo elaborada pelo autor e apresentada na seqüência, contribui ainda mais para a compreensão da noção de ruralidade como territorialidade mediante os fluxos estabelecidos.

[...] Áreas de produção agrícola ou urbana que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida.[em sua complementaridade, ainda] as relações cidade-campo e das relações entre cidades conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio

geograficamente próximo. [num acontecer hierárquico] resultado da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização [...] que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e a vida do espaço. (SANTOS, 2002, p.16-17)

Além das horizontalidades anteriormente explicitadas, destacam-se as verticalidades, que seriam formadas por “pontos distantes uns dos outros ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2002, p.16; SANTOS, 1996). Sinaliza-se, portanto, uma dinâmica pautada no mercado, sendo o território, um suporte das redes que transportam as verticalidades. (DIAS, 2005, p.8).

Configura-se uma força motriz e um conjunto movido, como se expressasse, em seu conjunto, um campo de forças, próprio ao desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista. (PERROUX, 1967). As ruralidades são, nesse contexto, uma expressão desse mesmo conjunto, pois “há significativos controles locais da ‘parcela’ da técnica e da produção - horizontalidades e um “[...] controle remoto da parcela política da produção – verticalidades”. (SANTOS, 2002, p.18). Corroborando essa leitura, observa-se que diferenciações territoriais resultam desse campo de forças, ou seja:

da interrelação entre os aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais que caracterizam uma realidade determinada conjuntamente com as ligações da natureza variada que ela tem com o resto do mundo (o mercado global). (SARACENO, 1996, p.7)

É, portanto, por meio dessas ligações que podem ser modificadas as formas de produção, distribuição e consumo. “Um exemplo é a maneira como os produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções a um consumo localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras.” (SANTOS, 2002, p.20).

Reconhece-se que o meio rural amplia suas funções, dadas as distintas produções e formas de consumo. Os circuitos de produção, distribuição e consumo são, portanto, reinterpretados pelo rural em função das correlações entre oferta e demanda em diferenciadas estruturas produtivas vinculadas ao território. Carneiro (1998), citada por Rua (2002, p.32) atenta para o fato de que “a ruralidade é um

processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”¹⁰. Essa construção é, nas palavras da autora, um “híbrido” onde não são encontradas condições estritamente urbanas ou rurais. Vale acrescentar que as estruturas diferenciadas comportam atividades cada vez mais diferenciadas, ou seja, pluriativas.

2.4 A PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DAS TERRITORIALIDADES RURAIS

Numa leitura sobre o processo de expansão capitalista, no rural, no período recente, destaca-se a importância das novas ruralidades inerentes a diversas experiências, relacionadas à agricultura familiar, diversificada e pluriativa.

No que tange à pluriatividade, Schneider (1994, p109) observa que as mudanças nos padrões produtivistas e as novas relações de trabalho, principalmente aquelas que envolvem a dimensão familiar na agricultura, proporcionaram alterações no contexto do trabalho rural.

[...] o mundo rural, ao deixar de ser um espaço exclusivamente agrícola, gera novas dinâmicas técnico-produtivas que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho. Com a integração crescente da agricultura aos demais setores da economia naquilo que ficou conhecido como os complexos agroindustriais, alterou-se a estrutura e a composição do mercado de trabalho rural. Por um lado, a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho agrícola de tal forma que muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora se individualizam [...] Por outro, essa integração vertical que padroniza os sistemas produtivos visando atender os mercados segmentados e também os “nichos de mercados”, provoca um crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural (MATTEI, 1999, p.8)

Surgem nesse contexto as famílias pluriativas, “[...] as quais passam a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, tanto interna como externamente às propriedades” (ibidem).

A questão da pluriatividade possui como base analítica mais recente a agricultura familiar francesa, pautada em políticas de apoio específicas para a garantia de segurança alimentar, geração de empregos, preservação da paisagem e

¹⁰ CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudo e Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.1, p.53-75. out. 1998.

cultura locais, além de diminuição do êxodo rural e esvaziamento de regiões periféricas. (ALENTEJANO, 2000, p.89). Isso significa que: “As características comuns dessas novas formas de trabalho é a dissociação de alguns membros do núcleo familiar do processo de produção agrícola.” (SCHNEIDER, 1994, p.109).

Entretanto, a realidade dos agricultores brasileiros distancia-se desse contexto, pois tanto para as empresas rurais quanto para a agricultura familiar menos capitalizada, há uma reordenação da divisão do trabalho no campo, com mudanças na questão do assalariamento e também com relação às novas funções exigidas para a produção, não necessariamente produzindo garantias quanto à segurança alimentar, por exemplo. No Brasil, em particular, o que leva alguns membros participantes dos processos produtivos rurais envolverem-se em atividades não-agrícolas, dentro ou fora da sua unidade agrícola ou no espaço urbano é a possibilidade de ampliação da renda familiar. Sugere-se, assim, “[...] a prática de combinar rendas extra-agrícolas com a atividade agrícola dos proprietários rurais.” (SCHNEIDER, 1994, p.111). De certa forma, nessa relação surgem mecanismos que equilibram as demandas da propriedade rural com as exigências das trocas via mercado, promovendo novas divisões de tarefas e novos processos de trabalho nesse contexto pluriativo.

Portanto, os motivos que levam um agricultor familiar a inserir-se na pluriatividade no Brasil são diferentes daqueles encontrados nos países desenvolvidos. Enquanto nestes há uma redefinição do papel do agricultor e, implicitamente de suas funções considerando re-orientações do rural como cenário, dentre outros aspectos, no Brasil, há uma forte correlação com a necessidade de se auferir renda fora da atividade agrícola.

Desse modo, há que se pensar nas novas ruralidades sob dois aspectos distintos: por um lado, como um exemplo da capacidade de escolha das comunidades locais face às experiências acumuladas e da possibilidade de integração e desenvolvimento local. Por outro lado, e em grande parte, a ruralidade expressa a lógica de acumulação do capital, quer diante das exigências contratuais das agroindústrias que determinam processos mais rigorosos e atentos ao mercado, quer ainda de forma individualizada em pequenas atividades vinculadas ao meio urbano. Nesse caso, essas novas demandas urbano-industriais influenciam

significativamente na elaboração das territorialidades rurais e não necessariamente produzem as condições necessárias ao desenvolvimento local.

Especificamente no contexto da agricultura familiar, um novo papel é desempenhado, buscando privilegiar as novas formas de ocupação da mão-de-obra mediante a geração de rendas vinculadas ao rural e também ao urbano. A atividade agrícola é praticada em tempo parcial, sendo a jornada de trabalho redirecionada para outras possibilidades de ganhos. “Isso porque o peso da renda agrícola é cada vez menos relevante nos rendimentos dos familiares rurais” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 230).

Nesse sentido, então, tanto para as empresas rurais, quanto para os segmentos familiares, a adoção de tecnologias, além de produzir reformatações constantes com a (re)divisão do trabalho, produz a intensificação do assalariamento, como sua negação via desemprego, mais ainda, o desmantelamento da estrutura familiar de produção, que, na maioria dos casos faz engrossar as fileiras de proletarização de um lado e, de outro lado, requalifica o processo de luta pela terra, como também, incentiva a prática de atividades e funções não essencialmente agrárias.” (THOMAZ JUNIOR, 2001, p.114)

A busca por alternativas de renda fora da atividade agrícola é inerente à dinâmica da agricultura familiar, porém não cabem generalizações. No contexto da pluriatividade presente no rural do município de Cascavel, é importante ressaltar que o objetivo é, prioritariamente, a manutenção da renda familiar, independentemente das formas utilizadas para tal fim, embora o peso das atividades agrícolas seja preponderante.

Cabe acrescentar que a pluriatividade se move ainda, com trabalho de alguns membros da família em atividades urbanas [comércio, indústria, serviços], além das atividades pluriativas exercidas no rural.

Para Thomaz Júnior (2001) a idéia de pluriatividade e o assalariamento rural na dinâmica produtiva mais recente produzem desdobramentos que sinalizam para a fragilidade do trabalho em diferentes aspectos. “[...] tanto do ponto de vista do emprego, do que fazer, quanto da divisão do bolo, ou da riqueza socialmente produzida, que faz do trabalho capitalista, instrumento de dominação.”

Assim, diferentes possibilidades de interpretação podem ser associadas à pluriatividade dos produtores rurais familiares. Segundo Schneider (1994), algumas

categorias de análise associam-se à família rural, outras compreendem a noção de propriedade familiar, outros, ainda, admitem a associação entre o mercado de trabalho rural e urbano.

Em resumo, a base para que tais orientações dos processos de trabalho ocorram relaciona-se, sobremaneira, à divisão social do trabalho na propriedade. Conforme explicita George (1982), é necessário um circuito monetário mais desenvolvido devido à existência de serviços auxiliares, principalmente das atividades agrícolas e uma ajustada utilização da mão-de-obra, familiar ou contratada nesse contexto.

Uma das condições para um emprego ótimo da força de trabalho é o equilíbrio entre a dimensão da unidade de exploração e a utilização plena da mão-de-obra nela empregada. A relação está subordinada a diversas variáveis: o tempo bruto de trabalho exigido por unidade de superfície, que varia conforme a natureza do solo, no sentido mais amplo do termo [acessibilidade, resistência aos instrumentos de trabalho, exigência de várias operações agrícolas] a escolha dos sistemas de cultura, a importância maior ou menor da criação associada, a eficácia do tempo de trabalho, que depende da organização de emprego da mão-de-obra, dos instrumentos agrícolas utilizados e da maior ou menor frequência do tempo improdutivo, que corresponde, principalmente ao deslocamento de pessoas e de material. (GEORGE, 1982, p.146)

Outra importante contribuição para que se compreenda a lógica que permeia o acentuado processo de pluriatividade é a intensificação cada vez maior nas relações produtivas entre o rural e o urbano. Portanto, o item que ora se apresenta pretende auxiliar no entendimento dessa articulação.

2.5 A REDEFINIÇÃO DA COMPLEXA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES RURAIS.

Na discussão que se apresenta sobre a complexidade da relação cidade-campo, rural-urbano, é importante compreender, primeiramente, tanto a urbanidade quanto a ruralidade como atributos do território. O urbano pode ser concebido como morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Admitindo-se essa estruturação analítica, o urbano [sociedade urbana] é uma virtualidade que carrega a constituição de uma sociedade planetária, uma totalidade que modifica e

transforma a agricultura e a indústria, mas que não faz com que elas desapareçam. (LEFEBVRE, 1999, p.28-29).

Para Galvão (1995, p.101), o mundo contemporâneo encontra-se “visceralmente cingido pela urbanização”. Na urbanização é expressa a circularidade entre campo e cidade, ou seja, a complementaridade entre ambos de forma a fortalecer as especificidades de cada um. Desse modo, para a referida autora:

Relações circulares gestadas na cidade e pela cidade, implementam-se no campo por força e ação da cidade, e na cidade se reproduzem em progressões diferencialmente crescentes. Mas também nesta se amortalam por força dos obstáculos e contradições inerentes às próprias relações campo-cidade, nas quais se destacam, de um lado, o peso dos excedentes demográficos procedentes do campo, desprovidos de qualificação para uma adequada integração ao mercado; de outro lado, a inelasticidade desse mesmo mercado de trabalho em seu processo de crescimento – profissionalmente distorcido e socialmente desigual, incapaz de absorver e incorporar gradualmente, como economicamente ativos, contingentes expressivos daqueles excedentes. (GALVÃO, 1995, p.104)

A dinâmica apresentada por Galvão (1995) conduz, ainda, para uma das principais referências na análise vinculada à relação campo-cidade, encontrada no trabalho de Lefévre (1999). As pressuposições introdutórias daquele trabalho demonstram um tecido urbano “corroendo” a vida agrária.

Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotas à ‘natureza’. (LEFEBVRE, 1999, p.17)

Na condição apresentada pelo autor revela-se parte de uma complexa estruturação envolvendo as dinâmicas do campo e da cidade, como lugares e do rural-urbano, como processos. Permeando essa relação estão fortemente relacionados componentes econômicos, via mercado e, políticos, por meio das relações de poder que se materializam no domínio do território. Há um claro posicionamento de incorporação do rural pelos processos produtivos engendrados no ambiente urbano.

As associações entre cidade e campo vão se delineando ao longo do lento processo de amadurecimento do modo de produção capitalista, inseridos, inicialmente, no corpo da sociedade feudal e profundamente estruturados diante do surgimento do capitalismo industrial.¹¹ Na expressão de Lefebvre (1999, p.50) o “urbano revela o industrial” e expõe, ainda, um vasto processo de transformação. “[...] o espaço revela sua natureza, aquilo que ele sempre foi: a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo...” (ibidem).

A proposição vinculada ao urbano, sob esse enfoque explicita distintos níveis pelos quais, historicamente, o urbano atravessou, buscando posicionar-se como “espaço político e objeto das estratégias”. Superada uma fase, denominada por Lefebvre (1999, p.87) como fase crítica: “A cidade explode; o urbano se anuncia; a urbanização completa se prepara;” Isso não quer dizer que não sejam apresentadas resistências a essa complexa estruturação do “habitar”. Uma primeira fase nessa dinâmica diz respeito especificamente ao agrário, ou seja, produção agrícola, vida rural, sociedade camponesa que, historicamente dominante, torna-se subordinado. Na seqüência, há também uma re-orientação do papel da indústria dominante que também se torna subordinada (ibidem).

Na reflexão sobre a complexa relação cidade-campo, Graziano da Silva (1997, p.2) afirma que: “a visão que se tem do mundo rural ainda está completamente vinculada à evolução do mundo agrário”. Se isso é fato, como bem apresenta Lefebvre (1999), tanto a indústria como os serviços fariam parte da dimensão urbana, mas, além disso, também a indústria é encontrada no meio rural. Entretanto, é reforçada a idéia de que:

[...] já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com as atividades agropecuárias [...] pois nesse final de século XX as áreas rurais dos países desenvolvidos começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade sai fora dos padrões fordistas”. Tais desenvolvimentos pressionam por novos modos de regulação por parte do Estado que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem estar social, de desenvolvimento rural, etc. (GRAZIANO DA SILVA, ibidem).

¹¹ Lefebvre (1999) apresenta uma análise detalhada da cidade em evolução histórica. Descreve a cidade em sua dimensão política, comercial, industrial, considerando ainda um momento de transição e afirma haver subordinação completa do agrário ao urbano.

Para Elias (2003, p.332), “[...] uma das características do processo de modernização agropecuária no Brasil é o desenvolvimento de uma gama muito extensa de novas relações entre o campo e as cidades. Isso se deve à crescente integração dessas atividades ao circuito da economia urbana.”

Essa autora afirma que, à medida que são ampliadas as exigências para com a agricultura e a agroindústria, intensificam-se as demandas do urbano por novos produtos e serviços, bem como por mão-de-obra especializada. O Brasil agrícola modernizado configura especializações no âmbito do setor terciário bem elaboradas, tais como pesquisa biotecnológica, suporte econômico-financeiro, estratégias de administração, logística e transportes, reforçando as características técnicas, científicas e informacionais.

[...] o resultado é uma grande metamorfose e crescimento da economia urbana das cidades próximas das produções agropecuárias modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre cidade e campo, que se pode vislumbrar nos diferentes circuitos espaciais de produção e circuitos de cooperação. (ELIAS, 1998, p.333).

Uma discussão interessante apresentada por Elias (2002) e que se constitui como contribuição para a análise do recorte territorial rural do município de Cascavel diz respeito à expansão do Complexo Agroindustrial como um vetor da reestruturação produtiva. Assim:

A expansão dos CAIs constituiu o principal vetor da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira e da organização do *agribusiness* ou agronegócio brasileiro. Compreender os sistemas de fixos e de fluxos [...] dos principais CAIs no Brasil (da soja, do suco de laranja, do leite etc), em especial a partir de seus circuitos espaciais de produção [...] é um exercício de análise da produção agropecuária e agroindustrial brasileira moderna e do território resultante dessas produções. (ELIAS, 2002, p.8)

A construção do território adquire como conteúdo, a técnica e, por conseqüência, o meio rural também a possui. As diferenças nos processos de modernização da agricultura, industrialização e mecanização do campo, historicamente construídos a partir de meados da década de 1950 no Brasil, traduzem não o campo como algo dissociado da realidade urbana, mas como

produto técnico¹². Desse modo, observa-se um significado social, político e econômico na elaboração dos sistemas técnicos. São esses significados que possibilitam diferentes incorporações produtivas no espaço agrário, tornando-o mais ou menos apto às exigências da globalização. Dessa forma:

A reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil se dá calcada na conquista de mercados internacionais de produtos alimentares industrializados ou semi-industrializados. Dessa maneira, transformam-se também, as tradicionais formas de distribuição e de consumo de produtos agropecuários. Cada vez mais a produção para o autoconsumo é substituída pela economia de mercado, em função das demandas urbanas e industriais, visando a produção de mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado [...]. (ELIAS, 2002, p.8)

Portanto, sob o enfoque pós-fordista, a flexibilidade ganha intensidade e insere-se no mundo rural de forma multidimensional. Dessa forma, o rural pluriativo e multifuncional, como de fato sempre o foi, incorpora novas atividades orientadas para o consumo tais como lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc. No caso específico de Cascavel, as orientações propostas no contexto da reestruturação produtiva pouco atendem à tais dinâmicas e estão relacionadas ainda aos processos artesanais da agroindústria nas propriedades ou à prestação de serviços. São ainda limitadas as iniciativas pluriativas no meio rural vinculadas ao turismo e ao lazer.

Além dessas possibilidades, destaca-se que: “Não é apenas a cidade que tem força para receber e emitir numerosos e variados fluxos. Hoje, muitas das atividades realizadas no campo não são apenas agrícolas, mas também industriais...” (ELIAS, 2002, p.13). A autora ainda afirma que, nesse caso, a agroindustrialização cria novas relações, próximas e distantes. Assim, os circuitos espaciais da produção e circuitos de cooperação, explicitados por Santos (1996) “[...] buscam nexos distantes criando uma gama de novas relações sobre o território, transformando radicalmente as tradicionais relações cidade-campo...” (ibidem).

Neste caso a natureza do rural, precisamente porque é rural, traduz-se em “objeto de múltiplas atividades e usos humanos [caracterizando-se como] menos

¹² A visão do campo como algo bucólico ou poético, necessariamente implica a preservação da paisagem e esta se torna também, produto técnico, com lógica e racionalidade próprias.

natural possível”. (WANDERLEY, 2000, p.89). Dessa forma, acentua-se a expansão do meio técnico-científico-informacional no campo e nas cidades (ELIAS, 2002). A modernização experimentada pelas atividades agropecuárias no Brasil, entre 1950-1980 “redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc.” (WANDERLEY, 2000, p. 89). Corroborando tais afirmações Endlich (s/d) expressa:

No atual período técnico, a compreensão do rural e do urbano não se restringe mais a uma cidade e seu campo imediato. As relações possuem uma amplitude muito maior e devem ser pensadas no conjunto da rede urbana. Assim, o modo de vida urbano estende-se até os limites geográficos alcançados pelos interesses, ações e conteúdos presentes nas cidades.

Muito embora existam leituras que apontem para uma certa “absorção” do campo pela cidade, entende-se que as novas ruralidades vêm produzindo formas efetivas de ocupação territorial, caracterizadas em especificidades que se articulam com o meio urbano não necessariamente sendo por ele incorporadas. Admitindo-se como referência que, além dos agricultores são inúmeros os atores presentes no rural, como artesãos e mediadores que estabelecem formas de divisão social do trabalho e criam possibilidades de reprodução social naquele ambiente, pode-se aceitar que determinados espaços denominados “urbanos” possuem essencialmente características rurais.

Portanto, são inúmeras as possibilidades na relação entre cidade e campo, decorrentes das diferentes dimensões que o urbano possui. Assim, pela intensidade e forma com que são elaborados os sistemas produtivos, verificam-se três tipos de evolução possíveis nessa relação:

Em primeiro lugar, as ‘cidades permanecem rentistas do solo; o controle da estrutura fundiária por proprietários que vivem na cidade reproduz uma relação de parasitagem com o meio rural. Em segundo lugar, ‘a cidade ou complexo industrial que cresceu sem laço orgânico com o meio rural que o envolve, esterelizando-o em vez de fecundá-lo. Finalmente, em terceiro, ‘a cidade que associa sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento’. (WANDERLEY, 2000, p.93).

Identificada a possibilidade de associação entre rural e urbano, podem ser estabelecidas estratégias de diversificação social por meio da complementaridade. A

dimensão rural abarca, dessa forma, elementos essencialmente urbanos como o processo de industrialização e participação do setor de serviços em ambientes que em momentos anteriores se distinguiam desta dinâmica. Mas, por mais que se conceba uma diversificação técnica-científica e informacional, o rural ainda possui a singularidade de relacionar-se de forma direta com a “terra”, estabelecendo laços locais de intensidade significativa.

As novas dimensões apresentadas anteriormente para a coexistência entre cidade e campo não podem ser tomadas como homogêneas no País. Isso porque a dimensão agrícola ainda permanece como um dos eixos estruturantes do rural brasileiro. Mesmo assim, acredita-se na existência de um *continuum* rural-urbano. “Admitem-se diferenças de intensidade e não contraste entre estes dois espaços, em relação aos quais não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo”. (MARQUES, 2002, p.100). Nessa escala de gradação apontada pela autora, podem ser identificadas as características multifuncionais da agricultura exemplificadas por estruturas como as vilas, agroindústrias e prestação de serviços que participam do ambiente rural e que se relacionam com o urbano.

[...] as concepções de campo e cidade, em seu direcionamento geral, representam posicionamentos em relação ao sistema social global e que desde os primórdios do modo capitalista de produção as imagens que temos da cidade e do campo constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social, por isso precisamos examinar suas inter-relações, e, através destas, a forma concreta da crise subjacente (MARQUES, 2002, p.104).

Os circuitos se entrecruzam, formam redes, elaboram constantes reestruturações nas relações urbano-rurais. Assim, a intensidade e a diferenciação nas relações entre o campo e a cidade proporcionam maior diversificação na oferta de bens e serviços.

Na interpretação da urbanidade, dos valores próprios ao espaço urbano, encontram-se “[...] as tecnologias e sistemas produtivos surgidos da aplicação do conhecimento científico, os quais são desenvolvidos nas cidades”. (SOBARZO, s/d).

Vale ressaltar que a discussão de urbanidade se faz, considerando-a, principalmente, como uma “urbanidade no rural”, sendo necessário, para tanto, a

admissão das inovações tecnológicas como elemento estrutural de um processo contínuo e em diferentes escalas, recriando territorialidades.

As 'urbanidades no rural' seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se tratem esses espaços formalmente como urbanos. Não se pretende criar conceitos novos que obstaculizem, mais ainda, a discussão, mas indicar que o conceito de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso; que a urbanização, difusa, ideológica/cultural, como já foi referido, dificilmente poderá ser mensurada; enquanto a idéia de 'novas ruralidades' parece-nos enfatizar por demais a força do rural diante do urbano que, sem dúvida, comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo (RUA, 2002, p.34).

É importante que a leitura das distintas faces do território, ressaltando suas ruralidades e urbanidades, esteja amparada na análise da reorganização dos processos produtivos próprios à lógica capitalista como modo de produção ao longo do tempo. É essa, portanto, a orientação teórica adotada para o conjunto de análise elaborado na seqüência, ou seja, a de que o uso do território permite a construção de diferentes estruturas tanto rurais quanto urbanas que interagem entre si, ajustando esse mesmo território às contínuas exigências do capital para sua reprodução.

Para Haesbaert e Limonad (1999), considerando antigas e novas territorialidades, o território é uma construção histórica. Atualmente há uma complexificação e uma sobreposição maior de diferentes territórios e muitas vezes não se tratam de novas territorialidades, mas de novas formas inseridas no processo de globalização.

Em resumo, as noções em questão possibilitam que o território seja compreendido em sua dimensão empírica, tendo como cenário um ambiente mais amplo com diferenciadas orientações técnicas, produtivas, culturais, econômicas e sociais. Assim, na seqüência, é apresentada a segunda parte deste estudo que trata da política de modernização da agricultura e de suas respostas na região Oeste do Paraná e, em especial, no município de Cascavel. Tal apresentação é importante para a análise da produção agrícola familiar nesse município em suas características e diferenciações, ou seja, uma parcela do território que se elabora e re-elabora diante das exigências do capital.

PARTE II

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES RURAIS

A primeira parte deste trabalho ocupou-se da caracterização da área de estudo em sua formação geo-econômica, sinalizando para um território usado. É importante salientar também que o território modifica-se em função das diferentes possibilidades de reprodução do capital e a modernização da agricultura como evento é a expressão dessa acumulação por meio da inserção de componentes tecnológicos. Assim, na segunda parte do trabalho, procura-se compreender o lugar da modernização na construção das territorialidades rurais em Cascavel. A idéia norteadora do *terceiro capítulo* vincula-se, sobretudo, à construção da modernização da agricultura na região Oeste do Paraná e em especial no município de Cascavel. Desse modo, espera-se contribuir para a compreensão não apenas da estruturação [im]posta pelo já referido modelo, mas, principalmente, quer-se discutir sua influência na formação das territorialidades rurais em Cascavel. Para tanto, apresentam-se três itens específicos, porém imbricados entre si.

Na seqüência, o *quarto capítulo* ressalta as diferentes possibilidades de interpretação da categoria “agricultura familiar” bem como de outras estruturas produtivas rurais. Tais categorias modificam os conteúdos do território à medida que absorvem as inovações tecnológicas e contribuem para a reprodução do capital. Toma-se como referência teórica para essa discussão os trabalhos de Kautsky (1998), Lênin (1983) e Chayanov (1974), além da análise de diferentes interpretações das categorias de produtores rurais presentes no Brasil estruturadas na interpretação de Graziano da Silva (2003) e Lamarche (1998).

O *quinto capítulo* constitui-se em referência empírica à pesquisa. Propõe-se assim a compreender o território rural de Cascavel e a dinâmica das estruturas produtivas rurais ali presente após 1990. Desse modo, articulam-se verticalidades e horizontalidades nessa parcela do território, proporcionando distintas configurações

sócio-produtivas e, por conseqüência, diferenciadas relações entre os produtores e o mercado.

No *sexto capítulo* admite-se que, para a efetivação desse modelo de desenvolvimento agrícola no território rural, é importante a presença de agentes como o Estado e as empresas (agroindústrias e cooperativas) nacionais e internacionais. Diante dessa condição é importante a reflexão sobre a participação dos agentes condutores das políticas de modernização da agricultura e sua contribuição para a organização do território rural local.

3. O MODELO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA-TECNOLÓGICO E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR

O capital se orienta espacialmente em função das suas possibilidades de reprodução. O evento denominado modernização da agricultura caracterizou-se como uma expressão da acumulação desse mesmo capital no território por meio de uma intensiva disseminação de componentes tecnológicos. Assim, a idéia norteadora desse capítulo vincula-se, sobretudo, à resposta dada pela região Oeste e em especial pelo rural do município de Cascavel ao processo de modernização agrícola-tecnológico viabilizado pelo capital em sua associação com o Estado brasileiro.

Desse modo, espera-se contribuir para a compreensão não apenas da estruturação [im]posta pelo já referido modelo, mas, principalmente, quer-se discutir sua influência na formação das territorialidades rurais em Cascavel.

A discussão proposta neste capítulo se inicia considerando as características da expansão capitalista na agricultura, mediadas pela orientação industrial. Desse modo:

É apenas a partir da terceira fase do desenvolvimento do capitalismo, que se inicia verdadeiramente a subordinação da agricultura ao capital. Esta subordinação ocorre em escala mundial, uma vez que a terceira fase coincide com a do imperialismo, isto é, com a constituição do sistema mundial em sua forma atual definitiva. (AMIN, 1977, p.30)

No Brasil, as orientações industriais tornam-se relevantes a partir de 1930 com a formulação de mecanismos de intervenção do capital e subordinação da agricultura.

A pressão do capitalismo urbano engendra transformações importantes no estágio posterior do mundo rural. Inicia-se na América Latina, Oriente árabe e Ásia, a era das reformas agrárias. Mais ou menos radicais, generalizam-se após a Segunda Guerra Mundial: na Índia, com a independência; no mundo árabe, com a onda de nacionalismo pequeno-burguês do anos 50; na América Latina com o populismo e, sobretudo, o 'desenvolvimentismo', também nos anos 50. São estas reformas que, extinguindo as velhas alianças de classes entre o capital estrangeiro e a grande propriedade, substituem-nas por uma nova aliança tripla: capital estrangeiro – burguesia urbana local [privada e/ou do Estado] – koulaks [camponeses ricos]. Elas constituíram a base social posterior da "revolução verde".(AMIN, 1977, p.36)

O movimento transescalar do capital no território propiciou também à região Oeste do Paraná e ao município de Cascavel que se tornassem palco de significativas transformações sócio-produtivas em momentos posteriores. Desse modo, o item intitulado “a conformação da agropecuária moderna: especialidades produtivas e a formação dos complexos agroindustriais” propõe-se a caracterizar os processos produtivos relacionados à expansão das lavouras de soja na região Oeste do Paraná e a inserção desse território no contexto da modernização da agricultura e posterior dinamização de processos agroindustriais.

Portanto a partir de 1970, são apresentados os principais traços da formação da monocultura da soja ou o que anteriormente denominava-se “binômio soja-trigo” e a dinamização setorial da agricultura. Cabe acrescentar que tal inserção trouxe algumas implicações de ordem estrutural e sócio-espacial, ressaltando-se ali a questão fundiária, a incorporação de novas bases tecnológicas e novas orientações relacionadas ao processo de trabalho.

3.1 ALGUNS TRAÇOS DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO - 1950-1980

Ao longo do século XX, os processos produtivos inseridos na dinâmica capitalista de produção sofreram sucessivas reorientações. Acontecimentos históricos importantes redefiniram os papéis desempenhados pelos atores ali envolvidos, principalmente o Estado em sua conduta para com os diferentes setores produtivos, considerando seu papel regulatório nesse contexto. Nessa trajetória, o período entre guerras (1917-1939) é concebido como uma importante fase de transição para o capitalismo em sua atual configuração. Nele foram experimentadas crises cíclicas no sistema com acentuadas quedas nas margens de lucro e subseqüentes retomadas nas esferas produtivas.

No contexto do pós Segunda Guerra Mundial, compôs-se um reordenamento das forças produtivas mundiais, possibilitando uma nova lógica de acumulação com o auxílio do Estado que assumia explicitamente seu caráter interventor, construtor de políticas públicas que viabilizavam estratégias de crescimento econômico, mediante a dotação infra-estrutural, bem como por meio de novas formas de regulação do mercado.

Assim, no período subsequente [1960-1980], são percebidas transformações mais intensas nas estruturas de mercado, cada vez mais assimétricas e imperfeitas. Também se acentuou a presença do Estado diante de uma nova forma de regulação dos processos produtivos e das crises vinculadas ao esgotamento do modo de produção fundamentado no fordismo. Em meados da década de 1970, uma nova estruturação socioeconômica emergiu diante das crises produtivas do fordismo. Tratava-se, portanto, de acentuar as possibilidades e a flexibilização da produção com parcelas cada vez maiores de investimentos externos diretos em novos espaços produtivos, o que naturalmente produziu novas lógicas e uma nova configuração territorial.

No caso dos países considerados periféricos, como o Brasil e demais países da América Latina, África e Ásia, esse movimento atinge sua maturação ao longo da década de 1990, reordenando o uso do território e produzindo novas divisões espaciais do trabalho. Isso proporcionou modificações no território à medida que os sistemas técnicos se justificavam diante das novas estruturas de mercado que também contribuíam para redimensionar as funções da indústria, o processo de urbanização e o lugar do rural nesse novo cenário iniciado em meados da década de 1950.

Portanto, os novos traços do capitalismo e suas influências na articulação agricultura-indústria devem ser observados sob esse prisma e a estruturação proposta nesse item pauta-se, inicialmente, numa revisão dos conceitos relativos ao rural entre as décadas de 1950-1970¹. Necessário se faz esclarecer que, no Brasil, houve uma intensa busca pela industrialização via substituição de importações e dotação infra-estrutural para o crescimento econômico com a maciça presença do Estado nesse processo. Há que se ressaltar que, nesse contexto, as importantes transformações pelas quais passou a agricultura entre as décadas de 1950-1970, decorrem de uma estruturação anterior, própria à formação socioeconômica do Brasil, presente nos complexos rurais, ora atrelados à dinâmica exportadora, ora amortecendo as crises do setor externo via subsistência. A Figura 5, na seqüência, explicita essa estruturação no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro.

¹ A análise em questão versa mais especificamente sobre a dinâmica capitalista experienciada no Brasil, admitindo-se um panorama de transformações produtivas em escalas mais ampliadas.

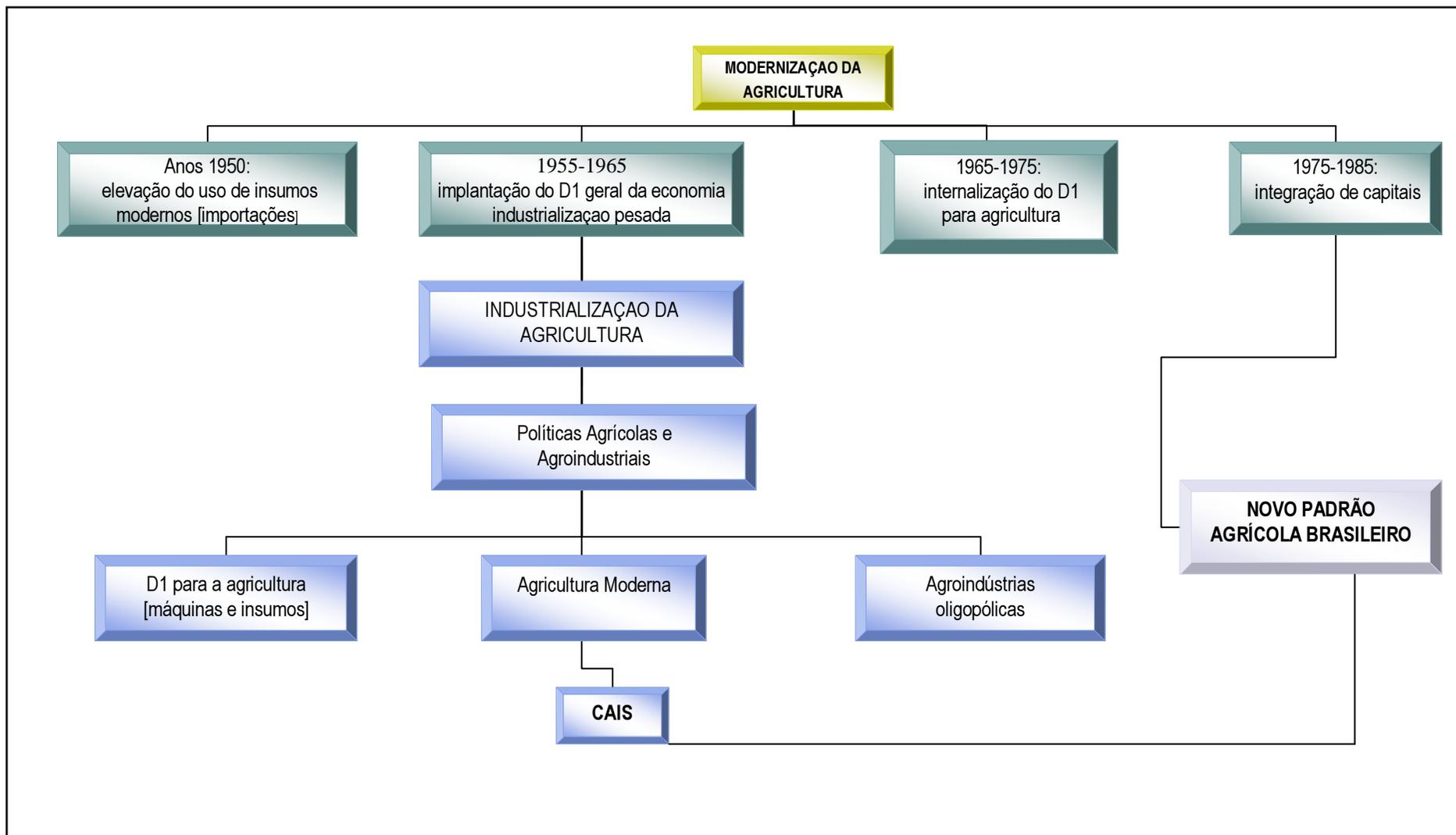


FIGURA 5 – Esquema teórico da formação do novo padrão agrícola
 FONTE: KAGEYAMA et.al. (1987) adaptado pela autora.

O quadro teórico elaborado por Kageyama et.al. (1987) permite uma análise da trajetória temporal ao longo de quase quarenta anos em que a agricultura se colocou como um importante suporte para a viabilização do processo de industrialização brasileiro, amparando também a consolidação da industrialização via complexos agroindustriais. Na região Oeste do Paraná tal processo foi liderado pelas cooperativas regionais por meio de importantes subsídios creditícios.

Dessa forma, historicamente, o processo agrícola brasileiro vinculou-se e vincula-se sobremaneira à hegemonia agro-exportadora, bem como aos interesses urbano-industriais, servindo às funções da industrialização brasileira. A política do Estado para a agricultura considerou principalmente essas questões e entre 1950 e 1970, coube à industrialização, a alavancagem do processo de desenvolvimento econômico.

No contexto dos debates teórico-metodológicos desse período, chamava-se a atenção para um quadro internacional no qual se fortalecia a hegemonia do capital norte-americano, em suas diferentes faces, considerando-se implicitamente o investimento externo direto das multinacionais, acordos de cooperação técnica e novas formas de atuação das empresas nacionais por meio de sua incorporação às empresas de capital externo. Internamente, destaca-se o agravamento de questões socioeconômicas como a concentração de renda, queda da taxa de acumulação do setor industrial, deterioração nos termos de troca no comércio internacional e uma situação em suspenso no que diz respeito à construção das políticas macroeconômicas do período. Duas alternativas foram apresentadas nas discussões daquele período. A primeira referia-se à expansão do mercado interno tendo a agricultura como prioritária para uma modificação nas estruturas de produção vigentes na época. A segunda alternativa voltava-se a novas alianças de classes e grupos sociais ligados aos interesses da desnacionalização dos processos produtivos.

No debate proposto, prevaleceu o enfoque que priorizava a expansão do mercado externo. O papel do rural naquele momento pautava-se por questões como o abastecimento dos grandes centros urbanos, que produzia pressões inflacionárias mediante a escassez dos gêneros alimentícios. Essas crises de abastecimento eram

identificadas como decorrentes do atraso estrutural do campo brasileiro, considerando-se as relações sociais de produção ali estabelecidas.

Assim, existia a interpretação de uma configuração dual no processo de formação do País. O subdesenvolvimento seria resultado de um processo histórico autônomo, conforme descreve Furtado (1989) observando-se a presença de estruturas arcaicas como aquelas próprias à agricultura escravista. Cabe acrescentar nesse contexto um questionamento apresentado por Rangel (2000, p.39)²:

A industrialização confronta a agricultura com um duplo problema: ao mesmo tempo, exige dela que aumente sua oferta de bens agrícolas e que libere parte da mão-de-obra que ocupa. Como pode a agricultura produzir mais alimentos e matérias-primas para as cidades se essa drena continuamente parte do recurso essencial – afora a terra – necessária para produzir tais bens?

No debate econômico travado naquele período, Rangel (2000) destacava dois posicionamentos distintos. De um lado, afirmava-se que a agricultura não poderia cumprir sua dupla e contraditória tarefa, ou seja, a de liberar mão-de-obra e ainda produzir alimentos em escalas crescentes, salvo se houvesse significativa entrada de capitais. Por outro lado, havia o entendimento de que, ao contrário, num país subdesenvolvido como o Brasil, a natureza das atividades agrícolas é de tal forma essencial que poderia resolver seu problema, mediante uma “redistribuição de seus recursos”. (RANGEL, 2000, p.39).

O posicionamento de Celso Furtado, naquele momento, contraria a idéia de que a agricultura brasileira “[...] teria respondido ao crescimento da demanda nacional de produtos agrícolas.” (CANO, 2000, p.96). Isso implica passar:

[...] para segundo plano o saber se agricultura que responde a uma demanda dinâmica se está realmente desenvolvendo, isto é, se eleva o seu nível técnico, se permite a melhoria qualitativa do fator humano, se acarreta elevação do nível de vida da população rural. A análise de Furtado é clara: a *falsa resposta* esconde que o aumento da demanda de produtos agrícolas seria muito maior se fosse melhor a distribuição da renda e os salários do próprio meio rural, além dos urbanos, e que os preços mais

² Esse texto foi publicado na revista Econômica Brasileira (Rio de Janeiro, volume 6, número 4, p.248-249) em 1955. “Nesse artigo, Rangel procura explicar as relações entre agricultura e indústria, durante o processo de industrialização, as quais consistem, na sua opinião, ‘essencialmente transferência de certas atividades de âmbito rural para âmbito urbano, do que resulta um considerável aumento da produção *per capita*. (GRAZIANO DA SILVA, 2000, prefácio, p.8).

altos dos produtos protéicos constroem essa demanda e diminuem o padrão nutricional do país. (FURTADO, 1972, citado por CANO, 2000, p.97)³

Para Rangel (2000, p.39): “De um modo, ou de outro, o que é inconcebível é que a agricultura possa atravessar um processo de industrialização sem modificar sua tecnologia e sua organização interna”. Noutro momento do texto, menciona-se especificamente a transferência de fatores do rural para o urbano.

Dissemos que o ritmo da transferência de fatores do âmbito rural para o urbano [...] depende igualmente de condições específicas da própria agricultura, as quais levantam óbices que só gradualmente podem ser contornados. O mais importante é, provavelmente o caráter estacional na produção propriamente agrícola, que faz com que o emprego da mão-de-obra oscile muito no correr do ano. [...] essa mão-de-obra sobrando interestacional à falta de emprego alternativo, é naturalmente orientada para atividades elaboradoras, isto é, de natureza industrial, não obstante sua produtividade ser muito baixa aí. (idem, p.41)

Portanto, sob uma nova égide, houve um estreitamento dos laços entre o rural e o urbano para que se modernizassem as forças produtivas, ampliando a produção de alimentos e matérias-primas. Contudo, de acordo com a visão de Celso Furtado, o aumento da oferta agrícola se faz, naquele momento, mediante a expansão da fronteira, ou seja, de áreas incorporadas, não traduzindo efetivamente, a incorporação do progresso técnico. Isso gerou, conseqüentemente, baixo rendimento físico da terra e manutenção de uma agricultura itinerante, tal qual se observa na formação socioeconômica do Brasil. (CANO, 2000).

Corroborar-se, nesse sentido, a análise de Rangel (2000)⁴, que afirma que o aparecimento do capitalismo no campo não foi “[...] um processo idílico. Ao contrário, [seria] um processo convulsivo”. Nesse caso, o empobrecimento da população em várias regiões do País produziu o que se denomina, correntemente, de “questão regional”. Mesmo que sejam admitidas graves distorções estruturais na relação agricultura-indústria, a partir de 1962, surgiu uma possibilidade de ruptura com os interesses capitalistas externos por meio do modelo nacional trabalhista construído

³ FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, 3ª. ed.

⁴ Publicado originalmente como livro em 1962 pela Comissão de Desenvolvimento Econômico. CONDEPE – Recife. “Nele o autor [Rangel] estabelece uma separação entre o que considerava problemas propriamente agrários – a superpopulação e a superprodução – daqueles chamados impropriamente agrários – a escassez de certos bens agrícolas e a falta sazonal de mão-de-obra. (GRAZIANO DA SILVA, prefácio, 2000, p.18)

por Celso Furtado no Plano Trienal. Nesse momento, interessava reforçar o papel do Estado na economia, tanto na área do planejamento como nos investimentos e direcionamento da política desenvolvimentista. “[...] o Plano concebe a ação do Estado como orientadora do processo de formação de capital [...]” (TAVARES, 2000)⁵.

Observa-se, nesse período, um persistente desequilíbrio estrutural entre o rural e o urbano sendo imprescindível sua redução. O entendimento da formação rural brasileira de forma dual teve um interessante contraponto apresentado por André Gunder Frank, onde se encontra uma nova explicação para o atraso estrutural do rural brasileiro. Caracteriza-se esse processo como algo inerente à formação do capitalismo mundial em suas diferentes fases. Portanto, as estruturas relativas ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento coexistem na dinâmica de expansão do capitalismo e a agricultura estaria atrelada à pobreza naquele momento.

Uma nova leitura desse processo também foi fornecida pela chamada “crítica conservadora” que, em meados das décadas 1950-1960, em oposição aos enfoques estruturais, observava a agricultura respondendo positivamente ao processo de desenvolvimento capitalista. Ou seja, nessa leitura, como parte da “função de produção”, a agricultura obteve ganhos de produtividade e permitiu a transferência de mão-de-obra para outros setores, particularmente a indústria.

Portanto, para teóricos como Antonio Delfim Neto, interessava tão somente a possibilidade de resposta da agricultura ao produtivismo vigente. Nesse caso, o papel desempenhado por ela não foi marginal; pelo contrário, “estaria no cerne do próprio processo, devendo colocar-se no centro mesmo das mudanças que seriam efetuadas” (idem, p.49).

A agricultura, nesse entendimento, financiaria o desenvolvimento industrial do País, tanto pela liberação de mão-de-obra necessária ao processo de industrialização iniciado, quanto pela transferência de renda realizada. Em uma interpretação de conjunto, merece destaque o pensamento de Antonio Barros de Castro, no qual se percebe que “[...] o universo rural se projeta, imprimindo

⁵ Transcrição do original – Plano Trienal, 1962. Celso Furtado.

características fundamentais no desenvolvimento urbano-industrial que será, em boa medida, feito à sua imagem e semelhança” (idem, p.53).

O debate proposto foi de extrema importância para orientar a análise da realidade rural brasileira, porém já não possui mais uma relação direta com as abordagens teóricas que fundamentam as novas reflexões sobre o rural. (BAIARDI, 2002). O que permaneceu foi a necessidade de se pensar sobre a intensificação das relações campo-cidade e o surgimento de um rural modernizado.

Assim, como causa e efeito dessa articulação rural e urbano-industrial verifica-se o evento da modernização da agricultura. Para Kageyama et.al.(1987) o termo modernização possui diferenciadas interpretações, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção, ora à passagem de uma agricultura ‘natural’ para outra tecnicada e industrializada.

Não se trata aqui, portanto, de uma estreita relação entre homem e natureza, mas entre homem e uma segunda natureza, caracterizando a construção de uma agricultura científica globalizada. “Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem outros aspectos da vida econômica.” (SANTOS, 2001, p. 88).

Nesse processo, imbrica-se a industrialização da agricultura, traduzindo-se esta como um ramo da indústria e a mecanização do campo. Isso se caracterizou principalmente pela substituição das forças de trabalho animal e humana por técnicas de plantio e colheita mais elaboradas, ou seja, máquinas e equipamentos mais complexos. Assim, a reprodução ampliada do capital aplicado na agricultura passa, de forma crescente, a vincular-se de modo estreito ao setor industrial.

Entre as décadas de 1950-1980, o evento “modernização da agricultura” passou por diferentes fases. Segundo Kageyama et al. (1987), nos anos 1950, houve primordialmente uma elevação do uso de insumos modernos, provenientes de importações realizadas naquele período. Entre 1955-1965, verifica-se a dinamização da industrialização pesada no Brasil. Entre 1965-1975, os processos industriais se voltam para as atividades agrícolas, iniciando o processo de industrialização da agricultura, mediante as políticas agrícolas e agroindustriais implantadas. Delgado (2001, p.165) menciona “[...] a grande evidência na liberalidade da política de crédito

rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais e, ainda, o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial”. Gonçalves Neto (1997) também afirma que a política agrícola instituída no Brasil a partir de 1960, amparada no crédito subsidiado ao setor rural buscava responder aos desafios criados pela necessidade de modernização brasileira. Acentua-se, dessa forma, a dinamização da produção agrícola necessária naquele momento.

Na década subsequente ocorre a integração de capitais, proporcionando o surgimento de um novo padrão agrícola fundamentado nos complexos agroindustriais.

Ainda na década de 1980 verifica-se a transição para o regime de liberalização comercial, intensificado a partir da década de 1990. O foco principal torna-se o mercado externo diante da nova ordem mundial estabelecida.

A transição do padrão de ‘modernização conservadora’ ao regime da liberalização comercial dos anos 90 é mediada por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar. Neste contexto histórico recoloca-se a ‘questão agrária’ a um tempo em que o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária. Agora a prioridade está posta no setor externo, mas de maneira muito distinta do que fora a inserção externa numa economia relativamente protegida. (DELGADO, 2001, p.166).

Entretanto, esse cenário não foi de forma alguma homogêneo no território brasileiro, acontecendo de forma parcial, limitando-se a algumas regiões do País, a ritmos diferentes e a alguns produtos específicos e a certas fases do ciclo produtivo. (MORO, 1990, p.1). Pode-se afirmar, nesse sentido, que houve um aprofundamento do caráter heterogêneo da agricultura brasileira, acentuando as desigualdades sociais do campo brasileiro.

A agricultura historicamente dominante no cenário produtivo elaborou-se, portanto, por padrões vinculados à monocultura. Esses padrões voltaram-se primordialmente às estreitas relações técnicas com o meio urbano-industrial. Entretanto, não foram apenas os critérios técnicos que permearam a consolidação desse padrão produtivo no rural brasileiro. Há que se destacar ainda questões econômicas, culturais, processos regulatórios do Estado, dentre inúmeras variáveis que ali incidem.

O processo de modernização ocorrido durante a década de sessenta implica na ruptura de um modo tradicional de produção, muito embora este não tenha se processado de forma homogênea no espaço, para atender a uma dinâmica de produção eminentemente capitalista que não mais permitia que se articulasse a produção sem a incorporação de insumos, tecnologia e infra-estruturas que não fossem produzidas industrialmente.[Contudo, admite-se neste processo] que a indústria subjuga a agricultura em muitas de suas características, redefinindo também a organização da sociedade, pois se admite o desemprego rural e a reestruturação do meio urbano como alguns dos resultados visíveis deste processo. (PIERUCCINI, 1998, p.72).

Cabe acrescentar que “[...] no contexto regional do Centro Sul do país, o Estado do Paraná caracteriza-se, especialmente, pelo domínio da economia agrícola.” (MORO, 1990, p.2). Houve, portanto, uma ativa participação do Estado nesse processo, não apenas como agente regulador, mas também como organizador do espaço territorial.

Na região Oeste do Paraná, durante a década de 1960 começaram a esgotar-se muitas das áreas de exploração madeireira. “É no final desse período que se verifica o início do fenômeno da mecanização da agricultura e a vinculação desta à indústria.” Nesse sentido é importante afirmar que:

[...] o potencial natural extremamente favorável à agricultura, facilitou, portanto, a rápida transformação da região e sua adaptação ao processo produtivo que ali ocorria. [...] tanto o norte quanto o extremo-oeste do estado lideraram o movimento de modernização agrícola, absorvendo a maior parte do aumento do número de tratores utilizados. (PIERUCCINI, 1998, p.29)

Nesse contexto, inúmeras regiões do País deveriam modificar suas estruturas de produção ainda pautadas na subsistência e na pequena oferta de produtos ao mercado. O rótulo “rural atrasado” tornou-se assim fundamental para as exigências crescentes de mercado do meio urbano-industrial, e a racionalidade dos processos econômicos define as respostas deste rural.

O diagnóstico neoclássico dizia que os agricultores eram pobres, mas eficientes: o problema não estava no uso dos “fatores de produção” disponíveis, mas sim que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de “novos fatores” que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos... (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.2)

Diante disso, presume-se que a inserção da agricultura no contexto relativo ao meio técnico-científico e informacional dependeu de demandas externas à própria agricultura. Nesse sentido, as relações sociais e econômicas obedecem à ordem estabelecida pelo mercado.

Entretanto, deve-se acrescentar, conforme Benjamin et.al. (1998, p.86), que a “agenda rural não se reduz à questão fundiária”, bem como apenas à ótica produtivista. Variadas são as intervenções estruturantes do espaço rural e cita-se aqui tanto a qualidade de vida como as novas possibilidades de potencial produtivo que agregam, além das estruturas agroindustriais organizadas, “os pequenos proprietários ou pequenos posseiros, estimados em 4 milhões. Apenas cerca de um milhão estão integrados ao mercado e operam com crédito.”(BENJAMIN, et.al. 1998, p.87).

Existem, desta forma, inúmeras especificidades presentes no rural brasileiro e estas são decorrentes de um processo histórico. Alentejano (2000, p.93), considera, dentre essas especificidades, a herança de um enorme setor de subsistência que se alojou no mundo rural. Considera ainda a tendência secular de queda da renda agrícola, que amplia os níveis de subsistência, além de um “papel protagônico da política social como principal antídoto à miséria reinante no meio rural brasileiro.” Nesse sentido é que apontam as dificuldades para a formulação de políticas que orientem adequadamente os caminhos do rural no Brasil.

A conclusão, com base nas tendências passadas e nas expectativas das mudanças tecnológicas futuras, é que o resultado das mudanças estruturais que ocorreram na agricultura brasileira no início dos anos 90 visaram ao benefício, mais uma vez, das fazendas de grande escala, sejam elas capitalistas ou empresas familiares. Mas a emergência dos ‘produtores em tempo parcial’ que vem ocorrendo com intensidade cada vez maior, impõe mudanças substanciais na natureza e nos objetivos das políticas públicas para as propriedades menores. Sem um programa de desenvolvimento rural global com o objetivo de ‘urbanizar o meio rural, combinando políticas sociais compensatórias e políticas produtivistas, os pequenos produtores serão, em grande parte, eliminados como uma força produtiva e economicamente viável do mundo rural brasileiro. (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.11)

O ambiente “produtivista”, que historicamente fundamentou o rural brasileiro e que tornou a agricultura a “mola propulsora” do processo de crescimento econômico do País em suas funções, encontra-se cada vez mais fortalecido em sua dimensão

setorial produzindo inúmeras transformações nas diversas regiões. Isso não significa que as condições para o desenvolvimento sejam viabilizadas. Ao contrário, a lógica produtivista é excludente sob o ponto de vista social e danosa sob o aspecto ambiental. Como consequência, acentuou-se os desequilíbrios regionais face à heterogeneidade da agricultura nacional.

Surgem, portanto, diferentes respostas decorrentes da espacialização das atividades produtivas industriais. Assim, admite-se que o modelo econômico brasileiro estruturou-se na lógica urbano-industrial decorrente da expansão do capitalismo.

Nesse sentido, pode-se considerar o tempo não apenas como transcurso ou intensidade, mas, como definiu SANTOS (1996), como extensão e espacialidade. Desse modo, a técnica foi e continua essencial como meio para a ampliação dos domínios do capital sobre a agricultura. Este mesmo autor afirma que “desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno.” (SANTOS, 2001, p.88).

As mudanças nos padrões de produção e a crise agrícola dos anos 1980 alteraram significativamente a estrutura social vigente no setor agrário. Isso ocorreu principalmente nos países desenvolvidos. Se num momento anterior foram constatadas crises na estrutura do Estado do Bem-Estar, construção política esta vigente desde o Pós-Guerra, em meados da década de 1970 um novo regime de acumulação acabou por influenciar a agricultura. Como consequências desse processo podem ser citadas: os maiores excedentes de produção, principalmente nos países centrais, a redução do número de propriedades agrícolas, a crescente especialização da produção, além da integração agricultura aos outros setores da economia por meio do *agribusiness*. (SCHNEIDER, 1994)

Em resumo, as reflexões elaboradas sobre a modernização da agricultura consideraram as modificações que incidiram e ainda o fazem sobre o rural por meio de seus componentes sociais, bem como na construção de novas funções do setor agrícola nas distintas territorialidades do País. Portanto, o exame das especialidades

produtivas inerentes à conformação da agropecuária modernizada e tecnicizada no rural de Cascavel é um importante subsídio para a análise aqui proposta.

3.2 A CONFORMAÇÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA: ESPECIALIDADES PRODUTIVAS E FORMAÇÃO DE COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Para que se compreenda a conformação da agricultura moderna é válida a caracterização do micro e do macroambiente. Assim, além das especificidades de cada região, é importante a percepção do conjunto de políticas que orientaram a questão da agricultura no Brasil, no momento da Revolução Verde [macroambiente], conforme a análise feita no primeiro item deste capítulo.

Na caracterização relativa ao microambiente, ou seja, no território rural de Cascavel, denota-se que este absorveu a orientação sistêmica proposta no âmbito da modernização da agricultura. Equivale dizer que, nessa porção do território, os fluxos e transferências de um setor produtivo a outro setor proporcionaram o aprofundamento das relações tecnológicas, financeiras e de negócios entre a agricultura e a indústria. Tal relação, quando observada no contexto das territorialidades ali elaboradas, foi viabilizada ainda nos anos 1970 e consolidada ao longo dos anos 1980.

Se antes a agricultura de subsistência e a criação de suínos era a base econômica da região, a partir do final da década de 1960 surge um novo padrão produtivo pautado sobretudo na monocultura da soja. Era o início da produção comercial em grande escala, tendo nas mudanças tecnológicas e na organização produtiva aspectos primordiais a estabelecer uma nova configuração do espaço regional. Desse modo, regionalmente, a agricultura sucede a atividade extrativa, anteriormente praticada no município de Cascavel e região, tornando-se importante referência para o crescimento econômico local. A entrevista realizada com o produtor rural H.B ilustra esse período anterior ao evento da modernização, destacando, principalmente, os conflitos pelos quais passou o território local.

Chegamos em 1956. Chegamos aqui era só mato e jagunço. E eu trabalhei de alfaiate por 30 anos. [...] Trabalhava de alfaiate mas sempre tinha terra.[...]. Só tinha a Avenida Brasil, só tinha uma faixa de calçamento. Ali

tinha a jagunçada que cuidava das fazendas. Era morte a todo instante. Andava, e a cada pouco, tinha um morto. Era 1956. Demorou uns 10 anos para mudar [referindo-se à presença de jagunços no município de Cascavel]. [...] Ah... tinha muito conflito. A gleba Andrada...[pausa] gleba Andrada [...] tinha 'nego' morto lá por tudo quanto era canto. Na gleba Andrada... era problema que a turma vendia as terras aqui, esses grandões lá de cima, federal, sei lá. Eles vendiam [as terras] depois botavam jagunço para botar eles [os colonos] para a rua. Coitados dos colonos, vinham lá do Rio Grande, de Santa Catarina, comprava terra e depois saiam 'tocados'. Toda a segunda-feira, nós íamos para o mato. Eram trinta ou quarenta pick-ups [camionetes]! Lá, e depois, na sexta-feira voltava lá de novo... [Falando sobre o cultivo em meados da década de 1950] Plantava-se um pouco... feijão. Mais era madeira. Daí a Industrial Madeireira comprou tudo arrematado isso aí, o Lupion não sei o que... daí tiravam toda a madeira e vendiam as terras. Daí quem comprava ia abrindo [as fazendas] plantando, feijão, milho. Naquele tempo era difícil para vender. Chovia muito não é. Estrada ruim, não tinha estrada. [...] Daí já é 1970. Aí veio o trator, aí veio a ceifadeira para colher. Daí melhorou.

O depoimento da produtora rural, Sra. A.S, 83 anos, contribui quando se quer compreender a intensidade das modificações técnicas experimentadas na região Oeste e em Cascavel⁶.

O primeiro ano que nos começamos com agricultura [1970], nós começamos com o mato, derrubando o mato e queimando. Naquela terra, no primeiro ano a gente plantava milho, milho em quantidade, mil sacas, duas mil sacas. Usava então como alimento para a criação, porco e gado. Depois, com o tempo, a gente achou melhor plantar soja. Mas era tudo plantado manualmente, com a máquina de mão. Daí quando estava pronto para colher a gente arrancava tudo à mão e levava para uma trilhadeira. Até que em uma ocasião, conseguimos fazer um empréstimo no banco e aí conseguimos destocar toda a terra. Facilitou mais, daí conseguimos comprar um trator novo e com o tempo fomos plantando mais soja e colhia-se mais soja. Até que um dia conseguimos comprar uma colheitadeira.[...] Naquele momento poucos plantavam soja. Mas o que se plantava, se plantava para o mercado.

A esse respeito, observando-se o trabalho de Abramovay (1981), percebe-se que as variações regionais do processo de diferenciação dos produtores foram significativas. No caso específico da região Sudoeste do Paraná, houve uma transformação da base técnica da produção familiar, no sentido de converter o pequeno agricultor num consumidor de insumos e máquinas e, ainda, num produtor de grandes safras sob o domínio comercial de grandes empresas. Viabilizou-se, nesse sentido, o conjunto de condições necessárias à modernização da agricultura. Na região Oeste, observou-se excepcional avanço na produção regional. Isso se deveu não apenas à dinamização local, mas, sobretudo, a uma conjuntura que

⁶ Entrevistas realizadas em 12/04/2007 e 17/04/2007.

procurava atender às exigências do capital industrial que se encontrava em acelerada expansão. Esta, por sua vez, é fundamental para que se explique a gênese de uma nova etapa na economia regional, que começou a despontar a partir da década de 1970. A Tabela 1 ilustra essas condições.

TABELA 1 - UTILIZAÇÃO DA TERRA NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 1960-1980 *

Utilização da terra [ha]	Anos			
	1960	1970	1975	1980
<i>Área total da região Oeste do Paraná</i>	621023	1616724	1748380	1837529
Lavouras permanentes	21622	59398	70445	52770
Lavouras temporárias	111311	599111	1017295	1135295
Em descanso	-	-	15588	29903
Pastagens naturais	19163	20069	34373	36394
Pastagens Artificiais	22121	228251	232588	311961
Matas naturais	331762	472686	170917	135161
Matas reflorestadas	8875	22341	13036	23383
Terras Incultas	88195	150621	115895	35448
<i>Área total do município de Cascavel</i>	222816	236940	216541	262592
Lavouras permanentes	8015	1862	1916	1050
Lavouras temporárias	35428	61090	126110	145255
Em descanso	-	-	3989	2738
Pastagens naturais	3170	2419	5220	6520
Pastagens Artificiais	10333	29133	27435	39062
Matas naturais	119280	79409	22273	613
Matas reflorestadas	2433	17225	5265	13120
Terras incultas	41151	36475	15136	-

FONTE: IBGE – CENSOS AGROPECUÁRIOS 1960;1970;1975;1980

* No conjunto de municípios da região Oeste para o ano de 1960, foram computadas exclusivamente as áreas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Guaira e Toledo.

Os dados apresentados demonstram que houve uma expansão significativa das lavouras temporárias na região Oeste e também no município de Cascavel. A partir de 1970 é significativa a incorporação de áreas para lavouras temporárias na região bem como das áreas para pastagens artificiais ou plantadas. Há que se ressaltar que, nesse período, também ocorre uma diminuição significativa na área de matas naturais, principalmente em Cascavel; em 1960 eram 119.280 hectares de área e em 1980 restavam apenas 613 hectares destas, sinalizando para um acentuado processo de extração da madeira na região e também no município.

Também no município de Cascavel, as variações relativas entre 1970 e 1980 demonstram uma redução na utilização de áreas para cultivos permanentes, bem como nas áreas consideradas incultas, respectivamente, -63,22% e -99,49%. Já nas áreas utilizadas para lavouras temporárias, o incremento é substancial nesse período, 310%. São ainda expressivos os aumentos nas áreas relativas às pastagens artificiais e pastagens naturais na região Oeste. Isso permite afirmar que o território foi paulatinamente ocupado por processos produtivos vinculados ao mercado, da mesma forma como ocorreu com o ciclo madeireiro.

Houve mudanças nas escalas de produção e comercialização como novos usos desse território. Antes, era o produto agrícola em si que caracterizava a produção regional com circulação restrita ao espaço regional. Ao longo dos anos 1970, a agregação de valor aos produtos agrícolas torna-se o aspecto mais relevante para a região, ampliando-se ainda mais a modernização da agricultura nessa porção do território. Conseqüentemente, a região passa a se integrar nos circuitos de acumulação de capital mediados pelo meio técnico e científico.

De maneira geral, as características desse processo que se inicia na década de 1970, expressam uma grande evolução tecnológica. As culturas do tipo 'colonial', vinculadas à policultura e à subsistência familiar são substituídas por culturas 'nobres', como a soja e o trigo, inseridas numa proposta produtiva em escalas mais ampliadas. A entrevista realizada com o Sr. J.S, agricultor, revela aspectos interessantes dessa passagem "policultura de subsistência-produção de commodities"⁷.

[...] nós éramos madeireiros lá em Santa Catarina e eu comprava boi para arrastar as toras, os pinheiros, em Sarandi. Sarandi [RS] era uma região agrícola onde existiam juntas de boi com um nível extraordinário. Daí eu conheci os pés de soja que eram plantados manualmente, com maquininhas destas de catracas. Isso foi em 1954, 1955, por aí. Daí eles cortavam aquilo quando estava bem alinha, principalmente a parte foliar e tratavam os bois, os animais. Depois, esperavam que ela produzisse os frutos que ela ia produzir, porque naquela fase de cortar a planta estava no início do floramento. Então ela florescia, o resto da árvore e produzia a semente. Então eles guardavam a semente para plantar no outro ano. [...] O agricultor que veio para o Oeste, podemos dizer no início da região Oeste 90%, eram gente vinda do sul do sul. Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Já na época em que vieram, trouxeram alguma experiência nessa área da soja. Como já tinham plantado lá, em pequena escala, manualmente, ou com arado de boi, já conheciam o produto.

⁷ Agricultor e revendedor de máquinas agrícolas. Entrevista realizada em 17 de maio de 2007.

Na região Oeste, as pré-condições relativas à produção como terras férteis, incorporação da mecanização nas práticas agrícolas e relativa experiência dos agricultores na comercialização dos produtos proporcionaram respostas excepcionais em termos de produção e produtividade nas áreas selecionadas para o plantio da soja. O depoimento do Sr. D.G. também é ilustrativo nessa questão⁸.

A soja começou nos anos 1970. E com a soja a modernização, a mecanização. A região sai da condição de baixa produtividade para a agricultura moderna. Antes de 1970 plantava-se para subsistência, mas também para a venda. P.ex. milho, plantio normal, colheita normal. Havia os moinhos coloniais, já se plantava trigo na região [tradição e conhecimento da cultura pelos imigrantes sulistas que aqui chegaram] e essas pessoas [referindo-se aos produtores e colonos da época] levavam o trigo em grão e moíam. Era tudo rudimentar. Quanto vem a soja, a mecanização...[pausa] mecanizou-se a terra... e o trigo foi produzido em escala maior. Naquele tempo se produzia milho, arroz, trigo, feijão. Criavam-se ainda suínos e paralelamente tinha o final da madeira. Tudo era não mecanizado e o trigo vinha como cultura de inverno. 100% é o máximo? Então foi 1000% a transformação regional!”

A esse respeito, Figueiredo (1992, p.96) comenta que: “Constituindo nos anos 60, área de reprodução da pequena produção colonial originária do Rio Grande do Sul, o Oeste do Paraná foi uma das regiões que mais intensamente se inseriu no processo de modernização advindo com a expansão da lavoura da soja na década seguinte”. As Tabelas 2 e 3 expressam o comportamento da área e da produção das lavouras de milho e soja nesse período de expansão da modernização da agricultura na região.

TABELA 2- ÁREA [MIL HA] E QUANTIDADE PRODUZIDA [T] DA LAVOURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, NA REGIÃO OESTE E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. 1960-1980

	1960		1970		1975		1980	
	ÁREA [HA]	QUANT. PROD. [t]	ÁREA [HA]	QUANT. PROD. [T].	ÁREA [HA]	QUANT. PROD. [t]	ÁREA [HA]	QUANT. PROD. [t]
PR	1033670	1474493	2121206	3426389	1848380	3429737	1862670	3908144
REGIÃO OESTE	58188	114341	395583	768417	329297	662743	266776	661163
CASCAVEL	18437	37744	35173	69522	37462	76330	27751	74093

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1960; 1970; 1975; 1980

A expansão da área e da produção de milho é crescente entre 1960-1975. O declínio observado entre os anos 1975 e 1980 decorre, em parte, da opção pelo

⁸ Agricultor e dirigente cooperativista. Entrevista realizada em 22 de novembro de 2006.

plântio da soja que cresce a partir de 1973 em virtude do “boom” nos preços internacionais desta *commodity*. Vale acrescentar que o milho, ainda no momento da policultura de subsist4ncia, era utilizado como importante fonte de alimenta4o pelos agricultores na regi4o. Em Cascavel, a varia4o relativa 4 expans4o da 4rea cultivada entre 1960 e 1970 foi de 90,77%. No per4odo subsequente, entre 1970 e 1975, verifica-se aumento, por4m em propor4oes mais restritas, 6,5%, havendo redu4o na 4rea plantada entre 1975 e 1980, ou seja, -25,92%, decorrentes, em parte, da expans4o das 4reas cultivadas pela soja. H4 que mencionar, tamb4m, que a produtividade crescente poderia justificar a libera4o de espa4o para o cultivo da soja, principalmente entre 1975 e 1980, mostrando os efeitos da moderniza4o.

TABELA 3- 4REA [MIL HA] E QUANTIDADE PRODUZIDA [T] DA LAVOURA DE SOJA NO ESTADO DO PARAN4, NA REGI4O OESTE E NO MUNIC4PIO DE CASCAVEL. 1970-1980 [EM TONELADAS E MIL HECTARES]

	1970		1975		1980	
	4REA	QUANT.PROD.	4REA	QUANT. PROD.	4REA	QUANT.PROD.
PARAN4	395484	411.642	1.615.302	3.103.049	2.075.657	4.408.495
REGI4O OESTE	151.494	142.570	582.243	1.190.999	747.737	1.733.186
CASCAVEL	4.650	5.188	64.413	136.627	99.948	225.933

Fonte: IBGE – Censos Agropecu4rios 1970;1975;1980

Observando a Tabela 3, percebe-se a expans4o de 4rea e quantidade produzida nesse per4odo. 4 crescente a participa4o da regi4o Oeste e do munic4pio de Cascavel no estado do Paran4, pois, a soja plantada passou a ter destina4o comercial. Entre 1970 e 1975, h4 um aumento na produ4o regional de 34,63% para 38,38%. Tamb4m em Cascavel verificam-se ganhos na quantidade produzida, havendo ainda uma significativa expans4o das 4reas. Apenas entre 1970 e 1975, per4odo de alta nos pre4os da soja no mercado internacional, a 4rea plantada aumenta 1.285%. Entre 1975 e 1980, o aumento relativo foi de 55,16%. Observa-se, portanto, que essa explos4o na produ4o da soja acompanha o acentuado processo de mecaniza4o da agricultura naquele per4odo com condi4oes de cr4dito excepcionalmente favor4veis.

Segundo Mellos (1988, p.180), a produ4o deixou de “[...] constituir-se em produto intermedi4rio na cria4o de su4no a n4vel da unidade de produ4o”. Nesse sentido, a atividade criat4ria acabou por reestruturar-se. Os elos entre ind4stria e

agricultura foram fortalecidos pelo processo de integração. Assim, “[...] em regra a mesma indústria fornece meios de produção, dita as técnicas de manejo e no final do ciclo criatório adquire e processa o produto”. (ibidem).

É principalmente nessa aproximação entre agricultura e indústria que o autor ressalta a importância da soja, à medida que ela se constitui no componente principal da ração fabricada pela indústria (MELLOS, 1980). Além dessa importante contribuição da soja para o posterior desenvolvimento agroindustrial do Oeste do Paraná, a ampliação dos níveis de demanda no mercado internacional proporcionou níveis de preços excepcionais.

A fase em que a soja paranaense se expande com grande intensidade já não tem mais como impulsionador o óleo de soja, mas o seu farelo e já não mais para o mercado interno, mas para o mercado externo. O impulso recebido pelo complexo soja, a nível mundial, a partir do fim dos anos sessenta, apóia-se em dois fenômenos: em primeiro lugar, uma rápida mudança nos hábitos alimentares dos países capitalistas desenvolvidos e, em segundo lugar, numa sucessão de incidentes climáticos e políticos que tumultuaram as fontes de fornecimento de proteínas alimentares. (MELLOS, 1980, p.180)

Para Abramovay (1981, p.127): “A soja pode ser considerada um exemplo da tendência à especialização pela qual passava a economia, ou seja, especializar para otimizar o aproveitamento dos insumos que o produto em si, incorpora”. A especialização também é reflexo da divisão social do trabalho na medida em que os produtos agrícolas que ali estão inseridos têm por base o desenvolvimento da produção capitalista, ou seja, são mercantilizados. Como bem observa Leão (1989, p.39): “Embora a soja tenha sido o principal veículo da modernização, outras culturas também se tecnificam, com menos intensidade no mesmo período, como a cana-de-açúcar, o milho e o arroz”. O autor ainda afirma que mesmo em ritmos diferenciados, a modernização atingiu todo o estado do Paraná ao longo dos anos 1970 e ainda continua a fazê-lo. Isso proporcionou alterações nas estruturas das propriedades paranaenses, afetando a mão-de-obra ali integrada.

O aumento na utilização de terras para lavouras temporárias no interior dos estabelecimentos agropecuários produziu alterações também no comportamento demográfico regional. Ao se alterar radicalmente a utilização da terra e da base técnica da produção, reverteu-se, no estado do Paraná, uma posição de fronteira

agrícola absorvedora de excedentes populacionais, vindos anteriormente das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A Tabela 4, na seqüência, expressa a ocupação de mão-de-obra na agropecuária do Paraná entre 1970 e 1980. Destaca-se uma redução na ocupação de mão-de-obra com características familiares e aumento na ocupação de mão-de-obra empregada em trabalhos permanentes e temporários, o que permite afirmar que a parcela da agricultura com características empresariais, responsável pelo emprego de mão-de-obra assalariada ampliou-se nesse período, embora as características fossem predominantemente familiares.

Entre 1970 e 1975, houve aumento relativo na categoria denominada “parceiros”. Isso deveu-se em parte pelas várias possibilidades utilizadas pelos fazendeiros para a abertura das áreas e plantio de pastagens e lavouras temporárias. Foram inúmeros os casos em que os fazendeiros cediam áreas de terras para pequenos agricultores produzirem suas lavouras de subsistência e, em troca, recebiam a terra lavrada e o pasto semeado. Isso ocorreu apenas quando o trabalho de abertura das áreas para mecanização se fez necessário.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE – 1970-1980

CATEGORIAS	1970		1975		1980	
	N ^o . ABSOLUTOS	%	N ^o . ABSOLUTOS	%	N ^o . ABSOLUTOS	%
RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	1.626.284	85,6	1.674.046	80,5	1.369.230	75,7
EMPREGADOS EM TRABALHOS PERMANENTES	132.073	6,7	179.077	8,6	193.185	10,7
EMPREGADOS EM TRABALHOS TEMPORÁRIOS	119.126	6,0	161.851	7,8	190.483	10,5
PARCEIROS	24.607	1,2	57.553	2,8	50.093	2,8
OUTROS	9.381	0,5	6.647	0,3	4835	0,3
TOTAL	1.981.471	100,0	2.079.174	100,0	1.807.826	100,0

Fonte: IBGE – censos agropecuários 1970 – 1975 – 1980

Nesse aspecto, o trabalho de Rolim (1995, p.56) destaca que “[...] as transformações na base produtiva implicaram profundas alterações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo”. Vale ressaltar, quanto à produção da soja, que algumas etapas do processo envolviam grande contingente

de mão-de-obra, os bóias-frias, que trabalhavam no roçado. A esse respeito, a produtora, Sra. A.S. recorda:

A gente contratava bóia-fria. Saíamos de manhã cedo, apanhávamos os bóias-frias e levávamos de volta a tarde. Tinha o capataz, que tomava conta de uma parte dos peões e de uma parte do gado que tinha na fazenda. Mas era muita gente envolvida.

A absorção tecnológica foi intensa e acabou por modificar a utilização do fator trabalho nas lavouras regionais. O depoimento do Sr. D.G. contribui nesse sentido:

Teve uma mudança maciça. Tanto é que teve o êxodo rural nos anos 1970 e 1980. Os que ficaram foram os que absorveram tecnologia e diversificaram [os pequenos proprietários rurais] Houve oportunidade para a diversificação. Nos anos 1980 eram três abatedouros de aves na região. [Sadia, Diplomata e Copacol] e três frigoríficos de suínos [Coopavel, Frimesa e Sadia]. Nos anos 2000, são cinco frigoríficos para o abate de aves. Portanto, foi criada a oportunidade, é o modelo que deu certo. Já o médio e o grande produtor ampliaram ainda mais as escalas de produção. Outra questão a ser mencionada diz respeito à possibilidade de diversificação com o gado, suíno e leite. A pequena propriedade caminha para a criação de animais. Agora [pausa] quem não absorveu tecnologia, não possui sustentação e rentabilidade na propriedade.

O depoimento acima menciona a expulsão de mão-de-obra no campo. Essa perda ocorreu em função da redução no número de propriedades no estrato 20 ha – 50 ha. Segundo Leão (1989), os estabelecimentos relativos a esse estrato, apesar de perderem aproximadamente 6% de seu número e 5% da área total, aumentaram sua área de lavoura. Houve, assim, uma relativa concentração das áreas de lavouras nos estabelecimentos maiores. Essa situação, bem como outras apresentadas pelo autor em seu estudo, sinalizam para as acentuadas mudanças no território paranaense nesse momento.

Esses fatores explicam a redução de 76 mil propriedades agrícolas de até 20 ha entre 1970 e 1975, cuja contrapartida foi a expansão dos grandes estabelecimentos e numerosas conseqüências sociais. Estas incidiram sobre pequenos proprietários agrícolas, mas sobretudo sobre parceiros, colonos e arrendatários. Enquanto os proprietários perderam 15 mil estabelecimentos entre 1970 e 1980, os não-proprietários, principalmente parceiros, perderam 84 mil, representando um total de 600 mil ha de terras. [...] A utilização intensiva de tecnologia permitiu a dispensa dessa força de trabalho, ao mesmo tempo em que reforçou a recuperação das terras anteriormente cedidas aos não-proprietários. (idem, p.41)

O potencial natural extremamente favorável à agricultura facilitou, portanto, a rápida transformação da região e sua adaptação ao processo produtivo que ali ocorria. Isso necessariamente produziu uma elevada tecnificação do fator trabalho e fez com que novos processos fossem incorporados na atividade agrícola. “As despesas com adubos, sementes e inseticidas crescem mais rapidamente nas propriedades médias, confirmando o vigor de sua modernização”. (idem, p.41) Houve também expansão nos processos mecânicos. “[...] tanto o Norte quanto o Extremo-Oeste do Estado lideraram o movimento de modernização agrícola, absorvendo a maior parte do aumento do número de tratores utilizados”. (idem, p.52) A Tabela 5 demonstra as elevadas variações ocorridas no período no que tange à aquisição de tratores.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E VARIAÇÃO RELATIVA DE TRATORES* NO ESTADO DO PARANÁ, REGIÃO OESTE E CASCAVEL ENTRE 1960-1980.

	1960	1970	1975	1980	VARIAÇÃO RELATIVA 1980 -1970[%]
PARANÁ	5.181	18.619	49.817	81.727	338.94
REGIÃO OESTE	67	1.725	10.216	16.247	841.85
CASCAVEL	3	197	1.226	1.811	819.28

Fonte: IBGE – censos agropecuários 1960 - 1970 – 1975 – 1980

* menos de 10 cv até mais 50 cv.

Foi intensa a incorporação dos instrumentos de trabalho mecânicos nos processos produtivos rurais, tanto nos arados quanto nas colheitadeiras. Somente em relação aos arados de tração mecânica, houve um acréscimo significativo, ou seja, 1.485 unidades em 1970 para 21.761 unidades em 1980. No caso específico dos tratores, também foi acentuada a expansão de suas vendas, conforme foi exposto na Tabela 5. A esse respeito o Sr. J.S. relembra:

[...] O Estado, realmente, o governo federal, porque o governo estadual não tinha incentivo nenhum, mas o Banco do Brasil financiava, pelo menos esses primeiros cinco anos, principalmente máquinas, mas a grande maioria, [...] nós começamos a revender trator em 1963. O primeiro ano de revenda, nós vendemos três tratores. Qual era a dificuldade? Era “por na cabeça”, incentivar o agricultor a partir para a mecanização. Porque o medo do agricultor era que depois, o financiamento, o juro...e como aqui também era difícil o escoamento da produção [ausência de estradas, distância do porto], ele iria perder a sua propriedade. Então, era muito difícil sensibilizar o agricultor, para ir para a mecanização. Isso foi muito gradual. No segundo ano já foram dezesseis [tratores]. Entre 1963, 1964 e 1965 foram os melhores anos da expansão rápida da agricultura. Primeiro, havia muitas firmas destocando, nos chegamos a vender, num ano 365 colheitadeiras...Então

vê-se que em dois ou três anos, o movimento, a transformação, foi muito rápida não é! Então começou a melhorar o acesso ao porto de Paranaguá com a rodovia 367 asfaltada. Entraram algumas multinacionais para comprar [o produto]. Assim começou a transformação da região da madeira para a agricultura. [...] vendiam-se muitas colhedeiras tocadas a motor [...] a primeira colhedeira que eu tive ela tinha uma plataforma de mais ou menos dois metros e meio de largura não é. Pequena, e quase similar a uma trilhadeira. Ela andava e tinha um motorzinho similar ao volkswagen, então o produto saía em cima e tinha que ser ensacado. Então tinha um cara que segurava o saco para encher e como ela era muito lenta, tinha uma canaletazinha e largava-se a sacaria no chão e daí passava o trator indicando, o pessoal saía recolhendo a soja [manualmente]. Mas quando ela colhia muito bem, colhia cerca de 50, 60 sacas de soja por dia. Hoje, dependendo da área e da colhedeira, são 2.000 sacas por dia. Hoje tem colhedeira que colhe 5.000 sacos/dia.

Conjuntamente ao aumento do número de tratores e colheitadeiras, curiosamente, verifica-se também na região Oeste neste período, o aumento do número de arados. O Censo Agropecuário de 1960 listava 112 estabelecimentos com declaração de 113 arados a disco e 330 estabelecimentos com declaração de 351 arados de aiveca, ou cultivadores. Ao longo dos anos 1970, o número de máquinas e instrumentos agrários também aumentou. A Figura 6 ilustra a colheita da soja no município de Cascavel de forma mecanizada.



FIGURA 6 – COLHEITADEIRA – MUNICÍPIO DE CASCAVEL – DÉCADA DE 1970
FONTE: MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

Para Mellos (1988), isso se deve a dois momentos distintos: o primeiro voltado à consolidação do processo de ocupação via pequena produção com base no cultivo tradicional, utilizando-se dos arados; o segundo foi relacionado ao processo de modernização da agricultura brasileira em meados da década de sessenta, subordinando a agricultura à indústria. Essa subordinação ocorre na medida em que a indústria traduzia-se no setor dinâmico dominante. Na combinação entre arados e tratores que, efetivamente, ocorreu na região Oeste, observa-se uma característica bastante peculiar à própria evolução dessas atividades. A própria atividade exploratória, no caso a madeira, proporcionou as inversões necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento local, que, sobretudo na década de setenta, voltou-se à industrialização do campo. Desenhou-se uma reestruturação das pequenas propriedades, voltada para a subsistência e que, aos poucos, inseria no mercado a sua produção, por isso a menção feita ao aumento do número de arados.

Um importante instrumento viabilizado para tal reestruturação da produção na região refere-se à política adotada por parte do governo federal, já em meados da década de 1960, buscando apoiar o capital industrial que, naquele período, via na agricultura seu principal mercado consumidor. Assim destaca-se o crédito⁹ concedido a inúmeros agricultores, objetivando a modernização do campo, ou seja, viabilizando a mecanização da agricultura e incentivando o cultivo dos produtos de exportação, especialmente a soja. A agricultura, propulsora da dinâmica regional, começou a experimentar um avanço significativo por meio da disseminação do crédito rural¹⁰. Portanto, a política creditícia possibilitou a mecanização do trabalho agrícola e a adoção de tecnologia para a produção. Assim, a modificação da base técnica da agricultura ajusta a incorporação de novas territorialidades ao capital. Também a existência de uma rede bancária regionalmente estruturada, paulatinamente incrementada contribuiu para a consecução dos objetivos propostos em relação à modernização da agricultura regional e posterior dinamização das atividades agroindustriais.

⁹ ABRAMOVAY (1981, p.134) afirma que o crédito concedido ao setor lavouras apresentou nacionalmente, entre 1969-1977, um aumento de 250%, em termos reais. No Estado do Paraná, esse aumento foi ainda maior, chegando a quase 500% em termos reais entre 1970-1979. (IPARDES, 1981, p.89).

¹⁰ ABRAMOVAY (1981, p.159), em sua discussão acerca da política agrícola e mais especificamente do crédito rural afirma que este último é uma das vias mais seguras para tornar o campesinato apto a preencher a função de produzir, contribuindo com a valorização do capital monopolista.

Segundo Figueiredo (1992, p.94): “A microrregião Oeste do Paraná, já na década de oitenta, deteve sozinha o maior valor de crédito rural em todo o País, concentrando 2,8% do valor total do financiamento destinado ao campo em 1980”. Grande parte dessas condições foi viabilizada por intermédio do segmento cooperativista regional. Assim, a estrutura de financiamento disponibilizada ao segmento cooperativista permitiu, ao longo da década de 1980, que se iniciasse o estágio da industrialização capitalizando ainda mais as estruturas cooperativistas existentes anteriormente e fortalecendo os mecanismos de integração.

O próximo item pretende destacar, portanto, a importância desse segmento para a viabilização dos processos de modernização agrícola na região Oeste.

3.2.1 A participação das cooperativas na dinâmica da modernização da agricultura regional

As cooperativas foram atuantes na região Oeste do Paraná ainda em meados da década de 1960. Quanto à origem do cooperativismo paranaense, Abramovay (1981, p.241-242) descreve que “[...] enquanto em termos estaduais o cooperativismo está ligado à grande propriedade, ele aparece também em áreas onde o peso social do campesinato é decisivo.” Nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná:

[...] as primeiras cooperativas estavam organizadas mais ou menos nos mesmos padrões do comércio local, os ‘bolichos’ ou ‘bodegas’. [...] a cooperativa se organizava a partir do mesmo padrão que uma “bodega”, expressão do pequeno capital mercantil e usurário. [...] Uma contabilidade precária, a ausência de lucros nos balanços e o desempenho de funções ligadas não só à produção mas também ao abastecimento familiar, tudo isto imprime às cooperativas uma marca de prestação de serviços, dentro de um universo personalizado que elas perderam totalmente no período posterior. (ABRAMOVAY, 1981, p.242).

Segundo Figueiredo (1992, p.87): “[...] o desenvolvimento do sistema cooperativista nesse período insere-se, pois, no âmbito do processo de capitalização em um fator decisivo para a difusão do financiamento agrícola entre os pequenos produtores, uma vez que o repasse do crédito rural, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito, compõe uma das funções básicas da cooperativa”. O trabalho de Moro (1991) também é referência para a

discussão da importância do sistema cooperativista para a alavancagem da modernização da agricultura no estado do Paraná.

Nesta perspectiva, as cooperativas agropecuárias, em sua ação de promover a organização da produção, aparecem, ao mesmo tempo, como instrumentos e agentes, e como consequência e efeitos do processo. Revelam-se, portanto, como dos mais importantes agentes da organização do espaço rural. (MORO, 1991,p.235)

Na fase inicial de expansão do sistema cooperativista, foi importante a transferência de tecnologia agrícola, dentro do processo histórico de modernização da agricultura que enfatizava as exportações. Além desses aspectos, a participação das cooperativas na dinâmica da modernização do campo desarticulou o antigo sistema de comercialização da produção e permitiu a organização e defesa dos produtores rurais. Entretanto, isso não exclui, em determinados momentos, uma relativa exploração dos produtores associados por parte daquelas.

A princípio, por meio da cooperativa, foi viabilizada a reunião e a comercialização da produção dos pequenos agricultores com auxílio em sua circulação. Isso permitiu, ainda, o repasse de insumos e financiamento da tecnologia necessária à dinamização da produção. Tal orientação ocorre no período atual, e a incorporação tecnológica por parte dos produtores associados é um dos imperativos do sistema cooperativista regional. De certa forma, admite-se que foram proporcionadas as condições para a inserção do pequeno produtor nessa nova organização produtiva, calcada, sobretudo, nas culturas de exportação. Contudo, isso não quer dizer que em inúmeros casos não tenha ocorrido o desaparecimento de propriedades familiares por conta da impossibilidade em ajustar-se aos novos padrões produtivos.

A título de ilustração, Figueiredo (1992) descreve a intensa dinamização da atividade cooperativista na região. Esta autora afirma que, enquanto em 1970, apenas 2.727 produtores rurais do Oeste do Paraná [3,3%] estavam ligados ao movimento cooperativista, esse número chegou a 25.180 associados em 1980, representando 33,5% do número total de produtores da região. A produção vinculou-se, sobretudo, pela soja e trigo em substituição à policultura de subsistência cultivada anteriormente.

Cabe ainda acrescentar que, em relação às culturas de exportação, a soja foi cultivo de fundamental importância para que fosse processada a mudança da forma de produção. Para Leão (1989, p.44): “A rentabilidade dessa cultura permitiu a geração de excedentes que complementaram, sem encargos exagerados para os produtores associados, os recursos necessários à expansão das cooperativas”.

Nisso reside a gênese das profundas modificações pelas quais passou o sistema cooperativista a partir da década de 1970. Desse modo, a evolução da forma de organização do processo produtivo, sua racionalização e a participação dos pequenos produtores nos esquemas de comercialização, possibilitaram avanços na atividade agroindustrial.

A dinâmica da atividade cooperativista na região Oeste do Paraná foi tão importante que, a partir dos anos 1980, concorreu para a expansão da agroindustrialização atrelada à produção de grãos e contando com a atribuição de contratos específicos pautados na mútua responsabilidade produtor-cooperativa. Para Leão (1989, p.64): “As cooperativas podem ser caracterizadas como um segmento empresarial com grande potencial de expansão na agroindústria, e surgem, na década de setenta, como um dos raros grupos industriais de origem local a investir de maneira significativa no setor nos anos setenta”. Isto só ocorreu, segundo o autor, em virtude de uma sólida participação na comercialização agrícola de segmentos genuinamente paranaenses. Porém, vale destacar que, além da participação na comercialização, as cooperativas obtiveram também, junto ao Estado, apoio financeiro significativo que permitiu a realização das inúmeras mudanças a partir dos anos setenta. De acordo com Abramovay (1981, p.199), “[...] as cooperativas erguiam-se e ampliavam-se em grande parte contando com dinheiro público altamente subsidiado, captando, também, o capital de giro necessário à elevação constante de suas compras”.

Também Mellos (1988) ressalta, na introdução de seu trabalho, que as cooperativas brasileiras que se concentraram na região Sul e Sudeste refletiram o estágio mais avançado a que chegou a modernização agrícola e o nível de capitalização da agricultura. A criação e consolidação do Projeto Iguazu de

Cooperativismo - PIC¹¹ na década de setenta, atrelado ao PIDCOOP-Projeto Integrado de Desenvolvimento Cooperativista, ambos fundamentais para a evolução do cooperativismo regional. O autor ainda afirma que esses projetos integrados marcaram o ápice do movimento cooperativista no Brasil. No caso da região Oeste do Paraná, o sucesso do PIC deveu-se ao intenso crescimento da soja na região que, conjunturalmente, atingia excepcionais condições no mercado. Essas circunstâncias permitiram a exploração da terra e dos equipamentos agrícolas, favorecendo a rápida expansão da cultura da soja, inserindo-se também o cultivo do trigo. Nesse período, inúmeras dificuldades foram encontradas no que se referia à produção agrícola, tanto na questão dos baixos preços quanto na própria infraestrutura necessária ao escoamento da produção agrícola, relacionando aqui também o armazenamento da produção nos portos. Em virtude dessas dificuldades é que se viabilizou um consórcio de cooperativas regionais visando à exportação. Dessa forma, as cooperativas de fato constituem-se como agentes propagadores da modernização e auxiliam na expansão do cultivo das *commodities* nesse período. A Figura 7 esboça essa relação, responsável em grande parte pelo crescimento agroindustrial local entre 1970-1980

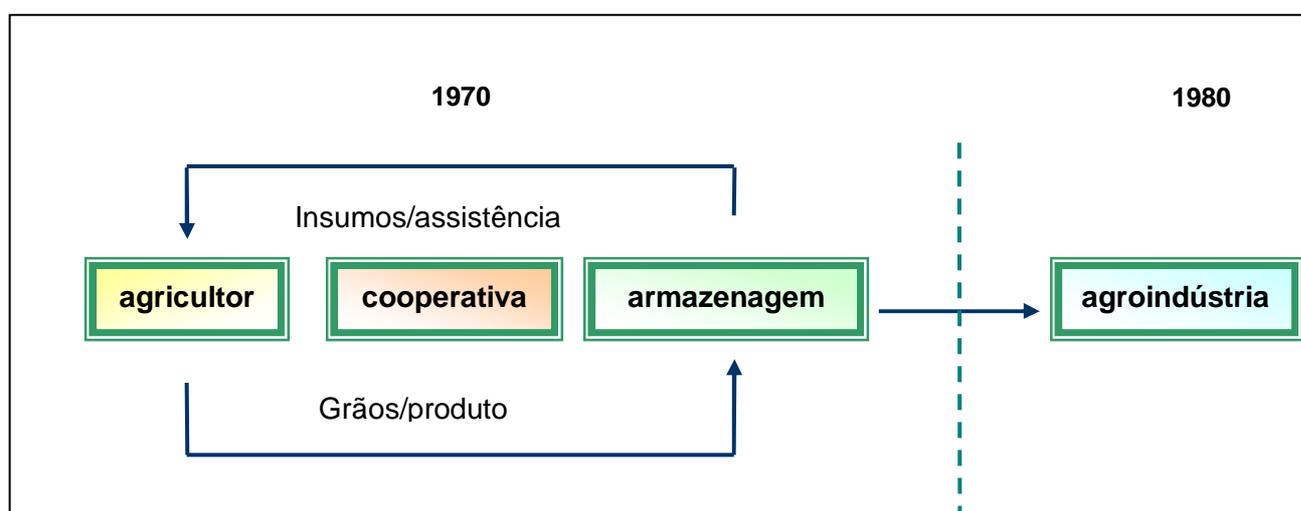


FIGURA 7 – ESTRUTURA PRODUTIVA DAS COOPERATIVAS REGIONAIS – 1970/1980

FONTE: PIERUCCINI (1998) ADAPTADO PELA AUTORA.

¹¹ O PIC - Projeto Iguaçu de Cooperativismo surgiu devido à constatação da falta de infra-estrutura de atendimento para a produção agrícola. Foi criado pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e Secretaria de Estado da Agricultura; congregava 45 municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, por meio de 13 cooperativas. SPERANÇA (1992, p.231).

A estrutura cooperativista regional supera ao longo de dez anos a esfera da comercialização e inicia um processo de verticalização agroindustrial. De acordo com o Ipardes (1985, p.2), “[...] com o desenvolvimento acelerado na década de 70, algumas cooperativas passaram de simples organizadoras e fornecedoras de matéria-prima para complexas organizações agroindustriais”. O depoimento do Sr. D.G., dirigente da cooperativa local, referenda as observações anteriores.

[A cooperativa] era vendedora de insumos e comerciante de grãos. Essa era a atividade principal. Hoje é uma cooperativa agroindustrial. 70% das atividades voltam-se à agregação de valor. Trabalha a Coopavel atualmente com 6 produtos: insumos, grãos, mas iniciou no leite, frango, suíno e bovinos. A busca é pela eficiência e essa gestão é feita também na propriedade rural. Não existe cooperativa sem produtor.

Em resumo, as cooperativas propiciaram condições excepcionalmente favoráveis para a complementação da cadeia agroalimentar e melhorias no sistema de parceria junto aos agricultores da região Oeste. Vinculando-se técnica e organizacionalmente a diferentes atividades agroindustriais, as cooperativas fornecem condições para a criação de elos na cadeia produtiva com níveis elevados de organização da produção, tanto em sua estrutura interna como na produção rural. O próximo item procura abordar, então, o desenvolvimento das atividades agroindustriais como uma das mais importantes parcelas da modernização e da reestruturação técnica e econômica do território local.

3.2.2 O desenvolvimento das atividades agroindustriais

A região Oeste do Paraná possui um processo de desenvolvimento agroindustrial que é heterogêneo em relação à sua própria constituição. São diferentes segmentos agroindustriais, com relações específicas intra-complexos, que, tomadas em conjunto, podem justificar a dinâmica agroindustrial regional e que se configuram como uma consequência do processo de modernização do território local.

De acordo com Pieruccini (1998), embora a atividade agroindustrial não estivesse plenamente consolidada durante os anos 1970, a associação entre diferentes fatores possibilitou que a atividade agrícola se desenvolvesse de tal forma que, a partir dos anos 1980, começou a implementar a agroindústria na região

Oeste. Ressaltam-se ainda, duas pré-condições necessárias para a viabilização dos segmentos agroindustriais no território regional: a primeira pré-condição refere-se à vocação agrícola assumida, dado o potencial natural da região, além da formação dos núcleos urbanos como suporte para esse processo. Já a segunda pré-condição diz respeito às políticas adotadas pelo governo federal, já em meados da década de 1960, buscando apoiar o capital industrial que, “[...] naquele período via na agricultura seu principal mercado consumidor”. (idem, p.30)

Nesse quesito, pode-se afirmar que a dinâmica da agroindustrialização em função dessas relações específicas constituiu-se por meio de padrões de agroindustrialização distintos: O primeiro foi voltado à busca da matéria-prima regional, mais especificamente os grãos. O segundo preconizou as relações de integração entre agricultura e agroindústria a jusante. Consolidaram-se, em função de um contexto nacional, inúmeras mudanças no território rural regional. De acordo com ROLIM (1995, p.52), “[...] isto ocorre sob a égide de um novo tipo de relacionamento entre agropecuária e indústria, créditos e pesquisas abundantes, que propiciaram técnica e financeiramente a ocupação de novas áreas e a transformação daquelas tradicionais”. Portanto, a dinâmica das atividades que configuram os diferentes segmentos do complexo agroindustrial regional e local encontrava-se justaposta ao processo brasileiro de estruturação técnica e econômica e que se intensificou entre as décadas de 1960 e 1970. Naquele momento, conforme mencionado ainda no primeiro item desse capítulo, o capital industrial tinha na agricultura uma importante fonte demandadora dos insumos, máquinas e equipamentos produzidos.

Ainda que tivessem um caráter relativamente rudimentar no início dos processos de agroindustrialização na região, muitos segmentos evoluíram e permitiram que novos encadeamentos produtivos fossem realizados. Na região Oeste do Paraná, o trabalho de Pieruccini (1998) identificou diferenciadas cadeias agroindustriais associadas à agricultura. Dentre essas, pode-se destacar: a agroindústria processadora de cereais diversos, os moinhos de trigo e as fábricas de biscoitos, além de agroindústrias processadoras de café, erva-mate, envase de leite, produção de queijos, iogurtes, doces, olerícolas e frigoríficos.

É importante acrescentar que o conjunto de atividades que compõem o complexo agroindustrial, que inclui o fornecimento de insumos à produção agrícola além da transformação da matéria-prima agrícola amplia de forma expressiva os ganhos na produção nas diferentes cadeias produtivas. Isso não quer dizer que necessariamente o produtor possa incorporá-los em suas receitas de forma particular, pois, muitas vezes, as maiores margens de lucro na cadeia produtiva ficam nas mãos de intermediários e da própria agroindústria.

A consolidação das atividades agroindustriais no município de Cascavel e na região Oeste somente se tornou possível porque as atividades agrícolas, principalmente com o cultivo da soja, fortaleceram-se ao longo da década de 1970. O uso do termo *agribusiness*¹² expressa corretamente a dinâmica produtiva da região. Esse termo sobrepuja o conceito de agricultura, pois se admite como crescente a vinculação desta com outros segmentos produtivos. Assim:

Define-se a cadeia agroindustrial como uma seqüência de operações físicas, tecnicamente complementares, pertinentes à produção, distribuição e consumo de um bem ou serviço: um itinerário físico e um conjunto de agentes e operações que permitem a realização da atividade produtiva até o consumidor final. (TAKITANE e SOUZA, 1995, p.30)

A partir do momento em que se fortalecem as diferentes cadeias produtivas agropecuárias na região Oeste do Paraná, o produtor distancia-se do consumidor final. O produto agrícola é destinado à agroindústria para o beneficiamento e transformação. “Existe, também, uma maior dispersão no processo agrícola, e a atividade agrária começa a ter um caráter residual, no sentido de que, cada vez mais, as operações voltadas aos produtos agrícolas, realiza-se fora da propriedade rural”. (PIERUCCINI, 1998, p.84)¹³. Entretanto, isso não necessariamente implica apresentar a agricultura como um ramo da indústria porque, de fato, ela não o é. Como observa Graziano da Silva (1991, p.12):

Não é porque a agricultura se integra tecnicamente que ela passa a se constituir num ramo da indústria; a marca característica do processo de industrialização da agricultura é que ela passa a ser um campo de aplicação do capital em geral: a agricultura se transforma num ramo, como outro

¹² O termo *agribusiness* foi inicialmente utilizado por Davis em uma conferência nos Estados Unidos – Boston e publicado em parceria com Goldberg em 1957. Esses autores são antecedentes importantes para os estudos mais recentes. Para maior detalhamento ver Graziano da Silva (1991, p. 6-7).

¹³ O trabalho de Pieruccini (1998) apresenta, em seu segundo capítulo, uma análise detalhada das diferentes definições acerca de complexo agroindustrial.

qualquer, de aplicação de capitais, um campo de domínio do capital financeiro.

Se a agricultura passa a ser interpretada como um campo de aplicação de capitais, isso significa o aprofundamento da dependência em relação às condições não-naturais, tornando-a articulada à indústria produtora de insumos, bens de capital e em relação à indústria processadora de produtos naturais. Desse modo, o território rural no município se integra às esferas técnicas e científicas proporcionadas pelo avanço da modernização da agricultura. Na análise de Muller (1982, p.106): “neste momento, grande parte das condições que permitem a agricultura produzir, já acham-se atreladas à indústria, dependendo de máquinas e insumos industriais como um todo.”

Portanto, as orientações produtivas sugeridas pelo capital industrial em sua fase de expansão no território brasileiro, encontraram na região Oeste do Paraná uma referência expressiva no que tange à consolidação da modernização agrícola. O que se pode acrescentar, ainda nessa discussão, é a forma como tais orientações se efetivaram no conjunto das estruturas produtivas familiares no território rural. O universo agrário e, particularmente, suas características agrícolas, é complexo. Diante de uma multiplicidade de variáveis ali relacionadas, são também diferenciadas as categorias de produtores, pois, admite-se que distintas racionalidades, se adaptam ao território. Isso diminui a validade de conclusões que derivam de uma única racionalidade, expressa, universal, atemporal. (INCRA/FAO, 2000). Assim, considerando múltiplas orientações e racionalidades inerentes às estruturas produtivas familiares, apresenta-se o capítulo a seguir.

4. AGRICULTURA FAMILIAR E DINÂMICA CAPITALISTA: A CONTRIBUIÇÃO DAS TESES CLÁSSICAS PARA O DEBATE ATUAL

Os capítulos anteriores proporcionaram uma leitura da modernização da agricultura e a resposta da região Oeste e do município de Cascavel, resposta essa extremamente favorável no que tange à incorporação tecnológica, principalmente a partir da década de 1970. Entretanto, além das questões relativas à modernização, é importante compreender também como os produtores rurais se constituem como categorias sociais e como modificam o território diante da expansão do modo de produção capitalista, ou seja, compreender a forma de produzir de quem vive e trabalha no território rural.

Para que tal análise seja elaborada com o necessário embasamento teórico, o resgate da discussão sobre a dinâmica capitalista e sua influência na agricultura é oportuno. Nesse sentido, as teses clássicas que orientaram historicamente a discussão sobre o modo de produção capitalista e sua influência sobre o rural são pertinentes. Assim, na seqüência, são apresentadas as discussões propostas por Kautsky (1998), Lênin (1983) e Chayanov (1974) como subsídio para a interpretação das categorias de produtores presentes no território rural em Cascavel. Admite-se, ainda, que muitas outras referências poderiam contribuir para a compreensão do lugar da agricultura e do campesinato na dinâmica capitalista, pois avançam no entendimento proposto por aqueles autores, mas se acredita que a delimitação analítica em questão se faz suficiente nesse momento do trabalho, já que os referidos autores contemplam, conforme as palavras de Amin (1977), a história das formações capitalistas. Entretanto, mais do que essa árdua tarefa, é preciso ainda, superá-la.

4.1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AGRICULTURA FAMILIAR: AS TESES E A ATUALIDADE DO DEBATE CLÁSSICO

As transformações na agricultura da Europa constituem o objeto de análise de muitas teses consideradas clássicas para a literatura voltada ao agrário. Amin (1977), nesse sentido, descreve três momentos distintos: a etapa do mercantilismo

do século XV ao século XIX, caracterizada por uma primeira transformação da agricultura, sua mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; o século XIX, caracterizado pela realização do modo de produção na indústria; finalmente no século XX, a “industrialização” da agricultura. A cada etapa correspondem relações agricultura/outras atividades [manufatura e comércio, em seguida indústria] diferentes.

Nessa trajetória apresentada pelo autor, as relações de produção capitalistas apareceram inicialmente na vida rural, mas foram limitadas pela resistência, pela manutenção do modo de produção feudal;

Em seguida, estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Esse movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais. Veremos que não acontece o mesmo com as formações capitalistas periféricas. (AMIN, 1977, p.21)

Um marco analítico para os autores clássicos caracterizou-se pela discussão sobre o mercado, mais especificamente o mercado de produtos agrícolas, enxertado na urbanização em pleno desenvolvimento. O surgimento do mercado de produtos agrícolas significa que, a partir desse momento, a renda circularia, ou seja, tenderia a perder seu caráter desigual de origem para igualar-se, por exemplo, de uma terra à outra. “Torna-se uma *renda capitalista*, ou pelo menos tende a tornar-se, e tal processo, se não concluir após a revolução industrial, já estará então amplamente preparado”. (ibidem)

Dessa forma, a partir de meados do século XVIII, foram viabilizadas as condições para o surgimento do proletariado, que se desenvolvia rapidamente no campo, ainda que de forma parcial.

O trabalho assalariado se desenvolve rapidamente no campo, embora a exigüidade de mercados torne escasso o dinheiro, e a parceria e a meia constituam, freqüentemente, etapas em direção a esta proletarização incompleta do campesinato. O desenvolvimento das relações capitalistas é limitado, no campo, pela exigüidade do mercado urbano que, ainda pré-industrial, dispõe apenas de ofertas limitadas. (idem, p.23)

Além da análise proposta para o período pré-revolução industrial em que o surgimento do capital industrial se fazia lentamente, pode-se afirmar que a renda capitalista já se constituía anteriormente na agricultura¹. Por isso mesmo, as relações capitalistas na agricultura foram reforçadas:

A revolução industrial inaugura uma segunda época. Depois de ter aparecido embrionariamente no mundo rural, as relações capitalistas surgem, se completam e se desenvolvem na indústria. O dinheiro, que pode ser transformado em capital está lá: o proletariado também já existe. A oferta de produtos agrícolas choca-se com a exigüidade do mercado artesanal: um poderoso motivo aparece para permitir aos artesãos inventarem as primeiras máquinas. (ibidem)

Sobre a terceira fase, relacionada ao que Amin (1977) denomina “industrialização da agricultura”, o autor afirma:

A terceira fase inicia-se com a industrialização da agricultura que, sobretudo, fornecerá mais produtos à cidade e receberá em troca não apenas produtos manufaturados de consumo, mas os insumos (adubos, equipamentos, energia, etc.). Esta fase torna-se particularmente variada em suas formas de expressão, porque se manifesta a partir do momento em que o sistema mundial está constituído sob o bastão do capital monopolista. A redução da renda é obtida, pois, pela modificação das alianças de classe internas e externas. Tornamos a encontrar aqui a integração da agricultura de periferia e o seu domínio pelo capitalismo, mas convém, antes de abordar essa questão decisiva, examinar os debates que agitaram o movimento socialista no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, debates onde impõem-se os nomes de Kautsky e Lênin. (idem, p.25)

Nessa trajetória, a agricultura fornecia à cidade subsistência e matérias-primas e recebia dela mais bens de capital do que os de consumo manufaturados. Tal tecnificação e a possibilidade da ampliação da acumulação de capital permitem, em conjunto, que seja esboçada grande parte das concepções clássicas.

¹ Para Marx (1989, p.695): “Nas mais diversas formações econômico-sociais, encontra-se não só a reprodução simples, mas também a reprodução ampliada. Produz-se mais e consome-se mais progressivamente, e quantidade maior da produção se converte em meios de produção. Contudo, esse processo não se apresenta como acumulação de capital nem tampouco como função do capitalista, enquanto os meios de produção do trabalhador e, em consequência, seu produto e seus meios de subsistência não assumem perante ele a forma de capital.” É o lucro, ou a renda do capitalista que contribui para a eliminação da renda fundiária. Nesse sentido: “[...] sobre a eliminação da renda fundiária em sua trajetória, há que se destacar que houve diferentes fases pelas quais diferentes sociedades sofreram tal processo.” Nesse sentido: “A distorção de preços relativos em detrimento dos preços agrícolas, que acompanha a intensificação da industrialização da agricultura, constitui o principal meio de esvaziar de conteúdo a propriedade camponesa mantida formalmente, já que não ocasiona a realização de uma renda e reduz a remuneração camponesa da força de trabalho [...]” (AMIN, 1977, p.31)

Amplia-se uma formulação inicial para essa discussão no movimento político intitulado social-democracia² no qual a lei do desenvolvimento do capitalismo na agricultura era formulada em termos simples: “[...] a concorrência deve eliminar progressivamente os camponeses em favor dos grandes capitalistas agrários que disponham de capitais necessários à utilização da mecanização; a concentração da propriedade do solo é tendência deste desenvolvimento como o é a da propriedade do capital” (idem, p.25).

4.1.1 A “Questão Agrária” de Kautsky

A agricultura sempre ocupou papel relevante na evolução dos diferentes modos de produção e, em especial no capitalismo. Os primeiros escritos dos economistas clássicos como David Ricardo, Malthus e Stuart Mill atentavam para suas características, bem como de que forma a agricultura contribuiria para o crescimento e desenvolvimento das nações em pleno momento da Revolução Industrial. Na elaboração de “O Capital”, com uma estrutura teórico-metodológica específica, Marx também procurou compreender de que maneira a agricultura e o campo contribuiriam para a reprodução do capital, bem como para o aumento do processo de proletarização.

Já no final do século XIX, utilizando-se do ferramental analítico marxista e muitas vezes, reinterpretando-o, Kautsky apresentava uma leitura aprofundada no livro “A questão Agrária” das contradições pelas quais passava o meio rural, e, em especial, a agricultura com o início da tecnificação dos processos produtivos. Demonstrou o autor, nesse sentido, que formas pré-capitalistas na agricultura coexistiam com empreendimentos capitalistas, o que geraria, naturalmente, especificidades nas categorias de produção ali envolvidas, pois são diferenciadas as condições do empresário rural [e sua contra-face, o proletário] e do camponês. Como conteúdo introdutório à sua análise vale destacar:

Do que mais necessitamos, [...] não é adicionar mais uma monografia ou enquête sobre a agricultura, às já existentes sobre o assunto. Por valiosas que estas sejam, [...] trata-se de considerar as diversas questões particulares da questão agrária, as relações entre o grande e o pequeno estabelecimento

² Importante movimento político-partidário existente na Europa em meados do Séc. XIX, em função da ampliação das dificuldades da classe operária no contexto da Revolução Industrial;

agrícola, o endividamento, o direito hereditário, a carência de mão-de-obra, a concorrência ultra-marina, etc. como manifestações particulares de um processo conjunto. (KAUTSKY, 1998, p.27)

Nas palavras de Lênin (1983, p.6) “[...] Kautsky analisa as ‘tendências fundamentais’ da evolução capitalista na agricultura e examina os diversos fenômenos da agricultura contemporânea como ‘manifestações particulares’ de um único processo geral” Desse modo, o que caracteriza a agricultura capitalista na interpretação desse autor é a divisão progressiva do trabalho e o emprego de máquinas.

Especificamente no que tange ao camponês e sua relação com o mercado via especializações produtivas, Kautsky (1998) afirma que o vínculo com o urbano, com a indústria, transforma o até então, “simples agricultor” independente em integrante de uma dinâmica de produção maior. Assim, quanto mais o camponês se transformava em agricultor, ou quanto mais se “[...] completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desaparecia aquela auto-suficiência, segurança e conforto da existência camponesa. [...] O camponês passa agora a depender do mercado que a ele se revelava mais caprichoso e imprevisível que o tempo”. (idem, p.40-41)

Nessa relação com o mercado é inerente a perda econômica do produtor no que tange ao mecanismo de formação dos preços, pois se acentua sua exploração mediante a “dificuldade” de se obter razoável poder de negociação. Nesse aspecto, a discussão proposta por Kautsky (1998) com muita propriedade, ainda permanece ajustada ao momento atual, ao se observar o processo de comercialização nas categorias de produção familiares, sobretudo quando se trata de *commodities*.

Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, menor era sua condição de conservar o primitivo nível de venda direta do produtor ao consumidor. Quanto mais distantes e extensos se tornavam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se tornava, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário se tornava o intermediário. O negociante se coloca, então, entre o consumidor e o produtor.; ele tem uma visão melhor do mercado, melhor que a deste último e domina o mercado até certo ponto; ele se aproveita dessa situação para explorar o camponês. (ibidem)

A “mediação” entre produtor e consumidor é atualmente realizada por intermédio das agroindústrias locais ou em escalas mais ampliadas e ainda por meio das cooperativas regionais. Nestas, de modo especial, o processo de integração submete com mais intensidade os produtores cooperados às exigências do mercado. Além disso, não se pode esquecer que as flutuações pelas quais passam os preços dos produtos agrícolas e sua “obediência” ao mercado acentuam as crises econômicas em determinados períodos, conforme bem descreve o autor:

O que antes a má colheita, o fogo e a espada não conseguiram [dissolução da propriedade camponesa] é conseguido agora pelas crises que afetam o mercado. [...] Estas não acarretam apenas problemas passageiros ao agricultor, mas são capazes de comprometer as fontes vitais de sua subsistência, sua casa e sua terra, a ponto de divorciá-lo e transformá-lo em proletário. (KAUTSKY, 1998, p.42)

Nesse caso, muitas vezes a impossibilidade de ajustar-se adequadamente aos circuitos de comercialização e as dificuldades de ordem tecnológica apressam tal situação. O endividamento junto ao sistema bancário, bem como a incapacidade de promover uma boa utilização dos recursos produtivos na propriedade, acaba por eliminar inúmeros produtores da atividade agrícola. Novamente aqui se percebe a atualidade das observações apresentadas pois já se adiantava que:

No modo de produção capitalista o endividamento torna-se uma necessidade decorrente do próprio processo de produção, onde quer que o proprietário fundiário e o agricultor se tornem uma pessoa jurídica. [...] a dívida garantida pelo imóvel torna-se um fator essencial para a produção agrícola. (KAUTSKY, 1998, p.148)

Na discussão proposta no final do século XIX, o autor apontava como motivos para tal dissolução, a mudança de atividades na propriedade que poderia demandar maior quantidade de trabalho em cultivos específicos, o que não ocorria, por exemplo, quando se tratava de ciclos produtivos mais vinculados à natureza. Desse modo, o ponto de equilíbrio da propriedade rural familiar começou a modificar-se. Interessante notar que isso poderia repetir-se em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com as exigências do mercado. Quando são modificadas as bases técnicas das atividades rurais, alteram-se, também, as relações de trabalho, inclusive do trabalho familiar na propriedade.

A transição do modo de produção camponês, considerado em sua lógica e constituição, como pré-capitalista, para um modelo produtivo voltado ao assalariamento não se fez sem ampliar as desigualdades no meio rural e isso é evidenciado ainda hoje. Reorganizou-se a estrutura familiar e se procurou organizar as atividades obtendo força de trabalho externa nos momentos em que ela se fazia necessária.

Impõe-se a contratação de braços auxiliares de assalariados que são apenas empregados durante a fase de trabalho mais intensa e depois são despedidos quando não mais se necessita deles. E por mais alta que seja a remuneração destes, sai sempre mais barato que os agregados alimentados durante o ano inteiro em casa. Esses trabalhadores que se oferecem em troca de um salário são constituídos por camponeses proletarizados, camponeses que procuram um rendimento extra, e por excedentes familiares, filhos e filhas de camponeses. (idem, p.43)

Cabe acrescentar que esse movimento torna-se muitas vezes pouco perceptível diante das características multifuncionais da agricultura e pluriativa dos produtores familiares. Nas diferenciações entre pequenos e grandes produtores, é natural que os pequenos, muitas vezes com poucas condições de manter seu sustento, ofertem mão-de-obra aos produtores já consolidados. Essa é uma realidade que se faz presente em muitas das pequenas propriedades rurais do município de Cascavel.

Enfim, [o desenvolvimento do mercado] produz entre os pequenos camponeses a necessidade de um rendimento suplementar além daquele que lhe fornece o estabelecimento agrícola de sua propriedade. A área de plantio do pequeno produtor é excessivamente restrita e não permite a produção que exceda a demanda de sua própria família; dele não tem produtos agrícolas que possa levar ao mercado. A única mercadoria que lhe resta então para vender é a própria energia de trabalho, que excede a requerida temporariamente pelo próprio estabelecimento. Um dos modos de aproveitá-la é a sua transformação em trabalho assalariado, a serviço dos estabelecimentos agrícolas maiores. (idem, p.43-44)

Uma das causas do aumento do processo de assalariamento, principalmente dos pequenos camponeses, encontra-se vinculada à melhoria na gestão das propriedades devido à tecnologia. Surge, como conseqüência natural “[...] uma progressiva divisão do trabalho dentro das próprias unidades de produção” (KAUTSKY, p.69). Nesse caso, é natural a tendência de ampliação dessa divisão tanto em pequenas quanto em grandes propriedades. Contudo, nas pequenas propriedades tais ajustes são mais difíceis porque o nível de renda normalmente é

mais restrito. Nesse aprofundamento da divisão social do trabalho forçosamente aumenta a dependência do agricultor em relação ao comércio intermediário. Sendo assim:

O camponês produz agora não somente na condição de industrial; como agricultor também já não produz pessoalmente tudo de que necessita para uso próprio. Vê-se obrigado, agora, a comprar mais ferramentas [mais caras do que antes] inclusive parte dos alimentos que consome, produtos que seu estabelecimento especializado não mais produz, ou não produz em quantidade suficiente. (idem, p.71)

Kautsky (1998) afirmava que essa “revolução” no meio rural partia do urbano. Como conseqüência, o aumento da dependência do agricultor altera continuamente as condições do mercado. Pode-se afirmar, dessa forma, que a articulação “rural-urbano” decorre, em grande parte, da ampliação na divisão social do trabalho estruturada do aparato tecnológico antes relativamente menos importante para as atividades agrícolas.

A agricultura, outrora a mais conservadora de todas as atividades profissionais e que durante centenas de anos não acusara nenhum progresso em absoluto, tornou-se, em poucos decênios, a mais revolucionária de todas. Na mesma medida em que a revolução se processava, essa profissão que rotineiramente passava por herança, de pai para filho, evoluía e se transformava agora, em uma ciência, ou melhor dizendo, se transformava em um conjunto de ciências, cujo objeto e conclusões teóricas abrangem um campo em rápida expansão. O agricultor que não se encontra familiarizado com essas ciências, o simples ‘prático’ assiste perplexo a todas essas inovações, mas já não pode apegar-se à tradição, pois tornou-se impossível manter o sistema consagrado dos pais e dos avós. [...] Assim, a agricultura passou a ser ensinada na cidade. (idem, p.89-90)

A perplexidade a que se refere o autor não diminuiu ao longo do século XX. Pelo contrário, o aparato tecnológico que envolve a agricultura moderna sobrepõe, muitas vezes, os fatores climáticos, situação pouco provável na Europa do século XIX, base empírica da “Questão Agrária”.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, o meio técnico-científico-informacional vem proporcionando uma orientação cada vez mais ajustada às demandas e às ofertas urbanas. Portanto, o estabelecimento agrícola moderno é, na visão desse autor, essencialmente capitalista, muito embora carregue especificidades que o diferencie da indústria, setor privilegiado na análise de Marx, bem como particularidades em relação aos grandes e pequenos estabelecimentos

agrícolas. “Quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos”. (idem, p.135). Naturalmente, a rentabilidade dos grandes estabelecimentos é maior em virtude da gestão mais eficiente, divisão de tarefas e especialização mais acentuadas, somadas ainda às esferas de comercialização e transporte o que proporciona uma “racionalidade” pautada na utilização de princípios científicos.

Naquele momento, Kautsky (1998) observava que a incorporação tecnológica era economicamente viável em grandes propriedades e não em pequenas. “Em relação ao volume de suas vendas, o grande comerciante não tem apenas despesas menores que o pequeno. Ele também vê e domina o mercado de forma diferente do pequeno”. (idem p. 116)

Na condição presente, tais observações seriam revistas, pois há uma crescente incorporação tecnológica em escalas compatíveis às pequenas propriedades. Um exemplo marcante dessa condição é o modelo de gestão dos processos de integração via agroindústrias privadas ou cooperativas na região Oeste do Paraná.

Uma consequência dos modelos de gestão adotados, principalmente no âmbito da agricultura familiar, é a diversificação da propriedade rural visando à composição de um leque de atividades que permitam a obtenção de renda independentemente da sazonalidade inerente à agricultura. No momento em que Kautsky (1998) escrevia, havia uma forte tendência de paralisação da indústria doméstica, ou até mesmo de sua dissolução, diante das orientações impostas pelo mercado. Hoje se incentiva a agroindustrialização nas propriedades rurais como forma de agregação de valor ao que é ali produzido, o que não se dissocia, da mesma forma como tratava o referido autor, de novas demandas do mercado.

Em função disso, o lugar dos pequenos é “garantido” nesse contexto. Kautsky (1998) teceu considerações bastante apropriadas sobre a questão. Observava, portanto que, naquele momento, interessava a manutenção das pequenas propriedades porque elas ofertavam produtos aos “ricos aristocratas” da Europa em grande transformação. Um dos motivos citados para isso, era a melhor qualidade

dos produtos ofertados pelos pequenos camponeses e que não era acessível ao conjunto da população que vivia nas cidades. Assim, “[...] o processo de decadência em que o pequeno estabelecimento se encontra envolvido é altamente complicado e marcado por tendências múltiplas, por vezes até opostas, que nele interferem, o desaceleram ou mesmo o invertem, mas que jamais conseguem anulá-lo de verdade”. (idem, p.198)

Na composição dessas múltiplas tendências há um lugar de destaque para a indústria doméstica sujeita às orientações do mercado, não mais como parte da dinâmica camponesa. Assim a mesma somente produziria em “parceria” com o comerciante ou um possível depositário que, segundo Kautsky (1998) estabeleceria o contato com o grande mercado inatingível para o produtor de forma solitária. Outra observação diz respeito à intensiva divisão do solo na pequena propriedade e ao limitado número de indústrias no meio rural. “No campo, a oferta de trabalho assalariado obedece a certos limites bem como são limitadas as possibilidades de expansão do capital e da técnica empregados nesses produtivos”. (idem, p.244). Na visão do autor havia, como consequência, uma perda progressiva das condições de produção agrícola. Novamente menciona-se o grau acentuado de exploração da mão-de-obra familiar.

Portanto, na lógica que permeia os processos de reprodução do capital, está inclusa a existência da pequena propriedade por diferenciados motivos. Dentre esses motivos vale destacar o excesso de trabalho e o subconsumo no pequeno estabelecimento. Questionava então o referido autor: “Que oferece o pequeno estabelecimento em contraposição a essas vantagens que o grande apresenta?” A resposta obtida voltava-se a um esforço sobre-humano dos pequenos lavradores³. Contrapondo-se aos argumentos que aceitavam tal esforço como natural, comentava: “O pequeno lavrador não só mete o chicote em si mesmo, mas dele também se serve para pôr a trabalhar, igualmente a sua família. Como na agricultura o domicílio e a empresa encontram-se unidos intimamente, a força de trabalho que

³ Kautsky (1998) fazia referência específica aos comentários citados pelo economista clássico John Stuart Mill, que, defendendo os pequenos estabelecimentos, apontava como louváveis a labuta e a perseverança dos pequenos produtores. “Eles trabalham sem parar, diariamente, ano após ano; são tão pacientes, incansáveis e perseverantes, ou mesmo mais, que os seus animais de carga”. (idem, p.153)

menos resistência oferece – a criança – está sempre “à disposição.” (idem, p. 153)

Continua sua argumentação afirmando que:

A solicitação excessiva da força de trabalho apenas se desenvolve de fato, a partir do momento e na medida em que o trabalho em proveito próprio se transforma em trabalho destinado ao mercado. É a concorrência que instiga para o trabalho. Essa competição se processa mediante a ampliação da jornada de trabalho e na razão direta do atraso técnico em que se encontra o estabelecimento. Uma empresa que é incapaz de enfrentar a concorrência aperfeiçoando as suas técnicas de produção, sempre acaba apelando para o maior desempenho de seus trabalhadores, deles exigindo o máximo. [...] A possibilidade de estender a jornada de trabalho constitui uma das barreiras mais eficazes contra o desenvolvimento técnico, portanto. (idem, p. 154)

As exigências do mercado justificam, desse modo, a super-exploração da mão-de-obra familiar. Entretanto, tal condição muitas vezes vai além dos limites da propriedade familiar assumindo a modalidade de trabalho assalariado nos estabelecimentos maiores. Sobre a “proletarização do camponês”, há a seguinte referência:

De fato, a economia doméstica não deixa de sofrer a influência do desenvolvimento econômico. Esta, no entanto, atua sobre a primeira de uma só forma: diminuindo as funções da economia doméstica convertendo-as, uma após a outra, em ramos independentes de produção. Dessa maneira diminui o trabalho executado em casa, bem como o número de trabalhadores que dele participam.[...] Quanto mais progride o desenvolvimento econômico e político, tanto mais crescem as necessidades pecuniárias do camponês; o Estado e a comunidade também oneram o orçamento da pequena empresa. Ganhar dinheiro torna-se cada vez mais importante para o pequeno lavrador de modo que sua atividade secundária passa a crescer enquanto a própria lavoura de sustentação vai para um segundo plano. (idem, p. 255)

Sinalizam-se diferentes possibilidades para utilização da mão-de-obra, dentre as quais o assalariamento, que se constituía, de certa forma, em independência do pequeno produtor das atividades diretamente vinculadas à agricultura. Havia ainda o fato de que, em certas propriedades, a fragmentação decorrente de heranças dificultava a possibilidade de manutenção das atividades agrícolas. Nesse caso, o assalariamento surgia como uma das condições de reprodução familiar. As observações que seguem auxiliam na compreensão de situações que ainda são verificadas no momento atual nas propriedades rurais do território rural de Cascavel.

Quanto menores se apresentam as herdades, tanto mais favorecem a procura de uma atividade secundária de subsistência; quanto mais essa atividade suplementar passa a colocar-se em primeiro plano, tanto menores podem tornar-se as herdades enquanto menos pessoas vão ter condições de satisfazer as necessidades básicas de sua casa, uma vez que se torna totalmente irracional a atividade desenvolvida por esse tipo de propriedade agrícola minúscula. [outro aspecto importante sobre esse pequeno produtor implica que]...quanto mais se evidencia a importância do trabalho remunerado extra-doméstico e quanto mais o trabalho doméstico se torna secundário, tanto mais o primeiro passa a absorver os melhores trabalhadores da família, por vezes até mesmo em períodos nos quais a própria plantação mais deles necessita, na época da colheita, por exemplo. (idem, 230-231)

Nessa situação de elevada fragmentação fundiária, em inúmeros casos, o trabalho na propriedade ficava sob responsabilidade de outros membros familiares, como a mulher, as crianças ou mesmo os mais velhos, com um limitado aparato tecnológico em fins do século XIX. Desse modo, permitia-se ao pai e aos filhos maiores a condição de “ganhar dinheiro” fora da propriedade familiar. Nesse sentido, as observações do autor, em casos específicos relacionados principalmente às menores áreas rurais do município de Cascavel, permanecem atuais.

Entretanto, Kautsky ainda apresentava o pequeno camponês em estreita relação com o mercado, ou seja, produzindo excedentes significativos, porém não utilizando mão-de-obra assalariada. Assim, se o camponês atuava como um simples produtor de mercadorias sua situação o caracterizava como:

[...] um trabalhador que não vive da renda que lhe traz a propriedade; vive de seu trabalho, sendo que sua condição de vida é a de um trabalhador assalariado. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida. (idem, p. 228)

Na condição anteriormente apresentada, o lucro e a renda fundiária são dispensáveis, o que acarreta grandes dificuldades à medida que, na produção capitalista, rotineiramente existem passivos vinculados à terra e a esta cabe a função de “proteger” a agricultura em momentos de crise, mediante a elevação de seu preço. Muitas vezes os pequenos produtores não podem se valer desse mecanismo, o que dificulta sua manutenção na propriedade.

Tal fato é importante quando se retoma a discussão sobre campo e cidade. Kautsky (1998) afirma que tanto a renda fundiária quanto os juros pagos sobre as dívidas assumidas pelo agricultor são consumidos em uma parcela mais restrita no campo. “A grande parte restante vai para a cidade, à custa da qual esta vem crescendo progressivamente” (idem, p.279). A dependência creditícia torna-se, portanto, fundamental para esse processo.

[...] quanto mais esse ato [o empréstimo a juros] se transforme em elemento obrigatório do próprio processo de produção e quanto mais o intercâmbio mercantil se desenvolve entre a cidade e o campo, tanto mais o sistema secreto de agiotagem vem sendo substituído por instituições em que as operações de crédito são públicas e constituem um ato normal, que não revela desespero, razão pela qual as referidas instituições cobram juros normais ao invés de juros extorsivos. Essas instituições podem ser representadas por bancos urbanos, ou sindicatos ou mesmo por estabelecimentos que trabalham com capital emprestado, tomado de capitalistas da cidade. Essa transformação que se observa no sistema creditício é obviamente necessária e beneficia o desenvolvimento.” (idem, 280)

A utilização do crédito é algo que atualmente permeia os processos produtivos agrícolas. Nas mais diversas modalidades, por meio de cooperativas com sistemas de crédito específicos, caso da cooperativa local, ou ainda por meio de outras estruturas cooperativistas regionais e por outras instituições bancárias, o crédito constitui-se em condição importante para a viabilização das safras ou ainda da produção agropecuária.

Outro aspecto abordado por Kautsky (1998) em “A questão agrária”, referia-se à comercialização considerando as diferentes possibilidades de acesso entre pequenos e grandes produtores. No caso da comercialização das *commodities* agrícolas, os diferenciais de receita obtida no momento da comercialização são significativos, comparando-se os grandes produtores frente aos pequenos, colaborando para tais diferenças, a questão creditícia.

O acesso ao crédito é atualmente um dos elementos que mais diferencia os pequenos dos grandes estabelecimentos no município de Cascavel. No caso específico da soja, as diferenças que recaem na esfera da comercialização entre pequenas e grandes propriedades são decorrentes de desigualdades relacionadas não apenas à estrutura produtiva, mas também à armazenagem e ao escoamento

da produção que permitem maiores margens de negociação nos preços dos produtos ofertados.

Uma conclusão apreendida da leitura de Kautsky (1998) refere-se à possibilidade de coexistência entre pequenas e grandes propriedades, justamente porque ambas não competem entre si. Pelo contrário, assumem traços de complementaridade. “O pequeno estabelecimento deixa de ser vendedor e passa à condição de comprador do produto que o grande estabelecimento ‘produz em excesso’. A mercadoria que ele mesmo produz em abundância é precisamente o meio de produção de que o grande estabelecimento agrícola tanto necessita, ou seja, a mão-de-obra” (idem, p. 224)

Tira então a conclusão lógica de que, para o pequeno camponês, ‘quando o preço de venda de seus produtos, tirando suas despesas, o paga por seu trabalho, ele pode viver; pode renunciar ao lucro e à renda fundiária.’ Kautsky analisa explicitamente o problema das relações entre o capitalismo e a agricultura em termos políticos de aliança de classes. [...] e não de simples desenvolvimento da agricultura capitalista [...] A partir dessa consideração, observa-se a condição de proletarização, “... apesar da manutenção da propriedade formal qualificando o pequeno camponês de ‘servo do capital industrial’ (ibidem)

Em resumo, “Karl Kautsky analisa a dominação do capital sobre a agricultura em termos sutis e espantosamente modernos. Kautsky constata, inicialmente, os fatos: a resistência à concentração. Explica-a, mostrando que a pequena exploração camponesa se opõe à grande atividade [...]” (AMIN, 1977, p.26)

4.1.2 Lênin e o papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo

Uma segunda passagem considerada “obrigatória” para a compreensão das transformações no rural mediadas pelo sistema capitalista, diz respeito aos conteúdos abordados por Lênin (1983) em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”. O cenário que inspira o autor é bastante diferente daquele observado por Kautsky (1998) pois, enquanto esse analisava as transformações da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista, Lênin (1983) descreve pormenorizadamente uma Rússia com um atraso no desenvolvimento capitalista se

relacionada à Europa Ocidental⁴. Desse modo, José Neto (1983, p.VIII) afirma que “[...] essa resposta aos específicos problemas russos, esse *tour de force* para um jovem teórico de menos de 30 anos surge num contexto histórico-social-político e ideológico absolutamente diverso daquele que forneceu o substrato para a construção kautskyana”.

A obra em questão tem como contribuição o conhecimento da “dinâmica fundamental da sociedade russa posterior à reforma de 1861⁵” (idem, p. XV). Sua estrutura procura, em linhas gerais apresentar que:

[...] a ruína dos camponeses não implica a liquidação do mercado interno para o capitalismo – ao contrário, é uma consequência necessária do processo de emergência e evolução do capitalismo que promove a industrialização e que acelera e aprofunda os antagonismos que, já existentes no bojo da comunidade camponesa, desintegram o campesinato e liberam massas para a formação do proletariado. (ibidem).

Assim, o problema central da investigação “leniniana” estava em compreender o processo de formação de um mercado interno para o sistema produtivo capitalista por meio da divisão social do trabalho. Cabem, nesse sistema, proprietários capitalistas, assalariados e ainda camponeses, estes últimos com uma racionalidade distinta das demais categorias de produtores. Para Lehmann (1980, p.10), a exposição de Lênin tratava do desenvolvimento da agricultura camponesa sob a ótica da divisão social do trabalho, da penetração das mercadorias e do processo de proletarianização. Surgiam, em sua análise, os camponeses ricos e pobres. Sobre os últimos Lênin (1983) expunha:

Em toda a sociedade capitalista, a existência de pequenos camponeses se explica não pela superioridade técnica da pequena produção agrícola, mas pelo fato de que eles reduzem as suas necessidades a um nível inferior ao dos operários assalariados e se exaurem no trabalho incomparavelmente mais que estes últimos” (Lênin, 1983, p.7)

É justamente na formação dos mercados que o autor direciona sua análise, considerando, da mesma forma abordada por Kautsky (1998), a estreita vinculação

⁴ Lênin (1983) traduziu a estrutura das propriedades agrícolas russas com detalhamento rigoroso, o que lhe permitiu uma análise profunda da economia agrícola naquele momento.

⁵ Para o autor, o objeto de discussão do trabalho era a própria viabilidade do sistema capitalista travado pela sobrevivência do antigo regime de servo, emancipados na reforma de 1861. As instituições eram estruturadas no antigo regime feudal.

entre o rural e o urbano. Assim, “[...] O capitalismo, pois, é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrícola, e todos sabem que esse fenômeno se manifesta na forma mais relevante em todos os países capitalistas”. (idem, p.7) Isso acaba por proporcionar, nas palavras do autor, “[...] a mais profunda influência em todo o sistema rural, não pode deixar de suscitar o crescimento da agricultura mercantil e capitalista”. (idem, p.16) Assim, a dissociação completa entre a agricultura e os ramos independentes da indústria, altera a transformação da produção no meio rural.

[...] diferentes operações que se realizam nessa transformação se separam sucessivamente da agricultura e constituem ramos independentes da indústria, trocando seus produtos [agora convertidos em mercadorias] pelos produtos agrícolas. Desse modo, a própria agricultura torna-se indústria [isto é, passa a produzir mercadorias] e também nela o mesmo processo de especialização se efetiva. (idem, p.35)

Verifica-se, nesse contexto, um conflito de classes, nas relações que Lênin (1983) denominou como “composição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas”. Nesse caso, a diferenciação entre ambos se verifica pelas “[...] diferentes capacidades de participar en el mercado entre ‘pequeños productores de mercancías quienes son a menudo también asalariados’” (LEHMANN, 1980, p.10). Nessa transformação, na qual o produtor rural é assalariado e a “agricultura torna-se indústria”, a população industrial, ou não-agrícola cresce mais rapidamente do que a população que se ocupa exclusivamente da agricultura. O fenômeno da migração é parte desse cenário de onde saem produtores rurais que ingressam no ramo industrial diante da crescente oferta de operários.

Uma das principais variáveis que conduzem a tal oferta de mão-de-obra é a questão tecnológica que, novamente, possui distintas respostas no território. A análise leniniana compreendia, portanto, que as diferentes posições no âmbito da propriedade camponesa, ou seja, a existência de pequenos e grandes proprietários familiares possibilitava a estes últimos, significativas vantagens frente aos camponeses mais pobres no que se refere à produtividade.

Mas é preciso assinalar que o progresso técnico na agricultura se expressa diferentemente, conforme o sistema agrícola e o sistema de cultura. Se, na cultura de cereais e na agricultura extensiva, o progresso técnico pode traduzir-se numa simples ampliação da área semeada e numa redução

do número de trabalhadores e animais de tração por unidade de superfície cultivada, no sistema pecuário ou técnico de economia, na passagem para a agricultura intensiva ele pode manifestar-se, por exemplo, no cultivo de tubérculos – que demanda um maior número de trabalhadores por unidade de superfície cultivada – ou na pecuária leiteira, na plantação de forragens, etc. (LÊNIN, 1983, p.40)

É, portanto, a possibilidade de intensificar o progresso tecnológico incorporando maior ou menor número de trabalhadores assalariados que vai diferenciar a inserção da propriedade camponesa nas esferas de produção e distribuição em moldes capitalistas. Normalmente, cabia aos pequenos estabelecimentos camponeses a maior oferta de trabalho assalariado, conforme já havia explicitado Kautsky (1998) num momento anterior. Importante seria então diferenciar aqueles que recorriam ao assalariamento e aqueles que viviam exclusivamente da agricultura, sem se valerem da venda de sua força de trabalho. (idem, p.40-41) Especificamente tratando-se do campesinato pobre, Lênin (1983) assim o caracterizava: “Ele é constituído pelos camponeses que semeiam pouco ou nada e sua situação econômica quase não difere [...] uns e outros trabalham como assalariados na própria aldeia ou imediações, quase sempre em tarefas agrícolas” (ibidem) Nesse caso, integravam-se tais produtores, ao proletariado rural.

Assim como Kautsky (1998), Lênin (1983) também afirmava que “[...] a condição indispensável da existência do campesinato rico é a formação de um contingente de assalariados agrícolas e diaristas”. (idem, p.65). Tal situação também é observada atualmente no rural de Cascavel e expressa as limitações para o processo de capitalização das pequenas propriedades familiares.

[...] é extremamente interessante observar que a relação entre o número de estabelecimentos que contratam diaristas é sempre maior que o daqueles que empregam assalariados; em troca, nos grupos superiores, o número de estabelecimentos que empregam assalariados é às vezes maior que o daqueles que contratam diaristas. Isso revela que, nos grupos superiores assiste-se à formação de verdadeiras unidades agrícolas baseadas na utilização permanente do trabalho assalariado, distribuído regularmente ao longo das estações do ano e que permite evitar o emprego mais oneroso e complicado de diaristas. (ibidem)

Nessa condição, o arrendamento traduzia um caráter empresarial que se distanciava da exploração camponesa. Levava ainda à exaustão do solo, principalmente em contratos de exploração mais curtos. Mais para uns, menos para

outros. É a tradução simplificada daquilo que Lênin (1983) observava; luta e divergência de interesses, configurando a contradição própria do sistema capitalista.

O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato. Empregando a palavra “descamponização”, os próprios camponeses fornecem uma definição precisa e relevante desse processo que redundará na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural. [...] É claro que o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que, em hipótese alguma se esgota nessa ‘diferenciação’. [...] O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural [sobretudo a pequena burguesia] e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários assalariados. (idem, p.114-115)

Uma burguesia rural ou um campesinato rico estrutura suas atividades produtivas na agricultura comercial, empresas industriais ou comerciais. Surge daí essa nova classe, os granjeiros. “[...] na maioria dos casos, as dimensões da exploração estão acima das possibilidades da força de trabalho da família; por isso, a formação de um contingente de operários agrícolas, e, ainda mais, de diaristas, é condição indispensável da existência de um campesinato rico”. (idem, p.115)

O campesinato estudado por Lênin (1983) possuía seus paradoxos. Como assinala o autor, de um lado há a tendência de proletarização, “[...] há o êxodo dos trabalhadores para as cidades; de outro lado, o campesinato pode, ainda, acumular tendências progressistas. [arados de ferro, desenvolvem a cultura de forragens e a indústria leiteira] [...] agora sabemos que camponeses participam desses dois aspectos, diametralmente opostos”. (idem, p.116)

Disso pode ser apreendida a crítica de Lehmann (1980) à tese de Lênin. “[...] *existen profundas divergências de interes tanto subjetivas como objetivas entre los campesinos, de tal manera que estos no constituyen una clase en si ni para si.*” A tendência a longo prazo seria a polarização entre capitalistas cada vez mais tecnificados e assalariados, desprovidos dessa condição.

Nesse paradoxo, as máquinas auxiliam, portanto, na concentração, bem como na cooperação capitalista na agricultura, ainda que limitada a áreas localizadas, conforme assinalava Lehmann (1980). “De um lado, a introdução de

máquinas implica em ponderáveis capitais, o que a torna acessível apenas aos grandes proprietários, de outro, o investimento com as máquinas só se amortiza sob um imenso volume do produto manufaturado”. (LÊNIN, 1983, p.148) São elas que evidenciam as contradições nos processos produtivos que envolvem respectivamente as dinâmicas capitalista e camponesa.

Um exemplo marcante na leitura da formação da dinâmica capitalista na Rússia diz respeito à produção de leite. Tal exemplo é significativo ainda hoje, quando se percebe que a tecnificação proporciona acentuada eliminação do mercado de pequenos produtores pouco capitalizados. Naquele momento, Lênin afirmava que a pobreza e a fome acompanhavam o processo de industrialização do leite, o que não difere da realidade atual na região Oeste do Paraná.

No que se refere à pecuária, o capital, no momento, considera mais vantajoso deixá-la a cargo dos pequenos produtores: que eles cuidem, com ‘zelo e aplicação’ do ‘seu’ rebanho [...] que eles se encarreguem do trabalho mais duro e mais pesado de manutenção da máquina que dá o leite. Quanto ao capital, ele dispõe dos meios mais aperfeiçoados e modernos, não só para separar a nata do leite, mas também para separar a ‘nata’ desse ‘zelo’, para separar o leite dos filhos dos camponeses pobres. (idem, p.174)

Não apenas o leite, mas diversos produtos assumem tal condição para sua oferta no mercado. “A peculiaridade da agricultura consiste em que, numa região, o capitalismo subordina um aspecto da agricultura, subordinando outro aspecto noutra região, razão porque relações econômicas idênticas se manifestam nas mais variadas formas de agronomia e vida” (idem, p.182). Aos poucos, a agricultura assume caráter comercial. Lênin (1983) afirmava que em todo país capitalista, existia uma série de graus intermediários ligando o pequeno burguês rural ao ‘camponês’ dono de uma parcela e, ainda, ao proletário rural dotado de um lote de terra.

É lícito afirmar, diante das considerações do autor, que a partir do momento em que a agricultura insere-se em esferas produtivas vinculadas ao mercado, há uma tendência para que ocorram crises que poderiam ser mais facilmente contornadas numa economia de caráter estritamente camponês. Assim, “[...] a formação de ramos especializados na agricultura comercial torna as crises capitalistas e a superprodução, possíveis e inevitáveis, mas elas [como todas as

crises capitalistas] dão um impulso ainda mais vigoroso à produção mundial e à socialização do trabalho”. (idem, p.204)

Dada a própria natureza da agricultura, a sua transformação em produção mercantil ocorre peculiarmente, de forma distinta do processo correspondente na indústria. A indústria transformativa compreende ramos autônomos, dedicados exclusivamente à fabricação de um único produto ou de uma única parte do produto. Na indústria agrícola, ao contrário, não há divisão em ramos rigorosamente distintos: há somente especialização de tal ou qual produto para o mercado, e adaptação de outros aspectos da agricultura a esse produto principal [que é uma mercadoria]. Por isso, as formas de agricultura comerciais apresentam uma diversidade gigantesca, modificando-se não só de uma região para outra, mas também de um estabelecimento para outro. (idem, p.202)

Essa é a parcela mais substancial na qual se elaboram os novos processos agrícolas em escala comercial. Daí para diante a incorporação dos conteúdos técnico-científico-informacionais é cada vez maior, transformando-se em um novo mercado para o capitalismo. É essa a lógica que acompanha eventos tecnológicos, tais como o Show Rural Coopavel, no município de Cascavel. As escalas de produção envolvidas alcançam grandes proporções para abastecer o mercado mundial. O capital transnacional envolvido em biotecnologia, mecânica e demais segmentos industriais modifica intensivamente os territórios rurais de acordo com as exigências do mercado. Nesse sentido, Lênin (1983) afirmava:

O crescimento da agricultura comercial cria um mercado interno para o capitalismo. Em primeiro lugar, a especialização da agricultura provoca trocas entre as várias regiões agrícolas e os vários produtos. Em segundo lugar, quanto mais a agricultura se adentra na circulação de mercadorias, tanto mais rapidamente cresce, da parte da população rural, a demanda de artigos de consumo pessoal produzidos pela indústria de transformação e tanto mais rapidamente – em terceiro lugar – cresce a demanda de meios de produção, porque nenhum empresário rural, grande ou pequeno pode organizar a nova agricultura comercial com velhos instrumentos e as velhas instalações ‘camponesas’. Finalmente, em quarto lugar, surge uma demanda de mão-de-obra, porque a formação da pequena burguesia rural e a adoção da economia capitalista pelos proprietários fundiários supõem, necessariamente, a formação de um exército de assalariados e diaristas. (idem, p.203)

Para Amin (1977, p.26), em resumo, o conjunto da obra de Lênin refere-se à concentração da propriedade do solo e meios de produção [arados], aparição e desenvolvimento do número relativo e absoluto dos trabalhadores agrícolas, diferenciação crescente no seio do campesinato e reforço da posição dos

camponeses ricos [*koulaks*] em detrimento dos camponeses médios, tais são as tendências do sistema. Na observação pormenorizada das questões voltadas ao rural naquele momento há uma conclusão: "...a nítida proletarização dos camponeses" . Já Lehmann (1980, p.10) observa a obra de Lênin como um posicionamento claro de que "[...] *la penetración del capitalismo dentro de la economía campesina produce relaciones capitalistas de producción en la agricultura.*"

É justamente a compreensão de que a agricultura não mais se dissocia das esferas de acumulação de capital que torna a análise de Lênin (1983) tão contemporânea e necessária como uma referência para a compreensão da formação da atividade rural no município de Cascavel. Também nessa porção do território o capitalismo amplia, em gigantescas proporções, as contradições que lhe são inerentes como modo de produção, gerando, necessariamente exclusão e diferenciação entre as classes produtivas.

4.1.3 A lógica da diferenciação camponesa segundo Chayanov

Outra via de interpretação sobre os diferentes modos de produção na agricultura está amparada na obra de Alexander Chayanov, "*La organización de la unidad económica campesina*", publicada inicialmente em 1925. Além do problema da posse da terra e a análise das formas mais adequadas para a transição para o socialismo, cabia ainda a discussão sobre a disponibilidade de recursos econômicos e técnicos que viabilizariam uma transformação radical das condições de vida camponesas.

No que tange a Chayanov, Amin (1977) destaca vários pontos específicos, dentre esses o fato daquele autor "[...] ter introduzido sistematicamente uma visão muito rica da interação entre capitalismo e agricultura" (idem, p.27). Chayanov parte da análise de um modo de produção camponês, não-capitalista, cujas unidades elementares são constituídas por famílias de camponeses trabalhadores, proprietários do solo. Seu produto é destinado, principalmente, à auto-subsistência da família, estando comercializada apenas uma fração deste [para fazer face ao

imposto e porque existe uma demanda urbana que, em contrapartida, pode oferecer bens manufaturados competitivos com os do artesanato rural].

Sobre as possíveis diferenças entre o pensamento de Chayanov (1974), comparado ao de Lênin (1983), Lehmann (1980) assim as descreve:

Si Lênin tiene una teoría del desarrollo capitalista en la cual las clases sociales son exclusivamente constituídas por las relaciones de producción sin referencia a las relaciones del mercado, la teoría de Chayanov es una de empresas campesinas y relaciones de mercado en la cual las relaciones técnicas internas de producción a nivel de la unidad de producción no reciben un sitio primordial. Lo que para Lênin es central, para Chayanov es simplemente una idea secundaria e viceversa. (idem, p.12)

Havia, segundo Chayanov (1974) uma situação de mercado mundial que favorecia a agricultura no início do século XX. “[...] *las relaciones de mercado y la naturaleza mercantil de la explotación rural se desarrollan rápidamente: pronto avanzó el capitalismo comercial;...*” (idem, p.26)

O desafio teórico proposto pelo autor: compreender o nível de racionalidade econômica própria das explorações agrárias e campesinas. Como pressuposição para a construção do trabalho, Chayanov (1974) apontava que a economia camponesa não era tipicamente capitalista, portanto não se poderia conceber a existência de lucros. Para Amin (1977), o camponês em questão não é um empresário capitalista, não procura maximizar o lucro de seu ‘capital’ e acumular, mas antes viver na terra que é sua em virtude de uma organização social camponesa.

Assim, os esforços de produção possuíam, como contrapartida, o bem-estar familiar e a aquisição de bens e serviços. Nessa afirmação é bastante difícil mensurar o valor do trabalho do camponês como expõe Chayanov (1974)

Nuestra tarea es el análisis de la organización de la actividad económica de la familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agrícolas. (idem, p.44).

Como menciona Archetti (1974, p.9) na apresentação do trabalho de Chayanov: “A economia campesina é um fim em si mesmo”. Justifica-se, desse

modo, a investigação científica proposta pela Escola de Organização e Produção, com um amplo conjunto de temas voltados à agricultura, ou seja, “[...] *la construcción de una teoría particular sobre la unidad económica campesina*”. (idem, p.28)

Nessa interpretação existe uma relação entre a quantidade de pessoas que trabalham e que não trabalham e tal relação é associada aos demais meios de produção: terras, ferramentas de trabalho. Tal conjunto é mediado por uma dimensão “subjetiva” ou seja, pela intensidade do trabalho, equivale dizer, pelo grau de exploração da força de trabalho da família. Assim, o camponês justifica o trabalho mediante a satisfação de suas necessidades.

[...] en la práctica económica de la unidad económica campesina se realiza un balance entre lo que se trabaja y lo que se consume, lo cual determina, en gran parte, el volumen de la actividad económica familiar, pero no considero en absoluto que se pueda deducir de esto todo un sistema de economía nacional. (idem, p.39)

Uma aproximação dos conteúdos abordados sugere, portanto, que interessa a subsistência e não o lucro. Vale acrescentar, ainda, que o limite da provisão camponesa, estudada por Chayanov (1974) era a constituição de um fundo de subsistência definido culturalmente e que integrava sistemas econômicos distintos ao longo da história.

Na investigação proposta pelos autores da Escola da Organização e Produção havia ainda o entendimento de que tal orientação camponesa, inserida num contexto capitalista, diferenciava-se sobremaneira da motivação de uma empresa organizada e baseada em força de trabalho contratada.

Dessa forma, Chayanov aproxima-se de Marx, pois ambos consideram a possibilidade de haver estritamente um modo de produção camponês, ou melhor, de uma economia camponesa que se apropria integralmente do produto da terra em que se trabalha⁶. (ARCHETTI, introdução a Chayanov, 1974, p.11) Entretanto, quando se trata de analisar a produção mercantil simples, Marx afirma que essa

⁶ Se para Marx o limite para a intensidade da exploração era a variável salário, para Chayanov traduzia-se em superexploração de sua força de trabalho. Daí que, segundo Archetti (1974, p.13): “el principal interés Del economista ruso son los mecanismos a partir de los cuales un actor dado toma decisiones en el sistema de producción, aunque - ya que no es tan obvio en su obra - no tenga plena conciencia de esto”.

nunca chegaria a se constituir como modo de produção dominante e como tal, “[...] *puede estar presente y desarrollarse bajo diferentes modos de producción*”. (idem, p.18)

A aceitação dessa hipótese, qual seja, a de que a economia camponesa possui lógica e racionalidade que em conjunto são apenas parcialmente afetadas pelo mercado, produz uma nova forma de interpretação que ainda pode auxiliar na compreensão de importantes aspectos das famílias que vivem e/ou trabalham no meio rural atualmente.

Observou-se, inicialmente, que a essência do pensamento de Chayanov (1974) trata a satisfação das necessidades familiares como o objetivo da unidade camponesa. As demais esferas envolvidas na produção acabam também por “obedecer” a essa subjetiva orientação. *“Dicho de outra manera, es un productor que combina los medios de producción con su propio trabajo, o sea que está en condiciones de controlar las condiciones técnicas de producción”*. (ARCHETTI, introdução a Chayanov, 1974, p.12). Outra questão que merece atenção nesse contexto: *“[...] no es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de actividad económica familiar [...] por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia”*. (idem, p.61).

Há que se acrescentar ainda que, embora os produtores camponeses sejam produtores de mercadorias, não é por esse aspecto que devam ser considerados capitalistas. *“Consideramos que nuestra explotación campesina es mercantil y, por lo tanto, que se inserta en un sistema económico que coexiste con ella, a través del crédito y la circulación de mercancías”* (CHAYANOV, 1974, p.13). Uma orientação interessante nesse sentido é explicitada abaixo:

Si, por analogía con las bases organizativas de la empresa privada usual consideramos que la unidad económica campesina es una empresa privada en la cual empresario y trabajador se combinan en una sola persona, en este caso el beneficio del campesino como empresario resulta totalmente anulado por sus pérdidas como trabajador asalariado constreñido a alargar su desempleo estacional. (idem, p.30)

A produção de mercadorias ou, ainda, a maior ou menor vinculação ao mercado está associada, como se observou anteriormente, às necessidades de consumo da família camponesa. As estruturas familiares são diferenciadas e, por

conta disso, demandam mais ou menos trabalho conforme existem menores ou idosos, ou ainda, pessoas aptas ao trabalho, principalmente aptas ao trabalho na terra.

En otras palabras, tomamos la motivación de la actividad económica del campesino no como la de un empresario que como resultado de la inversión de su capital recibe la diferencia entre el ingreso bruto y los gastos generales de producción, sino mas bién como la motivación del obrero por un peculiar sistema de salario a destajo que le permite determinar por si mismo el tiempo y la intensidad de su trabajo. (idem, p.33)

Se as estruturas familiares são diferenciadas, o equilíbrio entre satisfação das necessidades e tempo gasto com a produção também é relativo, como são relativas, também, as quantidades de terra e capital ali envolvidos.

Cualquier unidad agrícola capitalista cuyo tamaño es determinado por una cantidad constante e invariable de capital y tierra, puede mantener el mismo volumen durante un período indefinidamente largo [con límites infinitos]; pero la unidad económica campesina, en condiciones análogas a las de la realidad rusa, varía constantemente su volumen a lo largo de décadas, de acuerdo con las fases del desarrollo familiar, y sus elementos describen una curva con ondulaciones.(idem, p.67)

Wanderley (1998, p.32) expõe nesse sentido que, para Chayanov, a família camponesa expressa diferentes níveis de esforço. Inicia com um casal que em geral trabalha; num segundo momento são as crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; mais tarde, ao crescerem os filhos, vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém, com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida.

Cabe mencionar que Chayanov (1974) admitia a possibilidade de aquisição de trabalho extra-estabelecimento camponês, principalmente quando a força familiar era limitada diante das tarefas de colheita, por exemplo. Mesmo no caso de utilização de mão-de-obra assalariada, vale ainda o pressuposto da produção suficiente para que se adquiram os bens necessários à família. Não se pode deixar de mencionar que no momento em que Chayanov escrevia, as melhorias tecnológicas avançavam sobre o campo, produzindo alterações significativas também nas unidades camponesas e induzindo a uma maior vinculação ao mercado.

En la actualidad [1925], la unidad económica campesina en casi todas las partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; en muchos países sufre la influencia del capital financiero, que le ha hecho empréstitos, y coexiste con la industria organizada al modo capitalista. Las empresas campesinas tienen interrelaciones sociales demasiado complejas con todos estos elementos en la economía actual. (idem, p.42)

Nessa integração ao mercado, o volume mais baixo de esforço da família equivale aos benefícios materiais essenciais. Contudo, é o número de consumidores que determina o grau de exploração dos trabalhadores da família.

[...] el trabajador campesino estimulado al trabajo por las necesidades de su familia desarrolla mayor energía al aumentar la presión de estas necesidades. La medida de la autoexplotación depende en mayor grado del peso que ejercen sobre el trabajador las necesidades de consumo de su familia. [...] El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores. (idem, p.81)

A análise das medidas de auto-exploração da família camponesa expressam a intensidade do cansaço *versus* a força de vontade para suprir as necessidades de consumo. Chayanov (1974) questionava nesse sentido em que ponto dar-se-ia a máxima satisfação das necessidades familiares diante da fadiga do trabalho. “*Cuanto mas duro es el trabajo, comparado con la remuneración, más bajo es el nivel de bienestar en cual la familia campesina cesa de trabajar, aunque es frecuente que para alcanzar incluso este nivel reducido deba hacer grandes esfuerzos*”. (idem, p.84). O autor afirmava, também, que a cultura urbana poderia influenciar no aumento das necessidades de consumo da família camponesa.

Nesse contexto, é válida a interpretação de Lehmann (1980) que afirma ser a teoria de Chayanov não uma “resposta perversa dos camponeses aos preços”, na qual haveria um cessar do trabalho quando as necessidades da família estivessem supridas, mas sim uma teoria de custos e benefícios do esforço do trabalho em situações específicas.

É a mão-de-obra o fator de produção que tecnicamente organiza os processos de produção. Os demais elementos de produção são escolhidos de acordo com a avaliação da unidade camponesa. “*Por eso es que el limite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad*.” (idem,

p.47). Existe, ainda, um limite natural para tal esforço e tal limitação é considerada subjetiva.

No conjunto dos fatores de produção envolvidos no ambiente rural, o trabalho é o aspecto que diferencia sobremaneira a economia camponesa daquela capitalista. Desse modo:

Quanto à diferenciação dos fatores de produção, Chayanov os destaca – terra, capital e trabalho – e acrescenta que ‘...a unidade elementar é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, as trocas mercantes, são apenas marginais: os ruralistas sabem perfeitamente que a vida camponesa não é apenas organizada em torno da produção, como o é a empresa industrial; sabem que ela tanto é um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir’. Nessas condições, Chayanov introduz a idéia de que a organização da produção [quantidades de diferentes produtos, métodos mais ou menos intensivos, etc] resultará do equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho. Este equilíbrio será, por sua vez, afetado pelo tamanho da família [a relação entre o número de produtivos e não-produtivos] e da terra. E como o tamanho da família evolui com o seu desenvolvimento, como o do pedaço da terra é submetido, também, às modificações de cada herança, Chayanov deduz daí uma dinâmica particular da diferenciação do mundo rural, que chama de ‘diferenciação demográfica’ em oposição à diferenciação de classe, alvo da insistência de Kautsky e Lênin.” (AMIN, 1977, p.27)

Chayanov observava segundo Amin (1977), a enorme capacidade de resistência da economia camponesa à concorrência capitalista na Rússia, no fim do século passado. Afirmava, literalmente, que o pequeno camponês poderia aceitar remunerações globais tão baixas que fizessem a agricultura capitalista perder todo o seu poder competitivo.

Essa condição é para o autor decididamente essencial, pois significa que o modo de produção camponês não pode ser estudado fora do quadro da formação de conjunto onde está circunscrito. Falar de concorrência é, na verdade, supor que o pequeno camponês deva equiparar seus preços aos dos concorrentes capitalistas agrários mais eficazes, nacionais ou estrangeiros, introduzidos pelas importações de produtos concorrentes.

A resistência camponesa está estruturada na flexibilidade de sua mão-de-obra. Nesse sentido Chayanov (1974) afirmava:

[...] dado um deterioro en la situación de mercado, las cantidades negativas [perdidas], gracias a los mecanismos de cálculo del trabajo,

aparecen mucho más tarde en la unidad económica campesina que en la capitalista [de aquí la gran viabilidad y estabilidad de las unidades campesinas]. Frecuentemente, el equilibrio básico interno de la unidad familiar de explotación agrícola hace que sean aceptables remuneraciones muy bajas por unidad doméstica de trabajo, lo cual le permite existir en condiciones que llevarían a la ruína segura a una unidad de explotación capitalista. (idem, p.94)

O que significa, então, a redução da remuneração dos camponeses? Para Amin (1977) ela é tal que: 1) a renda do solo [renda imputada à propriedade] é anulada; 2) a remuneração do trabalho – a que se reduz o preço dos produtos – equipara-se ao valor da força de trabalho proletária.

Assim o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da propriedade fundiária, e proletariza o camponês trabalhador. É certo que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais sua propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade, é um vendedor da força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio. (idem, p.29)

Tal situação apontada por Amin (1977) ocorria principalmente quando havia desequilíbrio na utilização dos fatores de produção na unidade camponesa. Se a terra fosse insuficiente para prover o sustento da família, o camponês naturalmente buscava outras atividades não-agrícolas para “[...] *alcanzar el equilibrio económico com las necesidades de la familia que no resultan cubiertas com el ingreso de la unidad o con las ganancias provenientes de las actividades artesanales y comerciales*”. (CHAYANOV, 1974, p.101)

Se houvesse limitação no capital, a família também a compensaria com a intensidade de sua força de trabalho. Isso necessariamente reduziria, conforme as palavras do autor, o bem-estar da família. “*Cuanto menos capital tiene a su disposición , la familia campesina está en situación de aprovecharlo mejor forzando la intensificación de su fuerza de trabajo*”. (idem, p.107) Há que se acrescentar, contudo, que muitas vezes a produção necessária à manutenção do bem-estar da família não é atingida, havendo a necessidade de ajustá-la num “segundo ótimo”, de acordo com os fatores de produção disponíveis.

[...] cuando en um año determinado la unidad de explotación agraria no tiene la tierra o el capital necesario para desarrollar una empresa agrícola; con las características óptimas en lo que respecta a la relación entre la unidad y el tamaño de la familia, se vé obligada a producir su volumen de actividad

agrícola de acuerdo con la mínima disponibilidad de estos medios de producción. (idem, p.109)

Essa é uma situação que ainda é freqüente junto aos produtores familiares da região Oeste do Paraná e que dificulta a incorporação tecnológica necessária para os ajustes ao mercado. Além disso, quanto menor a área disponível para a agricultura, maior a participação de atividades não-agrícolas na composição do trabalho familiar. Entretanto, Chayanov (1974) também admitia que não necessariamente seriam esses os fatores determinantes para a ocupação da mão-de-obra em tais atividades, pois, em alguns casos, o tempo de trabalho na agricultura é irregular e durante estações inteiras. Tal situação tem sido modificada por meio da diversificação da propriedade em outras atividades agrícolas, mas não alcançando, mesmo com tais ajustes, o grau ótimo em termos de maximização da satisfação das necessidades de consumo. Daí a menção de uma outra situação a ser apresentada:

[...] en numerosas situaciones no es una falta de medios de producción lo que origina ganancias provenientes de las artesanías y comercio, sino una situación de mercado más favorable para este tipo de trabajo, en el sentido de la remuneración que brinda a la fuerza de trabajo campesina, comparada con la agricultura. (idem, p.118)

Nesse caso, é o mercado que proporciona situações em que a mão-de-obra familiar pode ser ocupada de forma a atender às necessidades de consumo familiares. Por vezes, segundo Chayanov (1974), tais ocupações possuem remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho do que aquelas encontradas nas atividades agrícolas e obtidas com menor esforço, proporcionando novos ajustes na propriedade familiar. *“En otras palabras, podemos asegurar teóricamente que la división del trabajo en la familia campesina entre agricultura y actividades artesanales y comercio se lleva a cabo por comparación de la situación de mercado[...].”* (idem, p.120)

Outra situação que pode ser caracterizada no plano organizativo da unidade econômica camponesa é a possibilidade de acumulação de capital.

El balance trabajo-consumo que hemos analizado es la expresión del mecanismo que limita las tendencias consumidoras de la familia campesina. Con una alta productividad de su fuerza de trabajo la familia campesina tenderá naturalmente no sólo a cubrir sus necesidades personales sino también a ampliar la renovación de capital y, en general, a acumular capital. (idem, p.133)

Tal acumulação de capital pode ser considerada uma importante “chave” para que a produção familiar insira-se nas esferas de mercado e em condições de monetarização. Necessariamente há uma reorganização das atividades desenvolvidas de forma a conseguir maximizar o rendimento da propriedade. Dessa forma:

Gracias a su contacto con el mercado, la explotación puede eliminar ahora de su plan organizativo todos los sectores de producción que proporcionan pocos ingresos y en los cuales el producto se obtiene con un esfuerzo mayor que el requerido para obtener su equivalente en el mercado mediante otras formas de actividad económica que producen ingresos mayores. Em el plan organizativo sólo subsiste lo que proporciona una alta remuneración para la fuerza de trabajo o constituye un elemento de producción irremplazable por razones técnicas. (idem, p.142)

Nesse caso, conforme explicitava Chayanov (1974), em determinadas regiões onde a atividade agrícola é essencialmente mercantilizada, como na região Oeste do Paraná e no município de Cascavel, a estrutura do consumo [níveis de consumo] é suscetível a modificações expressivas diante das necessidades e hábitos urbanos introduzidos nos “fundamentos da vida camponesa”. Daí a justificativa para a utilização de mão-de-obra contratada, ou oferta da mão-de-obra familiar em outras propriedades, fato esse já apontado nas obras de Lênin (1983) e Kautsky (1998).

Porém, na construção do pensamento chayanoviano, a mercantilização dos processos produtivos, a contratação ou oferta de mão-de-obra camponesa ou ainda a incorporação de capital nas atividades produtivas, obedecem a “[...] *otras leyes de circulación y ocupa um lugar diferente de su composición al que ocupa en las empresas capitalistas*”. (CHAYANOV, 1974, p.230)

Nesse contexto, o capital nem sempre possui a mesma função e objetivos tais quais são encontrados em unidades capitalistas, pois a unidade camponesa disponibiliza seu próprio trabalho à produção. O equilíbrio essencial continua sendo a satisfação das necessidades familiares.⁷

⁷ No capítulo 5, intitulado “*El capital en la unidad de explotación doméstica*”, Chayanov (1974) aborda, de forma consistente, as principais diferenças entre o uso do capital em unidades empresariais e em unidades familiares.

Cualquier incremento en el capital disponible para el trabajador, hasta este limite [tal limite consiste na racionalidade entre a força de trabalho e os demais meios de produção], ayuda obviamente a elevar la productividad de la fuerza de trabajo. En dicho limite se alcanza el nivel máximo y el capital disponible permite que la fuerza de trabajo desarrolle todo su potencial de producción. Ningún aumento mayor en la intensidad del capital de la unidad de explotación puede incrementar la productividad de la fuerza de trabajo y alterar el equilibrio básico de los factores internos [a menos que se acompañe de un cambio en la técnica por supuesto]. (idem, p.237)

Dessa forma, o camponês não renuncia à satisfação de suas necessidades como grupo familiar, para acumular capital. Apenas em condições em que a produtividade seja expressiva a ponto de maximizar o fator trabalho é que pode ocorrer, gradualmente, um acréscimo nas condições de renovação e formação de capital. *“En general, los procesos de formación y renovación de capital se vinculan en forma equilibrada con otros procesos de la unidad de explotación familiar [intensidad de la fuerza de trabajo, satisfacción de necesidades personales, etc.]”* (idem, p.264).

Cabe acrescentar que o sistema capitalista dificulta a continuidade dos fundamentos da economia camponesa, porém não os elimina. Chayanov (1974) observa tal dominação valendo-se dos exemplos próprios à Rússia no início do século XX. A dominação do capital não se explica, pois, pela concentração ilimitada da propriedade, ao contrário,

opera [...] pela concentração vertical, isto é: a superposição das indústrias alimentares avalistas de um grupo de propriedades camponesas médias que, controlando a comercialização do produto, agem eficazmente sobre a remuneração do camponês. (AMIN, 1977, p.30)

Ainda que fosse pouco alterada a lógica entre consumo e esforço produtivo na unidade camponesa, é possível verificar que o desenvolvimento capitalista já produzia relações sociais com outras especificidades. Assinala-se que desse modo, o capitalismo produzia grandes avanços na agricultura.

Por lo tanto, la agricultura se subordina al capitalismo mercantil que a veces bajo la forma del comercio a gran escala lleva masas de fincas campesinas dispersas a su esfera de influencia y habiendo integrado esos productores em pequena escala al mercado, los subordina economicamente a su influencia. Al desarrollar condiciones opresivas de credito, convierte la organización de la producción agrícola case en una forma muy especial de oficio distributivo basado em um sistema de explotación descarada. (LEHMANN, 1980, p.15)

Para Amin (1977), a análise de Chayanov (1974), sejam quais forem seus limites, abre vastos horizontes sobre o problema da dominação do modo capitalista sobre a agricultura. Como bem menciona Abramovay (1998, p.6), Chayanov não era o teórico do isolamento camponês. “Ao contrário, o último capítulo de sua obra maior preconiza o cooperativismo e a integração vertical”, e observava, para tanto as inúmeras transformações nos processos produtivos agrícolas num quadro de grande organização social que já se fazia presente em sua Rússia.

4.2 A ATUALIDADE DO DEBATE: OS PRODUTORES RURAIS NO AMBIENTE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O contexto histórico que delineou as teses anteriormente apresentadas expressava as diferentes possibilidades de estruturação do sistema capitalista, principalmente na Rússia, objeto de estudo tanto de Lênin (1983) quanto de Chayanov (1974). Também para Kautsky (1998), tal referência histórica foi importante à medida que observava as contradições do desenvolvimento de uma agricultura capitalista nos demais países europeus.

A transformação do camponês em produtor moderno deu-se, no período subsequente à elaboração das teses clássicas, por meio da incorporação de um suporte técnico e científico. As novas configurações urbanas, a industrialização e a necessidade de fornecer alimentos mais baratos para os trabalhadores nas cidades, ampliaram as exigências produtivas sobre o meio rural. Além disso, na medida em que se ampliam certas exigências produtivas, a produção que supria certas necessidades familiares deixa de existir. A compra de novos bens de consumo, como geladeira e demais eletrodomésticos e o acesso à informação como rádio, televisão criou novas necessidades, modificando as características de reprodução social do então produtor camponês.

Ao longo do século XX e nos primeiros anos do século XXI, muitas das características apontadas pelos teóricos anteriormente analisados continuam presentes na estrutura das propriedades rurais, principalmente em países onde os avanços do capitalismo ocorreram de forma tardia, caso este do Brasil. Mas, como bem assinala Martins (2002), no território brasileiro não vigorou o modelo clássico

que em outros países separou a propriedade do capital e a propriedade da terra dissociando dessa forma, a classe dos capitalistas da classe dos proprietários de terra. No caso brasileiro, ambas nascem imbricadas e isso proporciona particularidades à questão agrária nacional, caracterizando um débito histórico e que aqui não será discutido.

Assim, a incorporação tecnológica e o avanço de características produtivas relativamente homogêneas, frutos de um ideário pautado na acumulação de capital, dificultam a busca por respostas produtivas que sejam coerentes com as distintas regiões, particulares em relação à história de cada território. Acentua-se a diferenciação interna na economia camponesa, gerando, em alguns casos, processos de desintegração e, em outros a característica familiar na propriedade rural é reforçada. Isso significa, segundo Lehmann (1980, p.17), que tal diferenciação não seria incompatível com a persistência de uma economia camponesa, somando-se o fato de que ela estaria integrada a uma economia mercantil que a modifica em seu conteúdo, mas não totalmente.

Tal situação interessa ao sistema capitalista. Assim, a manutenção e as características da agricultura familiar beneficiaram determinados segmentos pela condição de produção já explicitada por Chayanov (1974). Alimentos baratos, força de trabalho disponível a baixo custo, intercâmbio entre os setores rurais e urbanos, beneficiando este último, inclusive o proletariado urbano, são algumas das condições que permitem compreender o porquê da manutenção de um modo de produção que, ao mesmo tempo em que se faz singular, é também complementar ao modo de produção capitalista. Como expressa Wanderley (1998, p.30) “[...] a unidade de produção familiar na agricultura é regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista”.

A adição de componentes tecnológicos aos processos produtivos rurais facilita o processo de acumulação, ou seja: *“Cierta inversión de capital adicional puede mejorar las utilidades de trabajo, incluso si el producto del trabajo no remunerado continua siendo transferido a otras empresas e a los consumidores.”* (LEHMANN, 1980, p.18). A adição de capital por meio da tecnologia, permite ao produtor familiar ampliar sua parcela de participação no mercado, porém de forma limitada se comparada à empresa capitalista. Tal situação é exemplificada pelo

autor, ainda em 1980, quando analisava o processo de expulsão dos pequenos produtores da região e a expansão da fronteira agrícola na região Norte do Brasil.

*Una vez que los agricultores capitalistas son capaces de producir más barato que la empresa campesina, se apropiaran la plusvalía de la misma manera que cualquier capitalista; durante este proceso el precio de la tierra aumentara dramáticamente, o se empleara la fuerza para permitir que los capitalistas compren las tierras de los campesinos. Esto está sucediendo hoy [o autor mencionava especificamente o final do anos 1970] **al oeste del estado de Paraná, en Brasil**⁸, donde la empresa campesina es incapaz de competir con los agricultores capitalistas en la producción de trigo y soja destinada a los mercados internos y externos. Esta situación se distingue por una combinación de uso intensivo de capital y de tierra por parte de las fincas comerciales, por lo que ellas pueden pagar alquileres o precios por la tierra mayores que los que puede pagar la empresa campesina. De otra parte, la rápida expansión de las fuentes de trabajo em los centros industriales, y la disponibilidad de tierras mucho más baratas en la frontera amazónica, ofrecen al campesinado alternativas viables. (LEHMANN, 1980, pp. 20-21)*

Mesmo no movimento demográfico que alterou a composição territorial na região Oeste do Paraná nas décadas de 1970 e 1980, e em especial em Cascavel, inúmeros produtores familiares conseguiram uma relativa consolidação em suas atividades. A acentuada expansão do crédito para atividades de destoca e preparação do solo para a agricultura e a elevada capitalização proporcionada pela atividade madeireira foram importantes atributos para tal movimento. Além disso, conforme observa Wanderley (1998) num ambiente econômico com elevada competitividade, certas unidades de produção “agarraram-se” à força do trabalho familiar. “E isso mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade”. (idem, p.42)

Nesse contexto, é atual a interpretação de Chayanov, ao afirmar que “[...] o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha”. (WANDERLEY, 1998, p.31). A autora continua sua observação sobre o produtor familiar expressando a intrínseca relação entre família e empresa, nessa condição que deve “[...] assegurar os recursos necessários para uma reprodução patrimonial”. (ibidem) Vale acrescentar que é indissociável nessa reprodução tanto o esforço do trabalho, quanto o investimento em capital ou, ainda, a renda da terra. Nesse sentido, se analisada em conjunto, a agricultura familiar traduz-se, como categoria de produção

⁸ Grifo desta autora;

no momento atual, de forma distinta daquele campesinato interpretado por Chayanov (1974) em 1925.

Ela é percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção que se reproduz no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas têm, sabidamente, um caráter heterogêneo. (WANDERLEY, 1998, p.35)

A existência de tantas diferenciações e particularidades aponta, portanto, para uma nova reflexão, estruturada nas categorias de produção que se utilizam do território rural de Cascavel. Os apontamentos realizados no item anterior constituíram-se em importante subsídio para tal proposta. Essencialmente, pode-se afirmar que a agricultura, em seu caráter familiar, contribui para que a modernização seja difundida no território rural.

A discussão proposta anteriormente procurou compreender a atualidade das teses clássicas sobre o lugar da agricultura na dinâmica capitalista.

[...]Lênin (1988) e Kautsky (1980) previam em suas obras, que o campesinato estaria fadado a desaparecer com o avanço capitalista na agricultura. O primeiro justificou a proletarização no processo de diferenciação social. O segundo analisou a pequena produção em sua relação com a indústria. Neste processo o campesinato não conseguiria se adequar aos novos padrões técnicos e, desta maneira, se proletarizaria. [em contraposição para] Chayanov (1974) o camponês não desapareceria, mas sofreria transformações em sua dinâmica interna. (SILVA e MARAFON, 2004, p.2)

Os argumentos em questão são válidos e podem servir como importante subsídio quando se pretende desvendar as novas faces das categorias de produção que compõem o rural no momento atual. Proletários? Produtores familiares com orientações diferenciadas no contexto capitalista? Quais seriam as categorias de produção que compõem o ambiente rural modernizado da região Oeste do Paraná e, em especial, de Cascavel?

As teses clássicas estão estruturadas na condição do produtor rural como camponês ou ainda como produtor capitalista. Existem particularidades expressivas na noção de campesinato que estão vinculadas ao seu modo de vida. Como bem menciona Shanin (2005, p.22): “A heterogeneidade dos camponeses é indubitável.

Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico”.

Isso se aplica no território rural de Cascavel onde diferentes categorias de produtores possuem lógicas de reprodução social também diferenciadas. Nesse sentido, é válida a referência analítica proposta por Lamarche (1998). Esse viés teórico configura-se em importante subsídio ao considerar a agricultura familiar em suas particularidades. Essas são explicitadas por meio da utilização de variáveis como a incorporação das inovações tecnológicas, divisão do trabalho, mecanismos de reprodução na propriedade como os investimentos, bem como dos vínculos estabelecidos com a terra. Tais variáveis podem contribuir para a interpretação das lógicas pertinentes às propriedades familiares existentes também no rural do município de Cascavel.

Admite-se essa simplificação mesmo considerando-se as inúmeras especificidades caracterizadas a partir dos modelos teóricos extraídos de vinculações como terra, trabalho e dependência, em relação ao mercado, às finanças e à tecnologia. (LAMARCHE, 1998).

É importante lembrar que a conformação da agropecuária moderna, tanto em produtos como em processos, pode ser apresentada por meio de outras categorias de produtores encontradas nos territórios rurais atuais como o modelo patronal. Graziano da Silva (2003, p.209), amparado no viés teórico marxista, por consequência, nas leituras de Kautsky (1998) e Lênin (1983) afirma existirem inúmeras dificuldades no que tange à elaboração de tipologias sobre o rural brasileiro. O debate foi limitado, ao longo dos anos 1970 entre duas categorias, as quais denomina – “estereótipos” – o produtor de subsistência cujos custos eram flexíveis, gerando a “economia do excedente” e a propriedade familiar eficiente, cuja resposta era favorável e ajustada à pressão dos custos sobre os produtos agrícolas com o aumento dos rendimentos físicos por unidade de área.

Essa é a interpretação que o autor faz correlacionando a “*family farm*” do meio-oeste norte americano. Vale, portanto, uma caracterização mais simplificada das duas categorias, aqui mencionadas, entendendo que a partir delas uma

multiplicidade de características podem ser encontradas. O Quadro 3 apresenta uma síntese das interpretações dessas categorias e as agrupa, resumidamente em dois modelos.

QUADRO 3 - MODELOS PROPOSTOS PARA A ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE PRODUTORES RURAIS

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR/PEQUENA PROPRIEDADE
organização centralizada	direção do processo produtivo feita diretamente pelos proprietários
ênfase na especialização	ênfase na diversificação e na qualidade de vida
ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	ênfase na durabilidade dos recursos
predominância do trabalho assalariado	trabalho assalariado complementar
tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de “terreno” e de “momento”	decisões imediatas e adequação à imprevisibilidade do processo produtivo

FONTE: GRAZIANO DA SILVA (2003)

Embora os modelos propostos tenham um escopo de análise restrito e sejam passíveis de crítica, como menciona Graziano da Silva (2003), as caracterizações servem como orientação introdutória quando se pensa em compreender a base dos processos produtivos no rural e produzir as necessárias derivações.

As principais diferenciações encontradas no modelo familiar quando comparado ao patronal voltam-se a uma participação mais direta da família nas decisões de produção. Consideram-se, nesse quesito, os limites estruturais, principalmente na gestão do trabalho e nas inovações tecnológicas. No processo de modernização da agricultura, a dependência relativa aos outros setores foi ampliada por meio da utilização de insumos industriais além da busca por produtos mais ajustados às exigências dos consumidores, via verticalização agroindustrial. Isso produz diferenciadas relações com o mercado. Esse é, portanto, o ambiente no qual interagem algumas das categorias presentes nos territórios rurais. Como observa Lamarche (1998, p.63) na análise das lógicas familiares: “Todos nós conhecemos estabelecimentos em que a família desempenha um papel fundamental e outros estabelecimentos em que, ao contrário, esse papel é limitado, quando não totalmente inexistente.”

Nesse contexto, as explorações agrícolas, tanto baseadas em trabalho familiar como estruturadas de forma empresarial, justapõem-se às novas formas de produção absorvendo, dentro de suas possibilidades, as mudanças tecnológicas difundidas pelo sistema capitalista.

a) Capitalistas e grandes proprietários agrários

No que tange aos capitalistas ou grandes proprietários, Graziano da Silva (2003, p. 214), observa características relacionadas à propriedade real dos meios de produção, à divisão do trabalho entre o responsável pelo empreendimento e aos trabalhadores contratados e orientação produtiva pautada nas expectativas de lucratividade do negócio. Assim, necessariamente “[...] o que move o capitalismo é o capital constituído em empresa.” (SINGER, 1987, p.8).

As empresas rurais fazem parte de um ambiente produtivo com característica de pluralidade, ou seja, a produção e circulação são organizadas em “[...] múltiplas unidades autônomas, em perene competição pelos mercados”. (idem, p.9). Essa competição no ambiente rural ocorre, principalmente, via complexos agroindustriais. Para tanto, são exigidos, cada vez mais, diferenciais de competitividade e eficiência dos segmentos envolvidos nos processos produtivos.

Quanto à divisão do trabalho, para Graziano da Silva (2003, p.215) “[...] a existência de trabalho assalariado é condição necessária da produção capitalista organizada sob moldes fordistas, mas não suficiente. É preciso que os meios de produção funcionem efetivamente como capital.” Para tanto, o autor afirma que a posição do proprietário volta-se exclusivamente à gerência do empreendimento. O uso da técnica é fundamental para a legitimação desse processo de contínua acumulação.

O enfoque prioritário nessa categoria é setorial, pois as *commodities* estão vinculadas aos interesses em escalas ampliadas, e a expansão da produção torna-se o elemento-chave no agronegócio. Nesse enfoque, não necessariamente o tamanho de área é considerado relevante, mas sim, o tipo de cultivo, o uso intensivo de mão-de-obra e a disponibilidade tecnológica. Ou seja, são os fatores que compõem determinada função de produção que irão determinar as decisões a serem tomadas.

Outra questão observada diz respeito ao dimensionamento das empresas, discutido a partir da divisão social do trabalho. (CAVINA, 1979). Para este autor há entre as empresas, a tendência à especialização.

A especialização será notada quando duas empresas produzirem bens diferentes ou se dedicarem a determinada fase da produção de certo bem econômico. [...] o fato de a empresa ser levada a tentar maximizar seus lucros, como é caso da produção em escala ou série. Neste ponto o empresário passará a produzir um só tipo de produto ou uns poucos tipos de produtos que tenham partes em comum e assim o empresário poderá selecionar a mão-de-obra, aperfeiçoar as suas máquinas e dar mais eficiente organização à sua empresa. (idem, p.58)

Esse é um caso relativamente comum na região Oeste e em Cascavel e pode ser exemplificado por meio da integração às estruturas empresariais privadas e, eventualmente, cooperativas. Portanto, quando as áreas são maiores, a problemática administrativa evolui e necessariamente ocorre a setorização para que não se verifique dispersão e redução das receitas.

b) as empresas agrícolas familiares

Quando se apresenta a dimensão familiar como categoria, ou seja, as empresas familiares consolidadas – *farmers*, uma série de elementos pode defini-la, mas o traço fundamental é a presença da família nas atividades desenvolvidas na propriedade, com maior ou menor intensidade de mecanização na propriedade. Para Lamarche (1998) é o conjunto de práticas técnicas, econômico-financeiras, bem como sócio-culturais que estrutura a produção familiar. Portanto, o “modo de funcionamento” dos estabelecimentos rurais familiares contempla tanto os fatores endógenos à propriedade, relacionando-se aqui o cotidiano e as práticas inerentes aos estabelecimentos, como os fatores exógenos a ela vinculados ao mercado ou à sua dependência.

Nesse sentido, uma importante estrutura de análise para essa categoria é a maior ou menor possibilidade de integração à economia de mercado.

[...] concebemos esta integração em seu mais absoluto sentido, isto é, nos planos técnico-econômico e sócio-cultural. [...] a um certo grau de integração com o mercado corresponde a uma certa relação com a sociedade de consumo, um certo modo de vida e um sistema de valores e de representação específica. (LAMARCHE, 1998, p.62)

Quando o autor menciona os planos técnicos, econômicos e socioculturais, é importante salientar que estes são elaborados e reelaborados inúmeras vezes no ambiente urbano. A estrutura produtiva consolidada que absorve insumos e

processos de ordem técnico-científica e informacional introduz uma divisão do trabalho mais elaborada, alterando sua lógica como família, pois, “[...] evidencia-se a diversidade de modelos de funcionamento dos estabelecimentos com capacidade específica de adaptação”. É importante observar que ao mesmo tempo em que existem estabelecimentos com intensa participação familiar na divisão do trabalho, verificam-se outros nos quais tal participação é inexistente. A divisão das tarefas na propriedade, proporciona diferenciadas dinâmicas produtivas, tanto vinculadas à produção agrícola, como em práticas pluriativas, principalmente na agroindustrialização artesanal ou ainda em atividades consideradas urbanas.

No que tange às características relativas à mão-de-obra, para Graziano da Silva (2003), há o aprofundamento de relações de produção tipicamente capitalistas na lógica de produção familiar. Nesse caso há um híbrido entre a acentuada dependência da urbanização e os traços inerentes à vida rural. A propriedade familiar com características empresariais, ao mesmo tempo em que absorve práticas próprias ao capitalismo como o assalariamento, seja temporário ou permanente, mantém um vínculo direto do produtor com o processo produtivo. Como bem observa Lamarche (1998, p.62): “Espremido entre a sua história [modelo original] e seu futuro [modelo ideal] cada produtor deve evoluir num contexto natural e sócio-político particular mais ou menos propício à realização de seus projetos.” (ibidem). Por isso, a existência do produtor rural familiar preconiza o atendimento às exigências voltadas aos seus valores tradicionais, ao projeto particular para si e sua família e, ainda, às limitações inerentes ao cotidiano. Isso inclui o que Lamarche (1998) denomina meio natural e condições econômicas, sociais e políticas.

Também Graziano da Silva (2003, p.215) observa um número variável de empregados temporários, ou pelo menos um assalariado em caráter permanente, não havendo participação direta do proprietário nas atividades, sendo que muitas delas são realizadas “em parceria” com os empregados, o que não configura uma relação entre “patrão e empregado” nos moldes das tradicionais empresas capitalistas. Há, também, uma maior flexibilização nessas relações de trabalho, uma vez que “[...] tendem a prevalecer relações não-formalizadas legalmente e o nível de rentabilidade das unidades produtivas não é suficiente para garantir que a mão-de-obra contratada seja remunerada de acordo com a legislação vigente.” (ibidem). Portanto,

[...] ainda que o proprietário e/ou membros de sua família trabalhem lado a lado, a presença de mais de um assalariado – seja em caráter permanente, seja temporário – implica uma outra divisão do trabalho no interior da unidade de produção que é qualitativamente distinta daquela divisão na qual apenas os membros da família estão envolvidos. (idem, p.213)

Além disso, a participação dos membros da família ocorre em atividades específicas, como o manejo de máquinas. Cabe também mencionar que, nessa categoria, há uma relação distinta daquela praticada pelos grandes proprietários com relação à taxa de lucro. Para a empresa familiar “[...] mais importante é o nível de rendimento total do proprietário, ou seja, existe um cálculo econômico orientado para maximizar a renda líquida que se pode obter daquela área de terra [...]” (ibidem) Conseqüentemente, há uma pequena mobilidade de capital e, “[...] a busca de alternativas produtivas não orienta os investimentos, senão, simplesmente a obtenção de resultados positivos”. (ibidem)

Também as observações de Cavina (1979) denotam que, além dos traços comerciais, é importante a manutenção da família na propriedade. Por meio dos fatores de produção e objetivando o maior lucro possível, o empresário familiar também procura a organização e o funcionamento da propriedade usando o trabalho individual, familiar ou assalariado nas mais diversas combinações.

Parte dos produtores envolvidos nessa categoria produtiva atua, além das funções produtivas rurais, em outras que implicam “[...] na combinação de ocupação agrícola e não agrícola entre os membros de sua família, diversificando, assim, suas fontes de renda principalmente via mercado de trabalho [e não mais produtos] e externalizando parte significativa de suas atividades operacionais.” (LAMARCHE, 1998, p.210) Nesse caso, a produção do estabelecimento é compreendida como renda agrícola e o trabalho como salário. (LAMARCHE, 1998).

Na estrutura familiar consolidada, há uma acentuada dependência externa, como explicita Lamarche (1998, p.67): “[...] como no modelo empresa, [aqui interpretado como grande capitalista] o responsável pelo estabelecimento, excelente técnico e fundamentalmente produtor, é muito dependente do exterior”.

Cabe ainda acrescentar que nessa categoria, a ligação com o patrimônio familiar é pouco significativa. Como menciona Lamarche (1998, p.67): “A terra se

compra e se vende, como qualquer outro bem, em função das necessidades conjunturais da unidade de produção”.

Em resumo, é possível identificar várias características relativas a essa categoria no rural de Cascavel e que produzem territorialidades específicas. É o desafio da integração, ou ainda de manter-se no mercado de forma individualizada. O traço fundamental é a presença ativa do produtor familiar na gestão das atividades realizadas e a participação da família colaborando ativamente para sua manutenção.

c) produtores camponeses

A terceira categoria em questão é a dos produtores camponeses [periféricos]. Fundamentalmente, a distinção destes para com as empresas familiares e os capitalistas se dá pela limitada área e pelo trabalho basicamente familiar. A presença ou não de assalariamento na propriedade é facultativa e a mobilidade de capital bastante restrita. (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Lamarche (1998, p.70) caracteriza o “modelo agricultura camponesa e subsistência” com “[...] forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior”. Uma parcela significativa de estabelecimentos com essas características utiliza técnicas de produção tradicionais objetivando a satisfação das necessidades familiares mais imediatas.

Portanto, uma característica importante nessa categoria é a limitada condição para a escolha de estratégias de produção, já que “[...] praticamente são ‘obrigados’ a produzir todo o ano os mesmos produtos da região, pois não dispõem de alternativas para o uso de seus equipamentos e tampouco podem alcançar outros mercados que os comerciantes locais”. (idem, p.215).

O que se traduz, como exigência para o pequeno produtor nesse contexto, é a busca pela mudança no padrão de produção, cada vez mais tecnificado. Como explicita o referido autor, “[...] adotar um mínimo de insumos modernos, submeter-se a formas crescentes de endividamento bancário, etc”. (ibidem). Desse modo, é interessante uma analogia para exemplificar essa situação:

[...] com tudo isso, vêm-se [os pequenos produtores] submetidos a um processo acelerado de diferenciação que funciona como uma corrida numa esteira rolante: é preciso muito esforço para permanecer como pequeno produtor e não ir para trás [decomposição via proletarização] (ibidem)

Graziano da Silva (2003, p.210) aborda ainda os mecanismos de diferenciação/decomposição social ou reprodução. Esses são entendidos como a passagem do camponês pobre a médio ou rico; a decomposição, de modo específico, traduz perda da pertença de classe, como por exemplo, a proletarização. Nas definições propostas tem-se que para o produtor de subsistência:

[...] os mecanismos de diferenciação mais importantes vinculam-se ao tamanho e forma de tenência da terra. [se proprietário ou não]; a decomposição ocorre via mercado de trabalho e de produtos; quanto à reprodução, a mesma implica em sobretrabalho da família, transferências de rendas tanto por parte dos membros que saíram para trabalhar e morar fora, como das pensões e aposentadorias. (ibidem)

Corroborando essa afirmação, Amin (1977), observando o contexto produtivo dos anos 1970, ao demonstrar o caráter formal da pequena propriedade rural contemporânea, observa que o pequeno camponês deveria ser considerado como um proletário a domicílio. A lógica do sistema capitalista de conjunto importa, de fato, sobre a racionalidade agrícola capitalista, e o sistema capitalista obtém da agricultura organizada, segundo a fórmula conhecida, um sobre-trabalho social muito superior à derivada de uma agricultura alicerçada sobre a racionalidade da empresa agrícola capitalista, ou seja, a resposta sob o ponto de vista da eficiência do trabalho é maior na pequena agricultura. Por isso a funcionalidade da agricultura familiar para o capital.

Esse é um dos aspectos que podem ser considerados quando se analisam as respostas produtivas da agricultura familiar frente à agricultura empresarial capitalista. Na propriedade familiar, “[...] a grande diferença está no papel de suporte à sua reprodução: políticas públicas ditas produtivistas, como os subsídios, refinamento das dívidas, na flexibilidade, [principalmente intersetorial] dos mercados de trabalho, nas políticas de infra-estrutura [comunicações e transportes] e nas políticas agrárias de cunho não-produtivistas, como a de previdência social, por exemplo. Como observa o autor: “[...] mas, se antes a presença dessas ‘categorias

intermediárias' já dificultava sobremaneira a caracterização das classes sociais no campo, com a emergência do *part-time*, tanto o corte capitalista/camponês como o corte patronato/familiar vão perdendo, cada vez mais, sua relevância analítica" (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.210).

Outra interpretação acerca das diferenciações relativas às estruturas familiares é fornecida por Baiardi (2002). Nesse sentido, a heterogeneidade proposta pode ser assim descrita:

O tipo **A** que seria a agricultura farmerizada, predominantemente localizada no cerrado e nos planaltos do sudeste brasileiro e cuja gênese tem relação com a migração de pequenos produtores de regiões de colonização européia. O tipo **B** que seria a agricultura familiar integrada verticalmente, cuja gênese tem relação com a implantação de agroindústrias em regiões de colonização européia [...] o tipo **C** seria a agricultura familiar tipicamente colonial que ainda expressa valores dos imigrantes [...] o tipo **D** seria a agricultura familiar semimercantil, que opera com área muito variável [...] E, finalmente, o tipo **E** que seria o da agricultura familiar completamente excluída de qualquer processo de dinamização do meio rural. (idem, p.5)

Nessa multiplicidade de situações que envolvem a dinâmica familiar nos territórios rurais, uma observação feita por Jean (1994, p.51) é pertinente, pois remete à "[...] curiosa capacidade de manter-se, reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica." Nesse sentido, sua reprodução é vista como parte do desenvolvimento da economia agrícola moderna, mesmo que sejam constantemente geradas situações de exclusão.

Uma situação que contribui sobremaneira para a decomposição nas propriedades familiares diz respeito aos graves problemas de intermediação na comercialização dos produtos. Existem acentuadas discrepâncias entre o que é ofertado pelos produtores rurais e o que é demandado pelos consumidores finais. Um outro aspecto que merece atenção é a divisão do trabalho nas propriedades, ou seja, a intensificação de novas orientações tecnológicas que influenciam na gestão desse fator de produção. Assim podem ser esboçadas quatro tendências ali relacionadas:

a) redução nas propriedades familiares puras, muitas das quais já se encontravam inviabilizadas como unidades produtivas e que não conseguiram sobreviver à crise da 1ª. metade dos anos 80 através da inserção nos precários mercados de trabalho que lhes eram acessíveis;

b) uma expansão da área e concentração das unidades tipicamente capitalistas e das empresas familiares consolidadas; c) um fracionamento ainda maior dos estabelecimentos periféricos, que já eram marginais do ponto de vista da produção agropecuária, o que tenderia a inviabilizá-los ainda mais como unidades produtivas; d) a consolidação de uma categoria híbrida que combina o trabalho familiar com o de assalariados temporários, uma espécie de 'farmer caboclo' parcialmente mecanizado. (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 224)

Em resumo, são diferentes os atores presentes no território rural do município de Cascavel. Nisto reside a atualidade do debate clássico, pois as observações e análises elaboradas em períodos anteriores podem explicar comportamentos relativos à produção agrícola familiar e também da produção amparada no modo de produção capitalista em momentos mais recentes. Nesse sentido, cabe ainda destacar a questão do crédito rural, das relações estabelecidas com as agroindústrias processadoras das matérias-primas, a renda advinda das atividades pluriativas. Portanto, as estruturas, sejam familiares, sejam patronais, estão submetidas aos fatores externos e isso resulta em metamorfoses, ou seja, em diferenciações em suas condições de produtores rurais.

Como lembra Lehman (1980) no título de seu trabalho, "Nem Lênin, nem Chayanov [...]" e acrescente-se aqui que nem mesmo a leitura de Kautsky (1998), isoladamente, auxilia na compreensão das particularidades do contexto empírico dessa pesquisa. Contudo, se essas contribuições forem consideradas em conjunto, subsidiam fortemente a discussão a que ora se propõe. Em vários momentos, a clareza do raciocínio de Lênin (1983) e Kautsky (1998), ambos valendo-se da estrutura metodológica marxista contribuem para que a categoria empresa familiar, ou a agricultura patronal se justifiquem no contexto capitalista.

Há que se pensar também, que, as justificativas encontradas pelos agricultores familiares para continuar em suas propriedades, em condições diferenciadas dos trabalhadores urbanos, mesmo que com dificuldades para viabilizar sua produção, seriam de difícil compreensão, se não fosse resgatada a análise de Chayanov (1974). É a partir de suas argumentações que se pode pensar numa outra racionalidade produtiva, balizando trabalho e consumo, independentemente da lógica capitalista. Porém, mesmo esse autor admite que, essencialmente, as relações sócio-produtivas das estruturas familiares se elaboram junto ao mercado, porém não necessariamente buscando intensamente um

processo de geração de excedentes. Daí a necessidade de interpretar as diferenciadas categorias de produtores rurais apreendendo em conjunto o contexto teórico em questão.

Interessa, portanto, compreender o processo de modernização da agricultura e as respostas das categorias produtivas presentes no território local, atreladas, principalmente, às exigências do sistema capitalista. Apreende-se, desse modo, uma porção do território em funcionamento mediante as atividades modernizadas, como objeto de análise do próximo capítulo.

5 A AGRICULTURA E A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NO RURAL DE CASCAVEL PÓS 1990.

A idéia motriz deste capítulo destaca a modernização da agricultura como condição primordial para o desenvolvimento da agricultura no município de Cascavel. Esta proporcionou orientações bastante específicas no que tange ao uso intensivo das inovações tecnológicas pelos produtores rurais. Contudo, a possibilidade de incorporação do aparato tecnológico exigido é ainda limitada para determinadas estruturas produtivas existentes no território rural de Cascavel, pois ocorrem dificuldades para sua inserção nos atuais circuitos de produção. Além da questão tecnológica, outros aspectos podem ser destacados nesse contexto, como a busca por diversificação produtiva, principalmente nas estruturas familiares, bem como o posicionamento dos produtores rurais no momento da comercialização dos produtos agrícolas. Em conjunto, tais aspectos são relevantes para uma reflexão acerca das respostas dos produtores às exigências do capital por meio do uso do território.

Assim: “Nunca é demais lembrar que o mais abstrato dos conceitos tem sempre sua historicidade”, ou seja, as formulações conceituais têm por trás uma base empírica específica que as referencia. (GRAZIANO DA SILVA, 2003). A observação do autor contribui para o entendimento de que, na construção das territorialidades rurais na escala local, encontra-se implícita a questão da absorção da base técnica, já mencionada anteriormente, e que a agricultura familiar tem um lugar destacado nesse contexto de tantas diferenciações produtivas.

No capítulo anterior abordou-se a discussão clássica sobre o papel da agricultura na dinâmica capitalista. Tal dimensionamento continua atual e auxilia na compreensão das transformações territoriais no meio rural brasileiro, principalmente em função dos novos conteúdos tecnológicos. Observou-se, mediante as interpretações de Graziano da Silva (1997) e Lamarche (1998), que as categorias de produtores rurais presentes no território, intensificam sua articulação ao contexto capitalista principalmente após a década de 1990. Nesse contexto é válido resgatar

a leitura de Becker (2001) que propunha uma valorização seletiva dos territórios. Tal seletividade implica em distintas territorialidades.

Assim, a produção familiar integra-se ao mercado em escalas cada vez mais ampliadas, configurando um interessante “mosaico”. Dessa forma, as territorialidades rurais se elaboram com vários matizes no que se refere à incorporação dos processos que buscam essencialmente a produtividade, num ambiente que seleciona e prioriza a questão tecnológica, científica e informacional.

Ainda por meio da caracterização apresentada anteriormente, apreendeu-se que modernização da agricultura no Oeste do Paraná configurou-se em justaposição ao processo de industrialização no Brasil, portanto, valorizou-se de forma seletiva. O papel desempenhado por ela deu-se no conjunto de planos e estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico efetivados num momento anterior.

Numa breve retrospectiva acerca desse processo, é válido acrescentar que a partir de 1980 foram necessários rearranjos econômicos e financeiros para que fosse possível a ampliação do agronegócio regional num contexto de crises na economia brasileira. Desse modo, as especialidades produtivas e a intensificação da produção agroindustrial na região Oeste do Paraná estabeleceram novas exigências aos produtores rurais, quer estivessem integrados contratualmente às cooperativas e agroindústrias privadas, quer estivessem inseridos na relação entre oferta e demanda de cada segmento produtivo em particular.

Principalmente ao longo da década de 1990, novos segmentos agroindustriais foram viabilizados por intermédio de empresas privadas e cooperativas singulares na região¹. Conseqüentemente, houve resposta produtiva favorável de algumas esferas familiares mais consolidadas no conjunto das novas orientações tecno-econômicas em escalas mais ampliadas. Isso diz respeito tanto às especializações nos processos produtivos que se valem das matérias-primas agrícolas, quanto de novas regras do mercado e novos padrões de consumo.

Assim, as verticalidades e horizontalidades presentes no território local proporcionam distintas configurações sócio-produtivas, principalmente em áreas

¹ A diversificação produtiva nos segmentos agroindustriais avícola, lácteo, além da olericultura, são exemplos desse processo.

onde se fazem presentes a agricultura familiar. É válido acrescentar que, nesse contexto uma parcela das estruturas produtivas rurais alcançou os níveis de capitalização exigidos nesses novos processos, outras, entretanto, foram empurradas para a exclusão e a marginalidade no que tange a tais orientações.

O conjunto das hipóteses introdutórias deste trabalho sugere territorialidades que se expressam por meio de escalas mais ampliadas no que tange à incorporação de novos processos produtivos num contexto técnico-científico e informacional. Além disso, entende-se que a integração funcional entre o rural e o urbano, ou seja, a complementaridade sócio-econômica de um território em funcionamento proporcionou diferentes vínculos das estruturas produtivas rurais, em especial da agricultura familiar, ao mercado. Essa articulação foi construída a partir da abertura econômica e está inserida num modelo de desenvolvimento rural que alcança, de modo especial os produtores familiares.

Nesse sentido, é expressiva a participação familiar no contexto produtivo da região Sul do Brasil. Aproximadamente 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou seja, 907.635 agricultores familiares ocupavam, em meados da década de 1990, 43,8% da área agricultável e produziam 57% do Valor Bruto Produzido [VBP] regional. Tais níveis de produção sugerem uma absorção por parte das estruturas familiares de 43,3% dos financiamentos aplicados na região Sul. (INCRA/FAO, 2000)².

Dessa forma, quando se quer tratar da viabilização de especialidades produtivas em diferentes contextos produtivos e em diferenciadas áreas, em especial na região Oeste do Paraná, é importante atentar para um conjunto de questões que abrange tanto as vinculações com o mercado e a lógica de reprodução na propriedade rural quanto o já referido aspecto tecnológico. Assim, como questionamento inicialmente proposto, busca-se apreender o funcionamento do território rural em Cascavel.

As implicações na organização do território rural decorrem do processo de modernização na região e, na seqüência, dos traços elaborados mediante a formação dos complexos agroindustriais. Dessa forma, as possibilidades de

² Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

reprodução das estruturas produtivas no meio rural ajustam-se às demandas urbanas.

Uma orientação metodológica se faz necessária neste momento do estudo. A construção deste capítulo pauta-se, inicialmente, na análise dos processos produtivos agrícolas guiados, sobretudo, pelas características das propriedades rurais do município. Destacam-se, num primeiro momento dessa discussão, as territorialidades advindas das atividades agrícolas, as mais expressivas nesse contexto.

Para a análise das diferentes estruturas produtivas rurais e a produção de territorialidades no município de Cascavel, toma-se como referência básica, uma estrutura de produção “patronal”, onde os produtores encontram-se consolidados, capitalizados e ajustados às exigências técnicas mais atuais e uma segunda estrutura, aqui denominada como produção “familiar”. Nesse caso, também é necessário estabelecer uma distinção entre as estruturas familiares existentes no município de Cascavel. Uma parcela dos produtores familiares é aqui definida como “empresa familiar” e possui maior grau de inserção no mercado e melhores possibilidades para capitalização e tecnificação. capitalizada; outra estrutura caracteriza-se por “pequenos produtores familiares” e possuem maiores dificuldades para inserir-se no mercado.

Sobre a estruturação das entrevistas, a pesquisa procurou contemplar essa diversidade de estruturas produtivas rurais contidas no município de Cascavel. Desse modo, os entrevistados foram produtores rurais familiares que atuam exclusivamente no setor agrícola bem como outros que também exercem atividades não-agrícolas. Nessa categoria, o tamanho das áreas é mais restrito, em média 10 a 20 hectares. Houve ainda a realização de entrevistas com produtores rurais em fazendas maiores, em média 500 hectares e que se encontram consolidados nas atividades rurais desenvolvidas, mediante um suporte tecnológico e de gestão mais elaborado.

Portanto, território rural do município de Cascavel contém inúmeras particularidades. Existem assentamentos, dois re-assentamentos vinculados aos alagamentos de áreas rurais decorrentes da construção de barragens na região

Oeste; ainda se encontra uma agricultura familiar com traços que remetem às bases de colonização anteriores e outra agricultura familiar tecnificada e modernizada que se transforma de acordo com as exigências do mercado. Vale acrescentar ainda, nesse contexto, os segmentos rurais não-familiares ou empresariais.

Então, considerando que a trajetória das diferentes estruturas vinculadas à agricultura em Cascavel está associada às condições da modernização da agricultura, cabem as seguintes indagações: Como se organiza a estrutura produtiva dessas categorias no município? Que territorialidades decorrem da interrelação dessas categorias em diferentes escalas?

A segunda parte deste capítulo quer compreender as relações sócio-produtivas estabelecidas pelos produtores com o mercado, bem como as estratégias de reprodução das diferentes estruturas produtivas familiares e as implicações no território.

5.1 CASCAVEL: A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NO PERÍODO RECENTE

O território se configura mediante seu uso. Assim, Santos (2002) define o espaço habitado e a existência de uma produção material. No ato de produzir e viver é que se encontram as diferentes lógicas de apropriação desse território. Historicamente foram diferenciadas as trajetórias das estruturas sociais vinculadas ao meio rural. Quer ajustando-se mais rigorosamente ao modo de produção capitalista, ou procurando alternativas particulares para a manutenção familiar, os produtores rurais organizam-se e produzem territorialidades ajustadas às escalas próprias à globalização e também ao local. No caso específico do rural de Cascavel, a modernização da agricultura deu o tom no qual os produtores adaptaram-se.

Nessa adaptação, as estruturas de produção rural, diferenciadas entre si, participam e orientam a construção das atividades agrícolas e não-agrícolas. Vale acrescentar que tais atividades, em conjunto, procuram ampliar sua inserção no contexto da modernização das atividades rurais.

Para Santos e Silveira (2002, p.105): “Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já

ocupadas”. Nesse caso, os autores comentam “[...] despontam *belts* modernos e *fronts* na agricultura [...] “ o que acaba por segmentar o território, criando, ao mesmo tempo, condições para a cooperação nos processos produtivos.

Encontram-se, na região recortes fundiários, pautados, principalmente, em pequenas e médias propriedades com área menor do que 50 ha. A caracterização apresentada pela Emater (2006), indica que 86,5% dos produtores rurais estão estabelecidos em áreas até 50 hectares³.

Em 2006, de acordo com o Perfil Agropecuário Municipal elaborado pela Emater, 3.605 produtores se dividiam em categorias diferenciadas no que tange à produção rural, e essas são apresentadas na Tabela 6.

TABELA 6 - CATEGORIAS DE PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2006

CATEGORIAS	ÁREA [HA]	CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DA MAO-DE- OBRA FAMILIAR %	PRODUTOR [NÚMERO]	CATEGORIA PRODUTOR %
		BENFEITORIAS PRODUTIVAS [US\$]	EQUIPAMENTO AGRÍCOLA [US\$]			
PRODUTORES PSM -1 SUBSISTENCIA	< 15	< 5.000	< 4.000	> 80	888	24,63
PRODUTORES PSM – 2	<30	<12.000	<12.000	>50	1.465	40,63
PRODUTORES PSM - 3	<50	<40.000	<36.000	>50	767	21,27
EMPRESÁRIOS FAMILIARES	>50	>40.000	> 36.000	<50	195	5,40
EMPRESÁRIOS RURAIS	>50	>40.000	> 36.000	<50	290	8,04
TOTAL	-	-	-	-	3.605	100

Fonte: Emater – Perfil Agropecuário Municipal [organizado pela autora]

PSM1, 2, 3 – Produtor simples de mercadoria conforme o critério adotado no programa estadual Paraná 12 meses.

A Tabela 6 demonstra que os produtores simples de mercadoria, que em conjunto são a categoria de produtores mais expressiva, possuem mais de 50% da mão-de-obra familiar diretamente envolvida nas atividades rurais praticadas em áreas inferiores a 50 hectares, como bem observa Graziano da Silva (2003) na

³ A título de ilustração, embora não seja este o critério adotado nesta pesquisa, o Cadastro de Imóveis Rurais do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2003) admitia que aproximadamente 85% das propriedades do município de Cascavel possuíam área menor do que 72 hectares, também sinalizando para o predomínio de pequenas propriedades. Ainda quanto à classificação das propriedades, [tamanho] e considerando o montante de estabelecimentos rurais cadastrados até o ano de 2002, admitia-se também que 45,34% das propriedades eram minifúndios [até 1 MF - Módulo Fiscal – 18 hectares]. Quanto às pequenas propriedades produtivas [1a 4 MF], estas respondiam por 26,94% do total, ou seja, 1.742 propriedades.

tipologia proposta anteriormente. Quanto às benfeitorias e equipamentos agrícolas, é possível observar que 65,26% dos produtores rurais possuem ainda limitada tecnificação diante do valor estimado, ou seja, US\$12.000,00. Quanto às benfeitorias, muitas vezes referem-se à residência do produtor e a barracões, sendo difícil a obtenção de infra-estrutura de armazenagem para grãos, por exemplo, o que dificulta sobremaneira as condições para a comercialização das safras.

Nessa base, portanto, se desenvolveram as especializações agropecuárias modernas para abastecer o mercado, sobressaindo-se: avicultura, suinocultura, hortifrutigranjeiros, leite e grãos (sobretudo milho e soja), exploradas tanto por produtores familiares como por empresários. O Quadro 4 demonstra a utilização da terra do município de Cascavel entre 1994 e 2006.

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO NA UTILIZAÇÃO DA TERRA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL 1995-2006

Tipo de Ocupação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
lavouras temporárias	94916	98565	98565	98565	98565	98665	98665	98665	99581	99581	99581	95470
lavouras permanentes	3649	3649	3649	3649	3649	3649	3649	3649	3193	3193	3193	3193
pastagens artificiais	37500	37500	37500	37500	37500	37700	37700	37700	37240	37240	37240	41351
pastagens naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
reflorestamento	22500	18851	18851	18851	18851	18750	18750	18750	18750	18750	18750	18750
matas naturais*	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000
matas naturais – outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
outras áreas	34065	34065	34065	34065	34065	33866	33866	33866	33866	33866	33866	33866
Total	201630	201630	201630	201630	201630	201630	201630	201630	201630	201630	201630	201630

* PRESERVAÇÃO PERMANENTE

FONTE: PERFIL DA REALIDADE AGRÍCOLA [VÁRIOS] – EMATER . ORGANIZADO PELA AUTORA

Conforme o exposto no Quadro 4, dos 201.630 hectares de área existente no município, 47,35% são utilizados com lavouras anuais, com destaque para as culturas de soja, milho, feijão e trigo. Segundo informações do SEAB/DERAL (2005), na safra 2002/2003 foram produzidas mais de 250.000 toneladas de grãos de soja, correspondendo a 50% da produção agrícola local.

A área reservada para pastagens, notadamente na parte sul do município, teve um acréscimo até o ano de 2006. Até o ano de 2005 eram 37.240 ha, que configuravam 18,60% da área total ocupada. No ano de 2006, as pastagens começaram a responder por 20,51% da área total, ou seja, 41.351 ha.

Uma justificativa para tal alteração na produção relaciona-se ao período de estiagem e baixos preços pelos quais passaram os produtos agrícolas, principalmente a soja entre 2003 e 2005. As demais ocupações permaneceram constantes em termos de área, à exceção das lavouras permanentes que sofreram decréscimo a partir do ano de 2003.

Nessa dinâmica de ocupação do solo, interessa, de modo mais específico, a análise das lavouras anuais, reflorestamento, olericultura e a evolução da pecuária, pois expressam as territorialidades produzidas pela agropecuária local. Assim, “[...] o território pode valorizar-se em dado momento para o exercício de certo nível de capital e [...] a constituição de uma fração do território pode ser também diferentemente aproveitada segundo o tipo de produto”. (SANTOS e SILVEIRA 2002, p.301).

Vale acrescentar, conforme o entendimento desses autores, que tal utilização é relativa e que “[...] o território é sensível, nervoso e objeto de numerosas mudanças de conteúdo” (ibidem). É, portanto, a lógica dos mercados, a dinâmica relativa à oferta e à demanda de produtos e o nível de preço alcançado por cada um deles de forma particular que contribuem para a modificação na composição das áreas produtivas.

É lícito supor que a estrutura produtiva do território rural do município se ajusta “forçosamente” à lógica produtivista pautada em larga escala na produção das

monoculturas que expressam a dinâmica do agronegócio brasileiro⁴, nesse caso, em especial, a soja.

No que tange à pecuária, é expressiva a produção de aves de corte, com aproximadamente 18.876.000 de cabeças⁵. O rebanho suíno possuía cerca de 60.000 cabeças e um total de 230 produtores. Vale acrescentar que nas pequenas propriedades é comum a produção de frangos e suínos paralelamente. A bovinocultura de corte em 2006 somava 93.905 cabeças e especificamente na pecuária leiteira a produção atingiu, nesse mesmo ano, 36.680.000 litros, com média de 3,77 litros de leite/vaca por dia (SEAB/DERAL, 2007). Ressalta-se que essa média encobre significativos diferenciais de produtividade, pois o município possui produtores que alcançam entre 25 a 28 litros de leite/vaca por dia. Tais diferenciais são decorrentes, principalmente, da base técnica adotada. Esse conjunto se distribui em sete distritos administrativos que podem ser visualizados pela Figura 8.

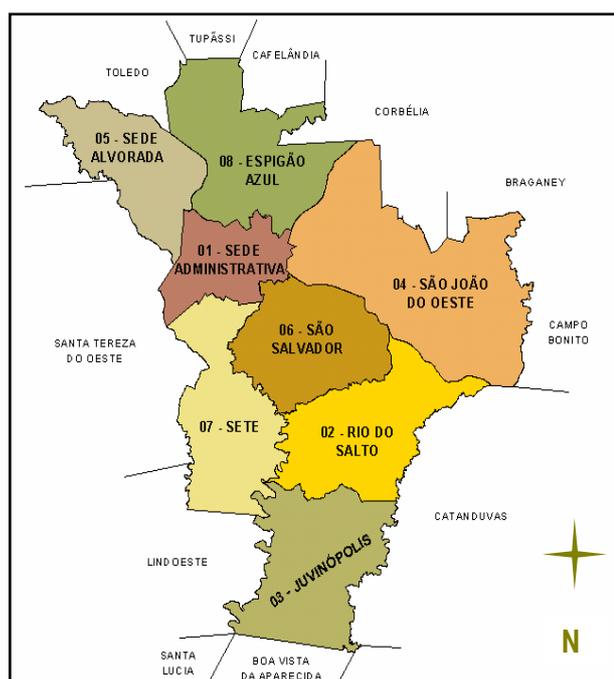


FIGURA 8 – DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Fonte: PERFIL MUNICIPAL (2005)

⁴ No conjunto das atividades que configuram o agronegócio brasileiro, Elias(2006) observa que em todo o País a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado estabelece relações e demandas entre o rural e o urbano o que caracteriza novas orientações nos processos produtivos; tal situação também é verificada no rural de Cascavel.

⁵ Essa informação refere-se a um número de 242 produtores de aves no município. Considerou-se em média 13.000 frangos por aviário e seis safras anuais para cada aviário. Há que se acrescentar que existem produtores com mais de um aviário na propriedade o que poderia aumentar significativamente o rebanho em questão. (EMATER, 2006)

Os distritos rurais são dotados de limitada infra-estrutura, configurando-se ainda um comércio incipiente. Existem também equipamentos urbanos específicos como abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, posto telefônico, posto de saúde, escola, salões comunitários e sub-prefeituras. Tais serviços atendem às necessidades mais imediatas das comunidades rurais.

Desse modo, os distritos rurais, em suas densidades e dimensões, necessitam da estrutura de rede e o espaço agrícola é uma criação do trabalho humano. (GEORGE, 1982). Vale acrescentar que a inserção de novas escalas geográficas como o relacionamento das populações dos distritos com o comércio e os serviços na cidade de Cascavel reduz a importância econômica dos distritos, mas mantém sua importância social.

Portanto, admite-se que o fenômeno da “pulverização do urbano”, incidiu sobre o rural, mas este se “mantém vivo” e guarda especificidades locais. Ressalta-se que em Cascavel, assim como em inúmeros municípios vinculados ao agronegócio, as demandas do meio rural em seu aspecto produtivo encontram-se associadas ao urbano e, conseqüentemente, assumem escalas mais ampliadas.

As inovações tecnológicas modernizantes alcançaram distintos segmentos rurais, fazendo-se presentes, em graus diferenciados, em quase todas as unidades de produção. Ressalte-se que por mais limitadas que sejam as condições econômicas, os produtores utilizam máquinas e insumos de origem industrial.

Sem entrar no mérito das contradições, é válido assinalar que as atividades agropecuárias mercantis apresentam traços característicos comuns. Envolvem, portanto, complexos agroindustriais, redes técnicas, fluxos de capital, mão-de-obra, dentre outras, que conferem uma dinâmica específica à articulação rural-urbana local e também vinculada a outras escalas. Um exemplo dessa orientação é a feira tecnológica realizada pela COOPAVEL – Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda., denominada Show Rural Coopavel, que reúne expressiva mostra de tecnologia em produtos e processos e encontra-se em sua décima terceira edição. Vale acrescentar que como difusão tecnológica e diversificação de processos e experimentos produtivos, essa feira já é considerada a maior da América Latina (COOPAVEL, 2006).

Portanto, a ruralidade local se elabora e reelabora por meio das inovações de processos e produtos gestados no urbano. Modificam-se as práticas e o comportamento das comunidades, mas o rural não perde suas particularidades. Ao contrário, algumas características próprias ao campo, como por exemplo suas atividades culturais e de lazer, são valorizadas, reinterpretadas e consumidas pela população urbana. A criação da Feira dos Produtores Rurais em 1984, é exemplo dessa dinâmica e comercializa excedentes das propriedades rurais e também pequenas empresas urbanas. Assim:

As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural. A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local. (CARNEIRO, citada por RUA, 2002, p.31)⁶

O sistema sócio-cultural presente no território rural de Cascavel insere-se num contexto de mercantilização e modernização, mesmo que limitadas em certos casos onde a exclusão sócio-produtiva é acentuada. Desse modo, são as atividades agrícolas em sua expressão modernizada e tecnificada que caracterizam fortemente o rural local.

Para Neves (2003, p.20), “[...] devemos entender assim o rural e o urbano como sujeitos às múltiplas e diversas interações, capazes de compor as mais variadas realidades...” A estruturação produtiva pautada no agronegócio contribui para que tais ruralidades componham, a nível local, um interessante mosaico.

Nesse recorte territorial interessa, portanto, a apreensão do processo de organização territorial que se re-elabora permanentemente frente à expansão do capital e, ainda, face às novas exigências produtivas intensificadas no período pós-1990 no Brasil.

⁶ CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudo e Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.1, p.53-75. out. 1998.

5.2 ATIVIDADES AGRÍCOLAS

5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO

A expressão mais significativa no funcionamento do território rural de Cascavel encontra-se associada à atividade agrícola e a integração dos produtores familiares ao agronegócio. Quando se quer compreender a dimensão das atividades agrícolas e, em especial daquelas vinculadas aos complexos agroindustriais, deve-se atentar para um conjunto de características tanto favoráveis quanto desfavoráveis ao desenvolvimento dos territórios rurais⁷. Mesmo diante de uma extensa controvérsia acerca do papel do agronegócio no Brasil, é expressiva a posição da produção de *commodities* em sua pauta de exportações. Considerando estimativas governamentais, o agronegócio brasileiro foi responsável por uma participação de 43% do valor das exportações, em 2004. (GONÇALVES, 2005, p.284). A produção de soja no Brasil entre 2006 e 2007 teve um incremento de 8,6%, passando de 52.355.976 toneladas, para 56.865.475 toneladas (IBGE, 2007 (b)).

No estado do Paraná, e em particular no município de Cascavel, a agricultura patronal traduz essencialmente a consolidação dessa racionalidade microeconômica e a expansão das taxas de lucratividade na propriedade rural. Nessa condição, o território incorpora um novo conteúdo técnico mais artificializado diante das exigências produtivistas. A Figura 9, na seqüência, apresenta o Mapa de Solo para o estado do Paraná e para a região Oeste. Observa-se, nesse sentido, uma condição favorável à atividade agrícola no município de Cascavel.

⁷ O agronegócio implica numa agricultura que deixou de ser um setor econômico isolado integrando-se aos complexos industriais. Gonçalves (2005, p.284-285) apresenta um quadro de vantagens e desvantagens quanto ao agronegócio: [quanto aos aspectos favoráveis] vale destacar o impacto sobre a renda, emprego, acumulação de capital, finanças públicas e desenvolvimento tecnológico. [...] o agronegócio é uma atividade tecnologicamente dinâmica visto que os produtos intensivos em recursos naturais incorporam a alta tecnologia da biogenética, da química, da ciência dos alimentos, etc. Por outro lado, há um número expressivo de críticas a um modelo de crescimento econômico e inserção internacional baseado no agronegócio. [...] os produtos primários têm baixa elasticidade-preço da demanda. Isso significa que para se aumentar a quantidade é necessária a redução mais do que proporcional do preço. [...] Outra crítica refere-se à questão da apropriação do ganho gerado pelo aumento da produtividade. [...] o agronegócio consolida estruturas retrógradas de produção. Com baixa absorção de mão-de-obra, o agronegócio mecanizado tende a expulsar os trabalhadores das áreas rurais para as cidades. O agronegócio tende a concentrar ainda mais a riqueza, ou seja, piora a distribuição da propriedade da terra e do capital.

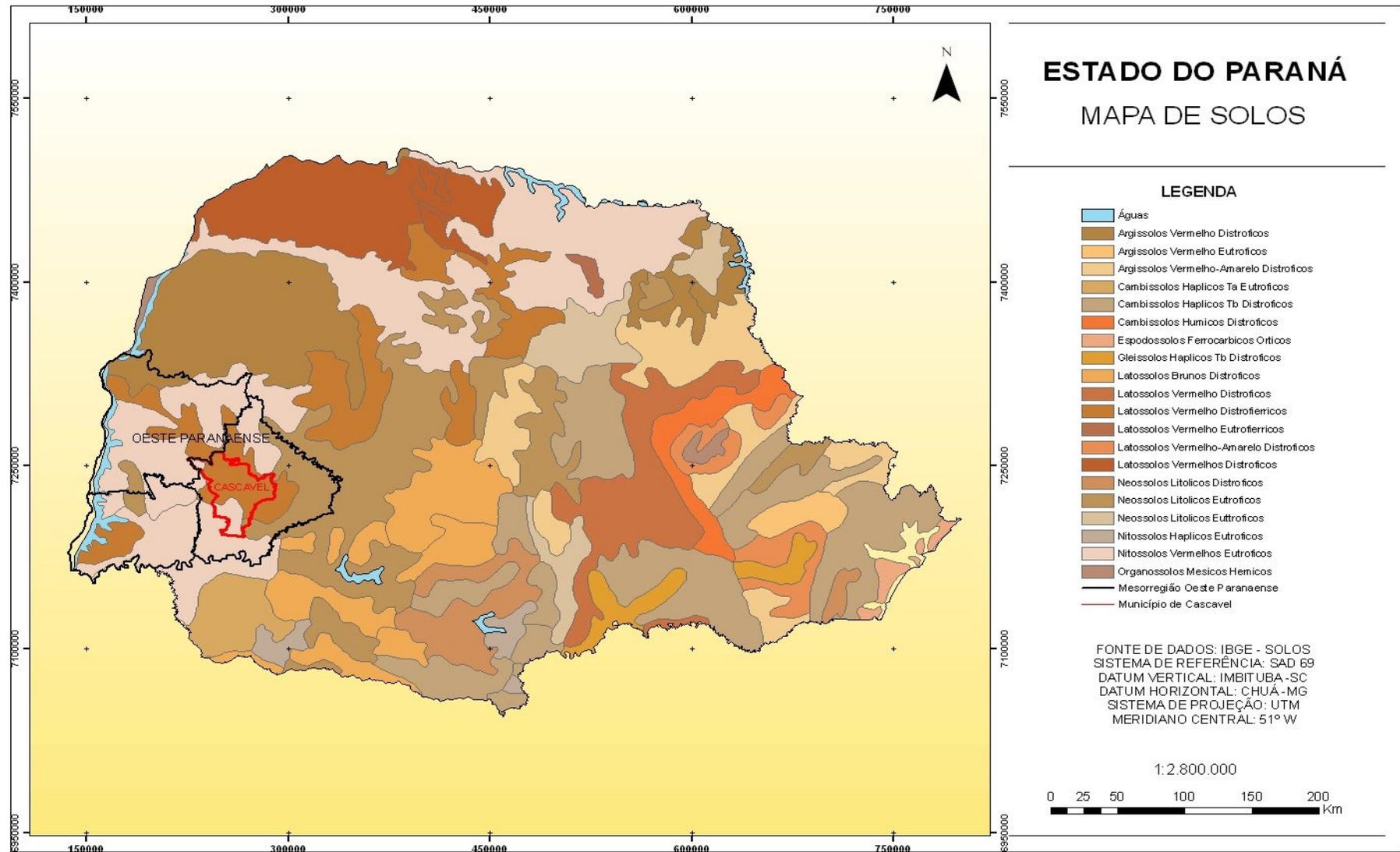


FIGURA 9 - SOLOS NO ESTADO DO PARANÁ E NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL

A configuração da área com lavouras temporárias, apresentada anteriormente é uma das condições que contribuem para reforçar a idéia do produtivismo presente na região Oeste e em particular, em Cascavel. No que tange à produção das lavouras temporárias ou anuais, especialmente a soja e o milho, verifica-se um controle das agroindústrias que demandam *commodities* como matéria-prima essencial na produção de ração para as atividades da avicultura e suinocultura. O farelo de soja também é essencial como produto da pauta de exportações brasileira e tem como destino o Porto de Paranaguá. A Figura 10 [Quadro 1 em anexo] permite visualizar a evolução da área de soja no município entre 1996-2006. A redução na área plantada no ano de 2003 deveu-se à prolongada estiagem e aos baixos preços que desencadearam o parcelamento das dívidas relativas ao custeio da produção naquele período.

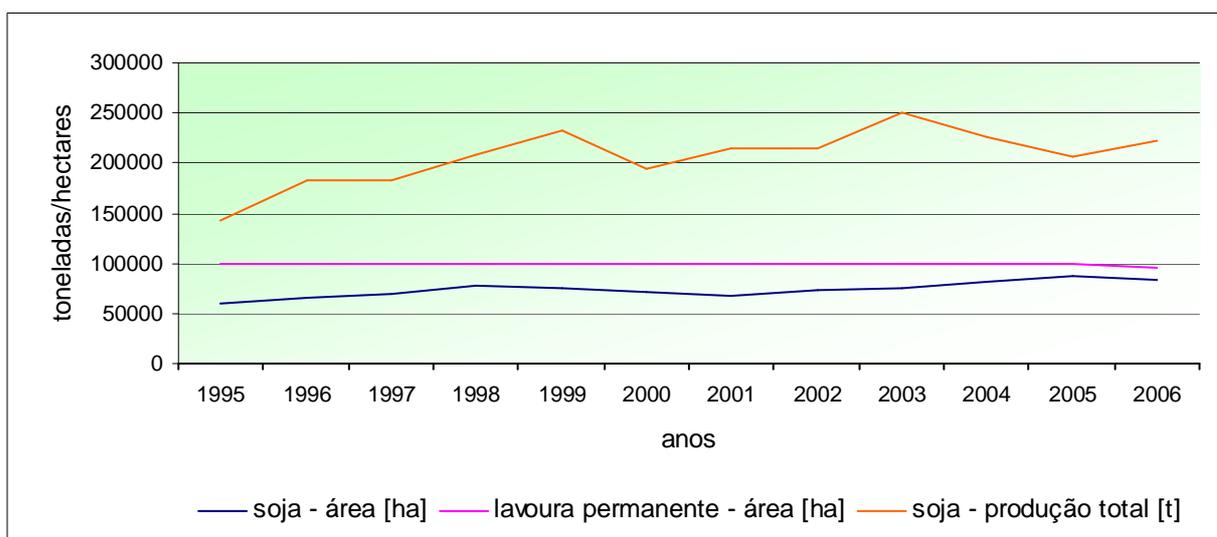


FIGURA 10 – GRÁFICO - ÁREA PLANTADA DE SOJA EM RELAÇÃO À LAVOURA PERMANENTE E PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 1996-2006

FONTES: SEAB/DERAL E EMATER, 2007

Além da soja, as lavouras anuais produzidas no município alternam-se em alguns produtos específicos como o milho, milho-safrinha, feijão das secas e das águas e do trigo. Porém, a decisão sobre a produção é normalmente vinculada ao preço da principal *commodity* produzida, a soja. Nesse caso, o território transforma-se num “mar” de soja, como definiram os produtores nas entrevistas realizadas no Distrito de Espigão Azul, ao norte do município. Ao longo das estradas rurais, o que se observa é a disputa do capital por parcelas do território. O cultivo ganha um *status* de grife, com placas a cada trecho indicando a procedência da semente e

suas especificações. Observa-se assim, o global e o local coexistindo numa fração do território.

A Figura 11 ilustra uma parcela de propriedades rurais com lavouras temporárias no Distrito de São João.



FIGURA 11 – ÁREAS PRODUTIVAS COM LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – DISTRITO DE SÃO JOÃO [JAN/2006]

O distrito de São João contempla uma fragmentação de área bastante interessante. As propriedades possuem características familiares, com áreas restritas e se voltam em sua maioria à produção de lavouras temporárias, assim como nos demais distritos no qual o relevo contribui para a expansão delas. A maior parte da área ilustrada na Figura 11 refere-se à soja em diferentes estágios de cultivo. Na safra de verão, o milho também concorre na ocupação das áreas frente à soja, constituindo-se em opção de plantio para os produtores.

No que tange à produção de milho, é válido acrescentar que o estado do Paraná é o maior produtor brasileiro, com volume de 10.887.600 toneladas nas duas

safras na temporada 2005/2006, mesmo com os episódios de estiagem. “O Estado cultivava 20% da área plantada com o grão no País e colhe um quarto da safra. [...] O rendimento paranaense é 35,7% maior que a média nacional, estimada em 3.210 quilos por hectare” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO MILHO, 2006). Um dos aspectos que tem colaborado para essa expressiva participação na produção do milho é a segunda safra, denominada como “safrinha”. Isso ocorre porque o grão, na segunda safra, sucede a soja e substitui o trigo e a triticales. Isso vem proporcionando uma utilização intensiva do solo. De acordo com Bianco, em entrevista no Anuário Brasileiro do Milho, (2006, p.31), “Antes, um quarto da área ficava em descanso a cada safra. Hoje não chega a um décimo”.

A tecnologia contribuiu, portanto, para que o campo produza em sua máxima condição. Em meados da década de 1970, essa condição era bastante diferente, como relata a produtora rural A.S.

O tempo de cultivo era mais demorado. [...] quem plantava soja não conseguia fazer outra colheita, era só aquela. Não tinha o milho safrinha, se quisesse tinha o trigo na época do inverno, depois que colhia a soja, plantava o trigo. [...] Nos primeiros anos dava muito bem o trigo, depois mudou o clima, não dava mais. O tempo muito variado, as geadas, a seca.

Também a região sul respondeu nesse período por 45% da colheita brasileira de milho, muito embora severamente comprometida por conta da prolongada seca. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO MILHO, 2006)

Já o plantio do trigo é limitado no município, embora em escalas de produção mais ampliadas, houve ao longo dos dez últimos anos significativo ganho em produtividade. A média subiu de 1.000 kg/ha para 2.000 kg/ha e alcançou até 8.000 kg/ha nas áreas irrigadas no Brasil Central. Contudo, a produção nacional continua em queda somada à redução das áreas plantadas. É importante assinalar que a safra brasileira de 2005/2006 encerrou com produção de 4,9 milhões de toneladas frente a uma demanda de aproximadamente 10,7 milhões de toneladas, suprida pela importação do trigo argentino e, eventualmente, por trigo produzido nos Estados Unidos e no Canadá, a preços mais elevados. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO MILHO, 2006).

Quanto à produção na safra 2005/2006, a região Sul contribuiu com 90% da produção nacional e o estado do Paraná, em especial, obteve o primeiro lugar com 57,5% do total em plantio de sequeiro. Nesse conjunto, a região Oeste do Paraná produz o glúten forte, denominado “tipo pão ou melhorador”.

Na seqüência a Figura 12, apresenta a expansão das áreas ocupadas pelos demais produtos relacionados à lavoura temporária como o feijão, o arroz, o trigo, a aveia, considerando inclusive a soja e o milho. Ressalta-se que a expansão da área de milho é condicionada à redução na área de soja e ambas as áreas relacionam-se diretamente aos preços de mercado.

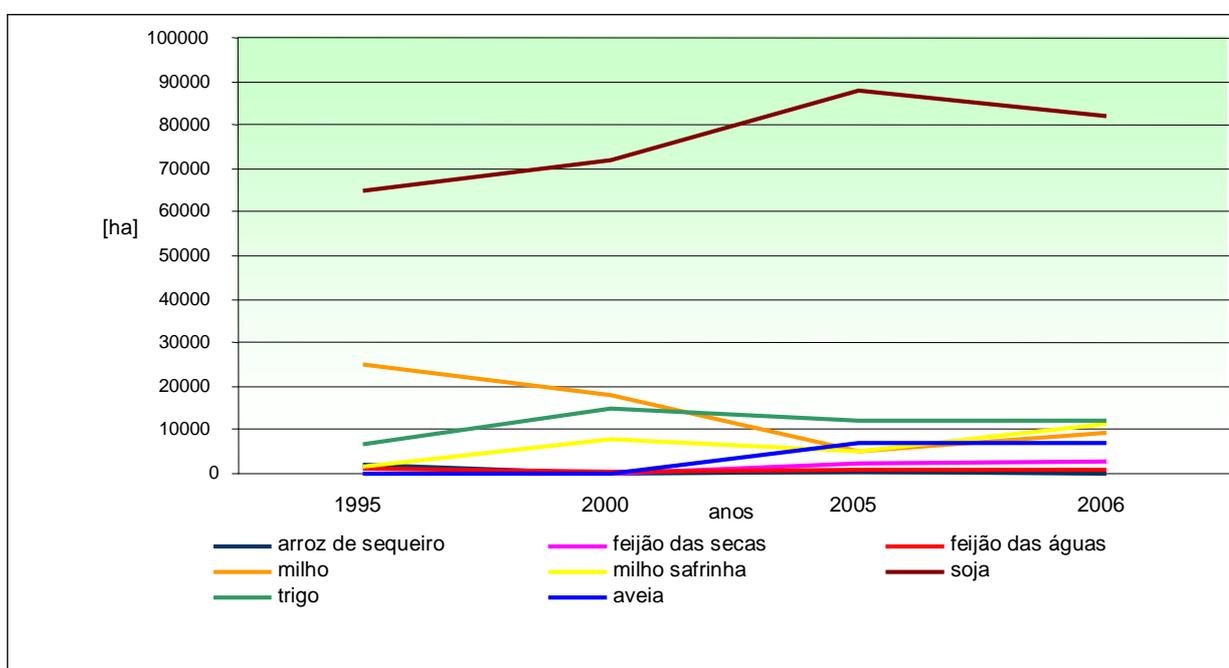


FIGURA 12 – GRÁFICO - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DAS LAVOURAS ANUAIS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL [HA] 1995-2006

FONTES: SEAB/DERAL – EMATER (2006)

Um aspecto interessante em relação ao movimento das culturas acima relacionadas diz respeito à diminuição do plantio das culturas vinculadas à subsistência familiar. O cultivo do arroz de sequeiro exemplifica tal situação, já que também está vinculado à produção para o mercado. Em períodos anteriores, especificamente até o ano de 1995, sua produção vinculava-se ao conjunto de alimentos para a subsistência e o excedente era comercializado. Atualmente, sob a ótica da racionalidade no uso do território agrícola, o arroz necessário para o consumo familiar é adquirido nos supermercados.

Outra justificativa para a redução na área plantada diz respeito à relação de abertura de áreas de matas e o cultivo do arroz que contribui para a correção da acidez do solo. A cultura que menos exige em termos de custo de produção após a derrubada é o arroz⁸. Assim, grandes propriedades quando abriam as áreas de mato, plantavam arroz. Somente na seqüência começava o plantio da soja. Vale destacar que o número de produtores reduziu-se significativamente, ou seja, 1800 produtores em 1995 para 420 produtores em 2006.

O feijão também obedece a essa dinâmica. Anteriormente, a subsistência, atualmente, a escala comercial, produzido por segmentos patronais e por empresários familiares. Verifica-se a produção de feijão em áreas superiores a 500 hectares. A rotatividade das culturas também está mais acelerada no município em virtude de acentuadas mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos, o que acentua a produção comercial. Como o período de frio é cada vez mais curto, assim que se termina de plantar o milho, já é possível plantar o feijão.

Outro fator que contribui para a diminuição no plantio e no número de produtores dos produtos considerados de subsistência diz respeito ao êxodo rural que, nesse período, também contribuiu para que determinados cultivos da policultura de subsistência fossem aos poucos sendo substituídos. Na pauta de produtos que são comercializados no conjunto das lavouras anuais no município, pode também ser destacando, porém em proporções mais reduzidas quanto ao número de produtores e área cultivada: cultivo anual de amoreiras, cana-de-açúcar, mandioca, fumo, triticales e amendoim. Há também a produção da erva-mate em 350 hectares com 68 produtores identificados. Em algumas propriedades rurais sua produção é feita em consórcio com a atividade pecuária. (EMATER/PR, 2006)

5.2.1.2 Olericultura e fruticultura

A olericultura, no sentido de territorialidade, constitui uma outra face da realidade rural local absorvendo intensivamente a mão-de-obra familiar. Além disso, o segmento também é um empregador importante no meio rural. De acordo com o produtor M.S, em 2,4 hectares, emprega-se em média 4 empregados⁹. Propriedades

⁸ Emater/PR – entrevista com técnico J.B em 23 de maio de 2007.

⁹ Entrevista realizada em 26 de julho de 2007.

maiores desenvolvendo o plantio de lavouras temporárias, ou mesmo pecuária, normalmente empregam até dois empregados. Esse comparativo permite afirmar que a olericultura é um segmento importante na geração de emprego e renda tão propalada pelas políticas públicas.

O Cadastro da Realidade Rural do município, publicado pela Secretaria de Agricultura, aponta para 53 propriedades com desenvolvimento dessa atividade com características comerciais, ou seja, apenas 1,47% dos produtores rurais fazem da olericultura uma atividade comercial. Apenas 0,07% da área cultivável do município, 133,30 hectares é utilizada para o cultivo de olerículas com destinação para o mercado local e regional. Algumas das propriedades encontram-se, inclusive no perímetro urbano do município, o que é racional sob o aspecto da perecibilidade dos produtos ofertados ao mercado. A área média das propriedades é de 2,52 hectares. A maior área relativa à produção de olerículas perfaz nove hectares e a menor área, 0,20 hectares. (CASCAVEL, SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2007). As áreas mais restritas estão relacionadas às franjas urbanas ou ainda às parcelas nas áreas rurais onde a hortifruticultura funciona de modo complementar a outras atividades. É comum a produção para consumo próprio ou para a venda semanal nas feiras e mercados da cidade.

Outra iniciativa ainda com pequeno número de produtores participantes refere-se à produção orgânica de hortifrutigranjeiros. São oito produtores assistidos tecnicamente pela Emater/PR. Também os assentamentos rurais no município vêm desenvolvendo a iniciativa da produção orgânica, ainda de forma incipiente e estruturados principalmente na soja orgânica a qual utiliza intensivamente mão-de-obra para seu cultivo e alcança preços superiores à transgênica e à convencional no mercado externo.

O que pode ser observado com relação aos hortifrutigranjeiros é a utilização de um relativo aparato tecnológico, quando desenvolvida a produção de forma especializada. Ao contrário, quando os produtores familiares a consorciam com outros cultivos, a técnica é mais tradicional, menos eficiente, o que dificulta torná-la parte mais expressiva da renda na propriedade. São grandes os desafios relacionados à comercialização, diante das grandes redes de supermercados

regionais que constantemente achatam os preços dos produtos hortifrutigranjeiros, necessitando, para tal enfrentamento, maior organização dos produtores.

Já em relação à fruticultura comercial, as iniciativas ainda são restritas. Apenas dois produtores assistidos pela Emater/PR são responsáveis pelo cultivo de pêsego e oito produtores produzem uva rústica utilizada para o fabrico de vinhos e sucos. Ressalta-se, entretanto, que essas atividades também são desenvolvidas em várias propriedades, porém apenas para o consumo da própria família.

Ao contrário da fruticultura, a atividade olerícola é mais variada e possui um maior número de produtores. Ela é desenvolvida principalmente por pequenos produtores, alguns assistidos tecnicamente pela Emater/PR. Uma das possibilidades técnicas para a produção de leguminosas e verduras refere-se à plasticultura – prática da olericultura em estufa – desenvolvida em escala comercial por 4 produtores¹⁰. Ressalta-se que as estufas são necessárias nos estabelecimentos para a produção das mudas. A difusão da plasticultura entre os produtores é resultado do trabalho vinculado à extensão rural, por intermédio da Emater/PR e também da iniciativa dos demais produtores que atuam sem a assistência técnica pública. A prática da olericultura acaba por configurar-se como alternativa para a diversificação da produção.

Quanto às esferas de comercialização, estas estão vinculadas à Feira do Pequeno Produtor, com volume ofertado mais restrito e também aos supermercados e pequenas mercearias locais e Ceasa - centro de distribuição de hortifrutigranjeiros no município. À exceção de poucos produtores que fazem da olericultura sua principal atividade, para muitos produtores ela serve como complemento de renda na propriedade. Assim, o cultivo da horta para consumo próprio e a comercialização dos excedentes são relativamente comuns nas propriedades familiares do município e não representam escalas significativas de oferta.

No que tange ao comércio de produtos olerícolas, um conjunto de dificuldades pode ser relatado. Este se refere principalmente, ao poder de “barganha” estabelecido pelas grandes redes de supermercados, que determinam o preço de

¹⁰ Informação repassada pelos produtores integrantes da associação de olericultores. A associação iniciou informalmente suas atividades no ano de 1995 e foi regularizada em 2003. Conta atualmente com 16 produtores associados.

compra das verduras e tubérculos junto aos produtores rurais. A organização dos produtores rurais em associação seria a alternativa para melhorar a condição de comercialização desses produtos. Assim, buscam-se alternativas e estratégias de defesa perante o mercado, pois em certos períodos, as margens de lucro dos olericultores são bastante limitadas e ainda são pouco expressivas as iniciativas com maior escala produtiva. No município de Cascavel, apenas 4 ou 5 produtores atingiram níveis de capitalização suficientes para atuar no segmento de forma estrita (Associação dos Olericultores, 2007).

5.2.1.3 Atividade florestal

A atividade florestal existente no território rural do município é resultado da continuidade na exploração da madeira iniciada ao longo das décadas de 1950 e 1960 na região por algumas famílias pioneiras. Contudo, pelo esgotamento das matas nativas, desenvolve-se o reflorestamento. A atividade florestal no município está presente numa área de 18.750 hectares desde o ano de 2000.

Um aspecto que vale a pena ser ressaltado nesse caso diz respeito à finalidade do reflorestamento. Para os produtores familiares, que possuem áreas menores, a área florestal volta-se a fins ambientais, de reconstituição dela para preservação. Em contrapartida, um número mais restrito de empresários rurais atua na atividade de reflorestamento no município para fins energéticos ou industriais. O depoimento do Sr. G.B, produtor rural que atua na atividade de reflorestamento para fins industriais permite maior compreensão desse processo.¹¹

De acordo com a entrevista realizada, a família chegou a Cascavel em 1960 buscando trabalhar exclusivamente com beneficiamento de madeira. Não houve, num primeiro momento, a aquisição de áreas rurais no município. Foi feita sim a compra de um terreno na cidade e depois de quatro ou cinco anos, nas palavras do entrevistado, houve a aquisição de terras na Colônia Melissa, no município de Cascavel. Nas palavras do produtor:

Em 1960 viemos mexer com madeira. Era muito mato. Era só mato! Muito pinheiro, araucária. Meu pai saía nas áreas com os bolsos cheios de sementes de pinheiro plantando. Estamos a 44 ou 45 anos reflorestando. Nos

¹¹ Entrevista realizada em 22 de novembro de 2006.

últimos quatro ou cinco anos plantamos mais que tiramos. Eu penso que o futuro é a demanda de reflorestamento, ou nativa por meio de reflorestamento. Como exemplo [...] recebi um punhado de sementes... Plantei. A terra é boa. Aí pensava: vai ver o desenvolvimento! Se animar com as sementes! Achei muito bom! Tiramos semente para fazer mudas. Agora vou conduzir 50.000 mudas para reflorestamento.

[Ainda sobre o manejo, outras fases são necessárias, a saber o raleamento e o desrame. Nesse caso] ...nós tiramos os galhos para não “dar nó”, para subir reto.[...] A gente pensa em tirar 33% dos galhos. É a folha o ‘pulmão’ da árvore. O raleamento é sistemático, foi aprendido com a experiência, erros e acertos e... muita confusão! [...] Já, hoje, obedece a um critério específico, aprendido por meio de visitas técnicas em outros países.[...] Eu já plantei pinheiro que eu cortei, já plantei de novo e vou colher! E, se Deus quiser, vou tirar aquele que plantar mais uma vez! G.B.

O depoimento contribui para que se entenda que o ciclo da madeira, conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho foi importante para a organização territorial local. Como essa atividade produtiva demanda grandes extensões do território, parte dos reflorestadores possui áreas “pulverizadas”. A maior parte está nos municípios de Cascavel, Guaraniaçú, Campo Bonito e Diamante do Sul.

De acordo com a Emater/PR (2007)¹², “O Paraná precisa plantar todo ano uma área de 58.000 hectares de florestas para atender aos índices de consumo de madeira registrados atualmente”. São aproximadamente 2.500 produtores na atividade da agrosilvicultura paranaense. Ressalta-se ainda que “No Paraná, a produção de madeira gera 72,2 mil empregos diretos e a exportação do produto corresponde a 8,7% das vendas feitas pelo setor ao exterior”. (ibidem)

O mesmo documento aponta que a escassez da madeira proporciona uma rentabilidade média anual de 40,1% para a cultura do eucalipto e 41,5% para o pinus. Tal condição pode representar incremento de renda em propriedades familiares. Contudo, no município de Cascavel, as iniciativas ainda são restritas.

As restrições referem-se a uma relativa complexidade do processo produtivo envolvendo diferenciadas fases na gestão, o que inclui a terceirização. Isso ocorre no plantio. No caso particular do produtor entrevistado, toda a atividade de reflorestamento visa atender ao fornecimento de matéria-prima para a indústria moveleira do grupo. Além desse fim específico, vale destacar que a atividade de

¹² disponível em <http://emater.pr.gov.br/emater/emater.php?mid=93>. Acessado em 23/05/2007.

reflorestamento é vista por quem a mantém como oportunidade de investimento, ou seja, como uma reserva de valor.

Há que se acrescentar, por fim, que atualmente, diante do comprometimento dos recursos naturais e das crises climáticas que se acentuam, a questão do reflorestamento e do manejo sustentável dessas áreas nas propriedades torna-se cada vez mais imprescindível.

5.2.2 Caracterizações das áreas de produção agropecuária

5.2.2.1 Bovinocultura de corte e leite

Uma parcela importante do território rural local é ocupada com pastagens cultivadas. Em 1995 eram 37.500 hectares e no ano de 2006 somavam-se 41.351 hectares. As sucessivas quebras de safra da soja e milho em função da estiagem justificam, em parte, o aumento de 10,26% neste ano específico. Os baixos preços também contribuíram para que determinadas áreas fossem re-orientadas produtiva e economicamente para pastagens. (EMATER-PERFIL AGROPECUÁRIO, 1995-2006). Nessa atividade há a participação de todos as categorias de produtores indistintamente; o que os diferencia, primordialmente é a questão da incorporação tecnológica.

Apesar da reconversão de áreas de lavouras para pastagens, esta evoluiu de forma relativamente mais limitada se comparada à área ocupada para a produção de grãos. Na região Oeste do Paraná, o plantel de bovinos teve um acréscimo entre 1996 e 2005. Nesse período, a bovinocultura de corte reduz o número de cabeças de 73.500 para 72.845. No que tange à pecuária leiteira, ao contrário, há um incremento bastante expressivo. Em 1996 eram 5.168 cabeças e no ano de 2005, 11.513. (EMATER-PERFIL AGROPECUÁRIO, 1995-2006).

De acordo com o IBGE - Censo Agropecuário publicado em 1975, o município tinha um rebanho com finalidade de corte de 23.493 cabeças. O gado de leite perfazia um total de 16.102 cabeças. A Figura 13 apresenta essa evolução e destaca esse aumento no plantel a partir de 2004 e 2005, período este que coincide com a crise na produção das lavouras temporárias.

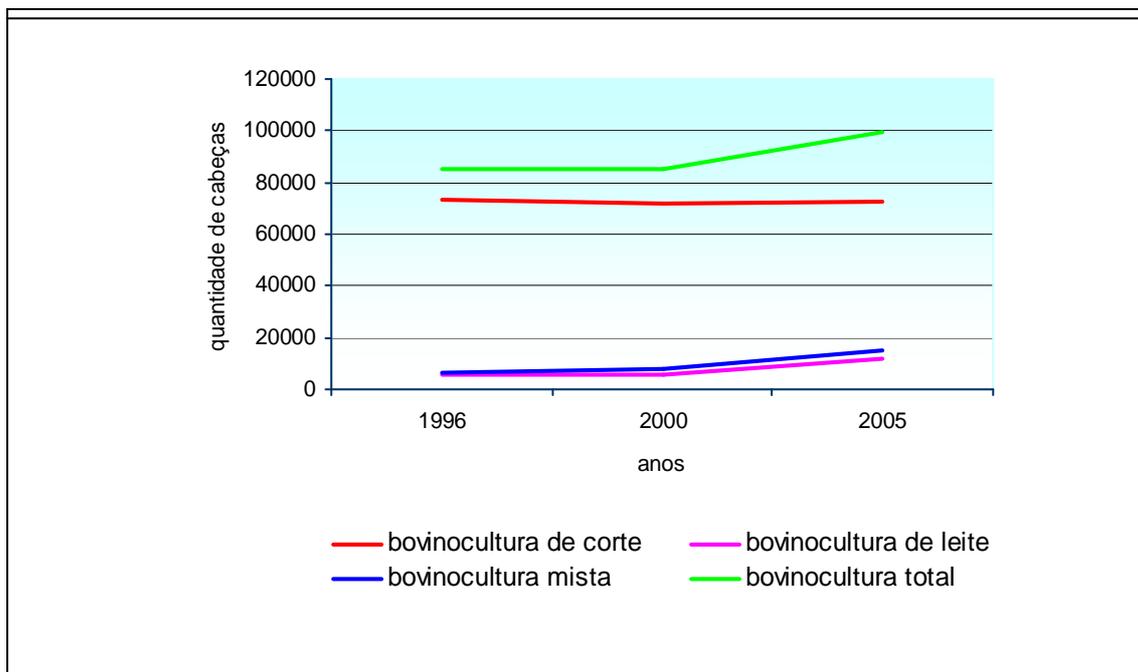


FIGURA 13 - GRÁFICO – EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL NO PERÍODO 1996-2006

FONTES: SEAB/DERAL – EMATER (1996;2000;2006)

A questão dos preços ofertados pela arroba do boi influencia nas decisões de expansão de áreas de pastagem e a ampliação da área para bovinocultura de corte. Como o preço vem se mantendo em níveis reduzidos nos últimos 3 anos, ou seja, 2004-2006, a expansão do rebanho vem ocorrendo sem alterações técnicas e investimentos mais acentuados. Para o ano de 2005, a cotação foi em média de R\$ 48,00, uma das mais baixas observadas nos últimos anos (MEZZADRI, 2006). O autor ainda ressalta que o índice de abates de matrizes na categoria pecuária de corte alcançou no ano de 2005, 50%. Em situações de preços mais favoráveis, os abates de matrizes não ultrapassam 10% ou 20%.

Na escala de produção nacional, de acordo com o Anuário Brasileiro da Pecuária (2006, p.13), “[a partir de 2003] o rebanho bovino tem crescido numa média anual de 3 milhões de cabeças. [Em 2006 estava estimado] em 204,7 milhões de cabeças, segundo dados do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC).” Nesse contexto, o estado do Paraná possuía, em 2004, 1.278.148 cabeças (IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 2007 (c)).

O mercado sinalizou no período 2005/2006, uma relativa perda de rentabilidade da atividade. “[...] fazendo grande parte dos pecuaristas abaterem mais animais do que se abateria em ocasião normal, criando um ciclo necessário para se gerar renda, mas prejudicial ao mercado e principalmente ao proprietário.” (idem, p.4).

Ainda há que se destacar, nesse sentido, que no ano de 2006 houve o descarte de parte do rebanho para pagamento de dívidas de produtores rurais no município de Cascavel. A ocupação do solo com pastagens voltadas à pecuária de corte é maior na parte sul do território rural onde a declividade do terreno é mais acentuada, dificultando sua mecanização. Mesmo com dificuldades, pequenos produtores atuam na pecuária leiteira nessa região. Em 2001, de acordo com diagnósticos técnicos do setor, verificava-se uma limitada produtividade de leite, [7litros/cabeça/dia] em virtude das deficiências na alimentação do gado. O diagnóstico no período em questão sinalizava para um rebanho formado por animais mistos com baixa qualidade genética para a produção de leite e em número insuficiente para a produção econômica. (EMATER/PR – Perfil da Realidade Agrícola, 2001).

No que tange à bovinocultura de leite, de acordo com o Anuário Brasileiro da Pecuária (2006, p.69) “O Brasil tem conseguido ampliar sua produção leiteira com média superior à dos demais países com força nesse setor. Em 2005, os brasileiros totalizaram 24,7 bilhões de litros de leite, 5,48% mais que em 2004.” Tal fato refere-se tanto ao incremento no rebanho, quanto ao aumento da produtividade.

Especificamente na produção do leite, pode-se destacar, também, que a região Oeste do Paraná configura-se como maior produtora de leite do estado. De acordo com o Departamento de Economia Rural – Deral (SEAB/DERAL, 2007, s/p.): “O Paraná é o 3º maior produtor de leite do país, com 10,3% da produção total nacional, antecedido por Minas Gerais [1º lugar – 28,1%] do total e Goiás [2º lugar – 10,8%]”. Vale acrescentar que no estado do Paraná, a produtividade média em 2005, [1.843 litros/vaca/ano] foi superior à produtividade média nacional de 1.193

litros/vaca/ano, considerada extremamente baixa diante dos principais países produtores¹³.

Outro dado que merece destaque é o crescimento de 5,2% na produção média mensal no período 2004-2005. Em 2005, a produção paranaense de leite foi superior a 2,80 bilhões de litros, com produção média mensal de 210 milhões de litros. (DERAL, 2007) Nesse mesmo período, o rebanho leiteiro no estado era formado por aproximadamente 3.120.000 cabeças, cerca de 30% do rebanho bovino total no estado. (MEZZADRI, 2005)

Nesse contexto, as pequenas estruturas poderiam obter maior possibilidade de inserção no mercado local e regional. De acordo com Zardo (2003):

Após o período de desregulamentação do preço do leite que perdurou até 1990, [...] a produção de leite teve um expressivo aumento na quantidade produzida, a ponto de o país tornar-se quase que um exportador de leite ao invés de importador do produto, estando bem próximo da auto-suficiência. O aumento da produção da matéria-prima, contudo, não foi acompanhado de um aumento respectivo na modernização e aumento de produtividade do segmento dentro da porteira e as exigências do mercado começaram a tornar-se mais significativas, a ponto de o governo intervir novamente no setor lácteo, normatizando a qualidade do produto pressionado pelas exigências do mercado consumidor através da indústria de fornecimento de insumos modernos, deixando claro que é o capital que impõe sua vontade. (idem, p.63).

Desse modo, a partir da implementação de legislação sanitária específica para a produção do leite, poderá haver alteração na estrutura produtiva atual, com a eliminação de produtores menos eficientes do mercado¹⁴. É importante atentar para o fato de que, para o adequado cumprimento da legislação em vigor, exige-se dos produtores, investimentos técnicos substanciais nas propriedades, o que diminui as

¹³ Dentre os principais países produtores destacaram-se, no ano de 2005, os Estados Unidos [80.150 mil/ton], a Índia, [38.500 mil/ton] além da Rússia, Alemanha e França. Disponível em <http://www.cnpqgl.embrapa.br/producao/dados2002/producao/tabela0212.php> acessado em 28/05/2007.

¹⁴ De acordo com o MAPA/DIPOA [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal], citado por Zardo (2003), "Na instrução normativa 51, constam mudanças que atingem desde a propriedade agrícola até a indústria. De modo especial duas mudanças [iriam afetar] diretamente o produtor rural: 1º.) o produtor deverá se tornar um especialista em produzir leite e: 2º.) O leite produzido na propriedade deverá estar resfriado a 7°C de temperatura em até 3 horas após a ordenha, exigindo com isso refrigeradores de leite mais sofisticados e instalações que permitam uma ordenha muito bem higienizada visando manter as características do leite conforme sai do úbere da vaca.

chances de as propriedades familiares pouco capitalizadas se ajustarem a tais exigências.

Em 2003, o segmento produtor de leite, no conjunto das atividades agropecuárias, aquele que mais gera postos de trabalho, ou seja, 1,8 milhão de fazendas leiteiras no Brasil, emprega perto de 5 milhões de pessoas (Boletim do Leite, 2003).

Especificamente em Cascavel, no ano de 2005, 1.217 produtores atuavam na pecuária leiteira. O Quadro 5, na seqüência, sintetiza alguns aspectos dessa realidade.

QUADRO 5 - PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES DA PECUÁRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2005/2006

Especificações	quantidade
Número de produtores de leite	1.217
Produtores que entregam leite aos laticínios	840
Vacas no rebanho leiteiro total*	17.338
Vacas no rebanho leiteiro [entrega de leite]	9.607
Kg de leite produzido/ano no município	16.133.000

* dado relativo ao ano de 2006

Fonte: EMATER – elaborado por Sérgio Haroldo Heim, (2005); atualização por Jovir Vicentini Esser SEAB/DERAL (2007).

Um aspecto que se destaca nas especificações do rebanho leiteiro no rural de Cascavel é o elevado número de vacas que são mantidas na propriedade com fins de subsistência, ou de eventuais processamentos agroindustriais com características artesanais como o queijo caseiro e a manteiga.

É importante lembrar ainda, que a atividade pecuária, tal qual a produção dos grãos, também é intrinsecamente vinculada ao mercado em sua dinâmica de preços e variações na oferta e na demanda. Como o Brasil já se tornou auto-suficiente na produção de leite e vêm exportando produtos derivados como o leite em pó, eventuais modificações no cenário produtivo internacional influenciam na produção interna e na valorização do produto por meio de preços favoráveis aos produtores em determinados períodos. Entretanto, as dificuldades de comercialização acompanham os produtores na atividade. Há que se acrescentar que embora esteja ocorrendo aumento na produtividade do setor, o número de fornecedores de leite vem se reduzindo. “Esta é a estratégia usada pelas empresas para reduzir custos,

organizando a logística de coleta de leite a granel e enxugando o tamanho das linhas” (ANUÁRIO BRASILEIRO DA PECUÁRIA, 2006, p.71). Outro fator a ser considerado é o nível de preços obtidos pelo produtor pelo litro de leite. Nesse sentido,

Se a produção nacional de leite teve incremento de 4,4 bilhões de litros entre 2000 e 2005, o preço ao produtor decresceu R\$ 0,012, em média, no período de 1995 a 2004. [...] além do baixo valor recebido, o pecuarista ainda sofre a pressão em virtude do aumento de exigências sanitárias, do requerimento de qualidade do leite e do aumento do volume entregue nas cooperativas e nas indústrias. Por isso, a continuidade do crescimento da produção tem a sua explicação nos ganhos de produtividade obtidos pelo setor primário. Na verdade, a concorrência ao longo da cadeia Láctea proporcionou a redução de preços ao consumidor e a melhoria e a diversidade dos produtos lácteos, mas deixou para o produtor a conta a ser paga. (ANUÁRIO BRASILEIRO DA PECUÁRIA, 2006, p.70).

O depoimento dos empresários rurais O.G e N.G, expressam os desafios impostos na gestão do processo produtivo em consonância com o mercado consumidor do leite¹⁵.

O leite é uma alternativa que permite rendimento mensal. Mas o leite precisa de uma tecnologia aprimorada desde o momento da compra da novilha. Desde que nasce; cuidar ainda no pré-parto, e hoje em dia, ganhamos em termos de precocidade na inseminação. Antes se inseminava a novilha com 24 meses. Hoje se inseminam novilhas de 12 a 13 meses, com 350 quilos. [...] Para isto é preciso técnica, nutrição, ração balanceada, acompanhamento de especialistas na área. [N.G] . [...] É uma empresa, tem que se ter quantidade e qualidade. [O.G]

Outro depoimento colhido que demonstra a possibilidade de capitalização de pequenas propriedades familiares na pecuária leiteira foi o de J.N e N.N, casal de produtores rurais familiares do reassentamento São Francisco de Assis, distrito de São João do Oeste¹⁶. A questão da qualidade e da busca por produtividade e ganhos na escala de produção pode ser alcançada em dimensões produtivas inicialmente restritas, por meio de ajustes na função de produção e forma de gestão, gerando ganhos ao produtor.

A primeira coisa... o nosso objetivo foi comprar animal de qualidade. Nós não comprávamos animal pelo preço, nós comprávamos pela qualidade. É cara a vaca! É cara! Só que temos que ver o custo-benefício. A vaca é cara mas ela te dá retorno, te dá produção. Nós tirávamos leite de oito novilhas,

¹⁵ Entrevista realizada em 01 de maio de 2007

¹⁶ Entrevista realizada na propriedade em 03 de dezembro 2006.

tirávamos 220 litros de leite por dia, quando nós chegamos aqui. Nós não tínhamos silagem. Era só pasto... era um pouco brisantão, um pouco de ração. Nós não tínhamos as coisas arrumadas. Mas o plantel foi aumentando. Foi dali dois anos que nós compramos mais seis vacas. [...] No meio de 45 vacas, eu escolhi seis vacas... todas vacas boas... Aí que nós aumentamos o plantel...Nós já passamos a 400 litros dia. O preço do leite também melhorou]. [Um detalhe: ao longo desse período, o preço do leite variou muito. Reduziu, aumentaram os custos de produção, produtores saíram do ramo, outros entraram, e a família não mudou de idéia, permanecendo na atividade leiteira] [A produtora ainda acrescenta as dificuldades relativas à sazonalidade da produção leiteira, principalmente no inverno] [...] Você tem o inverno, que é uma época boa [preço] que você faz a sua economia para se manter no verão. Porque, geralmente todo o ano, no verão o preço do leite cai bastante. Aí o que você tem que fazer? Saber administrar o que você ganha, em cima daqueles centavos que você ganha, você administrar a sua propriedade sem “quebrar”. (J.N e N.N)

A questão relativa à incorporação tecnológica é outro desafio para os ajustes necessários à produção leiteira. Muitas vezes os produtores familiares possuem limitada clareza quanto ao dimensionamento dos equipamentos necessários à atividade. Nesse caso, tornam-se “reféns” das empresas que atuam na cadeia produtiva e que têm interesse na venda de tais equipamentos. Em certos momentos, os produtores desenvolvem suas atividades com capacidade ociosa no que tange aos maquinários necessários e, em outros, sub-dimensionam as necessidades de produção, como atestam os produtores entrevistados:

Nós tínhamos, quando começamos, um resfriadorzinho de 300 litros. Não coube mais o leite. Aí que vem um detalhe. O objetivo era pôr animal bom... e aumentar o plantel em cima de animal bom! De genética. Não encher a propriedade de animal ruim e produção, nada. Então, conforme nós íamos aumentando o plantel, ia aumentando a produção... o resfriador não coube mais, compramos um resfriador de 600 litros. Quando nós terminamos de pagar o resfriador de 600 litros, não coube mais o leite. Nós compramos um de 2.000 litros. Compramos a ordenha canalizada, porque nós já estávamos com problemas nas costas por carregar tarros de leite. [...] Isso gerou um investimento altíssimo. Foi, na época, todo o nosso rendimento mensal.

[Aí entra uma questão própria de exploração do mercado. [picaretagem] por parte dos revendedores de ordenhadeiras. Isso ocorre porque para as empresas vendedoras de máquinas e equipamentos é interessante que o produtor não tenha clara noção da quantidade de litros a serem armazenados e, dessa forma, tenha que constantemente mudar a configuração dos equipamentos utilizados. Vendiam-se equipamentos com capacidade de armazenamento abaixo do necessário para obrigar o produtor a uma troca constante. É isso que interessa ao capital envolvido nos respectivos processos produtivos]. Então, a cada “sonho” de aumento de plantel e aumento de produção leiteira, havia necessariamente uma reconfiguração na escala do maquinário. Conforme você vai crescendo, você vai comprando equipamento, só que não se tem a noção daqui três ou quatro anos, onde você vai estar! [no sentido de produtividade] Você sempre tem que ir... Ah! Um resfriador de 1.000 litros dá? Dá. Para amanhã não dá mais... (J.N. e N.N)

A fala dos produtores permite a compreensão das dificuldades pelas quais passa a pequena produção familiar no que tange à possibilidade de inserção na cadeia produtiva do leite. Sem qualificação no processo produtivo, torna-se difícil a entrada em circuitos produtivos mais exigentes. Outra questão que merece atenção diz respeito ao adequado uso do crédito. O casal de produtores entrevistados trabalha com os recursos financeiros gerados na propriedade, minimizando a busca por crédito de terceiros.

Contudo, aspectos como a melhora no preço obtido pelo litro de leite, ou seja, aspectos de ordem conjuntural, pouco conseguem modificar questões de estruturação técnica e econômica que muitas vezes dificultam melhoria na qualidade dos componentes envolvidos na produção. No depoimento do Sr. L.C, pequeno produtor familiar no município de Cascavel expressa-se tal dificuldade:

a gente é agricultor... ali fraquinho e depende da vaquinha de leite. O problema é o preço em queda. O problema do leite é a vulnerabilidade do mercado. Na questão da negociação quem perde é o produtor¹⁷

Os depoimentos demonstram que a pecuária leiteira produz assimetrias na questão da capacidade de inserção no mercado. Embora seja contínuo o processo de incorporação tecnológica na pecuária leiteira, ainda prevalecem grandes dificuldades no que tange à melhoria dos processos produtivos e também de comercialização para uma parcela expressiva de produtores familiares.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado é a forma de gestão da propriedade. Os produtores mais capitalizados possuem mão-de-obra contratada, gerenciando a atividade. Em outros casos, é o produtor familiar que diretamente atua no processo de produção. Tal procedimento gera, muitas vezes, sobrecarga de trabalho à família diante da necessidade de diversificação da propriedade para o aumento na renda familiar. A Figura 14, na seqüência, explicita as principais ligações desenvolvidas pela produção familiar na atividade leiteira em relação à sua cadeia produtiva.

As ligações não específicas, ou seja, aquelas com limitadas exigências contratuais, prevalecem na atividade leiteira desenvolvida no rural de Cascavel. É a

¹⁷ Depoimento colhido em 26/10/2006 no Sindicato Rural Patronal de Cascavel.

indústria de transformação do leite que intensifica as relações estabelecidas com o mercado. As conseqüentes alterações tecnológicas que melhoram os processos produtivos da “porteira para dentro” são vinculadas ao relacionamento propriedade rural e laticínios ou cooperativas e que se encontram subordinadas ao mercado.

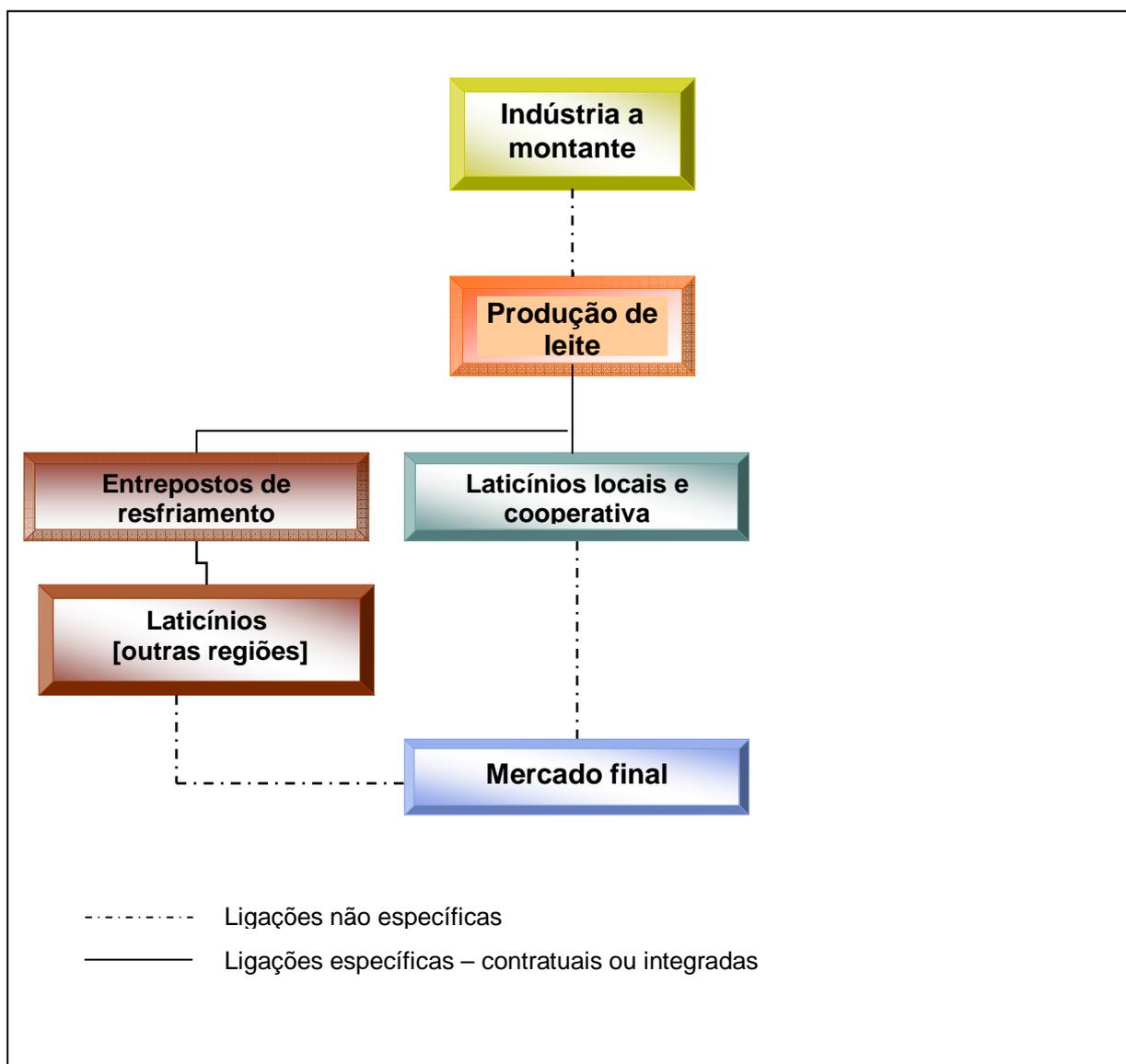


FIGURA 14 – ENCADEAMENTO PRODUTIVO NO SEGMENTO LEITEIRO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR
 Fonte: PIERUCCINI (1998)

Portanto, os encadeamentos estabelecidos no segmento processador do leite contribuem para que novos processos modifiquem a produção e, conseqüentemente, o território em sua utilização.

5.2.2.2 Avicultura e suinocultura

Outro conjunto de atividades que contribui com ênfase para a intensificação das atividades agropecuárias no território rural de Cascavel é a avicultura e a suinocultura. O processo produtivo estrutura-se na integração com empresas privadas ou cooperativas em 100% da produção no que tange às aves de corte. No complexo brasileiro de carnes, a avicultura é a atividade com maior dinamismo. Ressalta-se, ainda, que os investimentos em avicultura caracterizam-se por baixo risco e remuneração, justificando-se como investimentos de longo prazo.

Na região Oeste, a avicultura de corte constituiu-se em alternativa econômica importante para os produtores rurais, muito embora a longo prazo o processo de integração tende a absorver produtores mais capitalizados. A Tabela 7 mostra as principais características vinculadas à avicultura no município de Cascavel entre 2000-2005.

TABELA 7 - ASPECTOS PRODUTIVOS DA AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2000-2005. VALORES ABSOLUTOS E VARIAÇÃO NOS PERÍODOS.

Ano	Aves de corte				pintainhos [cabeças]	%	ovos galados [dz]	%
	Estático* [cabeças]	%	abatidas [cabeças]	%				
2000	4246808	-	25477085	-	44989232	-	3912499	-
2001	4411770	3,88	26470620	3,90	46105189	2,48	5091249	30,12
2002	4637000	5,11	27823204	5,11	64009294	38,83	3640646	-28,50
2003	4409495	-4,91	26456972	-4,91	76166696	19,00	4161956	14,31
2004	4790509	8,64	28743054	8,64	87666180	15,10	10332675	148,26
2005	5306772	10,77	31840632	10,78	115291646	31,51	7832048	-24,20

Fonte: SEAB-DERAL (2006)

* ESTÁTICO – LEVANTAMENTO REALIZADO NUM PERÍODO DETERMINADO

De acordo com a Seab-Deral (2006), 16,8% do total de aves abatidas no conjunto de municípios sob responsabilidade da regional de Cascavel foram produzidas em Cascavel. Também a produção de pintainhos [< 1 semana] é relevante e contribui para a distribuição nos aviários da região. A Tabela 7 ainda demonstra que tanto no rebanho de aves de corte, quanto na produção de pintainhos houve crescimento dos plantéis, justificando-se tal fato na intensificação do processo de integração agricultura-indústria.

Através da parceria agroindústria-produtor o processo de integração toma a sua forma mais característica. A empresa agroindustrial [cooperativa ou não] firma um contrato de parceria, sendo que, em relação à avicultura, especificamente o parceiro integrado à agroindústria é responsável pela construção do aviário e aquisição dos equipamentos necessários à produção, além do fornecimento da mão-de-obra, geralmente familiar, para o manejo das aves, sendo esta uma responsabilidade contratual por parte do parceiro integrado. Atribui-se ainda, ao produtor integrado, a responsabilidade com água, gás para o aquecimento dos aviários e a maravalha. Quanto aos demais aspectos da parceria, a empresa integradora fornece as aves, a ração, a parte relativa ao frete, transporte de ração e transporte do frango. Fornece ainda assistência técnica, tanto na parte gerencial da propriedade, quando no manejo de atividades, além dos medicamentos. (PIERUCCINI, 1998, p.182)

Essa estruturação específica com atribuições claras aos produtores integrados permite que o capital, como já mencionado anteriormente, aproprie-se das atividades que anteriormente eram realizadas no interior da propriedade familiar. Disso deriva a imposição de tempos e ritmos de transformação ajustados ao mercado. Nesse sentido, o setor avícola pode ser diferenciado dos demais setores da agricultura, dentre outros aspectos, pelo elevado grau em que a produção rural se transforma e se subordina à moderna tecnologia via agroindústria.

Outro aspecto a ser salientado é que, nesse complexo, mais de 50% do consumo intermediário na produção corresponde a insumos industriais [rações]. Além disso, 75% da produção não está diretamente destinada ao consumo final, dirigindo-se aos setores industriais de abate e preparação de carnes. (SORJ, POMPERMAYER e CORADINI, 1982; KAGEYAMA et.al. 1987)

Portanto, a dinâmica desse setor não pode ser compreendida a partir de si, mas principalmente por meio de um conjunto de segmentos industriais que o compõe. (KAGEYAMA et. al, 1987)

Destaca-se, assim, que em relação à região Oeste do Paraná, a criação de aves é uma das atividades agrícolas que esboça ligações específicas, contratuais bastante claras tanto a montante quanto a jusante à propriedade rural. Como bem expressam Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), graças a um campesinato¹⁸ que se coloca à disposição do capital integrador, com limitada mobilidade, que o capital industrial se expande espacial e setorialmente cada vez mais em parcelas importantes do território rural.

¹⁸ Aqui interpretado como produção familiar.

Quanto à suinocultura, esta obedece a processos de integração bastante correlatos à atividade avícola. Para Winter, Braun e Lima (2005), a região Sul configurou-se como a maior produtora de suínos no País, com aproximadamente 58,33% dos abates com inspeção federal no ano de 2000. De acordo com o informativo BemParaná (2007), a suinocultura desenvolvida no estado do Paraná é importante para a economia rural pois “[...] gera atualmente 217 mil empregos diretos e 298 mil empregos indiretos”. O referido informativo ainda relata que a suinocultura é desenvolvida em 136 mil propriedades sob regime familiar. No estado do Paraná o plantel estimado é de 4,87 milhões de cabeças. Vale acrescentar que, embora seja uma atividade relevante no estado do Paraná e em especial na região Oeste, o setor vivencia uma profunda crise. “[...] a crise no setor está desestruturando principalmente os municípios da região Oeste, onde se concentra a produção.” (BEMPARANÁ, 2007, s/p.). O informativo ainda relata:

A suinocultura vem passando por uma crise de excesso de oferta nos últimos sete anos, agravada em 2005, quando ocorreu a febre aftosa no País. As indústrias vinham ampliando a produção e estimulando mais produtores a entrarem na atividade, se viram obrigadas a suspender as linhas de crédito disponíveis, porque tiveram seus contratos de exportação cancelados. Com isso, os produtores ficaram sem opção de venda e aumentou a oferta de carne no mercado interno, provocando a derrubada nos preços. (BEMPARANÁ, 2007)

Em 1975, o rebanho suíno estimado pelo Censo Agropecuário para o município de Cascavel era de 78.312 cabeças. De acordo com os dados da Seab/Deral (2006), em 2000, os suínos [raça] abatidos perfaziam 107.223 cabeças no município de Cascavel. No ano de 2005, o número de cabeças abatidas foi de 131.583. Considerando os municípios abrangidos pelo Núcleo Regional de Cascavel¹⁹, nesse mesmo ano foram abatidas 818.361 cabeças. O município de Cascavel participou com 16,07% do abate de suínos.

Quanto ao número de produtores envolvidos nessa atividade, a Emater/PR (2006) classificou, nesse período, 180 produtores criando matrizes e aproximadamente 230 produtores, sendo que destes, dez caracterizavam-se como produtores independentes e os demais, produtores integrados.

¹⁹ Dois núcleos regionais são responsáveis pelas estatísticas agropecuárias na região Oeste do Paraná. Cascavel e Toledo. Especificamente para Cascavel, 28 municípios são atendidos.

Na produção independente o desafio imposto aos produtores volta-se à inserção no mercado regional, que se apresenta como uma das possibilidades diante de escalas maiores que exigem maior capacitação técnica e financeira daqueles. Vale acrescentar que ainda é limitada a capacidade de organização dos produtores de suínos diante do processo produtivo das grandes empresas, o que contribui para que se acentue sua descapitalização no contexto de crise pela qual vem passando o setor. Embora existam dificuldades para inserção tecnológica decorrentes, sobretudo, da limitada capacidade de capitalização nas atividades pecuárias, estas podem ser consideradas, em síntese, expressivas no rural de Cascavel. A Tabela 8 expressa a participação relativa das atividades pecuárias no município de Cascavel no conjunto de 29 municípios pertencentes ao Núcleo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná – Regional Cascavel.

TABELA 8 – CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO CONJUNTO DA SEAB – REGIONAL CASCAVEL E MUNICÍPIO DE CASCAVEL – 2005

<i>Plantel bovinos corte[cb]*</i>	<i>[%]</i>	<i>Plantel bovinocult. leiteira [cb]</i>	<i>[%]</i>	<i>Produção Leite [lt]**</i>	<i>[%]</i>	<i>Aves abatidas [cb]</i>	<i>[%]</i>	<i>Suíno raça abatido [cb]</i>	<i>[%]</i>
[1] 99435	14	21100	11	34000000	8	31840632	17	131583	16
[2] 716015	100	185136	100	417621000	100	189528151	100	818361	100

[1] Município de Cascavel

[2] Regional SEAB – Cascavel

* cb – cabeças

** lt - litros

Fonte: SEAB/DERAL CASCAVEL, FPM 2004/2005 organizado pela autora

No conjunto das informações apresentadas na Tabela 8, observa-se que para o ano de 2005, a produção de aves e suínos obteve percentuais mais expressivos em relação ao contexto regional se comparada as demais atividades da pecuária, como a pecuária de corte e leite. A presença da cooperativa local contribui para essa dinâmica. Nas palavras de C.M, especialista na comercialização de grãos²⁰:

A industrialização e as novas opções basearam-se muito na produção de carnes, esse é um segmento que veio a favorecer especialmente aquele produtor vinculado à pequena propriedade. A evolução do agronegócio e a industrialização foi muito expressiva, não há dúvida. [...] e o próprio agronegócio, se houver uma desburocratização na criação de empresas e alguma redução tributária, ou até sintetização dos tributos, acho que vai favorecer muito a abertura de novas empresas do agronegócio. O agronegócio, nós pensamos muito como grandes empresas. Na verdade a desburocratização [...] o supersimples deve contemplar as pequenas empresas. É a pequena empresa de embalagem, é a pequena empresa de

²⁰ Entrevista realizada em 06 de dezembro de 2006.

transporte, é a empresa de certificação. Enfim, são pequenos negócios que podem ser incluídos na cadeia produtiva. Empresas que vão oferecer serviços de comercialização, de gestão, de terceirização. São “n” segmentos que podem se instalar e contribuir muito nisso. Tem que se observar o agronegócio não mais como produção no campo, mas como um todo, no âmbito empresarial. Partindo dessa produção agropecuária, nós temos que desenvolver os negócios, empresas que vão industrializar isso. Você veja que em poucos anos, nós tivemos da produção pura e simples de carcaças de frango, nós temos já a alguns anos o frango empanado e pedaços de frango cozidos, pré-cozidos. Nós temos, sobremesas, pizzas prontas, iogurtes de toda a sorte. Então já há uma evolução na produção dos bens bastante diversificada. O que falta melhorar ainda é a prestação de serviços e na terceirização nesses serviços. [...]

Em resumo, as atividades agrícolas tem uma significativa importância na organização territorial rural do município²¹. Vale acrescentar que em tais atividades é primordial a utilização das novas tecnologias. Sobre a intensificação das atividades agrícolas no território rural de Cascavel, é importante lembrar também a observação de Ramos (2001, p.385). Para a autora: “O peso dos novos componentes técnicos permite diminuir e até mesmo eliminar muitas das conseqüências de condições naturais adversas, mas ao mesmo tempo acentuam-se distorções na sociedade”. Tal situação decorre da elevada concentração de ganhos nas mãos de poucos produtores. No caso da pecuária leiteira, em que é expressivo o número de produtores, ainda que pouco tecnificados e, tratando-se do complexo carne, ou seja, avicultura e suinocultura integradas, tal afirmação ganha força.

Outra observação interessante, acerca da subordinação do produtor rural em suas “escolhas” de produção e conseqüente estruturação produtiva das propriedades e do uso do território é apresentada por Amin (1977):

[...] Ora, o produtor de troca não é um pequeno produtor mercante, apesar das aparências. A administração e o capital inserem-se no processo produtivo e comandam-no verdadeiramente. É rico o arsenal de meios administrativos posto em funcionamento para obrigar o camponês a produzir aquilo que querem que produza, da maneira como querem: há, desde uma ordem pura e simples, à velada [a da imposição pelo dinheiro, quando o ameaçam de lhe comprar um só produto] ou à obrigação decorrente da ação dita de promoção ou modernização dos serviços do ‘quadro rural’ [divulgação acompanhada de vendas de material praticamente forçadas: arados, semeadores, enxadas, inseticidas, adubos], ‘sociedade de previdência’ e ‘cooperativas’ etc. A intervenção constante da administração do processo produtivo condiciona e

²¹ Embora não tenha sido tratada diretamente no conjunto desse item, deve ser destacada ainda a piscicultura, em especial a produção de peixes ornamentais. No ano de 2006 foram produzidos aproximadamente 4 milhões de alevinos em uma única propriedade localizada no Distrito de Espigão Azul.

completa a do capital, tanto na parte visível do mesmo – comércio colonial e agentes subalternos, transportes – quanto na parte ‘invisível’ a parte submersa do iceberg, isto é: o capital das indústrias de transformação... (idem, p.30-31)²²

Nos processos agrícolas em questão, percebe-se a intensificação na intervenção mencionada por Amin (1977), principalmente quando se trata de processos de integração. A questão tecnológica e as exigências do mercado contribuem para que as estruturas familiares produzam novas territorialidades nesse rural, embora vinculadas, em inúmeros casos, ao capital das indústrias de transformação.

Mesmo com uma acentuada industrialização relativa aos processos agrícolas engendrados no território rural de Cascavel, as atividades agrícolas ainda são vulneráveis à natureza, gerando, portanto incertezas quanto aos processos produtivos. Para Cavina (1979, p.55), “[...] o produtor agropecuário depende de uma forte contribuição da natureza, isto é, de fatores que estão inteiramente, ou quase, fora de seu controle”. Isso significa que o homem procura imitar e conduzir os fenômenos naturais segundo os seus interesses. “Daí, muitas vezes a produção de bens que ele deseja possa ser prejudicada por uma alteração na seqüência, na oportunidade ou na intensidade de um fenômeno natural”. (CAVINA, 1979, p.55).

[...] faltando chuva, não nasce planta; faltando chuva não cresce o pasto e o gado não terá o que comer. Às vezes o homem consegue substituir ou completar a natureza, a custos muito variáveis, assim como em terras secas só colherá quando houver irrigação. [...] muita incerteza atinge a produção agrícola e na sua defesa o produtor não consegue seguro para proteger-se contra as adversidades, porque contra os riscos e as incertezas da produção agropecuária bem pouco o homem pode fazer além de assumir os ônus correspondentes. (idem, p.55-56)

Como então se organiza o território diante de atividades complexas e vulneráveis como aquelas vinculadas à agricultura? A estrutura pertinente à produção agrícola familiar, as possibilidades de sustentabilidade associadas também às atividades não-agrícolas, a necessária incorporação tecnológica para o aumento da capitalização caracterizam-se como objeto de análise do próximo item.

²² O autor descreve a realidade da industrialização da agricultura em diferentes países

5.3 OS PRODUTORES RURAIS, AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E O TRABALHO PLURIATIVO

O primeiro item analisado neste capítulo contribuiu para a afirmação de que as atividades agrícolas e sua vinculação com outras estruturas de produção e comercialização são fundamentais na promoção das atuais territorialidades rurais no município.

Nesse sentido, Montoya e Guilhoto (2001, p.180) esboçam um questionamento interessante considerando a intensificação das relações da agricultura na organização industrial: “As tendências das estruturas de mercado das indústrias a montante e a jusante do agronegócio brasileiro são benéficas ou adversas às atividades econômicas do agricultor familiar?” A proposição desses autores conduz a novas análises, considerando, de modo particular, as estruturas produtivas familiares em suas diferenciações e a construção das territorialidades agrícolas no rural de Cascavel. Vale acrescentar que no caso específico de Cascavel, a dinâmica do agronegócio influencia sobremaneira as atividades rurais e permite que estruturas produtivas empresariais obtenham ganhos mais significativos do que a pequena agricultura familiar.

As estruturas produtivas familiares sofreram profundas alterações no contexto da modernização e o desenvolvimento agroindustrial tem produzido processos específicos que contribuem para a manutenção e reprodução das estruturas produtivas familiares na agricultura local, ainda que processos de exclusão se façam cada vez mais presentes.

Desde 1960-1970 pode-se afirmar que a agricultura familiar já compreende, em todos os países, uma agricultura muito diferenciada em todos os aspectos relacionados ao seu conceito histórico. Sofreu grandes transformações desde sua origem, caracterizando hoje um conjunto bastante heterogêneo de sistemas produtivos, mas é certo que, em todos os países, ela é identificada como aquele segmento da agricultura que efetivamente constitui a base da produção agropecuária. (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2005, p.35)

Em Cascavel, uma parcela dos produtores rurais familiares conseguiu obter níveis de capitalização e adquiriu status empresarial, o que ampliou suas diferenças frente aos pequenos agricultores familiares pouco capitalizados. Tais diferenciações

vinculam-se aos padrões tecnológicos e Graziano da Silva (2003, p.138) observa, no que tange à modernização da agricultura brasileira,

[...] que este [padrão tecnológico] esteve voltado para a expansão do complexo agroindustrial [a montante e a jusante da agricultura] e que o mesmo ainda não foi totalmente absorvido pelos pequenos produtores, o que os conduziu a um crescente diferencial de produtividade com relação às unidades que puderam se modernizar intensamente.

Portanto, o fator limitante na modernização da agricultura familiar reside, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelos condicionantes técnicos e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte do setor.

“As transformações impostas pela expansão da produção capitalista – desde mudanças técnicas, o grau de endividamento, etc. – até a especialização de uma região num produto – pressionam as pequenas unidades familiares [...]” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 215). Conseqüentemente isso as obriga a mudar de padrão, para conseguir sobreviver; caso contrário, são expulsas do mercado.

Mais importante do que os problemas da adequação tecnológica, trata-se de discutir a questão da apropriação dos frutos do aumento da produtividade que a modernização traz consigo, o que remete, portanto, ao poder relativo de cada uma das classes ou frações de classes envolvidas nessa disputa. (Graziano da Silva 2003, p.11)

É importante compreender as relações sócio-produtivas estabelecidas pelos produtores familiares com o mercado bem como das estruturas empresariais. Quanto aos produtores familiares, isso interessa, pois subsidia a análise das estratégias de reprodução no rural de Cascavel e suas respostas no âmbito do território local, considerando, inclusive, as atividades não-agrícolas²³.

Para a apresentação das principais configurações relativas às estruturas produtivas rurais, são analisados aspectos relativos às propriedades bem como o nível tecnológico e as possibilidades de reprodução do capital nesse contexto. Outro aspecto que merece atenção é o posicionamento dos produtores rurais no momento da comercialização de sua produção.

²³ Metodologicamente, a estruturação proposta para a discussão do item em questão vincula-se às edições do Censo Agropecuário (IBGE) e aos depoimentos colhidos junto aos produtores rurais

5.3.1 A condição de sustentabilidade do produtor rural e a dinâmica pluriativa

Um dos principais indicativos para que se compreenda o lugar das estruturas produtivas rurais no território diz respeito às territorialidades que ali são produzidas. Apreendeu-se, que a ruralidade como expressão do território se elabora no contexto das intensas modificações que são impostas pelo sistema capitalista. O valor da propriedade familiar, as estratégias dos segmentos produtivos empresariais e a condição de reprodução de cada um se orientam nessa lógica. Porém, existem particularidades no rural que obrigam a tecer uma nova reflexão sobre os motivos e as expressões que são concebidas pelos atores nesse ambiente rural. Como apontar tais características no território rural de Cascavel?

Em 1995, 84% dos estabelecimentos agrícolas estavam em mãos de proprietários. Os demais eram explorados por arrendatários, parceiros e ocupantes que exploram atividades de subsistência conforme apresenta o Quadro 6.

QUADRO 6 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL 1995-1996

Condição do produtor	Total	
	Estabelecimento	Área
Proprietário	2178	154720
Arrendatário	206	13064
Parceiro	76	1679
Ocupante	131	2722
Totais	2591	172185

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996.

A título de ilustração no que tange a esse processo, de acordo com o Censo Agropecuário publicado em 1975, o Extremo-Oeste do estado do Paraná possuía 370.564 pessoas ocupadas nas atividades rurais. Especificamente em Cascavel, das 28.673 pessoas ocupadas, 80% eram responsáveis pelos estabelecimentos e ainda membros não remunerados da família sendo, portanto, reduzida a participação de empregados em trabalho permanente nos 7.011 estabelecimentos recenseados na região Oeste naquele período²⁴ (IBGE, Censo Agropecuário, 1975).

No período seqüente, ou seja, ao longo da década de 1980, essa forma de agricultura que se ajustou aos diferentes “impactos tecnológicos” diferenciou-se

²⁴ A diminuição no número de estabelecimentos deve-se aos sucessivos processos emancipatórios de distritos pertencentes a Cascavel.

ainda mais daquele modelo estruturado na policultura e na criação com limitada mercantilização praticado na região Oeste do Paraná.

A ocupação de pessoal nas atividades agrícolas do município, de acordo com o IBGE - Censo Agropecuário de 1995, era expressiva em atividades relativas às lavouras temporárias. O referido censo computava 8.124 ocupações nos 2.591 estabelecimentos; dessas, 3.862 pessoas encontravam-se ocupadas em atividades relativas às lavouras temporárias. Também a pecuária respondia com 2.271 ocupações naquele momento.

Uma das principais características encontradas nas propriedades rurais locais é a manutenção de um “relativo” controle dos processos de produção. Essa autonomia, ainda que mais restrita nas estruturas familiares do que nos segmentos empresariais pôde ser verificada em diversas atividades agrícolas e não-agrícolas. Em algumas propriedades familiares entrevistadas, a renda agrícola é complementada fora da propriedade rural em função da tecnificação dos processos produtivos que antes demandavam maior tempo de trabalho familiar. No que tange aos segmentos empresariais, uma parcela dos entrevistados afirmou ter outras fontes de renda vinculadas ao comércio, indústria e serviços.

As maiores rendas auferidas nas estruturas rurais são aquelas decorrentes de atividades especializadas no contexto da agricultura empresarial. Já a estrutura familiar possui maior diversificação e o consumo para a subsistência verifica-se naquelas propriedades cuja capitalização é mais limitada. Nesse caso, verifica-se que a renda não monetária é mais equilibrada em comparação às demais estruturas familiares.

O que isso significa em termos de controle dos processos de produção e sustentabilidade nessas estruturas rurais? Pode-se afirmar que a agricultura com características empresariais tende a especializar-se e intensificar as escalas de produção. Contudo, isso não significa que em inúmeras estruturas familiares, os investimentos sejam limitados e o grau de capitalização incipiente. Em muitos casos é comum a opção por um determinado segmento agrícola justamente pela necessidade de melhoria dos processos produtivos e incorporação tecnológica. Assim, é a realidade dos contrastes que produz o território rural. Nesse caso, quanto

mais restrita a renda, maior é a probabilidade de haver complemento de renda fora das propriedades. As observações elaboradas pelo casal de produtores familiares consolidados, T.D e C.dQ, ilustram esta realidade tão comum à essas estruturas.

A produção de queijo é para a venda. Começou para o consumo próprio e o que sobrava eu vendia, numa cantina, de um amigo, daí a fiscalização começou a pegar. Hoje tenho selo de inspeção municipal, alvará de funcionamento. Daí que ele [o marido] briga para parar de produzir, mas no fim, é ele quem trata as vacas. E tem boa saída o meu queijo, aqui na cantina de Espigão Azul, num supermercado na cidade. Agora uma rede grande se interessou. Mas daí ele vão querer muita quantidade...[a escala de produção é mais restrita] Aumentar a produção, colocar mais vacas, ordenhadeira; hoje eu tenho quatro vacas e tiro leite manualmente.

Nesse aspecto, há um importante complemento de renda na propriedade cuja atividade principal é a produção de soja, milho e trigo. Nas palavras do produtor C.dQ, “[...] não parece, mas sempre sobra um bom dinheirinho desses queijos, porque são poucas vacas e o custo é baixo”.

Uma condição que aos poucos vai sendo construída nesse contexto é que a pluriatividade dos agricultores, principalmente familiares implica a ampliação de suas competências, inclusive para assumir atividades não-agrícolas que se expandem no meio rural. Para Wanderley (2000, p.121) isso significa “[...] a reconstrução de sua própria identidade profissional [...]” por meio de sua modernização. Assim, três traços fundamentais são apresentados pela autora: “a centralidade do cálculo, a necessidade da polivalência e o individualismo”. Esta profissionalização reflete novos traços do produtivismo, pois a lógica da racionalidade econômica é permeada de técnica e eficiência.

Este neoprodutivismo é herança de uma tipificação anterior que em países centrais como a França, valorizava o “agricultor profissional” como o modelo ideal de agricultor. Como condição de agricultor, a relação mais importante no rural era a setorial, sendo esta a sua referência de competência profissional.

Atualmente, valoriza-se a flexibilidade e a capacidade que os produtores rurais possuem de estender suas competências para além da produção agrícola, atuando ainda nas fases de industrialização e comercialização dos produtos. Neste caso, “a agricultura pode vir a ser um padrão prototípico para o trabalho flexível e para as

relações multidimensionais e simbólicas entre capital e trabalho, agrário e não agrário”. (WANDERLEY, 2000, p.124)

Não se pode deixar de mencionar que há uma relativa busca pela flexibilidade, principalmente em relação ao trabalho feminino na propriedade; a agricultura procura seu espaço na formulação de novas atividades, numa dimensão pluriativa, contudo, esbarra, muitas vezes, na especialização produtiva, principalmente nas propriedades familiares, com características empresariais que cultivam grãos. Como relata a produtora T.D: “[...] peço para deixar um pedacinho de terra para eu plantar minha horta, meus produtos, porque faço conservas caseiras, mas quando vejo, foi semeado soja e o veneno mata minha produção [...] esse ano tive que plantar na horta, mas o espaço é pequeno e preciso aumentar a área para aumentar minha produção de conservas.”

Outra interpretação sobre a presença de atividades não-agrícolas no território rural, segundo Queiroz, Lemos e Biazzi (2004) caracteriza um contexto de crescente urbanização das atividades rurais. Desse modo, duas possibilidades são destacadas para a dimensão pluriativa. “Esta conjugação de pessoas envolvidas na agropecuária e em atividades do setor não-agropecuário na mesma família pode representar uma estratégia de sobrevivência ou até mesmo uma estratégia competitiva da família pluriativa.” (idem, p.18)

Vale acrescentar que, ainda em Chayanov (1977) tais atividades eram consideradas parte de um conjunto de estratégias que visavam exclusivamente ao bem-estar da família. Nesse caso, o fato de serem intensificadas tais atividades não necessariamente faz com que a família perca sua racionalidade nem a essência de seu conjunto de valores. Como afirma Schneider (1994, p.116), a unanimidade nos teóricos que seguem a linha chayanovista, está na “[...] aceitação da idéia de que a unidade de produção familiar é composta pela união entre fatores de produção e a família trabalhadora.”

É importante lembrar que uma grande parte da condição necessária à pluriatividade vem das demandas urbanas. Nesse sentido, existem fortes correlações entre as estruturas urbanas e as atividades desenvolvidas pelo rural no município de Cascavel. Desse modo, ampliam-se as possibilidades de reprodução

do capital no meio rural, muito embora os agricultores, em sua maioria, estejam subjugados pela lógica da acumulação num ambiente produtivista. Essa decorre, em grande parte, da reestruturação tecno-econômica e da produção agropecuária dela dependente, iniciada com o evento da modernização da agricultura. O Quadro 7 apresenta as principais características das atividades de agroindustrialização nas propriedades familiares assistidas pela Emater/PR no município.

QUADRO 7 - CARACTERÍSTICAS DA TRANSFORMAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO - Nº. DE UNIDADES ARTESANAIS*, CAPACIDADE INSTALADA E PRODUÇÃO FÍSICA ANUAL NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - 2006

PRODUTOS	Nº UNIDADES ARTESANAIS		CAPACIDADE INSTALADA/DIA [TOTAL EXISTENTE]	PRODUÇÃO FÍSICA/ANO TOTAL
	EXISTENTES	ASSISTIDAS		
aguardente	2	1	600 l	3.500 l
melado	5	2	1.000 kg	5.000 kg
vinhos e licores	2	-	100 l	2.000 l
doces	6	4	8.000 kg	30.000 kg
fubá	1	-	300 kg	5.000 kg
derivados de leite	1	1	200 kg	1.500 kg
embutidos e defumados	5	3	5.000 kg	300.000 kg

FONTE: PERFIL DA REALIDADE AGRÍCOLA 2006. EMATER/PR

* as unidades artesanais são definidas como pequenas unidades de transformação de produtos com características basicamente familiares, podendo ou não ser registradas.

O Quadro 7 expressa parcialmente a realidade das atividades agroindustriais realizadas de forma artesanal em algumas propriedades familiares. Mesmo que não se tenha suporte estatístico quantitativo mais elaborado a esse respeito, pode-se afirmar, com base nas entrevistas realizadas, que são muitas as propriedades que desenvolvem algum tipo de processamento dos excedentes com vistas ao mercado local e também para consumo próprio. A produção de doces, compotas, bolachas, vendidas nas próprias comunidades rurais, a panificação e o fabrico de queijos sem inspeção e vendidos de forma pulverizada, sem pontos de venda definidos, é comum no interior do município e também na área urbana.

Outro aspecto que contribui para essa prática, é a elevada fragmentação dos estratos de área até 50 ha, o que induz muitas famílias a buscar alternativas para a ocupação da mão-de-obra em atividades não-agrícolas. Nesse caso, normalmente os filhos mais jovens saem em busca de oportunidades para a geração de renda ou, em outras situações, abandonam a propriedade rural familiar ingressando no mercado urbano. A entrevista com o Sr. D, um dos poucos moradores da “Linha São Miguel” no distrito de Juvinópolis onde se configuram áreas de pecuária

extensiva, auxilia no entendimento dos processos migratórios pelos quais passou o território rural do município.

Aqui, quando nós chegamos, tinha gente que nem formiga. Depois... foi vendendo, foi saindo, trocava [a terra]. Foi saindo todo mundo daqui. Era tudo sitiozinho pequeno não! O sítio maior que tinha por aqui era de 10 alqueires. [aproximadamente 24ha] No mais, eram sítios de sete, oito, cinco alqueires produzindo milho e feijão. Na medida em que o tempo foi passando, foi só gente comprando e virando em pasto. Como esse aqui, meu, vendi e o homem que comprou já está roçando e fazendo pasto. O pessoal, a maioria, já foi todo para a cidade. [falando também dos vizinhos]. Na verdade, está difícil para todos, todo mundo indo embora. Mas a gente tem que batalhar alguma coisa, mexer com leite, ter um gadinho, porque senão...

Na porção sul do território rural, principalmente nos distritos de Juvinópolis e Rio do Salto, é bastante apropriado o dito popular de que “pé de boi espanta o homem”. A orientação produtiva para inúmeras famílias, ainda em meados da década de 1980 voltava-se à policultura de subsistência, conseqüentemente, tinha baixa dependência do mercado, mas elevado contingente populacional e comercialização de gêneros primários como arroz e feijão nos pequenos municípios lindeiros. À medida que avançou a pecuária extensiva no território, muitas comunidades desapareceram. O Sr. D continua sua leitura do processo de esvaziamento populacional na região onde mora.

Uma fazenda sendo grande, por exemplo de 1.000 alqueires; cinco ou seis peões tomam conta. Aqui, quando tinha sitiozinho, todo mundo trabalhava né!. Todo mundo trabalhava e ia. Agora não, a fazenda ocupa pouca gente e com pouco serviço, [...] boi de engorda é pouco serviço. Aí, a comunidade vai morrendo, vai acabando, no lugar de ter 50 famílias, tem três ou quatro.

Os poucos moradores da Linha São Miguel dependem da atividade leiteira em escala bastante restrita, com baixa remuneração e a condição de manutenção da propriedade torna-se difícil. O depoimento em questão configura-se como exemplo da condição de marginalização na produção familiar.

Portanto, o que pode ser deduzido, de inúmeras discussões sobre a coexistência de atividades não-agrícolas e agrícolas é que aquelas emergem de condições fundiárias, técnicas e operacionais pré-existentes no ambiente agrário. No caso das territorialidades que decorrem da modernização da agricultura na região Oeste, percebe-se um caráter contraditório em relação a esse processo. Produtores

familiares consolidados relatam as condições anteriores à modernização como precárias e limitadoras à capitalização da propriedade. Ao contrário, os produtores familiares com maiores limitações técnicas vêem o referido processo com um relativo pesar. Nas palavras do Sr. D:

E tudo o que você plantava quando você colhia, tinha onde você vender. Hoje, se você plantar um milho, um feijão, que seja, você vai pagar R\$100,00 num saquinho de sementes. Quando você vai vender, está R\$8,00, R\$9,00... daí vai indo que o trabalhador desanima. Aí ninguém quer mais tocar roça. O leite...quando vai bem [produtividade no verão], aí é R\$0,30, R\$0,35...²⁵

É preciso, portanto, considerar que numa mesma área, ainda que as produções agrícolas predominantes sejam via de regra, *commodities*, a heterogeneidade é fato. “Há, na verdade, heterogeneidade e complementaridade. Desse modo, pode-se falar na existência simultânea de continuidades e descontinuidades”. (SANTOS, 2001, p.90). As atividades rurais são complementares àquelas desenvolvidas no urbano e sugerem continuidade, principalmente no que tange aos processos agrícolas, mediante a utilização intensiva de insumos industriais e obedecendo a critérios mais rígidos de produção. A configuração do produtivismo na agricultura ainda neste período mais recente possui características essencialmente setoriais influenciando sobremaneira a construção das territorialidades no rural de Cascavel.

No que diz respeito às atividades não-agrícolas, essas são descontínuas, pois dependem de inúmeros fatores para que possam ser efetivadas. Pode-se mencionar, como exemplo, as dificuldades como a ampliação das demandas no urbano que acirra a concorrência dos produtos industrializados diante dos artesanais, a necessidade de maior qualificação da mão-de-obra do agricultor diante do exercício de novas funções ou ainda a dependência de regulamentações específicas para a comercialização dos produtos ou serviços ofertados pelos produtores rurais.

Muito embora as atividades agrícolas sejam expressivas no rural de Cascavel, novos papéis são atribuídos ao rural, e implicam seu fortalecimento perante a crescente demanda do urbano.

²⁵ Na questão do leite é importante salientar que a produtividade e a inserção de componentes tecnológicos é quase nula.

Hoje as cidades não precisam mais de gente, e a economia não depende mais dos excedentes agrícolas exportáveis. O papel da agricultura, ao contrário, deve ser reter mão-de-obra no campo, apoiar a rede de pequenas e médias cidades (para desconcentrar as atividades dinâmicas) e baixar o custo da alimentação (para ampliar mercado interno). (BENJAMIN et.al.,1998,p.85).

Isso não necessariamente significa que as condições de reprodução do agricultor tenham sido facilitadas, ao contrário, existe uma racionalidade que permeia esse processo e sob a qual as novas atividades da agricultura estão estritamente vinculadas. Disso decorre a pluriatividade.

A pluriatividade e o assalariamento rural (ou não), acrescentarão novos ingredientes para a conformação básica da sociedade capitalista, com desdobramentos que vão fragilizar ainda mais o trabalho, tanto do ponto de vista do emprego, do que fazer, quanto da divisão do bolo, ou da riqueza socialmente produzida, que faz do trabalho capitalista instrumento de dominação. (THOMAZ JR, 2004 p.115).

Nessa dinâmica, é crescente a homogeneização imposta pelo mercado. Assim, o “pluriativo” agricultor e a propriedade rural multifuncional caracterizam-se também como respostas dadas pelo rural às exigências da globalização.

Dá-se na realidade, também, uma certa militarização do trabalho, já que o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados. Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada, acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair (SANTOS, 2001, p.85).

As alterações no conjunto da mão-de-obra obedecem aos imperativos mencionados pelo autor. Definem-se estratégias para a utilização do trabalho contratado, inclusive nas estruturas familiares. O Quadro 8 apresenta a mão-de-obra empregada nas estruturas produtivas rurais do município em 1995.

QUADRO 8 – MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS RURAIS – FAMILIAR E PATRONAL/ANO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

CATEGORIAS	NUMERO UNIDADES DE TRABALHO		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	
	FAMILIAR	CONTRATADA	EMPREGADOS PERMANENTES	CONTRATA EMPREITADA
TOTAL FAMILIAR	4.936	263	148	938
MAIORES RENDAS	1.724	116	64	259
RENDA MÉDIA	1.458	32	23	327
RENDA BAIXA	605	8	5	113
QUASE SEM RENDA	1.149	107	56	239
PATRONAL	745	2.903	495	155
INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	4	3	3	0
ENTIDADES PÚBLICAS	10	11	5	1
NÃO IDENTIFICADO	-	-	-	-
TOTAL	5.695	3.180	651	1.094

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96 – CONVÊNIO INCRA/FAO

Considerando as unidades de trabalho existentes no meio rural, o Quadro 8 permite afirmar que aproximadamente 65% do trabalho empregado em estruturas familiares é proveniente do conjunto “maior renda e renda média familiar” no território rural do município. Quanto ao trabalho familiar na categoria patronal, este perfaz 13,1%. Em relação à mão-de-obra contratada, é natural que ocorra uma inversão nessas categorias; o trabalho contratado na categoria patronal alcança aproximadamente 91% e a categoria familiar, em conjunto, contrata apenas 8,3% do total de estabelecimentos recenseados em 1995. O Sr. A.S, produtor familiar no distrito de Espigão Azul pode ser tomado como exemplo dessa limitada contratação de mão-de-obra. “Na propriedade [aproximadamente 36 hectares] só trabalhamos eu e o filho e não contratamos empregados”. Nesse caso, o produtor dedica-se exclusivamente às lavouras temporárias e um dos filhos possui agroindústria na propriedade para o fabrico de derivados da cana-de-açúcar. É interessante ressaltar o fato de que muitas vezes as áreas reduzidas “forçam” a busca de alternativas para a diversificação. Nesse caso, os filhos de produtores que permanecem no território rural iniciam uma nova forma de gestão da propriedade, estruturada de forma multifuncional.

Outro exemplo da orientação pluriativa dos produtores rurais familiares é a disponibilização de serviços de plantio e colheita nas propriedades vizinhas; desse modo, as atividades agrícolas geram demandas não-agrícolas no meio rural que,

muitas vezes, são supridas pelos próprios agricultores. O Sr. C.D, produtor familiar do distrito de Sede Alvorada contribui para explicar essa dinâmica²⁶.

Além da agricultura, eu presto serviços de colheita e plantio para fora da propriedade. Começou quando nós tínhamos uma colhedeira só. Aí colhemos para um vizinho, depois para outro, daí trocamos de colhedeira. Sabe, a freguesia foi aumentando e a gente foi aumentando o maquinário. Hoje a gente está com três colhedeadas e dois caminhões.

Portanto, admitindo-se que a pluriatividade dos agricultores e a multifuncionalidade da propriedade sejam alternativas estratégicas para a reprodução da agricultura familiar nas diferentes porções do território brasileiro, pouco se tem feito em relação à sua efetivação; ou seja, avança a cada dia o produtivismo pautado nas monoculturas ambientalmente danosas e socialmente excludentes e a modernização e a capacitação dos produtores tornam-se o foco prioritário das estratégias para a agricultura familiar.

[...] ao colocarem a capacitação no centro das proposições para a modernização dos agricultores [subentende-se] que são os agricultores, por sua incompetência ou ignorância, que não são capazes de aproveitar as oportunidades oferecidas pela sociedade e mercado para a elevação de seu patamar de vida, como se o mercado não fosse por si só seletivo e as políticas públicas adotadas historicamente não tivessem acentuado o caráter excludente da sociedade capitalista. (ALENTEJANO, 2000, p.91)

Quando se examina a dimensão apresentada pelo referido autor, fica patente a acentuada desigualdade entre os grandes e os pequenos produtores e isso também pode ser interpretado como territorialidade local. Como exemplos, podem ser citados: a situação cômoda dos intermediários que se relacionam diretamente com os produtores familiares, o caráter eminentemente tecnológico da integração de cadeias agro-alimentares específicas e a lógica de produtividade através dos ganhos de escala que prejudicam sobremaneira as pequenas estruturas produtivas diante de sua renúncia muitas vezes “forçada” aos ganhos de escopo, ou seja, diversificação. De acordo com Anjos, (s/d): *“La pluriactividad, en efecto, representa un elemento central y expresión máxima de esta ruralidad cambiante que se busca evidenciar e interpretar.”* A pluriatividade produz novas territorialidades no rural de Cascavel e transforma-se em desafio aos produtores familiares. Torna-se cada vez mais necessária como estratégia de reprodução social.

²⁶ Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2007.

Desse modo, a prática pluriativa dos produtores torna-se uma possível resposta ao produtivismo historicamente constituído a partir de meados da década de 1960 no Brasil, que referendou “a especialização ou intensificação das unidades de produção agrícola”. (SCHNEIDER, 1994, p.111). Contudo, isso não necessariamente configurou-se em crescimento da renda ou qualidade de vida aos produtores rurais pluriativos.

[...] esto quiere decir que la gran motorización y la mecanización compleja, que, junto con las variedades de plantas y las razas de animales seleccionados, los fertilizantes, los alimentos concentrados, y los productos de tratamiento de las plantas y de los animales, constituyen la punta de Lanza de la revolución agrícola contemporánea, no han beneficiado más que a una ínfima minoría de los agricultores del mundo. (MAZOYER, s/d).

Desse modo, a riqueza de poucos coexiste com a miséria de milhares de agricultores que sobrevivem mediante preços de produtos agrícolas em declínio, baixos salários e pobreza. Para MAZOYER (s/d), formas de regulação e proteção são essenciais para a reversão desse quadro que, por si, encontra-se insuportável em inúmeras porções do território brasileiro.

No caso específico das territorialidades elaboradas no rural local, as entrevistas realizadas sugerem que as atividades agrícolas contribuem mais significativamente com os produtores do que a dimensão não-agrícola, considerando estritamente aquelas desenvolvidas nas propriedades rurais. Isso implica uma orientação específica no papel da família, das escolhas dos filhos dos produtores, da apropriação técnica e, principalmente, em função desse conjunto de fatores, da reprodução familiar.

Os depoimentos colhidos junto aos produtores rurais atestam que o estreitamento das exigências da cidade sobre o campo não necessariamente vem modificando a cultura e os valores das comunidades, embora tenha contribuído para que os mais jovens permaneçam cada vez menos tempo junto à família.

Um dos motivos para que novas ocupações urbanas sejam buscadas pela população mais jovem refere-se às particularidades e lógicas que permeiam o funcionamento do meio rural. Estas ainda estão vinculadas, de certa forma, aos ciclos biológicos específicos de cada cultura, muito embora os avanços tecnológicos estejam alterando em profundidade esses processos. O resultado de tais avanços é

uma adaptação da mão-de-obra aos componentes tecnificados e, em maior proporção, o abandono do meio rural por parte dos mais jovens em busca do trabalho na cidade.

O Sr. A.M, pequeno produtor familiar em São João do Oeste é exemplo da exclusão e das dificuldades de uma grande parcela dos produtores²⁷.

Muita gente foi embora e a colônia morreu! Os filhos dos pequenos produtores foram para a cidade. Trabalham aqui na fábrica de macarrão, trabalham na cooperativa, pois não tem como sobreviver na propriedade. Um pai de família com dois ou três filhos não sobrevive em três ou quatro alqueires. Meu filho mesmo de 18 anos já se aventurou na cidade.

Os produtores familiares S.K e C.K, do Distrito de São João do Oeste, apontam as pequenas áreas como um dos elementos impeditivos à manutenção dos filhos na propriedade²⁸. “Mesmo a diversificação tem custos elevados e um tempo de maturação dos investimentos.” Nas áreas menores tal situação se agrava, face a dependência das atividades agrícolas ser mais acentuada.

Ainda no contexto urbano, ou seja, no conjunto dos fluxos sócio-produtivos que movimentam a cidade de Cascavel, observam-se vínculos entre os produtores rurais junto ao comércio, aos serviços e às instituições financeiras. Desse modo, as negociações estão relacionadas aos ciclos produtivos existentes na propriedade, como é o caso da compra e venda de grãos, leite e demais atividades não-agrícolas.

Há um estreitamento ainda maior nesse processo, principalmente, com os produtores rurais que estão ajustados contratualmente às agroindústrias integradoras. Nesse caso, os processos e produtos gerados obedecem às exigências do mercado de forma bastante rigorosa. Em muitas situações, os produtores vivenciam “tempos e movimentos” ditados pelas empresas, sendo-lhes dificultado o exercício de outras atividades na propriedade que não aquelas vinculadas à integração.

A diferenciação das atividades não-agrícolas praticadas pelos produtores familiares também chama a atenção. Quanto mais tecnificado e especializado forem os processos desenvolvidos nas propriedades, maior é a tendência de o produtor

²⁷ Entrevista realizada em 11 de setembro de 2007.

²⁸ Entrevista realizada em 13 de setembro de 2007.

atuar em atividades estritamente urbanas, como comércio, prestação de serviços, estabelecendo um importante complemento de renda, com limitado envolvimento da mulher e dos filhos em ambas as atividades. O produtor familiar, A.F, um dos pioneiros na avicultura do município, exemplifica essa situação²⁹:

Em 1969 fui um dos primeiros integrados da Sadia. Quando começamos a trabalhar, faltavam aviários. Éramos valorizados enquanto produtores. Fiz financiamento para construir o aviário. Tinha vergonha de pagar tão pouco. Em 1985, 1986, pensamos em vender, tanto integrado tinha que eu não queria mais produzir, diante da desvalorização da profissão. Hoje, em 2007, estou criando galinha novamente, e bastante! E tenho que voltar à tecnologia de ponta. E olha que não sou incompetente não! Mesmo assim tenho que desenvolver atividades urbanas, porque senão não sobrevivo. Produzimos safras recordes e não temos dinheiro. A gente vai produzir e não vai comer! [brincando] Meus filhos nem sabem onde é a propriedade”.

Ao contrário do que expressa o produtor entrevistado, quanto menos capitalizado é o produtor familiar, maior é a tendência de desenvolver atividades não-agrícolas na propriedade ou ainda, prestar serviços aos vizinhos com maior poder aquisitivo. Nesse caso, é crucial o envolvimento da família para a execução das tarefas. Algumas iniciativas de produtores em conjunto no reassentamento São Francisco, Distrito de São João, traduzem essa realidade. Existe a busca pela diversificação e por nichos de mercado principalmente àqueles vinculados à agroindustrialização.

A história da família do produtor J.G³⁰, distrito de Sede Alvorada, é um dos exemplos da dinâmica pluriativa no rural local. A família chegou ao município de Cascavel em 1965 e, após o desafio da abertura das áreas, iniciou o cultivo do milho para a subsistência e pequena parcela para o mercado. Posteriormente houve o plantio de soja e a produção de suínos para as empresas integradoras e produção de gado para o consumo. Em 1990 houve uma reorientação mais específica para a pluriatividade. “Pequena propriedade, não sai renda e precisávamos ‘girar’ dinheiro”. R.G³¹. Então, a partir de 1992, firmou-se parceria produtor familiar e Emater/PR buscando alternativas viáveis à diversificação e à pluriatividade da família. Nesse caso, a orientação voltou-se à fruticultura com o plantio de mudas de pêssigo e o

²⁹ Entrevista realizada em 27 de julho de 2007.

³⁰ Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2007.

³¹ Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2007.

plantio de morangos. “Ainda em 1992, fizemos um aviário de 50 metros, com o dinheiro fornecido pelo programa estadual Panela Cheia”. Em 1993, houve também a iniciativa do plantio do fumo, que foi abandonada sete depois por conta do exaustivo trabalho familiar envolvido na produção. “Vamos parar com o fumo e vamos aumentar o aviário. E tínhamos as frutas. Pensamos em agroindustrializar, a partir de 1999. Mas começou outra encrenca que era tirar dinheiro de atividades produtivas e colocar nessa nova atividade.” (R.G)

No ano de 2006, a produção de doces dessa propriedade aproximou-se de 2.000 kg/mês ajustados em uma pequena fábrica no local, contando com mão-de-obra exclusivamente familiar, além das demais atividades de integração como os suínos e as aves. As exigências impostas à família dos produtores vinculam-se ao mercado urbano, pois as esferas de comercialização dos doces e compotas são os supermercados e a Feira do Pequeno Produtor.

Não se pode deixar de mencionar que a incorporação de atividades não-agrícolas e a necessidade de ampliar as condições de comercialização dos produtos elaborados levam a exaustão do trabalho da própria família. Tal situação foi analisada ainda no contexto do debate clássico por Chayanov (1974) ao perceber que a agricultura familiar poderia auto-explorar sua mão-de-obra, pois essa constitui-se, essencialmente no fator de produção que organiza tecnicamente os processos produtivos, ainda que em condições muito restritas.

Por isso mesmo, ainda que as atividades rurais estejam cada vez mais inseridas no contexto urbano, é válido acrescentar que o mercado organiza muitas vezes de forma excludente e desigual as relações de troca, o que aumenta a exploração da mão-de-obra familiar. Contudo, uma parcela expressiva dos produtores entrevistados considera a vida no campo mais “vantajosa” do que na cidade, muito embora, indiretamente, já estejam fortemente a ela vinculados. Como justificativa para tal escolha cita-se a questão da violência, custos relacionados à energia elétrica, água, intranqüilidade no trânsito, dentre outras variáveis. Percebe-se, nesse caso, uma sentimento de “pertencimento” ao rural, ainda que as necessidades de consumo levem parte da família à condição de assalariamento fora da propriedade familiar. Esse ponto também foi discutido por Chayanov (1974) quando se referia ao plano organizativo da unidade econômica camponesa.

Mesmo assim, são vários os problemas enfrentados pelos produtores familiares. As questões conjunturais relativas aos baixos preços dos produtos comercializados, elevados custos de produção decorrentes da política cambial praticada pelo Estado no período 2004-2007 além das dificuldades na obtenção do crédito rural para alguns segmentos em particular, foram elencados como dificuldades para a manutenção da família no rural. Contudo, mesmo que os aspectos conjunturais sejam desfavoráveis às atividades agrícolas, os produtores rurais buscam melhorias técnicas e produtos e processos. Isso possibilita que o desafio do aumento da produtividade ainda que com tecnificação limitada, tão necessário à dinâmica dos mercados urbanos seja atendido, mesmo que para isso, os sacrifícios maiores sejam absorvidos pelo campo.

5.3.2 - A questão da incorporação tecnológica e a possibilidade de acumulação de capital na agricultura

À medida que são intensificadas as relações mercantis na agricultura familiar é reforçada, também, a necessidade de acumulação de capital. Assim, mesmo que se mantenha o caráter familiar na atividade rural, com toda a sua particularidade, os produtores vislumbram um empreendimento rural que tenha níveis cada vez mais elevados de capitalização. Para isso, a intensificação das características técnicas, científicas e informacionais são primordiais, muito embora as margens de lucro sejam muitas vezes negligenciáveis. Para Oliveira (2001, p.21):

Vários fatores podem gerar a criação de novos capitalistas. Por exemplo, o setor tecnológico (máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, etc.). Para aumentar a produção de alimentos nas fazendas capitalistas, esse arsenal tecnológico entrou no mercado e está à disposição dos camponeses. Através do trabalho familiar eles podem aumentar sua produção, mesmo sem ampliar suas terras. Dessa forma, uma família camponesa [aqui entendida como agricultura familiar] pode estar produzindo muito além do necessário à sua sobrevivência e com isso acumulando.

Assim como em outros locais onde é a agricultura o “motor” do crescimento econômico, também em Cascavel verifica-se a busca pela eficiência dos processos produtivos, mas, principalmente, a tentativa de se manter sustentável a possibilidade de acumulação de capital, mesmo que limitada pela própria dinâmica do sistema. O depoimento do empresário rural, J.S se insere nesse contexto:

[...] Eu acho que o agricultor, antigamente não olhava muito pela produtividade. Plantava-se ao Deus dará. Primeiro porque não tinha técnica na correção do solo, adubação, preparação. Quer dizer, os micronutrientes são fundamentais, uma adubação bem feita, um preparo bem feito. Hoje você tem uma tecnologia em que a máquina vai colhendo e te dando toda a situação da área, a própria máquina. Computador a bordo.... ela te dá o insumo que ela precisa, o rendimento da área, por hectare, rendimento por dia, controle de grãos, [...] você tem em cada linha, quantos grãos estão caindo, a que distância está caindo. No fim do dia, quantos grãos caíram e quanta área de terra se plantou. Na tecnologia que está aí hoje, tanto na plantadeira, quanto na colhedeira, você tem resultado imediato. [...] [sobre o profissional que está envolvido] o preparo do profissional, antigamente não tinha esse preparo. Era o improvisado, hoje, há a necessidade de cursos, por exemplo, as colhedeiças movimentam-se eletronicamente. Hoje, se não tiver o curso, você não opera a máquina. [sobre o agricultor – quem era o agricultor em 1970 e quem é o agricultor hoje] O agricultor hoje está muito mais preparado e muito mais exigente. Porque com a máquina, sobrou muito mais tempo, do que o tempo que ele tinha em ficar arando, plantando de maquininha... hoje o pequeno agricultor, aquele com 15 ou 20 alqueires de terra ele prepara a terra em uma semana. Ele ara, ele planta, depois só fica cuidando.

O preparo dos produtores implica acesso a uma relativa infra-estrutura de produção e quando ela não se encontra disponível de forma individualizada nas propriedades, caso este dos produtores familiares consolidados, são disponibilizados aos demais produtores os silos e os armazéns das empresas agroindustriais e cooperativas. Assim, a estocagem, o transporte e os meios para a comercialização dos produtos contribuem para uma maior especialização. Intensificam-se as técnicas de produção.

A primeira forma de diferenciação entre os métodos e técnicas de trabalho agrícola diz respeito às técnicas de produção. A ela se acrescenta um domínio bastante desigual das técnicas de transformação e conservação dos produtos agrícolas que lhes permite atingir, em boas condições, um determinado mercado, ou simplesmente [...] estocados pelos próprios produtores à espera do consumo. (GEORGE, 1982, p.102)

Quanto maior a infra-estrutura disponível ao produtor, maior é a possibilidade de auferir maiores lucros no momento da comercialização. A relativa acumulação de capital de certas unidades familiares amplia ainda a prática do arrendamento de terras como uma forma alternativa para organizar a produção no território. Isso ocorre “[...] onde a disponibilidade de terra cresce em decorrência do êxodo de grandes contingentes de produtores que não acompanharam o processo de modernização, favorecendo a consolidação dos estabelecimentos”. (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2005, p.35).

Desse modo, as condições de reprodução da agricultura familiar se consolidam via incorporação tecnológica. O depoimento do Sr. V.D, produtor familiar no distrito de Espigão Azul, região norte do município expressa essa preocupação³².

Nos sempre procuramos fazer muitos dias de campo para ver quais são as variedades [grãos] que se destacam melhor. Tanto soja, como milho e trigo. E a gente faz pesquisa com a empresa multinacional. Várias empresas que faz pesquisa. E eu sempre cedo áreas para que estas empresas possam testar as variedades de maior produção e tecnologia de ponta.

A tecnologia transforma-se em um instrumento de dominação e o produtor acaba desprovido do controle real de seus meios de produção. Para Amin (1977), o agricultor familiar continua, formalmente, proprietário tradicional do solo e proprietário no sentido burguês, individual, dos equipamentos; mas não é livre para produzir ou fazer escolhas baseadas na comparação de preços. Ao contrário dessa interpretação, Chayanov (1974) observava um camponês que não se reconhecia proletário, percebendo-se livre em sua racionalidade e em suas escolhas. Isso é algo que se faz presente no conjunto das entrevistas com os agricultores familiares tecnologicamente consolidados. As entrevistas possibilitaram interpretar agricultores que se posicionam perante o mercado de forma relativamente autônoma, inclusive para aceitar ou não a cooperativa como parceira nas esferas produtivas e de comercialização. É lícito afirmar ainda, que os produtores familiares farmerizados utilizam-se largamente do assalariamento, como uma das condições para a sua reprodução socioeconômica. Tal interpretação era estabelecida tanto por Kautsky (1998), quanto por Chayanov (1974).

Um agravante nesse processo é que os ganhos de produtividade, ocasionados pela introdução dos progressos anunciados pelos serviços de divulgação, lhes são rapidamente tomados pela deterioração dos preços. Daí a consideração de que a autonomia é relativa na produção familiar.

Portanto, muito além das próprias condições conjunturais de mercado que relacionam a combinação em equilíbrio ou desequilíbrio entre oferta e demanda, o que contribui para a redução na remuneração da agricultura familiar é, segundo Amin (1979, p.31): “[...] tanto a intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo da agricultura, quanto a subordinação da agricultura em escala mundial

³² Entrevista realizada em 04 de janeiro de 2007.

por meio de alianças de classe.” Nesse caso, nessa primeira década do século XXI podem ser citadas, como exemplo, as cadeias produtivas agroalimentares e os processos de integração produtor rural-agroindústria. Nessa condição é acentuada a tendência à tecnificação. Ela ocorre pelas exigências da reestruturação tecnoeconômica que se configura no território por meio das empresas pelas quais os produtores rurais mantêm seus vínculos.

As entrevistas mostraram um conjunto de produtores que buscam, de acordo com suas possibilidades financeiras, ajustar-se às exigências tecnológicas. Isso acontece independentemente dos estratos nos quais se encontram inseridos. A entrevista realizada com o empresário rural D.G é ilustrativa nesse contexto. O produtor relata a trajetória da propriedade familiar e ressalta as mudanças ocorridas com o evento da modernização dos processos produtivos.

É uma propriedade familiar. São 50 anos na mesma propriedade; antes era o pai, agora são os filhos. É o mesmo processo. Antes de 1970 era baixa produtividade com milho, feijão e gado de corte. Pelo tamanho da propriedade foram inseridas a tecnologia e a mecanização, com a soja, milho, trigo e gado de corte. Na propriedade se trabalha junto com os empregados. Faz-se a mesma coisa, rotineiramente. Se não tem condição de plantar porque chove, faz outra coisa [...] ajustam-se as máquinas, preparam-se as sementes.

O território que se constitui como base para tais transformações técnicas e produtivas torna-se, portanto, expressão do meio técnico-científico e informacional. Nesse aspecto é o processo de integração junto às agroindústrias privadas e também às cooperativas, principalmente vinculado ao complexo agroindustrial da carne que permite ao capital apropriar-se do território.

Nesse sentido, na região Oeste do Paraná, e em especial no município de Cascavel, também o complexo produtivo vinculado à soja expressa esse domínio do capital sobre o território. As cooperativas atuam ampliando as exigências contratuais para com os produtores. Vale acrescentar que, em algumas situações, mesmo não existindo processos de integração formalizados à jusante, por meio das agroindústrias, as empresas produtoras de insumos também exercem influência significativa junto aos produtores. Um exemplo é o “embate” constante entre a empresa de assistência técnica e extensão rural pública atuante na região e as empresas fornecedoras de pesticidas e fungicidas.

Nesse caso, inúmeras vezes o produtor rural deixa de seguir a orientação sugerida pelos técnicos extensionistas e acaba por acatar as determinações técnicas dos profissionais das empresas privadas, que exercem uma relativa “coação” para que seja aumentada a utilização de insumos nas lavouras e também nas atividades vinculadas à pecuária.

Alguns produtores salientam que, nessa controvérsia, temem perder em produtividade e adotam a política de minimização dos riscos de produção, buscando “proteger” o investimento realizado. Desse modo, atendem a oferta das empresas e aplicam herbicidas e fungicidas, às vezes, desnecessariamente. Isso gera uma espécie de círculo vicioso que impõe exigências específicas sobre as atividades agrícolas. As decisões dos produtores consolidados na intensificação dos insumos como a quimificação, parcela importante do produtivismo na agricultura, atende às exigências do capital, pois o que está em jogo, são questões de ordem econômica ou de rentabilidade do negócio em que o produtor atua.

Nesse sentido, a inserção na “engrenagem produtiva” se faz mediante o comando das grandes empresas. Assim, no processo contraditório do desenvolvimento capitalista, Oliveira (2001, p.25) observa que muitas vezes, “[...] o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se. Estamos, pois, diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista.”

É possível afirmar então que o território rural do município é principalmente o território do agronegócio. As observações feitas pelo empresário rural e dirigente cooperativista D.G sinalizam para esta via de transformação mediante as exigências do mercado.

As modificações são, primeiramente de ordem econômica e levam a reduzir custos. Há ainda a necessidade de focar o parâmetro de produção na eficiência, medir resultados. Há ainda como atributo de modificação no território rural, a criação de novos produtos; diversificação da propriedade rural como empresa-âncora. [grifo do entrevistado]. Enfatiza-se ainda a instrução e o treinamento das pessoas envolvidas nesse processo.

Ainda sobre a diversificação, o entrevistado questiona as possíveis garantias do mercado para os produtos ofertados pelos produtores. Nas palavras do Sr. D.G, “Não adianta nada induzir a produção de determinados produtos e o produtor ter que

vender em saquinhos, na feira! Que escala de produção é essa?” Uma reflexão sobre o questionamento levantado pelo entrevistado é elaborada por Cavina (1979, p.47):

[...] se o volume procurado couber na capacidade de um só produtor autônomo, ele atenderá, à sua maneira, à procura existente. Mas é de crer que o volume dos bens procurados seja um pouco maior e, desse modo, diversos produtores organizarão suas atividades de uma forma típica para cada caso.

Portanto, o desafio das escalas produtivas é encontrado não apenas nas propriedades que se adaptam à diversificação, mas também naquelas em que a especialização, muitas vezes, não produz nas escalas compatíveis com maior receita. Daí a “esperança” constante dos produtores familiares de que os preços dos produtos sejam favoráveis e permitam recuperar os fatores da produção, assim como guardar o pagamento da atividade realizada, juntamente com o lucro. É um movimento cíclico que ajusta o uso do território de forma a permitir a continuidade das atividades rurais.

[...] quando se associam às atividades rurais períodos de crise na conjuntura macroeconômica, ou de modificações na questão cambial, ou elevação no preço dos insumos utilizados e, ainda, o preço final dos produtos agrícolas está depreciado, as queixas generalizam-se no setor. Consequentemente altera-se o cotidiano das comunidades rurais (CAVINA, 1979, p.48).

Somam-se às dificuldades de ordem econômica aquelas inerentes à atividade agrícola, ou seja, as leis biológicas que regem a reprodução e o crescimento das plantas e dos animais, dependendo assim da natureza, isto é, de fatores que estão, senão inteiramente, quase fora do controle dos agricultores. Na entrevista realizada com o empresário rural J.S, a preocupação relativa à instabilidade é assim expressada:

o caminho que temos, industrializar o que se produz aqui é a agroindustrialização. Evitar que se tire a matéria-prima, bruta. [...] o agricultor teve anos extraordinários, outros anos, foi um desastre [...] acho que o agricultor carrega a carga [...] é o saquinho de pancada de todo mundo. Porque veja bem, nós dependemos hoje do mercado externo, não é... se os americanos tiverem uma super-safra, nós aqui levamos prejuízo, se os americanos ou outros países não produzirem o suficiente, nós somente temos para exportar na agricultura o quê? Carne, frango e soja bruta, pouco beneficiada, pouco industrializada. Então, dependemos muito do mercado externo. Como hoje o dólar está baixo, é difícil competir com qualquer um. É complicado, você veja, por exemplo o trigo. Nós não podemos produzir trigo, porque a Argentina é mais produtiva. E o Brasil é obrigado a comprar alguma

coisa para equilibrar a balança dos dois países. Então, vem o trigo muito mais barato da Argentina do que o nosso custo de produção. Então, inviabilizou-se a produção de trigo. O milho por exemplo teve este ano um preço excepcional, mas geralmente não é a média. É muito instável a agricultura.

Nessa trajetória de subordinação da agricultura ao capital, um aspecto relevante é a racionalidade econômica envolvida nos processos produtivos, como mencionam Amin e Vergopoulos (1977):

É claro que a agricultura camponesa constitui, em conseqüência, não um resíduo pré-capitalista, mas uma forma recriada pelo capitalismo moderno, a ele articulando-se de modo exemplar. A agricultura camponesa atual não constitui uma esfera não-capitalista. Ela apresenta, simplesmente, o insólito aspecto de um *capitalismo sem capitalistas*. [...] Realmente, todo o capital particular, portador da racionalidade capitalista, evita a agricultura, no contexto definido pela tendência, a longo termo, de os preços agrícolas coincidirem com os custos de produção, deixando apenas uma margem de lucro negligenciável. O único capital que aceitaria ser investido na agricultura em tais condições, seria, geralmente, um capital que não procurasse sua própria valorização como capital: um capital não capitalista. O investimento desenfreado dos camponeses na agricultura é, na realidade, chamado a assumir esta função: assegurar uma produção crescente sem causar problemas na renda ou no lucro (idem, p.159-160).

Mesmo considerando os desafios para a eficiência dos processos produtivos, nas propriedades rurais familiares estes “[...] não parecem suficientes para que se estabeleça uma nítida diferença de potencial técnico-econômico entre a forma familiar e a patronal de produção agrícola” (VEIGA, 1992, p.93). Acontece muito mais uma equiparação em termos de eficiência, principalmente no que tange à produtividade da mão-de-obra e a possibilidade de “adiamento do lucro”. Isso denota as particularidades, principalmente no que tange à utilização do trabalho familiar com as quais conta a estrutura familiar. É elaborada, dessa forma, uma crítica sobre a possibilidade de absorção de baixa lucratividade pelas estruturas agrícolas familiares, com as quais contavam Amin e Vergopoulos (1977) em suas análises.

No máximo pode-se mostrar convincentemente que as forças endógenas as colocam em pé de igualdade, em termos microeconômicos. Também não existem evidências que possam confirmar a hipótese [muito em voga na década de 1970] de que a agricultura familiar ‘requer taxa de lucro inferior à capitalista’ (VEIGA, 1992, p.93).

Embora tais evidências sejam limitadas, é fato, na observação das atividades agrícolas existentes em Cascavel, que muitas propriedades rurais absorvem uma

série de pressões no que diz respeito à continuidade das atividades agrícolas, mesmo com custos elevados e receitas menores. Denota-se que os segmentos com menor integração ao mercado são aqueles que menos conseguem investir. A compra de terras, por exemplo, é uma das possibilidades de investimento mais limitadas. Daí decorre o desafio da produtividade e da intensificação da tecnologia para que se produza mais em áreas cada vez menores.

As tentativas constantes para que se efetive a diversificação da propriedade rural é uma das evidências da busca por investimentos mais rentáveis na propriedade, senão rentáveis, ao menos, sustentáveis. Nas palavras do Sr. N.M, produtor rural e dirigente sindical no município, é possível perceber que o desajuste na rentabilidade das atividades agrícolas se faz presente no rural de Cascavel. Quando questionado sobre a diversificação das propriedades rurais familiares, a resposta é afirmativa para uma relativa melhoria da renda familiar. “[...] a sazonalidade da agricultura permite que a diversificação das atividades contribua para um ‘ajuste’ de renda, principalmente nas unidades familiares”³³.

As estruturas familiares cada vez mais administram a propriedade e organizam suas atividades no território com estreito vínculo ao mercado. Portanto, são as condições de oferta e demanda de produtos agrícolas que orientam as decisões dos produtores rurais. Vale ressaltar, entretanto, que a exposição aos mecanismos de mercado, via preços e demais variáveis como taxas de juros, diminui a margem de negociação dos produtores.

Enfim, o caráter capitalista da agricultura acentua-se não em função do desenvolvimento de um modo de produção capitalista interno à mesma, mas em função do desenvolvimento de relações mecanizadas entre a agricultura e o sistema capitalista em conjunto (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p.160).

Diante do exposto, apreende-se que há um processo de exclusão de uma parcela significativa de produtores, principalmente na questão da gestão da propriedade cada vez mais ancorada nos componentes técnicos, científicos e informacionais. A observação do produtor rural O.G auxilia a compreensão dessa dinâmica: “Se você não ocupar a terra de forma racional, é melhor não ficar com ela,

³³ Entrevista realizada em 26/11/2006 – Sindicato Patronal Rural de Cascavel.

porque só vira em despesa, como uma bola de neve. Daí a necessidade de intensificação tecnológica”.

Além de aspectos relativos à condição do produtor rural e dimensão das atividades agrícolas e não-agrícolas, outro aspecto que amplia, sobremaneira, as diferenciações entre os produtores é a dinâmica da comercialização, principalmente dos grãos; Nesse caso é fundamental, além da infra-estrutura na produção o acesso às informações.

5.3.3 A questão da comercialização

No momento da comercialização é possível compreender o comportamento do produtor rural diante das múltiplas alternativas oferecidas pelo mercado. Os vínculos ali desenvolvidos são importantes elementos na construção das territorialidades rurais. De acordo com Cavina (1979, p.25):

[...] quando a comercialização não recompensar adequadamente o esforço e os riscos do empresário agropecuário, sua capitalização será demorada, difícil e até impossível. Dessa maneira – com renda baixa – nem o dono da terra mudará a sua tecnologia, muito menos os que não tem terra alcançarão capacidade econômica para adquiri-la ou poderão ter esperanças de adquiri-la com o seu trabalho.

Para C.M, especialista na comercialização de grãos, observando o ambiente em que o produtor opera, este ainda é receoso com relação a modalidades mais específicas de comercialização, como o mercado de futuros³⁴, que é um instrumento importantíssimo para a comercialização, já utilizado em mercados desenvolvidos. “Eu diria que o Brasil está bem desenvolvido na produção, mas diria que tem muito a avançar em termos de mercado, pois atua mais no mercado a termo”. Isso ocorre porque há uma grande assimetria nas informações disponibilizadas aos produtores, principalmente os pequenos produtores familiares, dependentes de estruturas, como a cooperativa.

³⁴ Os contratos de futuros são aqueles em que o produtor opera uma venda no futuro. Ele trava, portanto, esse preço e as oscilações diárias, ou favoráveis, ou desfavoráveis. Diariamente o produtor recebe essas informações e se forem desfavoráveis ele tem que comparecer à corretora para cobrir isso. Já o contrato a termo é um contrato puramente de físico [produção] em que o produtor se compromete a entregar, num futuro próximo ou um pouco mais distante, mas com a lavoura normalmente já implantada, um volume de produção x e vai receber um preço já determinado. São contratos puramente físicos. “Os contratos de futuros, negociados em bolsa, dão uma versatilidade, um dinamismo muito maior ao produtor.” (C.M)

Embora a modernização da agricultura seja um evento recente e a região Oeste tenha se integrado às esferas produtivas de modo relativamente ajustado, o entrevistado afirma que, no que tange à comercialização, já se poderia ter avançado muito mais regionalmente comparativamente aos produtores paraguaios. Como exemplo, C.M, cita:

[...] O Paraguai negocia muita soja em Chicago. Ele trava preços de futuro em Chicago. Então, o produtor paraguaio está muito mais habilitado a operar mercados futuros do que nós. [...] Nós temos muito mais um jeito brasileiro de comercializar, que é bastante vulnerável e não um jeito universal, que é muito mais seguro. Veja que a dois ou três anos atrás, quando tivemos preços baixos durante o período de evolução na lavoura no campo, houve muitos contratos a termo entre US\$10,00, US\$11,50 e US\$12,00 no período julho, agosto, setembro, até novembro. A partir de dezembro e janeiro, a soja começou a subir e chegou a US\$18,00, saca, no exterior. Pouca gente, [...] alguns, 5 a 8% não cumpriram os contratos porque viram que aquele preço do contrato ficou extremamente defasado em relação à realidade da colheita.[...] Criou-se uma desconfiança geral no sistema, por que? Porque é um sistema vulnerável, depende muito da confiança, embora o contrato tenha até algumas garantias, vai para execução, demora anos, etc.. [Os contratos foram restringidos] a não ser troca de insumos, com documentação ainda mais farta, com garantias reais, foram feitos alguns negócios em troca. O produtor levava o insumo, sementes, adubos, agroquímicos em troca de produção lá na colheita. Mas com uma garantia muito grande. E os contratos com apenas preços demarcados lá para o futuro, foram praticamente zerados

A grande maioria dos produtores familiares rurais desconhece as técnicas de comercialização. De acordo com o entrevistado, cerca de 30 a 40 produtores operam em sua corretora de cereais nessa modalidade de comercialização, com volumes limitados. Nas esferas de comercialização, é possível identificar importantes diferenças entre os produtores familiares. É possível também compreender porque, em inúmeros casos, ocorrem dificuldades para a sustentabilidade das estruturas produtivas, quando não, exclusão de produtores familiares e reconfiguração territorial por ocasião de venda das propriedades. Alguns produtores, inseridos nos circuitos mais dinâmicos da comercialização consolidam suas atividades, outros, por sua vez, sofrem grandes dificuldades para manter-se nas atividades rurais. Quando questionado sobre as principais diferenças entre os produtores familiares locais no quesito comercialização, C.M propõe uma tipologia interessante, conforme o exposto na seqüência.

O perfil do produtor que acompanha esse mercado [mais dinâmico, mais rentável] é um produtor que possui mais de uma atividade. Na propriedade dele, há diversificação, em primeiro lugar. Em segundo lugar, ele [o produtor] geralmente tem alguma outra atividade, ou comercial, ou é profissional

liberal. Ele é um produtor, em geral, não antenado com outras atividades, portanto, muito mais aberto a receber informações novas. E por isso mesmo, por ter diversificação na propriedade e por ter diversificação profissional, geralmente é um agente que tem liquidez. Geralmente tem dinheiro disponível. Ele normalmente não vende a produção por pressão, porque ele precisa de recursos imediatos. Ele geralmente vende, analisando um pouco a posição do mercado.[...]Não decide por pressão de compromisso. Em geral, ele tem um trânsito muito grande na compra dos insumos. Então ele tem uma diversificação de opções na compra de insumos. Ele geralmente não compra num local só. Raramente, por exemplo, não sei se deveria dizer isso, mas vou dizer, raramente é ligado a uma cooperativa ou a uma multinacional. Ele trabalha com todos. Ele tem uma abertura para comprar insumos, adubos, com diversos e pesquisa preços. E, quando da venda da produção ele também tem uma abertura para vender para qualquer um. Geralmente ele o faz através de um corretor. O corretor mostra quem está melhor posicionado no mercado naquele momento para comprar a produção dele. Dentre as diversas opções que é: *trading* exportadora, quer indústrias, ou agroindústrias, comerciais regionais. Então ele está aberto a isso. Ele está aberto a discutir prazos de pagamento. Ele não é um “cara” fixo, que quer o pagamento amanhã porque a cooperativa tem o critério de pagar amanhã, ou a multinacional tem o critério de pagar amanhã quando você depositou o produto lá. Um dado muito importante. Ele geralmente tem a produção dele livre, armazenada, em geral num armazém dele, mas muitas vezes num armazém de terceiros com a possibilidade de retirar o produto de lá. E nós temos empresas prestadoras de serviços que permitem a esse produtor, pagando x, pelo benefício, pela armazenagem, de retirar esse produto quando for comercializado. Então veja que ele é um produtor bastante dinâmico, com observação, com os olhos ligados em várias atividades, antenado com novas tecnologias e sempre, ele é um produtor, profissional, portanto, também que valoriza as diversas interpretações de mercado, diversas interpretações de novas tecnologias no campo, as diversas opções de comercialização. Ele, além disso, é um produtor que discute os critérios de comercialização: prazos de pagamento, se é posto na propriedade, se é posto no comprador, se é produto para a exportação ou não. Os critérios de classificação, que geralmente são critérios fixos de padronização do produto, mas que pode haver, muitas vezes, critérios especiais. Então ele permite essa discussão. Ele permite discutir uma venda tributada, não tributada, percebe? Ele em geral tem uma percepção do mundo que o rodeia. Dentro disso, ele consegue detectar, e pela racionalidade de qualquer ser econômico, ele vai optar pela melhor escolha, tanto na compra dos insumos para sua propriedade, quanto da venda de sua produção.

A caracterização proposta pelo entrevistado refere-se, em grande parte, aos produtores familiares consolidados, cujos níveis de capitalização e formas de gestão permitem a negociação nesse momento tão importante que é a comercialização dos produtos agrícolas. A maior parte dos produtores no município, entretanto, possui um comportamento bastante distinto do relatado anteriormente. Nesse caso, surge outra interpretação, de acordo com C.M.

Se você considerar o produtor que é extremamente ligado à propriedade dele, que possua uma atividade mais exclusiva, em geral, até quase que em monocultura, soja, ou binômio soja-milho, alguma coisa de trigo, quase caracterizado como monocultura, este produtor está ligado geralmente a uma empresa, ele colhe e entrega essa produção para essa empresa; a produção

fica parada lá; quando ele for ver algum contrato a termo, portanto, contrato físico, geralmente ele vai naquela empresa e vê as opções que ela tem. Esse critério é um critério simples de comercialização. Geralmente ele liga quando está próximo da entrega, ou liga para fazer um contrato a termo, pois a produção está evoluindo no campo, por exemplo a soja, e o produtor quer fixar x volume. Então ele liga, ou passa lá, enfim e diz: ‘Olha, me interessa esse contrato a x US\$/saca’ Ou se já depositaram, o preço está em x, fixe e pronto. Dia seguinte ele passa pegar esses valores. Ou, no contrato a termo, exige-se que ele passe lá para assinar o contrato, esperando colher para entregar e receber... então é muito simples, não permite a ele uma análise maior do todo do mercado. Em geral esse produtor não verifica todas as opções do mercado. Há uma perda de rentabilidade por diversas razões. [...]

O depoimento do produtor familiar H.B, contribui para referendar o posicionamento apresentado por CM de que os produtores mais dependentes possuem menor rentabilidade.

Você colhe, vende. Só que de uns dois anos para cá, deu um prejuízo danado para o agricultor. Antes estava bom. O preço da soja estava alto, depois a soja baixou e os adubos que a gente comprava ficou lá em cima [referindo-se aos custos dos insumos adquiridos]. Coisa triste para nós. Eu sempre tive terra. Trabalhava de alfaiate e tinha terra. Agora eu estou com aviário, um aviário grande, 130 metros. Mas também não está muito bom. Esse problema do frango [referindo-se à gripe aviária] e coisa e outra. [O produtor é integrado da Coopavel – perguntado se é bom ser cooperado o produtor responde] A gente tem que integrar, senão onde é que a gente vai entregar. Porque eles levam lá, a ração, levam tudo, vão buscar. Só que está muito baixo o preço.

No momento da comercialização, os produtores mais dependentes das estruturas voltadas ao agronegócio local e regional auferem ganhos mais limitados. Para Navarro (2001, s/p): “No geral despreparados, para confrontar-se com ambientes comerciais mais concorrenciais, os agricultores tem encontrado dificuldades crescentes para manter suas atividades e assegurar suas receitas.” É o que se denomina, nas esferas produtivas, como perda de rentabilidade. E é o que os produtores mais temem, pois implica necessariamente em exclusão e, muitas vezes, perda da propriedade rural. O depoimento do produtor familiar A.N expressa essa situação:

O produtor, agricultor, produz e no final tem que perguntar: “Quanto você vai me pagar?” Eu acho isso humilhante! Aí o banco tomou tudo [...] A atividade da lavoura é isso. O custo é alto e você não impõe o seu preço. A soja, por exemplo, é determinada na Bolsa de Chicago. A agricultura deveria ser regionalizada para seus produtores e não ficar esperando dinheiro do governo federal.[...] Hoje, se levar para a cooperativa, toma o preço da cooperativa.

Para C.M, tais perdas referem-se a cinco aspectos específicos, muitas vezes negligenciados pelos produtores no momento da produção e comercialização. Em conjunto, poderiam fazer uma diferença expressiva nos ganhos das estruturas rurais, principalmente familiares. Estes se referem a vários aspectos de ordem infra-estrutural e de gestão. Primeiramente, cita-se a armazenagem da produção na propriedade, o que permitiria aos produtores de grãos apropriarem-se dos resíduos e impurezas normalmente descontados do volume entregue que são importantes, por exemplo, para a alimentação animal face ao elevado teor protéico.

Outro aspecto mencionado refere-se ao custo do frete. Quando há estrutura de armazenagem na propriedade, diminui-se o custo do frete da propriedade até os armazéns nos arredores da cidade, pois além dele, há ainda o frete para o porto ou para as indústrias, *holdings* ou cooperativas que utilizam a produção após o beneficiamento. Há um ganho por saca colhida da ordem de R\$0,50 a R\$0,80, dependendo da estrutura existente e isso não é desprezível no total da produção.

Além do frete e da apropriação dos resíduos, outro aspecto importante é o diferencial de preços obtidos pelos produtos comercializados. Entre o preço de mercado e o preço “de balcão” ofertado no momento da entrega do produto às empresas, há uma possibilidade de apropriação de rentabilidade pelo produtor. Como observa C.M:

Mais um dado: o diferencial de preço entre o preço de mercado e o preço de balcão. Esse produtor que tem o produto armazenado, seco e limpo, já ganhou em escala na produção, verticalizou, agregou valor a esse produto, com a secagem. O ideal seria que o produtor industrializasse. Entregasse o óleo, o farelo, ou produzisse já o frango com o próprio farelo. Mas são outras escalas de produção, outras cadeias produtivas que demandariam investimentos altos. Mas para a propriedade média e grande, a instalação de um armazém para o beneficiamento do produto, é um processo simples, não tão expressivo em termos de custo, e que permite ao produtor agregar valores. Então nós temos aí, o preço de balcão das empresas, cujo produto foi entregue diretamente do campo e o preço de disponível; temos um diferencial da ordem de dez, doze, quinze por cento dependendo da época do ano. Esse é um valor que o produtor também vai agregar.

Além dos fatores anteriormente mencionados, há que se destacar também no que tange aos grãos, a quebra técnica. Todas as empresas que atuam diretamente com os produtores possuem tabelas de descontos quando da entrega dos grãos. O que ocorre normalmente nessas situações é o prejuízo ao produtor por conta das impurezas e umidade dos grãos. Para C.M, essa sobra depende do tipo de produto,

depende da estação do ano e da umidade do grão. Considerando tais fatores, mais uma vez o produtor vê reduzida sua rentabilidade em dois, até três por cento de desconto no preço ofertado pela empresa. Então existe essa sobra que poderia ficar nas mãos dos produtores caso tivessem sistemas de armazenagem disponíveis à sua produção.

Então quando o produtor deposita no próprio armazém, o volume que está lá é dele. Ao passo que se milhares de produtores entregarem no armazém, cada um vai ter o seu volume líquido determinado quando da entrega e não quando da saída.

O empresário rural L.D, do distrito de Sede Alvorada, corrobora a afirmação anterior e descreve tal situação de forma bastante objetiva. “Tem que ter silo! Se entrega na cooperativa, depositou, aí...esquece!” Além dessa observação, o produtor familiar de leite J.N, do reassentamento São Francisco – Distrito de São João do Oeste, assim expressa essa situação:

O agricultor é o único que chega no mercado da cooperativa e pergunta: Quanto é esse saco de ração? Quanto está o preço do adubo? E na hora de vender ele pergunta: Quanto é que vocês estão pagando pelo produto? Ele nunca dá o preço. O preço do produto dele sempre são os outros que dão. [referindo-se à condição de que o agricultor, normalmente nas relações de mercado é “tomador de preço”].

O último aspecto mencionado pelo entrevistado C.M é o ganho cultural dos produtores. Quanto vale então o aprendizado dos produtores quando participam diretamente do mercado?

[...] Negociando, vendo as diversas possibilidades, pesquisando tudo isso. O ganho que ele [o produtor familiar] tem, diferentemente do produtor que é preso a uma cooperativa e que é preso a uma multinacional, por exemplo, que está exclusivamente trabalhando ali.

Uma lógica que pode ser apreendida, na análise do comportamento dos produtores no contexto da comercialização, pode ser assim interpretada: quanto menor a informação, quanto menor a base técnica, científica e informacional disponível ao produtor, menor a rentabilidade, mais suscetível o produtor se encontra e menor a propensão ao planejamento. Há uma situação distinta. De um lado produtores preparados para enfrentar o mercado em suas constantes transformações, de outro, uma maior parcela de produtores que são reféns de uma dinâmica determinada por grandes capitais que legitimam suas ações perante os

produtores cada vez mais dependentes. Surge a dicotomia independência *versus* dependência dos produtores familiares. No que tange aos grãos, por exemplo, quanto mais independente for o produtor, maior é a probabilidade de capitalização.

É claro que nós não temos uma pesquisa de campo para provar em que grau essa rentabilidade se dá ou não. Se mais ou menos, essa rentabilidade se daria. Mas dá para dizer, empiricamente, ou pelo senso comum, que há ganhos. Cabe determinar o ganho quantitativo e pelo lado social, ganho qualitativo. Um produtor muito mais bem resolvido, aceitando sugestões, pondera sugestões [...] A tendência média é a de que quem tem uma independência das agruras do mercado, das empresas, vive por si só, deslancha, tem uma vida melhor. O contrário também é verdadeiro. É uma tendência média, porque pode ser que um produtor numa tomada de decisão, quebre. Pode ser que ele tome uma decisão errada por não estar vinculado a uma empresa. Pode ser que um vendaval leve a produção dele, o que não teria ocorrido se a produção estivesse numa multinacional. Existem casos individuais, exceções. Mas em termos genéricos, a regra é extremamente válida e responde. [CM]

Nas palavras de C.M, no caso específico dos grãos, pequenas reduções de custo dão um retorno significativo ao produtor. O custo não é tão expressivo e atualmente em propriedades médias e grandes é impensável não possuir estruturas de armazenagem, para maior agregação de valor à produção.

Produtor esclarecido é produtor menos dependente. Então, uma dúvida que surge refere-se à busca de ganhos mais elevados diante de uma expressiva maioria de produtores que são efetivamente dependentes. O mercado garante acesso aos produtores, mas essa garantia é mínima. As técnicas evoluem, mas diante de sua intensificação ao mesmo tempo em que a produção aumenta, os preços diminuem. Assim, questiona-se até que ponto é possível viabilizar a capitalização e a rentabilidade dos produtores. Existem segmentos em que a dependência direta se faz necessária diante da complexidade dos processos produtivos desenvolvidos, como é o caso da produção de frangos. É imprescindível a vinculação agroindústria-produtor rural. No caso da produção e comercialização de grãos, tal dependência é questionável. Cumpre salientar que na abordagem clássica, Kautsky (1998) já alertava para as perdas econômicas dos produtores em relação ao mecanismo de formação de preços, pois, quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadoria, menor era a condição do produtor em manter níveis de venda direta com os consumidores.

Portanto, em relação aos aspectos da comercialização dos produtos agropecuários, são inúmeras as possibilidades para tal. Contudo, tais situações somente serão passíveis de escolha por parte das estruturas produtivas familiares se forem viabilizadas condições como a capacidade técnica, tamanho da área compatível ao produto elencado e também a capacidade do produtor posicionar-se de forma mais independente perante o mercado. Quanto mais autonomia tiver o produtor na questão relativa à comercialização, mais amplas serão as possibilidades de reprodução das estruturas familiares no território rural.

As necessidades impostas pelo mercado aos processo produtivos tornam a questão da comercialização e da capacitação do produtor algo crucial. Ianni (2002, p.79), observando essa questão, tece o seguinte comentário:

A competitividade baseada em vantagens naturais pode ser, entre outras coisas, o resultado de extensas quantidades de terras férteis disponíveis, boas condições climáticas [...]. Em contraste com isto, a competitividade propriamente dita é o resultado da crescente qualificação dos trabalhadores, maior produtividade do trabalho e maior eficiência científica-técnica.

Pode-se concluir que as atividades modernizadas, sejam agrícolas ou não-agrícolas produzem territorialidades que se elaboram em consonância com as mudanças do mercado. As estratégias de reprodução dos produtores rurais, ora amparadas na diversificação e na pluriatividade, ora especializadas nas atividades agrícolas. demonstram que o rural de Cascavel responde favoravelmente às demandas das agroindústrias e ao mercado. Porém diante das diferenciações existentes entre os produtores rurais, alguns consolidados e capitalizados, outros com enormes dificuldades para a manutenção das propriedades, pode-se afirmar que os recortes fundiários continuam a se modificar produzindo marginalização de produtores sob a ótica do meio técnico, científico e informacional.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS PÓS 1990

A intensa participação das atividades agrícolas na estrutura produtiva vinculada ao agronegócio no município de Cascavel, ao mesmo tempo em que contribui para o crescimento regional mediante expressivos resultados de safras e melhoria nos processos agroindustriais contribui, sobremaneira, para que se acentuem as desigualdades sócio-produtivas na construção das territorialidades inerentes à agricultura familiar. Isso ocorre mediante a intensificação do uso da tecnologia, ou seja, pacotes tecnológicos como parte da exigência de um processo produtivo cada vez mais globalizado. Para a efetivação desse modelo de desenvolvimento no espaço rural é importante a presença de agentes como o Estado e as empresas (agroindústrias e cooperativas) nacionais e internacionais que atuam em determinados lugares. Diante dessa condição questiona-se: Como os agentes condutores das políticas de modernização da agricultura vêm contribuindo para a organização do território rural local? Para Corrêa (2007, p.3), essa organização se faz mediante uma orquestração de interesses distintos:

O Estado, os agricultores, e as organizações sociais encontram-se entre os atores que “produzem” o território, sua produção se inscreve no campo do poder da problemática relacional e para alcançar determinados objetivos, realizam-se diversas ações sejam elas políticas ou econômicas.

Considerando que tais atores atuam em conjunto, pretende-se analisar os mecanismos institucionais bem como sua influência na construção de novas territorialidades no rural de Cascavel, pós 1990. O rural de Cascavel é composto por uma densa rede de instituições públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas. Nesse contexto, é importante a associação entre público e privado, mesmo admitindo-se que muitas vezes os vícios públicos transformam-se em benefícios privados.

A princípio, o Estado, como agente e representante dos interesses do capital, vem favorecendo a consolidação de determinadas categorias de produção familiares em detrimento a outras. Assim, na atual fase do capitalismo, determinadas políticas

institucionais “abraçam” uma parcela da agricultura familiar local. O fio condutor dessa análise é a participação do Estado na adoção de políticas públicas, bem como das redes vinculadas à organização da agricultura familiar no âmbito do território rural.

Nesse sentido, o Estado se posiciona fundamentalmente como agente fomentador do desenvolvimento socioeconômico no território. Mas se questiona a quem interessa tal processo, pois o repasse de crédito e subsídios para determinadas estruturas familiares ainda possuem severas limitações e outros instrumentos são pouco difundidos entre os produtores familiares. Observa-se ainda a tendência para uma crescente integração de capitais absorvendo parcelas importantes das atividades agrícolas. “Nessa integração de capitais, o Estado passou a desempenhar novos papéis, no sentido de beneficiar os capitais integrados e sua valorização. O Estado assumiu o papel de capital em geral, favorecendo a reprodução do mesmo.” (RODRIGUES, 1999, pp.90-91). Desse modo, “[...] entre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da globalização há um processo de reestruturação da produção e do território [...] para isso é importante a interação entre o novo e o velho, o poder do Estado e do mercado” (ELIAS, 2006, p.27)

No poder do mercado, apresenta-se o outro conjunto de agentes, os sindicatos e associações que interfere na produção das territorialidades rurais por meio de redes vinculadas aos processos produtivos agrícolas e não-agrícolas. Ressalta-se também o papel do conselho de desenvolvimento rural do município, assim como a cooperativa agropecuária local, que possui importante participação na formação das territorialidades mediante as orientações que estabelece à agricultura familiar a ela integrada. Portanto, as mudanças institucionais e as novas estratégias de desenvolvimento territorial são abordadas considerando-se esse conjunto de atores.

6.1 A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CRÉDITO RURAL COMO SUBSÍDIO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Historicamente, a ação do Estado foi decisiva para a implantação e a consolidação da infra-estrutura, bem como para a criação de instituições técnicas que legitimam os novos ritmos de produção, circulação e consumo (RAMOS, 2001).

Principalmente com o evento da modernização da agricultura, as atividades agropecuárias ampliaram o uso de tecnologias com o amparo do Estado, assim, sua influência no conjunto produtivo agropecuário deu-se por meio de diferenciadas políticas em escalas diversas. Contudo, esse conjunto de instrumentos declina em função da crise material do estado em meados da década de 1980. Para Vilela (2002, p.98),

No Brasil, em particular o Estado, a partir dos anos 80, principalmente em razão da crise fiscal, tem procurado desvencilhar-se do papel de articulador e financiador do processo de modernização, iniciando o processo do desmonte de políticas públicas, provocando, assim, forte desorganização dos interesses rurais. [...] a partir daí, uma diversidade de atores (novos e velhos) compete por recursos em um ambiente rural variado [...]

Afirma-se que no processo de modernização da agricultura paranaense, o Estado não se limitou ao seu subsídio, procurando organizar economicamente o espaço territorial em função da nova realidade. “A sua intervenção se dá, sobretudo, através da implementação de melhoramentos técnicos e administrativos, envolvendo: infra-estrutura, crédito, pesquisas, programas tecnológicos, cooperativismo, etc.” (MORO, 1991, p.7)

Traduz-se, desse modo, uma ação governamental direta, também envolvendo questões voltadas ao ambiente técnico-científico-informacional, principalmente no que tange à produtividade agrícola. Contudo, diante das particularidades inerentes ao rural local, não necessariamente tais ações traduzem-se em desenvolvimento socioeconômico, pois diversas categorias de produtores, muitas vezes, são excluídas dessa dinâmica. O relato do produtor rural P.V, do distrito de São João, é ilustrativo nesse contexto:

Nós tivemos um período entre 1992 e 1996 onde muita gente acabou indo embora do campo. Como hoje, meio abandonados, não há um programa efetivo de valorização da agricultura familiar. Para se ter uma idéia, tinha propriedade que a gente comprou não tinha visto ‘uma gota’ de calcário em quinze anos. [...] Tudo ocorre pela boa vontade de querer fazer e crescer, mas não se tem respaldo nenhum. Créditos e financiamentos têm que se pagar. Mas na agricultura as coisas não acontecem de um momento para o outro. A agricultura, no mínimo são cinco ou dez anos [para seu retorno financeiro] por isso é necessário apoio.

O que se pode apreender em relação às atividades agrícolas é que estas, principalmente nas estruturas menos capitalizadas, demandam o crédito subsidiado como uma das poucas alternativas possíveis para a reprodução das estruturas

familiares. No caso das estruturas empresariais, o crédito se faz necessário para a melhoria na capacidade infra-estrutural como silos, secadores, graneleiros, sem os quais, um adequado processo de comercialização torna-se inviável.

Notadamente, o crédito rural efetivou-se como um dos mais importantes instrumentos de política agrícola adotado, o que não significou equidade em sua oferta nas diferentes regiões brasileiras. Ao contrário, a presença do Estado, a partir de 1965, como porta-voz do sistema capitalista, legitimou o desenvolvimento dos territórios atrelados às exigências do capital.

A institucionalização do crédito rural no Brasil data de 1965, quando o governo federal aumentou os estímulos, incentivando a modernização agrícola e facilitando o acesso à aquisição de novos insumos técnicos e intelectuais. [enquanto objetivos] estimular investimentos rurais, favorecer o custeio da produção e comercialização, fortalecer os produtores rurais e incentivar a modernização. De fato esses incentivos provocaram o aumento do consumo de agrotóxicos e a expansão das grandes empresas agropecuárias, pois os empréstimos eram cedidos aos produtores mediante a compra de novos insumos” (RAMOS, 2001, p.383)

Desse modo, alguns segmentos produtivos e determinadas regiões tinham alcance ao crédito por serem mecanismos institucionais. Nos estados da região Sul houve estímulo ao desenvolvimento cooperativista, fundamental para a posterior agroindustrialização. Ao longo da década de 1970, o trigo e, principalmente, a soja absorveram os pacotes tecnológicos lançando a região Oeste no cenário agrícola internacional.

Ramos (2001), ainda observa que as exigências explícitas no Manual de Crédito Rural, publicadas em 1965, diziam respeito à aquisição de insumos industriais por parte dos agricultores. “[...] para seu acesso aos recursos estipulava que 15% do orçamento do custeio seria utilizado no emprego de agrotóxicos, serviço de aviação agrícola, fertilizantes, sementes melhoradas, eletricidade etc.” (ibidem). A agricultura tornava-se “cliente” de outros complexos industriais como a química fina e a metal-mecânica.

Se os anos 1970 foram considerados a “época de ouro” no que tange aos incentivos públicos à dotação infra-estrutural voltada ao agronegócio, a partir de 1980, diante da falência material do Estado, reduziu-se a oferta do crédito rural. Isso, de certa forma, distanciou a produção agrícola familiar ainda não consolidada ao longo dos anos 1970, dos componentes tecnológicos importantes para a viabilidade

do negócio da soja e dos demais grãos. É importante acrescentar que, mesmo num contexto de crise fiscal e falência material do Estado, a década de 1980 deve ser lembrada, em termos de formulação de políticas agrícolas e também em expansão de áreas agricultáveis. Segundo Homem de Melo (1990, p.25),

[...] o País passou a contar, durante a década, com uma política agrícola mais adequada, em especial nos instrumentos de preços mínimos, valores de custeio agrícola e [...] de preços de intervenção para venda de estoques governamentais; houve também maior liberdade para as exportações agrícolas. Em boa parte, em função de alguns desses instrumentos, na segunda metade da década de 80 o Brasil teve maior expansão das lavouras domésticas.

Após 1990, a presença do Estado se fez por meio de incentivos às cadeias do agronegócio regional, em especial, do conjunto de atividades capitaneadas pelo sistema cooperativista que consolidava nesse período sua agroindustrialização. A fase da verticalização dos processos produtivos tornou o produtor refém das condições, principalmente tecnológicas, impostas pelas empresas agroindustriais diante dos novos mercados. Nesse contexto, Ramos (2001, p.384) afirma que:

[...] o uso do espaço agrícola é marcado pela incorporação e interdependência de novos objetos técnicos, regulados por normas que facilitam seu controle e funcionamento. Os exemplos abordados mostram que a integração do território nacional se fez, de um lado, por meio da unificação das técnicas, mas se deu também com a centralização das decisões sob o comando do Estado e das grandes firmas (idem, p. 384).

Em 1995, diante das necessidades e pressões dos movimentos sindicais e de trabalhadores rurais, o Estado reconheceu a legitimidade e a diferenciação dos agricultores familiares no conjunto das categorias de produtores rurais. No ano seguinte é criado o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pelo Decreto nº 1.946. Nesse contexto, sua constituição procurava ajustar as políticas públicas à realidade da agricultura familiar, viabilizando e melhorando o desempenho produtivo em escalas de produção mais limitadas, principalmente em relação à tecnologia.

Porém, como bem observa Alentejano (2000) quanto às formulações políticas direcionadas à agricultura familiar são resultado muito mais de pressões dos movimentos sociais rurais, do que de iniciativas do próprio governo naquele período.

Como crítica ao modelo adotado, o autor faz referência ao enquadramento da política brasileira nos princípios do livre mercado, contando para isso, com o apoio do Banco Mundial (LOPES, citado por ALENTEJANO, 2000, p.98¹).

Assim, escala, competitividade e empreendedorismo são palavras de ordem e que estão postas nas regras institucionais em esferas internacionais. Também é política do governo e das empresas que atuam nos territórios; quem não acatar as regras globais será excluído. Ressalta-se que: “A agricultura familiar ‘conquistou’ reconhecimento de sua importância social e econômica, recebendo, por isso, nos últimos anos, maior atenção institucional no que diz respeito a crédito, assistência técnica e formação profissional.” (CORRÊA, 2007, p.1).

Como fator de ordem política, Navarro (2001, s/p) observa que “[...] independentemente dos problemas de natureza teórico-conceitual eventualmente associados [à expressão agricultura familiar], o fato é que pela primeira vez em nossa história, o mundo rural passou a ser visto de forma diferenciada.” As categorias de produtores rurais ganham diferenciação e, conseqüentemente novo tratamento no que tange ao crédito, por exemplo. As informações relativas aos créditos disponibilizados exclusivamente para custeio demonstram que a agricultura familiar torna-se reconhecida e se legitima como importante estrutura sócio-produtiva no contexto socioeconômico brasileiro. O Quadro 9 explicita essa condição.

¹ LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Comentário sobre o “Novo Mundo Rural” ou a “Nova Reforma Agrária” do Governo FHC. Sergipe, 1999. (mimeograf.)

QUADRO 9 – CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO DISPONIBILIZADAS PARA CUSTEIO AO SETOR AGROPECUÁRIO NO ANO DE 2007

Linha/fonte	Finalidade	Beneficiários/Renda	Limites	Encargos/prazos
Pronaf especial pronafinho grupo C /FAT*	Custeio da produção agropecuária	Agricultores familiares com: renda bruta anual familiar até R\$ 10.000,00 Mão-de-obra familiar predominante	De R\$500,00 a R\$2.000,00 Ou até R\$3.000,00 para bovinocultura de leite, fruticultura – sistema agroecológico jovens formados em centros familiares ou escolas técnicas agrícolas de nível médio	Juros de 4.%a.a. direito a um rebate de R\$200,00 na última parcela por adimplência Até 2 anos de carência
Pronaf convencion.g rupo D/FAT	Custeio da produção agropecuária	Agricultores familiares com: renda bruta anual familiar de R\$10.000,00 a R\$30.000,00; área até 4,0 módulos fiscais; mão-de-obra familiar com até 2 empregados permanentes	Até R\$5.000,00 por mutuário	Juros de 4%a.a. Até 2 anos de carência
Pronaf Rotativo grupo D/FAT	Custeio da produção agropecuária	Agricultores familiares com: renda bruta anual da família de R\$10.000,00 a R\$30.000,00; área até 4 módulos fiscais; mão-de-obra familiar com até 2 empregados permanentes	Até R\$5.000,00 por mutuário	Juros de 4%a.a. Prazo de 1 ano sem carência
Proger Rural/FAT	Custeio da Produção Agropecuária	Produtores rurais e cooperativas com: renda bruta até R\$30.000,00 e área até 6 módulos fiscais	Até R\$30.000,00 por beneficiário	Juros de 8,75% a.a. Prazo até 2 anos, sem carência
Poupança Ouro/Banco do Brasil S.A.	Custeio da agropecuária e A.G.F*	Produtores rurais e cooperativas	Até R\$30.000,00/mutuário – arroz irrigado, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo. R\$60.000,00/mutuário	Prazo: safra Sem carência

* FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

* AGF – Aquisições do Governo Federal

Fonte: Ministério da Agricultura/CONAB, Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, BACEN – Banco Central do Brasil e BB, Banco do Brasil. disponível em: www.pr.gov.br/seab/deral/lfin.pdf

Quanto às linhas de financiamento para investimento, observa-se uma diversidade maior com caráter setorial sendo o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, além do FAT, as principais fontes de crédito. O valor financiado pode chegar até a R\$250.000,00 e as taxas de juros são, em média, de 8,75% ao ano com diferenciados prazos de carência. Basicamente, os créditos para investimentos buscam a melhoria nos processos produtivos para aumento da produtividade mediante a aquisição de máquinas e equipamentos. Outro aspecto que diferencia o crédito de investimento do crédito de custeio refere-se aos

beneficiários, não mais nominados como agricultores familiares, mas sim, como produtores rurais, bem como cooperativas e associações.

A entrevista realizada com a Sra. J.S, gerente de instituição bancária privada atuante no município, revelou, quanto aos financiamentos de investimentos e custeio efetuados por produtores consolidados, que uma parcela expressiva dos recursos obtidos no município de Cascavel é canalizada para outras regiões do País. Destacam-se o Mato Grosso, o Maranhão, o Piauí e o Tocantins, onde grande parte dos produtores empresariais consolidados do município também possui áreas de terras. O valor financiado em média é de R\$150.000,00, destinados ao plantio da safra de verão, modernização da frota agrícola, reforma de pastagem, aquisição de sal mineral e medicamentos para bovinos, aquisição de corretivos de solo ou construção de silos para armazenagem de sementes ou construção de aviários.

A linha de financiamento via Finame para aquisição de máquinas agrícolas possui taxas de juros que variam entre 8.75% para renda anual até R\$250.000,00 e 9.75% a.a para rendas superiores a esse montante. Uma das questões relatadas pela entrevistada refere-se ao elevando índice de inadimplência estabelecido no mercado nos últimos três anos.

Quanto ao Pronaf, este atende preferencialmente aos pequenos agricultores familiares com taxas de juros e prazos também diferenciados. Especificamente no que tange a esse programa, Sacco dos Anjos et. al. (2004) elaboram a seguinte reflexão:

Ainda que reconheçamos como inquestionável o protagonismo da forma familiar de produção do ponto de vista nacional e particularmente no âmbito do Brasil Meridional, este quadro não parece tão auspicioso se levarmos em conta o fato de que a cobertura do PRONAF custeio não ultrapassa 20% do universo e estabelecimentos familiares do país (4.139 milhões) e apenas 12,7% se temos em mente os créditos de investimentos. O elenco de problemas não reside apenas na escassez de recursos disponibilizados, mas em outros aspectos que merecem ser destacados. [...] parece impensável imaginar que um programa com forte apelo social seja viabilizado com um custo financeiro incompatível, especialmente se levamos em conta o caso de agentes como o Banco do Brasil [...] que cobra a estratosférica proporção de 16,76% do valor nos contratos do PRONAF custeio, ao passo que via Banco do Nordeste e Sistema Cresol (Cooperativas de Crédito com Interação Solidária) os percentuais são respectivamente 10% e 2,5%. (idem, s/p)

O que se verifica, portanto, é uma relativa incompatibilidade entre a proposta elaborada e sua efetivação. Desse modo o crédito, que atualmente constitui-se num instrumento fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas agrícolas, deixa de cumprir sua função primordial para a sustentabilidade da propriedade rural familiar. Além desse importante instrumento, outras propostas são apresentadas em nível federal.

Muitas das linhas de crédito ofertadas tanto para custeio quanto para investimentos, possuem juros reduzidos se comparados ao mercado. No município de Cascavel, considerando-se os financiamentos realizados exclusivamente na Secretaria Municipal de Agricultura/PRONAF, foram realizados em 2006, 2.469 encaminhamentos ao Banco do Brasil. Nesse mesmo ano, nas modalidades C e D – custeio, a Emater/PR também encaminhou 600 produtores para a obtenção do crédito. O valor financiado nessa modalidade de crédito varia entre R\$500,00 a R\$3.000,00, dependendo das especificidades da produção, como, por exemplo, no PRONAF ESPECIAL – Pronafinho. Já na linha denominada Poupança Ouro, ofertada pelo Banco do Brasil, o valor financiado pode chegar a R\$ 300.000,00, para o financiamento de arroz irrigado, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo na linha denominada Poupança Ouro via Banco do Brasil.

Em conjunto no ano de 2006, o Pronaf configurou uma contratação de crédito para 650 projetos no município de Cascavel. O montante aplicado foi de R\$4.852.447,00. Em média, R\$7.465,30/produtor foram financiados pelo governo federal mediante parceria técnica do governo estadual. Mesmo com 3.120 produtores simples de mercadorias atendidos², há ainda uma grande lacuna a ser preenchida no que diz respeito ao suporte institucional à produção rural familiar. De acordo com Abramovay (2003), mesmo que significativos avanços como a ampliação da massa de tomadores de crédito e extensão do financiamento para esferas antes não contempladas, o funcionamento do Pronaf parece separar suas duas linhas básicas de ação: “os benefícios derivados do Pronaf infra-estrutura não parecem integrar-se organicamente às iniciativas dos agricultores que tiveram acesso ao crédito.” (idem, p.58). Daí o esforço para que as esferas institucionais mais próximas aos produtores familiares, principalmente aqueles que dependem de

² Produtores com até 50 hectares e mais de 50% de mão-de-obra familiar empregada na propriedade. (Programa Paraná 12 meses)

recursos subsidiados, possam atuar de forma a promover o desenvolvimento das comunidades rurais.

Portanto, o apoio de órgãos de fomento ao desenvolvimento rural como a Emater/PR é visto como parte institucional desse processo junto aos pequenos produtores, pois os projetos exigidos pela instituição financeira responsável, o Banco do Brasil, são elaborados por técnicos extensionistas.

Na escala federal, as principais medidas propostas para o período 2007/2008 referem-se à redução dos custos dos financiamentos agrícolas, fortalecimento da média agricultura, busca da estabilidade da renda agrícola, bem como estabilidade às normas gerais dos instrumentos de Política Agrícola (Brasil, 2007). Resumidamente, os programas federais voltam-se a propostas específicas de investimentos com recursos do BNDES, além de disponibilização de instrumentos para dotação infra-estrutural do setor³.

6.1.1 Políticas públicas para a agricultura no estado do Paraná

Historicamente, o Estado atendeu às exigências “impostas” pelo capital ao setor produtivo agrícola. Nas diferentes etapas relativas à modernização da agricultura encontravam-se iniciativas e projetos com articulação em distintas esferas institucionais que auxiliaram a inserção dos produtores rurais na dinâmica produtiva que mais se ajustava ao mercado. Como exemplo, de acordo com A.B, técnico da Emater/PR⁴, “[...] vários projetos de destoca, mecanização tiveram o crédito disponibilizado por meio da orientação e viabilização técnica do Estado.”

Ao longo dos anos 1960 e 1970, houve estímulo e incentivo à agroindústria por meio de programas específicos, principalmente no ramo de produtos alimentares. Já nos anos 1980, houve também estímulo às atividades agropecuárias por meio do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, considerando aspectos estruturais voltados à armazenagem de grãos no estado do Paraná.

³ O detalhamento das propostas pode ser encontrado em <http://www.agricultura.gov.br> na síntese das medidas propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008.

⁴ Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2007 – na edição do Show Rural Coopavel.

Novamente as cooperativas foram as principais beneficiadas com o crédito disponibilizado (PIERUCCINI e MORO, 2000).

Além da dotação estrutural voltada ao agronegócio como cadeia produtiva, é importante observar o papel da difusão tecnológica aos agricultores familiares no estado a partir dos anos 1990. Aqui são destacados os seguintes aspectos: absorção das tecnologias e sua apresentação de forma didática ao produtor. Assim, a extensão rural, como mecanismo institucional, busca prioritariamente uma alternativa de renda e modificação dos sistemas de produção, ou seja, a implementação dos processos de pesquisa desenvolvidos no País por instituições como a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, ou ainda, no estado do Paraná, do IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná.

Outra preocupação relacionada à extensão rural no âmbito da agricultura familiar refere-se à política de valorização da base de recursos naturais. Rodrigues (1999) observa que uma parcela significativa da comunidade agrícola percebe que o modelo do agronegócio industrial está produzindo impactos importantes de longo prazo, prejudiciais à base de recursos naturais da qual depende a agricultura e a qualidade de vida em geral. Nesse sentido, vale acrescentar que as práticas produtivistas não diminuíram ao longo desse período. Países como o Brasil e mais especificamente a agricultura praticada na região Oeste do Paraná ainda mantém traços muito fortes de quimificação, mecanização e, atualmente, de biotecnologia, cujo exemplo marcante é a transgenia, ou seja, os organismos geneticamente modificados, os já conhecidos transgênicos.

A tecnologia moderna – da qual o conceito de ‘revolução verde’ representa o expoente mais elaborado - por meio de um uso intensivo de energia por unidade de produto [agroquímicos, fertilizantes, maquinário] relativizou a importância das tecnologias de manejo de recursos hídricos como estratégia produtiva. Esse enfoque, hoje em dia está em crise, tanto pela crescente preocupação que existe com o alto custo ecológico que tem o seu uso intenso de recursos energéticos, como pelo fato de que os altos preços dos combustíveis e outros produtos derivados dos hidrocarbonantes, o tornam muitas vezes inviável do ponto de vista econômico. Neste contexto, está claramente traçado o perfil do desafio tecnológico a enfrentar na agricultura. (TRIGO, KAIMOWITZ e FLORES, 1994, p.72 citados por RODRIGUES, 1999, p.62)⁵

⁵ TRIGO, E.KAIMOVITZ, D. e FLORES, R. **Desenvolvimento agropecuário sustentável**. In: Estudos Econômicos, v.24 n.especial, 1994, pp.31-97.

A disseminação de práticas conservacionistas do solo, da água e demais fatores ambientais tornam-se um dos principais aspectos relativos ao trabalho da extensão rural pública para os produtores rurais. Nesse sentido, o programa estadual de proteção às nascentes, em parceria com a cooperativa local, a recomposição das matas ciliares, esta já amparada em lei, envolvem a parceria entre produtores rurais, técnicos de extensão e prefeitura do município. Conjuntamente, as ações são desenvolvidas tentando diminuir os impactos ambientais decorrentes do acentuado desmatamento pelo qual passou a região Oeste do Paraná por ocasião da modernização agrícola.

Tal fato está associado à manutenção de um padrão vinculado à eficiência econômica e ao produtivismo das *commodities* que avança sobre as regiões brasileiras, independentemente de um possível esforço no sentido da diversificação das pequenas estruturas produtivas familiares.

No rural de Cascavel percebe-se que ainda são inúmeros os desafios da produção familiar, no que tange às atividades não-agrícolas. Aspectos como sobretalho da família que precisa consorciar atividades agrícolas e não-agrícolas na propriedade por conta das dificuldades na contratação de mão-de-obra externa, a inserção nas esferas de comercialização, adaptação às exigências sanitárias, caso este das agroindústrias familiares, são algumas das dificuldades encontradas pelos produtores familiares.

Nessa condição, o incentivo de políticas institucionais, bem como sua efetivação, é crucial para que tais iniciativas tenham êxito. Caso contrário, a pulverização do capital em diferentes atividades produtivas na propriedade corre o risco de não ampliar as receitas necessárias para cobrir os custos de produção.

Queiroz, Lemos e Biazi (2004, p.18), apontam para a necessidade da construção de políticas públicas que perpassem a dimensão agrícola, possibilitando, dessa forma, repensar o desenvolvimento rural.

[este] não se restringe ao desenvolvimento agrícola, em termos da incorporação e difusão de tecnologias modernas, expansão dos créditos rurais, criação de uma rede de comercialização e distribuição e outros incentivos à agricultura familiar. No entanto, estas questões, referentes ao desenvolvimento agrícola devem ser incorporadas na noção de desenvolvimento deste novo rural, que deve refletir também esta emergência e intensificação das atividades até então urbanas no

rural. Neste contexto, a política pública neste 'novo rural' deve ser voltada principalmente para a qualificação dos indivíduos de origem rural para ampliar as oportunidades de acesso às ocupações não-agropecuárias, que em geral propiciam maiores rendimentos, e às ocupações agropecuárias mais qualificadas, já que estas são destinadas basicamente aos residentes no rural que migraram das áreas urbanas e alguns que continuam residindo nos centros urbanos e trabalham nas áreas rurais.

Desse modo, também é possível perceber que, no movimento transescalar do capital, a apropriação dos territórios rurais se faz, tanto no produtivismo da agricultura quanto numa orientação neo-rural, ou seja, expressando “[...] a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estar em vias de extinção, passam por um relativo revigoramento e começam ganhar para si a adesão de pessoas da cidade.” (VILELA e SILVEIRA, s/d). Nesse contexto, a dimensão urbana direciona os processos sócio-produtivos no rural. Este, no entanto, guarda suas especificidades e as promove de forma re-valorizada quando possível. Em Cascavel, tais aspectos são decorrentes muito mais de práticas cotidianas dos atores envolvidos do que de mecanismos institucionais propostos, por exemplo, pelos governos locais, de acordo com o conjunto de entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares entrevistados.

Entretanto, existem iniciativas institucionais que proporcionam amparo no contexto da extensão rural. A Emater/PR é uma das indicações mais importantes em termos de orientação das atividades agrícolas e também não-agrícolas no território rural do município. Sem o acesso à difusão proposta institucionalmente, o agricultor familiar ficaria ainda mais à mercê da [ir]racionalidade do mercado. No ano de 2006, o perfil da realidade agrícola no município publicado pela Emater/PR listava os seguintes programas especiais, nacionais ou estaduais efetivados no município:

- Paraná 12 meses
- Projeto biodiversidade
- Assentamentos
- Banco da Terra/Crédito Fundiário
- Pronaf
- Programa Leite das Crianças

Os programas e projetos esboçados pelo estado do Paraná correspondem, em parte, ao contexto institucional existente em escalas mais ampliadas. As políticas de incentivo à agricultura familiar, são exemplos dessa articulação. Contudo, algumas orientações no que tange à biotecnologia e ao cultivo de produtos transgênicos tem se direcionado em sentido contrário ao proposto no contexto produtivista, gerando conflitos entre governo estadual e mercado em segmentos específicos como é o caso da soja⁶.

6.1.2 As políticas institucionais para a agricultura no município de Cascavel

Diante da complexificação do papel do Estado, surgem novas funções e instrumentos para a construção de políticas também em nível municipal. Desse modo, novos marcos regulatórios foram necessários num ambiente institucional intrinsecamente relacionado às instâncias decisórias mais ampliadas.

Historicamente a formulação das políticas públicas para o rural em Cascavel teve entre 1952-2006, orientações bastante distintas. Os diversos textos de lei promulgados pela Câmara Municipal local consultados contribuíram para a compreensão de tais diferenciações, amparadas, muitas vezes, no contexto produtivo vigente ao longo desse período. Nesse sentido, embora a análise em questão compreenda especificamente a formulação de políticas para o rural em Cascavel pós 1990, é interessante resgatar, ainda que de forma pontual, a dinâmica estabelecida anteriormente.

Até meados da década de 1970, a isenção de impostos e taxas municipais para empresas agropecuárias foi uma constante, bem como a dotação infra-estrutural necessária ao escoamento da produção e dos moradores das áreas rurais. Cabe acrescentar que a cobrança do ITR – Imposto Territorial era de competência do município⁷.

⁶ No estado do Paraná, as políticas de restrição à produção de transgênicos tem sido conduzidas pelo governo de Roberto Requião em meio a grandes controvérsias.

⁷ Ainda em 1961 criou-se um plano de fomento à agricultura municipal em parceria com os governos federal e estadual [Lei n.142/61]. No texto de lei há menção específica ao incremento da triticultura. Havia ainda a preocupação em disponibilizar infra-estrutura de armazenagem de grãos, mediante o subsídio à construção de silos e armazéns. Outra medida adotada buscava fomentar a distribuição do

Não se pode deixar de mencionar também o apoio constante às estruturas cooperativistas, bem como aos sindicatos rurais que se formavam na região nesse período. A normatização das feiras livres que comercializavam frutas, legumes, aves, ovos, suínos, peixes também se configurava como preocupação dos agentes públicos naquele período. O subsídio à implementação de parques industriais para o processamento dos produtos agrícolas também foi realizado mediante isenções fiscais, doação de terras e fornecimento de infra-estrutura para a instalação das empresas.

Em meados da década de 1980, as orientações tomadas pelo poder público municipal e referiam-se à necessidade de reduzir os problemas relativos à utilização do território sem preocupação com processos erosivos e má conservação do solo. A participação consorciada entre estado do Paraná e município se faz mediante o Programa de Microbacia Integrada e Conservação de Solos e Água. Nesse momento ocorreu uma reorientação dos processos produtivos organizada pela ação do Estado, fundamental para conter o esgotamento do solo diante dos processos de produção intensivos em quimificação e mecanização sem maiores preocupações com a questão ambiental.

Ao longo dos anos 1990, verificou-se a preocupação em atender tecnicamente os pequenos e médios produtores rurais nos “moldes da extensão rural”⁸. Ainda no ano de 1991, ou seja, em período anterior à exigência de criação de conselhos rurais pelo Pronaf, foi criado o Conselho de Desenvolvimento rural de Cascavel pela lei n.2.186/91. O que se propunha, naquele momento, era a criação de um plano de desenvolvimento rural integrado. Há ainda, nesse período, o reconhecimento do pequeno produtor hortifrutigranjeiro como categoria diferenciada, priorizando a assistência técnica gratuita em sua propriedade.

Já no final dessa década, em consonância com o programa estadual denominado “Vilas Rurais”, foram estabelecidas parcerias e efetivado um conjunto habitacional no distrito de Juvinópolis. Outra medida de caráter específico ao meio rural refere-se à instituição de disciplinas e currículo específico às práticas agrícolas nas escolas rurais do município. Além das atividades agrícolas, foi estabelecido um

crédito rural por meio do amparo à empresa de extensão rural estadual ativa naquele período, a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.

⁸ Fragmento de texto – Lei n.2.124/90.

plano para o fomento ao turismo rural no município, ainda que possam restritas tais iniciativas no meio rural.

No período mais recente, a criação de programas que visam a estimular a produtividade em pequenas e médias propriedades rurais torna-se mais comum. Exemplo disso é a criação do Programa da Bacia Leiteira, que busca estimular os produtores mediante o subsídio para a compra de animais da raça leiteira. No ano de 2001, promulgou-se lei firmando convênio entre o executivo municipal e os supermercados da cidade com o intuito de implantar a “banca do pequeno produtor” [Lei n.3.142]. Esperava-se naquele momento minimizar um dos pontos de estrangulamento da produção agrícola familiar que é o processo de comercialização.

A Lei 4.175, de 23 de dezembro de 2005, estabelece as normas para o atendimento e a cobrança dos serviços de adequação, fomento e infra-estrutura rural no município de Cascavel. Nesse contexto, destacam-se os seguintes programas e benefícios:

- Programas de Incentivo e Análise do Solo
- Programa de Troca de Sementes
- Programa de Aquisição de Mudanças Frutíferas
- Programa de Piscicultura
- Programa de Reforma de Pastagem
- Patrulha Mecanizada para Serviços Agrícolas
- Patrulha Mecanizada para Serviços de Reforma de Pastagem
- Serviços de Máquinas Pesadas

Os já conhecidos dilemas entre a efetiva ação pública do município nas questões do território rural e a demanda das comunidades e propriedades agrícolas familiares são constantes. Uma preocupação na questão do desenvolvimento rural pode ser expressa pelo Sr. U.P⁹, produtor rural:

Eu vejo o interior do município de Cascavel apenas com uma preocupação, no sentido do poder público municipal, estadual e federal não dar suporte necessário para o desenvolvimento das comunidades rurais. De fato o pequeno proprietário continua sendo marginalizado, nas verbas, no atendimento de estradas, no assessoramento técnico à pequena propriedade. Porque nós ainda temos produtores que não tem capacidade

⁹ Entrevista realizada em 28 de novembro de 2006.

técnica de dizer: “Vou construir meu chiqueirão aqui, ou vou fazer meu aviário lá!”. E essa deficiência técnica que existe no meio rural dificulta, porque nós temos, por exemplo, uma bacia hidrográfica do rio São José, que não vai mais permitir que se construa chiqueirões de porcos na região. Dessa bacia hidrográfica que passou a ser uma bacia hidrográfica da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Estado do Paraná) E tantas outras coisas como a aplicação de veneno. [...] Não existe acompanhamento técnico das pequenas propriedades.

A questão do assessoramento técnico questionada pelo produtor rural, bem como as melhorias necessárias à infra-estrutura de escoamento da produção são reclamações constantes dos agricultores familiares de um modo geral. Vale acrescentar que a manutenção das estradas depende de boa vontade política. Nas comunidades rurais visitadas é freqüente a parceria entre vizinhos para a melhoria das condições das estradas, principalmente nos períodos de chuva mais intensos. Entretanto, a manutenção das condições adequadas ao deslocamento de pessoas e produção no interior do município é prevista em lei¹⁰. O produtor V.D também expõe uma grande dificuldade no que tange à conservação das estradas rurais. “Entra prefeito e sai prefeito, nenhum tem conservação de estradas que sirva ao agricultor”.

Já em relação a necessidade de apoio técnico para as atividades desenvolvidas no território rural, uma das alternativas recentes viabilizadas é uma parceria entre prefeitura municipal e Emater/PR, que procura atender as demandas dos produtores, reforçando o acompanhamento técnico por meio da extensão rural nos distritos rurais. Essa orientação de trabalho tem se transformado num importante meio de interlocução entre agricultores familiares e poder público municipal.

Vale salientar que as melhorias necessárias ao funcionamento do território rural do município são encaminhadas e discutidas regularmente no Conselho de Desenvolvimento Rural.

6.1.2.1 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Uma das iniciativas importantes e previstas em lei para que seja cada vez maior a participação popular na gestão do território é a atuação dos conselhos de

¹⁰ A Lei n.4.000 de 24 de fevereiro de 2005, alterava leis municipais anteriores e disponibilizava abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município na importância de R\$3.883.790,00, destinados aos programas e atividades a saber: Programa Suporte aos Serviços e Obras Públicas Rurais; Programa Aumento da Infra-Estrutura Rural; Programa Manutenção da Infra-estrutura Rural

desenvolvimento em diferentes esferas da vida em sociedade. Mesmo admitindo-se que é ainda incipiente a participação popular nessa estrutura institucional, os conselhos constituem-se num dos valiosos instrumentos de participação democrática no Brasil. Como menciona Abramovay (2003, p.57)

A alocação de recursos governamentais por parte de representações que extrapolam o círculo da política profissional não tem, por si só, o condão de alterar o cotidiano de qualquer organização ou localidade: os conselheiros podem ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que parece tão freqüente, uma mistura de cada um desses elementos.

A participação de diferentes instituições voltadas à questão rural pode proporcionar maior reflexão sobre a condução dos planos de desenvolvimento rural estabelecidos pelos municípios. Ainda para o referido autor: “A missão fundamental dos conselhos é descobrir os potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar [...]” (idem, p.59). Porém, é preciso comprometimento para que esse objetivo seja de fato efetivado.

Em Cascavel, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER, foi criado em 1997, e tinha também o propósito de auxiliar nas questões relativas ao Pronaf. Atualmente, o repasse de crédito por esse instrumento não mais é discutido no COMDER. No ano de 2005, a Lei 4.174 de 23 de dezembro, cria o conselho em suas atribuições e competências atuais. A pauta de discussão refere-se a diversas questões, entre elas, aquelas relacionadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FUMDER, possuindo caráter deliberativo. A atuação volta-se à área rural do município de Cascavel no que diz respeito à atividade agropastoril, ao meio ambiente, a agroindústria e outras atividades que envolvam as comunidades rurais.

No que tange à participação efetiva dos conselheiros, esta é bastante variável, o que de certa forma tem prejudicado encaminhamentos necessários. Ainda sobre sua composição, o COMDER constitui-se de membros representantes de 20 entidades relacionadas ao meio rural do município.

Em se tratando da representatividade da agricultura familiar, um conselheiro entrevistado afirmou que esta ainda é restrita no conjunto das entidades. Restrita é, portanto, a mudança institucional tão necessária ao desenvolvimento das

comunidades rurais. A leitura proposta por Abramovay (2003) é esclarecedora nesse sentido:

Com muita freqüência os extensionistas e os próprios dirigentes sindicais queixam-se da falta de interesse dos agricultores em iniciativas organizadas. É claro que se as reuniões do conselho forem um pouco mais do que um jogo de cartas marcadas para tomar decisões sobre cujo resultado ninguém tem dúvida, a participação será precária. Sempre que estas reuniões forem uma ocasião de refletir criticamente sobre a situação em que se vive, sempre que elas reforçarem o sentimento de pertencer a um conjunto, a um território que faz dos cidadãos os construtores de um projeto coletivo, sempre que resultarem na chance de se ampliar o círculo social por vezes tão limitado ao qual se restringem as relações humanas no meio rural, elas contarão com a presença das forças vivas da sociedade local (idem, p.63 e 65).

Outra queixa comum refere-se ao encaminhamento posterior às orientações e deliberações do COMDER, no que tange ao poder público municipal, o qual, muitas vezes, tem dificuldades para atender às demandas solicitadas. Essa situação deriva, segundo o entrevistado, da incapacidade do poder público em executar os serviços necessários, principalmente aqueles relacionados à conservação das estradas vicinais, importantes para o escoamento da produção agrícola do meio rural. A situação mencionada pelo conselheiro em seu depoimento é também interpretada por Abramovay (2003, p.60-61):

Na verdade, não existe grande dificuldade em se transferir, do Governo Federal para o plano local, regras formais, estruturas administrativas e alguns procedimentos burocráticos. O problema é que não se transferem, num passe de mágica, valores, comportamentos, coesão social e sobretudo confiança entre os indivíduos que os estimulam a tomar em conjunto iniciativas inovadoras. Isso significa o risco de existir apenas como formalidade necessária à obtenção dos recursos públicos é inerente ao próprio processo de descentralização, contra o qual não existe uma proteção administrativa genérica.

As entrevistas realizadas com produtores familiares em diferentes distritos rurais do município também apontaram para essa idéia de um conselho de desenvolvimento apenas como formalidade necessária e a questão infra-estrutural aparece como um dos exemplos mais explícitos das dificuldades em se produzir no território rural. Isso ganha maiores proporções quando se admite que a produção dentro da porteira da fazenda não pode ser considerada estanque, ao contrário, torna-se cada vez mais dependente de redes técnicas, científicas e informacionais. Talvez esse seja um dos maiores desafios a serem vencidos pelo Conselho de

Desenvolvimento Rural no município, ou seja, a capacidade de perceber-se como parte importante das transformações pelas quais o rural passa continuamente como territorialidade.

6.2 AS REDES TECNO-ECONÔMICAS NO CONTEXTO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO

Segundo Beneduce (2000), diante da complexidade tecnológica e suas extensões surgem novas formas de produzir e circular. Para tanto, acentuam-se características organizacionais como a concentração, a flexibilidade, a descentralização e o acontecimento em redes. Nesse conjunto, a lógica territorial decorre das decisões das empresas na busca da competitividade. Disso deriva o encadeamento produtivo estruturado na cooperativa e nas agroindústrias privadas.

Outra observação relativa à formação das redes vincula-se aos fluxos sociais e de mercadorias. Estes são “[...] estreitamente geridos e administrados, o que implica seu estímulo pelo ‘mundo dos negócios’ e por mecanismos expandidos de poder, onde podem ser incluídos a mídia e o marketing” (RIBEIRO, 1999, p.291). Nesse caso, as associações e agrupamentos produtivos surgem, pois cada vez mais se complexificam as esferas de produção e comercialização. Individualmente muitos produtores familiares acabam arcando com um pesado ônus nas negociações relacionadas aos seus processos de produção. Diante disso, multiplicam-se iniciativas coletivas para a organização de segmentos específicos vinculados ao território rural. São essas as estruturas que se pretende discutir na seqüência do item.

6.2.1 O papel da cooperativa agropecuária local no desenvolvimento do território rural

Apreendeu-se anteriormente que a participação do Estado, como agente de transformação do território, ocorreu em todas as fases do processo produtivo agrícola. Assim, tanto o planejamento da atividade rural, inclusive os segmentos à montante, produtor de insumos, como no próprio financiamento das atividades agroindustriais, caso este das cooperativas regionais, e em especial da Coopavel.

De modo especial Lauschner (1981, p.92), descreve o papel do governo no planejamento rural como necessário “[...] à organização em torno ao produto rural.” Nesse caso, a capitalização da agroindústria, principalmente da agroindústria cooperativa, ocorreu na região Oeste, nesses moldes, ou seja, mediante o intenso estímulo do Estado.

[...] o cooperativismo agrícola nessa região aparece no decênio de 1960, no entanto, em 1957 foi fundada uma cooperativa, no município de Guaraniaçu. Mas é, sobretudo, a partir de 1969, com o desenvolvimento da cultura da soja, que se dá a formação de cooperativas e a reorganização das sociedades já existentes.

Para esse autor, a idéia de cooperativismo já existia, principalmente nas regiões de origem dos colonos que imigravam para a região Oeste do Paraná. Mesmo quando as iniciativas fracassavam, gerando desconfiança por parte dos agricultores, era ainda o meio mais adequado para a organização da produção rural . O incentivo para essa organização e reorganização, quando ocorriam experiências mal sucedidas, ampliou-se significativamente na década de setenta, principalmente com o apoio governamental voltado ao crédito rural.

A Coopavel iniciou suas atividades em 19 de março de 1971 e em 1973 foi construída a primeira infra-estrutura para a armazenagem de grãos com capacidade de estocagem de 1,8 milhão de sacas. (COOPAVEL, 2007 (a)). Especificamente em Cascavel, aproximadamente 780 produtores estão associados à cooperativa que possui ainda 22 filiais espalhadas na região Oeste do Paraná¹¹. Entre 1980 e 1990 houve aumento no quadro associado e a partir de 1990, há uma constante redução do número de integrados; no ano de 2005 eram 3.200 associados e em 2007 esse número cai para 2.911. Isso se deveu, em parte, à decisão de assembléia em excluir da cooperativa os sócios que não participam ativamente da estrutura, quer na compra dos insumos, quer na integração, definindo uma re-orientação nos processos de gestão da cooperativa, visando à redução de custos.

Considerando a estrutura organizacional proporcionada pela cooperativa, é válido acrescentar que muitas vezes os produtores rurais familiares, diante da

¹¹ Os municípios que possuem entrepostos de recebimento são: Corbélia, Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Catanduvas, Braganey, Três Barras do Paraná, Vera Cruz do Oeste e Iguatu.

crescente modernização, vêm-se obrigados a integrar-se à agroindústria cooperativa para não desaparecerem. Como menciona Alentejano (1997, p.25),

[...] produtores que praticamente se transformam em empregados das agroindústrias, uma vez que elas controlam todo o processo de produção, definindo – e às vezes, fornecendo ou financiando – os insumos a serem utilizados, estipulando os procedimentos que devem ser seguidos e estabelecendo os ganhos – ou perdas – a serem obtidos.

Nesse sentido, o trabalho de Paulilo (1990) auxilia na compreensão de um questionamento importante no contexto das territorialidades produzidas pela integração cooperativista regional, ou seja, como o produtor integrado vê a si mesmo como parte da relação de integração. Utilizando-se de um referencial específico, ancorado na leitura de Weber, a autora apreende que nessa relação de dominação agroindústria cooperativa *versus* produtor integrado, há uma dominação racional e uma dominação tradicional. Esta última correlaciona o poder dos antigos comerciantes ao atual poder das agroindústrias e nessa contradição coexistem autonomia e dependência. Nas entrevistas realizadas com os produtores rurais, quando questionados sobre a importância da cooperativa, muitos referiam-se a ela como “um mal necessário”. Assim, mesmo admitindo a exploração, sabem que isolados não conseguem fazer frente ao mercado cada vez mais competitivo. Outros produtores entrevistados vêem na cooperativa uma garantia importante no conjunto da produção agrícola familiar. A produtora N.G expõe essas questões e assinala:

[...] outras empresas oferecem um valor maior para o litro de leite, não cobram o custo do transporte, nem o imposto, garantem o pagamento R\$0,06 a mais que a cooperativa, porém não dá a assistência técnica, não dá a assistência veterinária. Assim, existem esses custos que a cooperativa absorve. Então a cooperativa, apesar de tudo, é uma garantia, no caso do leite é uma garantia.

Nesse caso, como observa Alentejano (1997), o mais importante é a reprodução familiar, ainda que esta se dê sob o jugo de outras estruturas. Como expõe o produtor rural C.deQ.:

Para nós, pequenos produtores, acho que ainda a cooperativa ajuda, em parte. Então quando não se tem armazém em casa, não tem outra solução, tem que guardar [os grãos] nos silos deles. Tem épocas que tem melhores preços e tem épocas que [...] não tem jeito, vai ter que vender no preço barato.

Portanto, a cooperativa local em sua estratégia de competitividade modifica a dinâmica territorial local, impondo suas exigências, sendo atendida pelos produtores rurais integrados. A estrutura produtiva agroindustrial demandante dos produtos ofertados pelos produtores integrados pode ser resumida no Quadro 10, na seqüência.

QUADRO 10 – ATIVIDADES INDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS NO PARQUE INDUSTRIAL DA COOPAVEL – 2007

INDÚSTRIA	CARACTERÍSTICA
INDÚSTRIA DE RAÇÕES	Produção de rações para aves e suínos
FRIGORÍFICO DE AVES	Produção do frango inteiro e cortes especiais de aves
FRIGORÍFICO DE BOVINOS	Produção de cortes especiais de bovinos
FRIGORÍFICO DE SUÍNOS	Produção de cortes especiais de suínos
INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	Produção de leite pasteurizado, leite desnatado; diversos tipos de queijos, iogurtes, bebidas lácteas, creme de leite e doce de leite
INDUSTRIALIZAÇÃO DE SOJA	Produção de óleo degomado e farelo peletizado
INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE SUB-PRODUTOS VEGETAIS	Produção de ração para bovinos em confinamento
INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES	Processamento de formulações de acordo com a necessidade do solo de cada produtor
UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES	Beneficiamento de sementes de soja, trigo, triticale, aveia e feijão
MATRIZEIRO DE OVOS	Produção de ovos férteis
INCUBATÓRIO	Produção de pintainhos direcionados à integração avícola da cooperativa

FONTE: COOPAVEL (2007) disponível em <http://www.coopavel.com.br/industrias.php>

Os processos agroindustriais expostos no quadro anterior demonstram que a cooperativa é atuante em diferentes faces da agropecuária absorvendo matéria-prima de diferentes tipos de produtores rurais. Vale acrescentar que, normalmente, os grandes produtores de grãos atuam de forma independente, ao contrário dos pequenos que, diante da ausência de infra-estrutura de armazenagem, vêm na cooperativa uma alternativa, talvez a única, para a comercialização de seus produtos. Outra preocupação desse importante agente institucional refere-se aos componentes tecnológicos envolvidos nas atividades agrícolas.

6.2.1.1 O Show Rural Coopavel: novas orientações tecnológicas no agronegócio

Iniciado em 1989, o evento reuniu, em um dia, 120 produtores e 15 expositores com o objetivo de “[...] integrar, de uma forma rápida, a família do agricultor às novidades que as empresas do setor colocavam no mercado.” (COOPAVEL, 2007 (b)).

Esse evento técnico inspirou-se inicialmente no *Farm Show* de Indiana, Estados Unidos. Nas primeiras edições buscava-se a capacitação dos produtores associados para absorver tecnologias de produção que auxiliassem no aumento da produtividade de grãos e também de atividades pecuárias. Atualmente, é o maior evento técnico da área no sul do País. Nas edições atuais, o Show Rural Coopavel pode ser interpretado como um espaço de consumo estruturado no sistema técnico (SANTOS, 1996). Vale ainda acrescentar que “[...] a modernização técnica acontece através dos dilemas da modernização social e política” (RIBEIRO, 1999, p.297). A cooperativa como agente institucional, necessita por parte de seus integrados, de respostas ajustadas ao mercado, caso contrário a estrutura agroindustrial não se mantém competitiva. Disso deriva a noção de cadeia produtiva, ou de complexo agroindustrial.

Nesse caso, existe uma racionalidade própria na adoção das orientações tecnológicas mais atuais por parte dos agentes institucionais. Como observa Ramos (2001, p.375) “[...] essa racionalidade se traduz na produção agrícola por políticas que favorecem superposições de tecnologias, derivadas, sobretudo, de pesquisas científicas, e inovações na gestão e no controle da produção sob o comando de grandes empresas”. Esse é o papel da EMBRAPA, IAPAR, EMATER, ITAIPU, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e principalmente das empresas transnacionais que participam do agronegócio. A incorporação tecnológica também necessita, em grande medida, de instrumentos de crédito com taxas de juros acessíveis aos produtores. Agentes institucionais, como a EMBRAPA, contribuem para o desenvolvimento de pesquisa mediante o repasse à iniciativa privada de tecnologias de cunho social. As variedades desenvolvidas expressam os processos de adaptação que buscam, fundamentalmente, a redução de custos, o aumento da produtividade e, se possível, o aumento da lucratividade dos produtores. As Figuras 15, 16 e 17 apresentam parte da estrutura do evento no ano de 2006.



FIGURA 15 – VISTA PANORÂMICA DA 18ª. EDIÇÃO DO SHOW RURAL COOPAVEL – FEVEREIRO DE 2006



FIGURA 16 - VISTA PANORÂMICA DOS EXPERIMENTOS REALIZADOS DURANTE A 18ª. EDIÇÃO DO SHOW RURAL COOPAVEL – FEVEREIRO DE 2006



FIGURA 17 – PARCELAS DE EXPERIMENTOS REALIZADOS NA 18ª. EDIÇÃO DO SHOW RURAL COOPAVEL – FEVEREIRO DE 2006

As Figuras apresentadas mostram as parcelas de experimentos técnicos que procuram demonstrar aos produtores rurais o que de melhor pode ser extraído de cada cultivo em particular. As experiências mais importantes em termos de pequena agricultura familiar são apresentadas pelas instituições de pesquisa e extensão públicas, cabendo à iniciativa privada apresentar os processos tecnológicos desenvolvidos principalmente pelos grandes grupos industriais relacionados à química fina e ao complexo metal-mecânico. Cada vez mais a biotecnologia se faz presente nas parcelas produtivas apresentadas. “Esses novos consumos técnicos no campo exigem maiores somas de investimentos o que ocasionará um processo de modernização sem alteração fundiária” (RAMOS, 2001, p.376). A autora expõe que o fato de não se verificar alterações de ordem fundiária acaba proporcionando um restrito acesso à tecnologia, ou seja: “Somente alguns proprietários serão verdadeiramente beneficiados pelas inovações introduzidas nos métodos de cultivo” (RAMOS, 2001, p.376).

A pressão exercida pela cooperativa, no sentido da tecnificação, é cada vez mais intensa. As palavras de ordem postas aos agricultores cooperados são “conhecimento e tecnologia agrícola”. Para a Coopavel (2007, p.2(c)):

Cabe então ao produtor também fazer a sua parte, porque de nada adianta a pesquisa perder anos estudando uma nova forma de produção em benefício do agricultor, a cooperativa viabilizar a sua difusão, se o produtor não quiser adotá-la e não a implantar na propriedade.

O evento, dessa forma, proporciona essencialmente alternativas para a contínua estruturação técnica das propriedades rurais. Novos processos produtivos podem, [ou necessitam] ser incorporados pelos produtores familiares em escalas diferenciadas. Nesse sentido, ocorre uma re-organização das propriedades como consequência das observações dos agricultores em relação aos experimentos apresentados. A Figura 18 ilustra essa condição.



FIGURA 18 – PARCELA DE EXPERIMENTO DE MILHO REALIZADA POR EMPRESA PRIVADA – SHOW RURAL COOPAVEL, FEVEREIRO DE 2006.

Nas palavras do produtor O.G, integrado à cooperativa, a organização da propriedade se faz em consonância às exigências do mercado, por isso a

participação de encadeamentos produtivos mais elaborados. “A Coopavel somente exporta porque ela está adequada aos parâmetros que o mercado internacional exige, porque eles têm códigos especiais de carga”. E o produtor adapta-se a essas demandas. “Hoje é o mercado internacional, tudo é mercado internacional.” Daí a compreensão da dinâmica multiescalar que se elabora desde a propriedade até as esferas mais ampliadas de consumo. E são essas condições que o Show Rural Coopavel procura atender em suas edições, auxiliando a busca dos produtores familiares por condições de maior incorporação tecnológica em suas propriedades .

O Quadro 11, na seqüência, apresenta um histórico do evento. É nítida a expressiva expansão ao longo das edições realizadas.

QUADRO 11 – HISTÓRICO DAS EDIÇÕES DO SHOW RURAL COOPAVEL – 1989-2007

ANO	EVENTO	EXPERIMENTOS	APRESENTAÇÕES TÉCNICAS	Nº. VISITANTES	EMPRESAS	DIAS	ABRANGÊNCIA
1989	Dia de campo	250	14	110	15	1	Associado
1990	“	250	14	160	24	1	“
1991	“	330	16	200	35	1	“
1992	“	400	18	600	40	2	“
1993	“	720	22	1.200	47	3	Regional
1994	“	1.135	30	2.500	58	3	Regional
1995	Show Rural	1.750	45	10.000	64	4	Paraná
1996	“	2.300	50	16.000	76	5	Brasil
1997	“	4.020	80	28.000	85	5	Mercosul
1998	“	4.500	120	50.000	120	5	Mercosul
1999	“	4.500	140	80.000	150	5	Internacional
2000	“	4.500	150	95.000	154	5	“
2001	“	4.500	165	110.094	175	5	“
2002	“	4.500	165	118.397	203	5	“
2003	“	5.000	170	129.630	226	5	“
2004	“	5.076	185	138.710	260	5	“
2005	“	5.076	185	180.135	281	5	“
2006	“	5.000	200	139.490	297	5	“
2007	“	4.800	200	143.207	290	5	“

Fonte: Coopavel (2007), disponível em: <http://showrural.com.br/historico.php>

No ano de 2007 estiveram presentes na 19ª. Edição do Show Rural Coopavel 290 expositores. Aproximadamente 143.207 visitantes, com 4.800 parcelas experimentais e demonstrativas. O trabalho envolve cerca de 3,5 mil profissionais do setor agropecuário e conta com a presença dos mais avançados centros de pesquisa da agropecuária brasileira.

A diferenciação no contexto da aquisição tecnológica, por parte dos produtores rurais familiares, apenas referenda posições mais ou menos consolidadas em termos de processos produtivos. É relativamente comum os produtores com menores níveis de capitalização participarem do evento, buscando melhorias nos processos de gestão da propriedade familiar. Assim, a inserção tecnológica ocorre em diferentes categorias e para diferentes objetivos. Outro aspecto refere-se à resistência às mudanças nos processos produtivos. Como exemplo, alguns produtores rurais são tão acostumados ao plantio da soja que têm dificuldade em achar uma “brecha” para a diversificação – o produtor sabe o que planta, conversa com conhecimento e sabe sua posição nesse contexto.

Outra condição interessante diz respeito ao mercado e ao conseqüente comportamento dos preços das *commodities* e sua relação com as demandas dos produtores familiares no contexto do evento. Se há crise na agricultura e na pecuária e o produtor possui restrições na sua renda, ele busca processos e melhoria na gestão. Quando há condições financeiras favoráveis, o produtor busca maquinários, implementos, aquisição de bens de capital para a produção. Configura-se, dessa forma, um hiato entre a capacidade de incorporação de elementos técnicos nos processos produtivos familiares e a resposta exigida pelo mercado.

Existe ainda um período de tempo para que as respostas dadas pelas alterações técnicas, científicas e informacionais ocorram. Um dos desafios mais importantes para os organizadores do evento, segundo o responsável, Sr. R.R.¹², é a mensuração do retorno ao produtor após a incorporação tecnológica. Admite-se, portanto, que ocorrem transformações no comportamento do produtor em termos de aquisição de produtos e processos, mesmo com limitado acesso às informações nesse contexto, por parte da cooperativa.

Portanto, admitindo-se que ocorrem transformações no comportamento dos produtores familiares, conseqüentemente altera-se a composição do território rural do município mediante a apropriação dos conteúdos técnicos, científicos e informacionais.

¹² Entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2006.

6.2.2 O papel dos sindicatos e associações de produtores na construção das territorialidades rurais

De acordo com o Perfil da Realidade Agrícola publicado pela Emater/PR, no que diz respeito à organização rural, o município de Cascavel possui 41 grupos informais e 19 associações formalizadas. Os sindicatos subdividem-se em rural patronal e de trabalhadores rurais.

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel

As cartas sindicais foram legalizadas em 1968, nominando oficialmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No entanto, as primeiras atividades iniciaram-se em 1963, ainda com a denominação de Sindicato dos Produtores Rurais. Considerando um período bastante “turbulento” em meados das décadas de 1960 e 1970, havia o “indicativo” do governo militar para que a atividade sindical fosse voltada principalmente para questões relativas à saúde dos produtores e trabalhadores rurais. Após a criação do SUS – Sistema Único de Saúde - alterou-se a função do sindicato, procurando a defesa e a representação da categoria trabalhadores rurais.

Um fato interessante mencionado pelo Sr. U.P., dirigente sindical, refere-se ao evento da modernização da agricultura como um “divisor de águas” na questão trabalhista rural.

[...] com o início da mecanização agrícola houve uma contratação muito maior da mão-de-obra, onde no nosso município não havia sequer registro em carteira! Dizia-se: [...] os empregados são aqueles da loja! Da roça, não é empregado! Então quer dizer: o empregado é aquele que trabalha na indústria da cidade. Na agricultura não tem férias, 13º [salário]. Com isso, com a mecanização, com o estímulo do Sindicato e muitos cursos, foi se elevando o registro em carteira. Houve orientação aos empregadores quanto ao registro em carteira.

A questão do registro em carteira, ou seja, a legitimação dos direitos dos trabalhadores rurais no rural de Cascavel foi significativamente modificada em meados dos anos 1980, com a intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho. Até então, as relações de trabalho vinculavam-se mais no contexto das parcerias. “Meeiros, parceiros, agregados, como se dizia naquele tempo; dificilmente eram registrados. À maioria, era dado em troca um rancho e algum dinheiro (U.P).

Quando se observa essas relações é importante acrescentar que elas ocorriam no contexto de médias e grandes propriedades, muito mais do que em pequenas estruturas. De acordo com o Sr. U.P.

O fazendeiro precisava abrir uma fazenda, precisava formar pasto naquela fazenda. Então ele leva quatro ou cinco famílias lá. E dizia assim: Vocês podem derrubar essa mata, podem plantar o que vocês quiserem aí e a lavoura é de vocês. Só que plantem a grama e façam a cerca. Essa era a agricultura em troca da pastagem formada. Isso tudo antes da mecanização. Depois da mecanização entrou a modernidade, daí não mais.

A partir de 1984, as convenções coletivas procuraram garantir correções salariais aos trabalhadores rurais. O entrevistado destacou ainda que uma parcela de meeiros, parceiros que não tinham as terras legalizadas, transformou-se, após o evento da modernização em trabalhadores rurais sem-terra. As dificuldades na documentação fizeram com que muitos produtores rurais continuassem na terra não mais como parceiros, mas sim como empregados dos fazendeiros.

b) Sindicato Rural Patronal do Oeste do Paraná

A carta sindical data de 1967 e ao longo de quarenta anos vários foram os objetivos relacionados à propriedade rural sob a ótica patronal. Nesse sentido, há um constante apoio no que tange às questões trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e ainda relacionadas à saúde. A capacitação profissional é outra área de atuação do sindicato mediante convênios estabelecidos com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Funciona nas dependências do sindicato uma junta de conciliação prévia para atender às demandas trabalhistas. Quanto ao número de produtores rurais filiados, aproximadamente 3 mil associados e destes, 600 produtores, contribuem mensalmente para a manutenção dos serviços. Vale lembrar que vários produtores filiados possuem áreas de terra em outros municípios e estados, mas mantêm vínculo com a entidade. Além disso, as reuniões do COMDER são realizadas nas dependências do sindicato que empresta ainda sua infra-estrutura para o funcionamento de associações de produtores sem sede própria. Nesse sentido, ainda é imenso o desafio desses agentes institucionais no município, pois a prática associativista é apreendida lentamente e depende de níveis elevados de capital social.

c) As Associações de Produtores

No caso específico da produção leiteira, a Associação Regional dos Criadores de Bovinos de Raças Leiteiras do Oeste do Paraná – Rural Leite - conta com 559 associados; destes, 250 produtores são ativos nas discussões e eventos promovidos pela associação, segundo o responsável técnico, Sr. A.N¹³. O objetivo da associação é amparar a tecnificação do produtor de leite. Já foram realizados dois eventos técnicos voltados à criação de gado leiteiro. Além disso, há a disponibilização de credenciais para os associados que permite a redução do preço de insumos utilizados nas propriedades.

Outro grupo de produtores que vem ensaiando iniciativas conjuntas são os olericultores. O desafio principal é buscar alternativas para melhorar os processos de comercialização dos hortifrutigranjeiros com as redes de supermercados da cidade. Aproximadamente 16 produtores participam das reuniões nas dependências do Sindicato Rural Patronal.

Outra associação que utiliza a estrutura do Sindicato Rural Patronal é vinculada à criação de ovinos e caprinos. A Associação de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná objetiva incentivar os pequenos produtores à criação de ovinos e caprinos. De acordo com o produtor de ovelhas E.P¹⁴, as iniciativas ainda são recentes e configuram-se em fonte de renda aos produtores. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento e a tecnificação mediante cursos e implementação de biotecnologia, tanto na escolha das raças quanto nos processos de manejo dos animais.

Talvez o exemplo mais bem sucedido em termos de cooperação na comercialização da produção rural seja a da Feira do Pequeno Produtor. A associação dos feirantes iniciou suas atividades em 1984, buscando a venda direta aos consumidores urbanos. Nesse período, houve variação no número de feirantes que conta no ano de 2007 com 100 produtores. A feira torna-se “instituição” à medida que procura conservar os valores da ruralidade e explorá-los na venda dos produtos. Segundo GRAZIANO DA SILVA (2003, p.143), “[...] embora venham reduzindo gradativamente sua participação relativa na produção [...] ainda existe um

¹³ Entrevista realizada em 09 de novembro de 2006.

¹⁴ Entrevista realizada em 18 de novembro de 2006.

grande número de pequenos produtores organizados com base no trabalho familiar, distribuídos por todas as regiões do País, que participam significativamente na produção dos produtos agrícolas e pecuários no seu conjunto”. A Feira do Pequeno Produtor tornou-se um canal importante para a dinamização da agricultura local. Entretanto, mesmo com sua expansão, os produtores participantes ainda encontram dificuldades de ordem econômica, infra-estrutural e legal para o correto funcionamento das atividades.

Contudo, a maior parcela é a de produtores dos distritos rurais do município que ofertam seus excedentes. Nesse sentido é o poder público que fornece o suporte legal às iniciativas e detém o controle e a fiscalização sanitária dos produtos comercializados.

Observando-se especificamente a produção familiar, própria ao conjunto da Feira do Pequeno Produtor, VEIGA (2001, p.103) afirma que este é um dos mais preciosos trunfos do desenvolvimento rural. Caracterizando os núcleos familiares, percebe-se que, muitas vezes, estes constituem pequenas empresas de caráter informal. “São [estes núcleos] férteis mananciais de habilidades empreendedoras e estimuladores de uma fortíssima ética do trabalho. Muitas das pequenas empresas comerciais, artesanais ou protoindustriais que mais diversificam as economias locais germinam nesse tipo de organização”. Nesse contexto de inserção da pequena agricultura familiar nas esferas técnicas, científica e informacionais, é válido acrescentar que:

[...] o melhor caminho é pelas formas de articulação da pequena produção com os setores capitalistas. Isso porque, na posição em que a pequena produção agrícola se insere hoje no modo capitalista de produção, a tecnificação (ou modernização) representou mais uma imposição do que uma oportunidade conquistada. (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.144).

Ressalta-se que, mesmo considerando-se essa “imposição” do sistema produtivo vigente, os agricultores feirantes perseguem as condições para sua capitalização como resposta como pequena produção.

Muito há que se fazer no sentido de permitir a efetiva participação dos produtores rurais no contexto de reestruturação produtiva, tanto nessa dimensão quanto no resgate do valor da pequena produção, considerando novas estratégias

de reprodução da produção familiar. No caso das pequenas estruturas familiares, as associações se constituem em importante apoio. Como observa o produtor P.V: “As pessoas não estão habituadas ao associativismo e nós estamos indo para um caminho onde cada um tem que defender o que faz, o patrimônio e a atividade”. E o apoio das instituições é essencial para tanto.

Em resumo, é imprescindível a atuação institucional para que seja possível o desenvolvimento dos territórios rurais. Nesse sentido, o mercado não vai resolver a questão relativa à melhoria na qualidade de vida das populações que vivem e trabalham no meio rural. As categorias familiares menos capitalizadas encontram-se em relativa desvantagem frente as empresas rurais, principalmente em função das crescentes exigências técnicas e científicas vinculadas ao agronegócio.

Mesmo com significativos avanços, ainda são frágeis os mecanismos institucionais que contribuem para minimizar tais dificuldades e, mesmo no que tange à oferta de crédito, esta é limitada e muitas vezes contribui para uma possível eliminação do produtor mediante a entrega da terra às instituições bancárias, fato este relativamente comum na região Oeste e no município de Cascavel. A consideração dessa situação por parte das esferas públicas é uma das condições essenciais para que os agricultores familiares possam permanecer em suas atividades e não engrossem a fileira de exclusão e marginalidade que se faz presente na cidade. Como bem observa o Sr. D, da Linha São Miguel, distrito de Juvinópolis¹⁵:

se o governo não olhar para a agricultura, vai tudo para cidade virar ladrão, matar os outros pra poder roubar, porque se não fizer assim, como é que ele vai viver, porque emprego não tem. Só tem emprego pra um ou dois, mas tem cinquenta, cem que não tem. E aí, o que é que eles vão fazer pra sustentar a família. Vai acabar roubando...

A valorização das territorialidades elaboradas pela agricultura familiar depende, portanto, de atitudes coerentes dos agentes envolvidos nas diferentes escalas. Isso é essencial para que os critérios técnicos possam consubstanciar as decisões políticas dos diferentes agentes envolvidos nessa dinâmica, buscando ampliar a inserção dos produtores rurais familiares nas novas esferas produtivas.

¹⁵ Entrevista realizada na propriedade rural em 26 de janeiro de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura e a construção de territorialidades rurais no município de Cascavel entre 1960 e 2007 expressam, em seu conjunto, as diferentes fases pelas quais se organizaram os processos produtivos locais, contribuindo também, como referência, para a estruturação socioeconômica pautada no produtivismo. A transformação no uso do território, da policultura familiar de subsistência, para um cenário de acentuada modernização, foi viabilizada por políticas em diferentes escalas. Desse modo, a escolha do território como categoria de análise permitiu observar, de forma particular, o movimento do capital presente na elaboração das ruralidades em Cascavel.

A configuração dessas ruralidades foi possível, porque algumas etapas anteriores à modernização foram cumpridas, desde o preparo das áreas para a agricultura, com a exaustão do ciclo madeireiro, responsável pela ocupação efetiva do Oeste do Paraná, até a experiência da policultura de subsistência que habilitava ainda em meados das décadas de 1950 e 1970 os produtores na lida com a terra.

Houve o ajuste na produção de *commodities*, especialmente a soja, mediante a adoção de novas tecnologias. Isso foi condição necessária para que as especialidades produtivas se intensificassem no território rural otimizando a função de produção na agricultura local, até então amparada na produção de suínos, feijão, arroz e mandioca. As formas de produção ali envolvidas, no que tange especificamente à agricultura, “carro-chefe” no uso do território ainda no período atual, referem-se aos produtos químicos e biológicos, equipamentos mecânicos e à utilização crescente da terra como meio de produção.

No Brasil isso ocorreu, notadamente, a partir da década de 1960 com a difusão do Sistema Nacional de Crédito Rural. A utilização dessa porção do território, bem como sua organização se elabora mediante estreitos vínculos ao mercado, por meio de um sistema de produção que configura dinamismo às atividades ali desenvolvidas.

As evidências empíricas apontam para a continuidade da modernização tecnológica em consonância aos circuitos de produção e circulação engendrados

pela globalização. A reestruturação tecno-econômica se apresenta, portanto, como uma das faces do capital apropriando-se da produção regional. Isso promoveu a valorização seletiva dos territórios, acentuando um caráter competitivo nas escalas de produção, principalmente da agricultura e da pecuária.

Os dados apresentados e as entrevistas realizadas ressaltaram territorialidades diferenciadas, derivadas de estruturas rurais também distintas. De um lado, existem empresários rurais consolidados, capitalizados e com maior autonomia nos processos de produção e comercialização. De outro lado, há produtores familiares muito vulneráveis às agruras do mercado, buscando meios para a sustentabilidade das propriedades rurais, inclusive em atividades não-agrícolas o que reforça o trabalho pluriativo. Vale acrescentar que a pluriatividade somente se torna possível diante de uma integração funcional entre o rural e o urbano sugerindo complementaridades.

Os produtores rurais, tanto empresariais como familiares apresentam assimetrias na busca por melhores dotações tecnológicas nas propriedades e na questão da comercialização. Caracteriza-se, dessa forma, uma orientação voltada para o aumento da produtividade e uma racionalidade nas decisões de produção amparada nas exigências do capital em suas múltiplas escalas. A agricultura continua, assim, a “capitanear” as atividades rurais, modificando a relação entre capital e trabalho incorporados à produção, em favor do primeiro.

Nas estruturas familiares, a renda gerada na propriedade, por meio das atividades vinculadas a agricultura, é acrescida da remuneração proveniente de atividades não-agrícolas. Isso ocorre principalmente em função da crescente dificuldade do segmento em se reproduzir socioeconomicamente apenas por meio da agricultura. Quando se trata de pequenas áreas da agricultura familiar, a orientação adotada considera a diversificação de atividades na propriedade ou fora dela. A saída de parte de seus membros, geralmente os filhos, para ocupações na cidade, é algo inerente aos novos processos produtivos engendrados nos territórios rurais e urbanos. Dessa forma, no município de Cascavel, a busca por alternativas de atividades não-agrícolas ocorre muito mais pela necessidade de renda, do que por quaisquer incentivos governamentais.

O município de Cascavel apresenta, portanto, uma multiplicidade de rurais. Há que se referendar a idéia do território como um mosaico, ou seja, diferentes unidades fundiárias, distintas possibilidades de capitalização e, por conseqüência, desequilíbrios no que tange à reprodução dos produtores rurais.

Portanto, o território rural possui fortes traços de tecnificação e as atividades agrícolas produtivistas estão consolidadas. Contudo, há que se reafirmar que os produtores familiares encontram grandes dificuldades para sua reprodução. Desse modo, a limitação para a adoção de bases tecnológicas modernas nas propriedades familiares contribui, de certa forma, para o agravamento dos processos de exclusão sócio-produtiva no meio rural.

O papel da produção agrícola familiar, nesse contexto, somente será modificado em favor dos agricultores, à medida que os agentes institucionais posicionarem-se mais firmemente na condução de suas políticas, reconhecendo ali uma das possibilidades para o desenvolvimento rural.

Diante das limitações na formulação de políticas públicas em favor da agricultura familiar, tanto as relações de trabalho como os recortes fundiários são modificados e sugerem a incorporação de pequenas áreas por médios e grandes produtores. A existência de empresas-rede, como as agroindústrias integradoras, verticalizadas e com conteúdos tecnológicos ajustados às demandas globais também concorre para um paradoxo; ao mesmo tempo em que proporciona alternativas de renda aos pequenos produtores familiares, não oportuniza condições para que esse mesmo produtor aumente sua receita no momento da comercialização. Portanto, as territorialidades rurais desenvolvidas, de fato, refletem a exclusão.

A tendência, nesse caso, é que as implicações territoriais do desenvolvimento capitalista ancorado na modernização da agricultura regional reforcem positivamente as condições socioeconômicas dos produtores consolidados nas atividades agrícolas e diminuam as chances dos pequenos produtores familiares em concorrer para aumentar seus níveis de capitalização.

Nesse cenário, em que as ruralidades se elaboram com tantas contradições, é licito sugerir que sejam urgentemente fortalecidos os mecanismos em defesa das

estruturas familiares e que as políticas públicas sejam, de fato, viabilizadas. Somente desse modo, os agricultores poderão participar dignamente, com seu trabalho e competência, da produção em escala cada vez mais ampliada.

E, por fim, conclui-se que a elaboração deste trabalho contribuiu para a compreensão e para uma nova percepção do rural em suas imensas possibilidades, principalmente naquelas amparadas na agricultura e no seu desenvolvimento. Diante desse recorte territorial tão carregado de significados é preciso elaborar outros olhares, considerando as particularidades da produção familiar, apreendendo novas alternativas, a exemplo da diversificação, para que o rural-adjetivo seja cada vez mais reconhecido como estratégia para o desenvolvimento regional.

ANEXOS

ANEXO 1
ROTEIRO DE QUESTÕES AOS PRODUTORES FAMILIARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
PÓS-GRADUANDA: Mariângela Alice Pieruccini Souza
Orientadora: Profa. Dra Walquíria Krüger Correa.

ROTEIRO – QUESTIONÁRIO - TESE
PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Nome do Produtor: _____ Idade: _____

Nome da Produtora: _____

Idade: _____

Localização da propriedade rural

Distrito: _____ Linha: _____

Comunidade: _____

Área total da propriedade: _____ [alqueire]
 [hectares]

Tempo em que possuem a propriedade:

Relate a história de como chegou até aqui

Principais atividades produtivas desenvolvidas na propriedade:

Possui algum tipo de Processamento e Agroindustrialização na propriedade:

Queijo – nata – embutidos e defumados – doces e geléias – pão e derivados – bolachas
– melado – açúcar mascavo – cachaça – compotas – conservas – artesanatos –

Quais são os insumos obtidos fora da propriedade?

Para que produtos

Quais são os canais de comercialização que possui em sua atividade?

Mão-de-obra utilizada na propriedade- n. pessoas envolvidas diretamente nos processos produtivos rurais

a) familiar	
b) familiar e troca de dias	
c) familiar e contratada	
d) familiar, troca de dias e contratada	
e) empregados	

Trabalho contratado:

Caracterização	n. pessoas empregadas	Período do ano
a) permanente		
b) temporário		

Acesso a assistência técnica e extensão rural:

- a) emater-pr
- b) prefeitura municipal – secretaria de agricultura
- c) cooperativa
- d) agroindústria privada
- e) outros: quais: _____

Participa de cursos? É possível a aplicação das informações no dia-a-dia do trabalho?

BASE TÉCNICA-CIENTÍFICA-INFORMACIONAL

Como seleciona a Técnica?

Acesso a máquinas e equipamentos:

- próprio
- alugado
- associação/cooperativa
- outros: quais _____

Base Técnica:

- f) manual
- g) tração animal
- h) mecanização
- i) manual + tração animal
- j) manual + tração animal + mecanização
- k) tração animal + mecanização

Colheitadeira : _____

Trator: _____

Plantadeira: _____

Semeadeira: _____

Pulverizador: _____

Implementos Agrícolas: _____

Quanto à Armazenagem?

- Na propriedade
- Na cooperativa
- Na agroindústria privada

2) Escoamento da Produção: _____

3) Uso de tecnologias vinculadas à biotecnologia. Como se faz a técnica no caso das sementes, melhoramento genético de forma geral.

ORIENTAÇÕES SOBRE A DECISÃO DE PRODUÇÃO:

Como decide o que produzir? Como produzir? Quanto produzir? Para quem produzir?

Decisões de Investimentos?

recursos próprios crédito PRONAF

Outros: [mencionar] _____

Filiação à cooperativas ou agroindústrias privadas

a) sim

b) não

Caso sim, qual[is]: _____

Como é a integração? Como o senhor observa o relacionamento com a agroindústria?
Vantagens, desvantagens:

Como o senhor[a] entende sua condição enquanto produtor rural? Como entende a agricultura e o meio rural no momento atual? Houve outra opinião em momentos anteriores?

Mudaria sua atividade profissional? Por que?

De forma geral, como observa a evolução do setor agrícola?

Como observa a modernização da agricultura na região e no município?

E sobre a diversificação da propriedade rural? É possível?

Como o lugar onde está a propriedade vem se transformando?

Os filhos poderão permanecer na propriedade produzir nela? É viável?

Outros comentários:

Outras questões a serem destacadas:

- a) Noção do nível de agregação em relação à cadeia produtiva [conhecimento do processo produtivo].
- b) Que elementos podem facilitar ou dificultar a inserção da atividade agrícola considerando a propriedade?
 - proximidade do consumidor
 - fretes
 - descontos de remuneração diante da proximidade do mercado
 - subsídios por parte das empresas receptoras do produto
- c) Existe incentivo à agricultura, considerando sua atividade de modo específico?
- d) Qual é o interesse das grandes indústrias e/ou cooperativas em sua atividade? Existe entendimento a esse respeito?

ANEXO 2
QUADRO

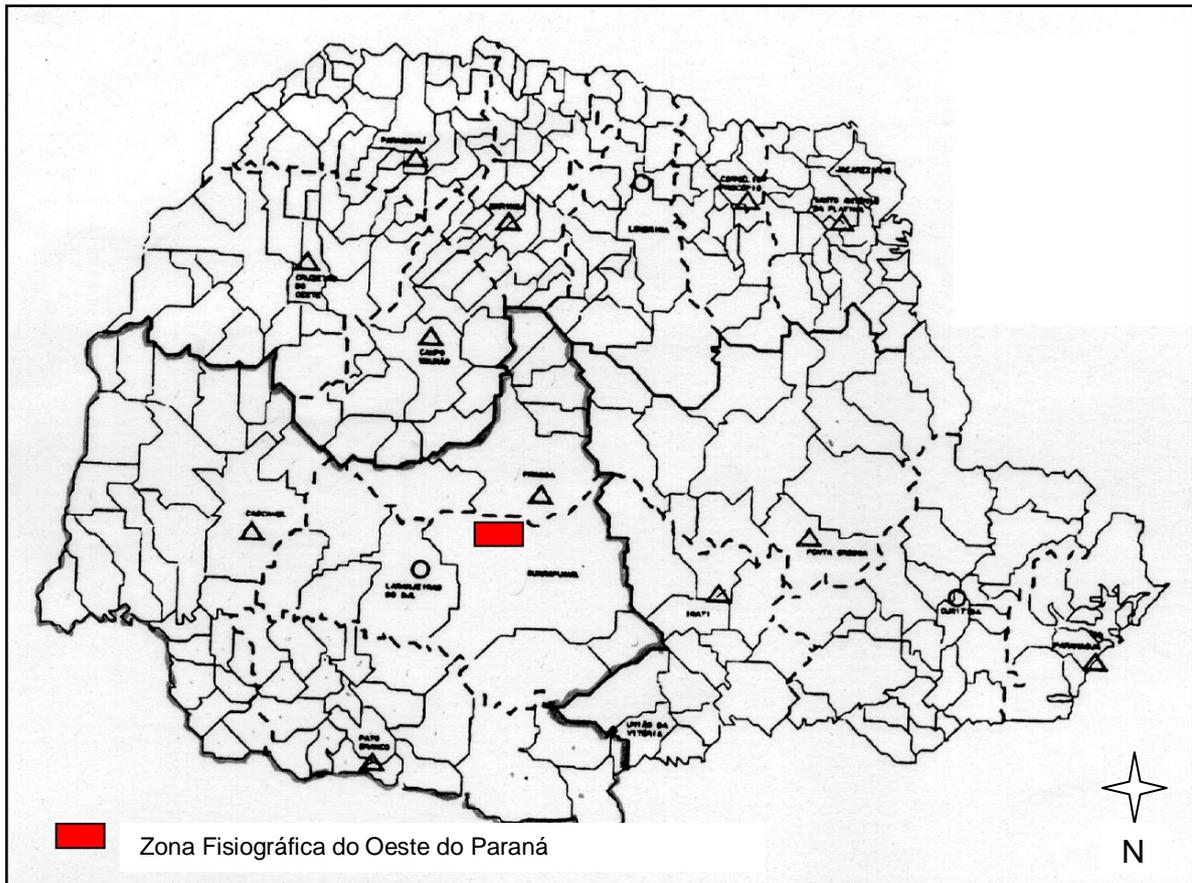
QUADRO 1. LAVOURA DE SOJA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL: PRODUTORES, ÁREA, PRODUÇÃO TOTAL E RENDIMENTO MÉDIO 1995-2006

anos	n.produtores	soja área - [ha]	area de lavoura permanente [ha]	produção total [t]	rendimento médio [t/ha]
1995	2200	60000	98565	144000	2,40
1996	2240	65000	98565	182000	2,80
1997	2200	70460	98565	183196	2,60
1998	2330	77000	98565	207900	2,70
1999	2330	75000	98565	232500	3,10
2000	2280	72000	98665	194400	2,70
2001	2282	67000	98665	214400	3,20
2002	2295	74000	98665	214600	2,90
2003	2310	76000	99581	250800	3,30
2004	2350	82000	99581	225500	2,75
2005	2380	87700	99581	206972	2,36
2006	2200	82700	95470	223290	2,70

FONTE: PERFIL DA REALIDADE AGRÍCOLA [VÁRIOS] – EMATER ORGANIZADO PELA AUTORA.

ANEXO 3
MAPA

Figura 1- Divisão Regional em Zonas Fisiográficas – PLADEP (1961)



FONTE: MUNIZ FILHO (1996)